

Relatório do Estado do Ordenamento do Território



AMADORA
Câmara Municipal

2014

Nota Introdutória

O Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT), que se apresenta, avalia o Plano Diretor Municipal à luz da legislação vigente em 2014.

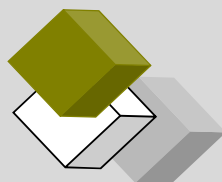
Tomando em consideração os objetivos que nortearam o modelo de ordenamento analisaram-se os níveis de concretização das ações nos diversos domínios de intervenção.

O REOT quantifica, sempre que tecnicamente possível, as ações de forma a estabelecer no fim de cada objetivo programado a matriz dos pontos fortes, dos pontos fracos, das oportunidades e das ameaças. Este quadro de referência servirá a discussão da situação atual e constituirá um ponto de partida para a revisão do Plano Diretor Municipal.

O âmbito metropolitano no qual o Município se insere, bem como os níveis de coordenação com o PROTAML e as orientações definidas no Acordo de Parceria 2020 requerem novas opções que envolvam o desenvolvimento estratégico, o regime do uso do solo e a respetiva programação.

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| 1. QUADRO DE REFERÊNCIA LEGAL | 4 |
| 2. ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 16 |
| A. Fortalecer e diversificar a base produtiva | 22 |
| A.1. Inserção Metropolitana | 25 |
| A.2. Base económica local | 28 |
| A.3. Nível tecnológico e economia baseada no conhecimento | 31 |
| A.4. Investigação e desenvolvimento (I&D) | 34 |
| A.5. Internacionalização de economia | 35 |
| A.6. Dependência face ao emprego | 38 |
| A.7. Perfil socioeconómico da população residente | 39 |
| <i>Matriz de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças</i> | 50 |
| B. Melhorar o padrão de vida no Concelho | 52 |
| B.1. Espaço urbano | 55 |
| B.2. A aposta do PDM na criação de um modelo alternativo de ocupação | 71 |
| B.3. Ocupação urbana no período de vigência do Plano | 80 |
| B.4. Programas de iniciativa pública e comunitária | 100 |
| B.5. Acessibilidades | 108 |
| B.6. Espaços verdes de recreio e lazer | 129 |
| B.7. Resíduos urbanos | 139 |
| B.8. Equipamentos coletivos | 147 |
| <i>Matriz de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças</i> | 181 |
| C. Atenuar as carências habitacionais | 183 |
| C.1. O PER na Amadora – antecedentes e situação atual | 186 |
| C.2. O processo de intervenção social nos bairros | 191 |
| C.3. Outras situações de carência habitacional | 193 |
| C.4. A oferta de habitação social | 196 |
| C.5. Da reabilitação de edifícios à Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana | 200 |
| <i>Matriz de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças</i> | 212 |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DA ESTRUTURA DO TERRITÓRIO | 214 |
| Bibliografia | 227 |
| Índice de quadros | 228 |
| Índice de figuras | 229 |
| Índice de anexos | 230 |



1

Quadro de Referência Legal

Introdução

O presente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT) enquadra-se na obrigatoriedade legal, estabelecida na Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (LBPPSOTU)¹, e no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJGT)².

De acordo com a Portaria n.º1474/2007, de 16 de novembro cabe ao Município elaborar para efeitos de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), um relatório sobre o estado do ordenamento do território a nível local, nos termos do n.º2 do artigo 3.º, o qual traduz o balanço da execução do PDM, e que incidirá sobre os seguintes aspetos:

- a) Níveis de execução do Plano, nomeadamente em termos de ocupação de solo, compromissos urbanísticos, reservas disponíveis de solo urbano, níveis de infraestruturização, equipamentos, acessibilidades, condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes para o Município;
- b) Identificação dos fatores de mudança da estrutura do território.

Face a este enquadramento, o relatório aborda os seguintes temas:

- enquadramento legal e estratégico;
- processo de planeamento municipal, balanço e desafios;
- arquitetura do sistema de monitorização implementado para dar seguimento à avaliação *in continuum*;
- quadro de referência territorial presente em 1994, o modelo de desenvolvimento definido e estratégias de atuação estabelecidos no PDM;
- níveis de execução do Plano guiados pelos objetivos de desenvolvimento do PDM: fortalecer e diversificar a base produtiva, melhorar o padrão de vida e atenuar as carências habitacionais;
- identificação dos fatores de mudança da estrutura do território que fundamentarão novos objetivos de desenvolvimento e critérios de sustentabilidade;
- desempenho das políticas de base territorial no Município, através da estruturação de indicadores referentes à estratégia do Plano Diretor Municipal.

O presente documento acompanha a Deliberação de Câmara que determina a revisão do PDM, e que servirá para comunicar à Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) a decisão de dar início ao processo de revisão, dando cumprimento ao estabelecido no n.º1 do artigo 3.º da Portaria n.º1474/2007, de 16 de novembro.

¹ LBPPSOTU - . n.º31/2014, de 30 de maio, art.º 50º

² Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (artº98) e Portaria n.º1474/2007, de 16 de novembro, artº3

Revisão do PDM-enquadramento legal e estratégico

O processo de revisão de um PDM decorre do estabelecido no n.º3 do artigo 98.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). No âmbito da revisão, deverá ser tida em consideração a sua conformidade com o RJIGT, e o seu enquadramento no sistema de Gestão Territorial de âmbito nacional e regional.

O Plano Diretor Municipal da Amadora, publicado em *DR* a 22/6/1994, foi concebido nos termos do Decreto-Lei n.º69/90, de 2 de março, diploma que à data regulamentava todas as figuras da responsabilidade do Município sob a designação genérica de planos municipais de ordenamento do território (PMOT): plano diretor municipal, plano de urbanização e plano de pormenor (PDM, PU, PP). De acordo com o previsto no n.º2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º69/90, o plano compreende ... "uma estrutura espacial para o território municipal, a classificação do solo, os perímetros urbanos e os índices urbanísticos...", em estreita adequação com a avaliação sectorial sintetizada no diagnóstico e com o modelo de desenvolvimento proposto. Neste quadro, identifica as unidades operativas de planeamento e gestão, áreas com disposições específicas para uso, ocupação e transformação do solo que se concretizam através de operações de loteamento e do licenciamento de obras. Este enquadramento legal propiciou planos baseados em modelos urbanos de extensão, menorizando as intervenções em áreas consolidadas. O Plano não foi revisto quando atingiu o seu horizonte temporal (2004), nem sequer adaptado aos princípios orientadores consagrados no PROTAML 2002.

Passados vinte anos sobre a elaboração do PDM da Amadora, sucederam-se profundas transformações na moldura legal em matéria de ordenamento do território, culminando com a publicação de diplomas que vieram definir as bases da política de ordenamento do território e a arquitetura do sistema de gestão territorial: a Lei de Bases do Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBOTU) – Lei n.º48/98, de 11 de agosto, e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de setembro, com as alterações subsequentes. Neste contexto, o PDM é definido como um plano que visa estabelecer o modelo de estrutura espacial assente na classificação do solo formulada a partir de uma síntese que integre uma estratégia de desenvolvimento local e as opções de âmbito nacional e regional propostas para a mesma área de intervenção. Chama-se ainda a atenção à importância crescente dada às questões do desenvolvimento, ao carácter vinculativo do programa de execução e financiamento, ao sistema de execução dos planos, à revisão e à forma de avaliação dos mesmos.

A redação dada pelo artigo n.º98.º do Decreto-Lei n.º46/2009, de 20 de fevereiro determina as circunstâncias em que a revisão dos PMOT pode decorrer:

- da necessidade de adequação à evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respetiva elaboração (3 anos após entrada em vigor do plano);
- de situação de suspensão;
- de obrigatoriedade, decorridos 10 anos após a sua entrada em vigor ou após a sua última revisão.

A revisão do PDM da Amadora inscreve-se nesta última situação.

Recentemente assistiu-se à publicação da nova lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e do urbanismo - Lei n.º31/2014, de 30 de maio (LBPPSOTU), que veio revogar a Lei n.º48/98, de 11 de agosto. A nova redação, além de fundir num único diploma a Lei dos Solos e a LBOTU, pretende: (i) recentrar a importância da eficácia do planeamento de âmbito municipal no sistema de gestão territorial, nomeadamente o carácter orientador/estratégico do PDM e de estruturação e desenho urbano dos PU e PP; (ii) disciplinar as operações de transformação e reclassificação do solo suportados na programação e contratualização entre agentes públicos e privados (iii) assumir a regulação económica do solo por parte do Estado, contrariando a especulação imobiliária; (ix) reiterar o papel da avaliação e monitorização, suportadas em métricas e indicadores, como fundamento da decisão de revisão de planos.

A relevância do diploma radica no esforço de integração dos princípios subjacentes ao novo paradigma da sustentabilidade ambiental aplicado ao espaço urbano, reconhecendo-se o atual quadro de regressão demográfica e crise económica-financeira, que impõe a rutura com um ciclo marcado pela dinâmica expansionista; em fomentar a concentração e contrariar a dispersão é o grande desafio que se coloca. Do ponto de vista teórico/concetual, estão vertidas orientações que preconizam um novo rumo para o ordenamento do território e o urbanismo:

- eliminação das categorias de solo urbanizável e solo urbano não programado, prevendo-se apenas a classificação do solo como rústico ou urbano; o solo urbano é definido como o que está “total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou edificação”, donde se conclui, que todo o solo que não seja urbano será rústico até que seja viabilizada a sua edificação ou urbanização;
- estabelecimento de um princípio de auto sustentabilidade financeira do desenvolvimento urbanístico; a fundamentação da viabilidade económica das soluções dos planos deve ser comprovada com a identificação dos meios técnicos e financeiros para a sua execução; integração/articulação com os documentos de planeamento municipal (plano plurianual de investimentos);
- aposta evidente na regeneração e reabilitação urbana numa perspectiva alargada, reabilitando edifícios e áreas com usos obsoletos, contribuindo para a rentabilização das infraestruturas existentes.

A LBPPSOTU desenvolve uma nova agenda para o ordenamento, com a referência a conteúdos que se prendem com: o desenvolvimento sustentável, a coesão territorial, a prevenção e redução de riscos, a reabilitação urbana, a programação da execução dos planos e sustentabilidade das soluções.

Neste sentido, há que considerar todo o quadro de Instrumentos de Gestão Territorial e de documentos estratégicos que, ao firmarem as grandes orientações de política nacional, europeia e internacional bem como objetivos e metas de longo prazo, em matéria de ordenamento territorial, ambiente e sustentabilidade, se relacionem com o PDM, alguns dos quais se identificaram nesta fase.

Âmbito Internacional

- Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (1999)
- Livro Branco sobre a Governança Europeia (2001)
- Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis (2007)
- Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia - Tirar Partido da Diversidade Territorial (2008)
- Agenda Territorial Europeia 2020 (2011)

Âmbito Nacional

- Portugal 2020 – Acordo de Parceria
- Estratégia para o Crescimento, o Emprego e Fomento Industrial 2013-2020
- Plano Estratégico dos Transportes - Mobilidade Sustentável Horizonte 2011-2015
- Compromisso para o Crescimento Verde (2015)
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (2007)
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 2014-2020 (em elaboração)
- Reserva Ecológica Nacional
- Política de Cidades 2014-2020 (em elaboração)
- Cidades Sustentáveis 2020 (consulta pública)
- Estratégia Nacional para a Energia 2020 (2010)
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020
- Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2016
- Programa de Eficiência Energética para a Administração Pública 2020
- Programa Nacional de Ação para as Energias Renováveis 2013-2020
- Estratégia para o Sector de Abastecimento de Água e de Saneamento de Aguas Residuais 2020
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (2014)

Âmbito Regional

- Plano Regional do Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (2002)
- Estratégia Regional, Lisboa 2020 (2007)
- Plano de Ação Regional de Lisboa 2014-2020
- Programa Territorial Integrado para a Área Metropolitana de Lisboa 2014-2020
- Programa Operacional da Região de Lisboa 2014 – 2020
- Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo 2016-2021

Âmbito Municipal:

- Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana – Amadora 2025 (2009)
- Carta Educativa do Município da Amadora (2007) e Relatório de Monitorização (2010)
- Plano de Desenvolvimento Social do Concelho da Amadora
- Plano Gerontológico da Amadora
- Plano Local de Saúde 2014-2016
- Rede Cidades Inteligentes
- Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP)
- Reorganização Administrativa do Município da Amadora³

Processo de planeamento municipal - balanço e desafios

Em termos gerais, o balanço de aplicação dos PDM evidencia limitações que conduziram à produção de um vasto leque de reflexões críticas sobre as causas do relativo insucesso do planeamento municipal. Estas reflexões, apontam disfunções aos chamados PDM de 1ª geração e elencam um conjunto de pressupostos e expectativas que indiciam não só uma modificação profunda nas metodologias de planeamento e no conteúdo dos planos, mas também no processo de gestão territorial (Carvalho, 2014; Galvão, 2008; Pereira, 2003; Pereira 2009; Ramos, 2007; Soares, 2004).

A figura do PDM ocupa um papel central no sistema de planeamento e de gestão territorial. É seguro afirmar que a evolução da moldura legislativa tem vindo a refletir o enfoque dado a este instrumento, reforçando sobretudo o seu carácter estratégico. De facto, é neste cenário que se traduzem as opções de política nacional/regional e local com incidência territorial e se enfrentam interesses entre o setor público e os agentes privados, no que respeita ao uso e ocupação dos solos. Contudo, duas décadas de planeamento têm demonstrado algumas contradições entre as expectativas criadas com a elaboração dos Planos e a sua operacionalização, nomeadamente pela desarticulação entre as diversas entidades intervenientes, com lógicas de atuação (objetivos, prioridades e meios) e tempos de concretização diferenciados.

³Lei 11/A 2013, de 28 de janeiro aprovou a Reorganização Administrativa de 11 para 6 Freguesias, em conformidade com o disposto na Lei 22/2012, de 30 de maio que regulou o processo de reorganização administrativa territorial autárquica.

Neste sentido, importa reter algumas causas, de natureza conceptual, metodológica e processual, que contribuem para explicar o relativo insucesso dos PDM de 1ª geração e que cabe aos seus sucessores resolver:

- a procura da transparência na gestão do território tem contribuído para a inadequada interpretação dos elementos gráficos dos Planos, mesmo que estes contenham, pela natureza e escala, limites de operacionalidade (ampliações sucessivas da Planta de Ordenamento);
- a tendência para atribuir maior relevância ao Regulamento e Planta de Ordenamento, em detrimento do restante conteúdo do Relatório da Proposta, designadamente o modelo de desenvolvimento territorial e estratégias de atuação preconizado para o Município, que deveriam fundamentar as opções tomadas;
- ao integrar a componente normativa no domínio da gestão do espaço (com a definição de parâmetros de edificabilidade) os PDM permitiram aos municípios dispor do enquadramento necessário ao funcionamento da gestão urbanística. Porém, a experiência revelou ser um equívoco ambicionar fazer urbanismo com o PDM, secundarizando o papel dos planos de hierarquia inferior, esses sim, vocacionados para detalhar e controlar o desenho urbano;
- a implementação do conceito e modelo de ordenamento preconizado pelos PDM pressupunha a elaboração de um plano de ação para cada uma das unidades operativas (UOP) que, entendido como uma matriz de referência ao nível das soluções urbanísticas, acrescentava eficácia às propostas de ocupação, uso ou transformação do solo. A ausência do entendimento do planeamento como um processo fez com que na maioria dos casos esta metodologia não fosse seguida, recorrendo à delimitação das UOP em planta de ordenamento apenas na perspetiva do cumprimento dos parâmetros de edificabilidade correspondentes;
- a falta de programação física e financeira de investimentos previstos e a desarticulação entre os diversos níveis da administração, que atuam numa lógica sectorial, interferiram de forma decisiva na evolução do sistema territorial e na execução do plano; a gestão de competências e de responsabilidades no ordenamento do território exige a negociação e contratualização entre os municípios e as entidades da tutela, cujas incidências territoriais devem ter tradução nos PDM;
- a emergência de uma agenda “paralela” marcada pelas oportunidades de financiamento criadas pelos fundos estruturais, distanciou o foco da ação municipal dos objetivos do Plano, ditando a reorganização das prioridades e dos projetos municipais;
- a descrença na visão racionalista presente no planeamento tradicional que se apoia na Previsão como abordagem instrumental (prolongamento de tendências suportadas na realidade instalada) tem vindo a ser substituída pela defesa da Análise Prospetiva, um dos fundamentos do planeamento estratégico; o interesse da Prospetiva para os territórios radica na possibilidade de criar vários futuros possíveis (recorrendo à cenarização) dependentes da visão e das estratégias dos atores. A Prospetiva potencia a comunicação entre *stakeholders*, a concentração no longo prazo, a visão partilhada entre atores, a contribuição para a definição de prioridades e de

compromissos. No contexto de um projeto territorial, esta interação com os atores do território, permite incorporar tendências emergentes e gerir as incertezas, reforçar o *empowerment* coletivo e tornar mais efetivo o papel do poder público no processo de planeamento;

- o entendimento generalizado de que o Plano é um fim em si mesmo, uma figura estática, transformou rapidamente alguns PDM em documentos ultrapassados em cujo quadro de referência os municípios não se reveem, sendo necessário promover a passagem do plano-produto ao plano-processo, instituindo a prática da monitorização, que permite a reavaliação permanente dos resultados alcançados face às metas estabelecidas e a identificação dos desvios em tempo útil;
- com a publicação da LBOTU e do RJIGT, o sistema de ordenamento do território sofreu uma profunda evolução nos finais dos anos 90, embora numa etapa subsequente à aprovação da maioria dos PDM, subvertendo a lógica de conformação e articulação dos IGT preconizadas na lei. A próxima geração de planos deve refletir o quadro de referência e as diretrizes emanadas pelos IGT de nível superior (PNPOT e PROT), bem como adotar os princípios orientadores da política nacional e europeia com implicações no ordenamento do território (por exemplo, os novos paradigmas associados à sustentabilidade ambiental, às alterações climáticas e prevenção de riscos, ao desenvolvimento urbano, à coesão territorial nas suas múltiplas dimensões, etc.);
- a fragmentação do poder político, o reforço do poder económico e a participação da sociedade civil, aumentam a conflitualidade gerada nos processos de reconfiguração territorial. O conceito de *governança* nasce da limitação da gestão pública tradicional responder aos problemas atuais, contribuindo para valorizar estruturas de governabilidade partilhada por atores públicos e privados cabendo-lhe um papel pedagógico na cooperação intersectorial e territorial e no envolvimento ativo dos atores, através da promoção de parcerias, contratualizações ou outras fórmulas inovadoras de cooperação.

Em síntese, a próxima geração dos PDM deverá ser repensada, de forma a estar articulada com as transformações em curso na sociedade e com as perspetivas de atração de investimentos estratégicos. O desafio é este: encontrar o equilíbrio entre a flexibilidade dos planos para que estes não excluam projetos e iniciativas inovadoras que poderão ser chave para a coesão e competitividade dos territórios, sem passar para um limiar de permissividade que contrarie pilares fundamentais, como por exemplo a sustentabilidade ambiental. Neste contexto, o próximo plano diretor deve ser concebido como um projeto territorial que reforce a visão estratégica do desenvolvimento local e que promova a sua articulação com o modelo de ordenamento.

É imperativo que se faça a transição de um modelo tradicional de ordenamento do território, de carácter sectorial, para um modelo mais integrado e flexível. Tornando o planeamento menos rígido e mais “aberto”, menos desenhado e mais estratégico, com enfoque multidimensional (vertentes económica, ambiental, social, e cultural) e menos centrado na dimensão física do território, capaz de responder às novas oportunidades que não são previsíveis no momento de conceção dos planos, integrando a dimensão temporal e a imprevisibilidade.

Esta gestão estratégica, flexível e integrada permitirá acolher projetos coerentes com a estratégia municipal, assente numa visão de futuro, pressupondo uma lógica de pró-atividade e em coerência com os planos de âmbito regional e nacional.

O Município da Amadora, pela posição que ocupa na Área Metropolitana de Lisboa pode contribuir e beneficiar do papel polarizador que a região assume em vários domínios e a escalas diferenciadas. Integra um sistema territorial aberto num contexto muito instável, fortemente competitivo e permeável a alterações sociais, económicas e políticas, o que exige novas respostas do ordenamento, para o transformar num território mais resiliente às mudanças.

Assim, considera-se que:

- o Município se encontra no fim de um ciclo de planeamento pelo que a revisão do Plano Diretor permitirá a evolução de um instrumento regulador, até aqui muito centrado na transformação do uso do solo, para um instrumento estratégico transversal à autarquia que seja sobretudo promotor de um modelo de desenvolvimento, que concilie competitividade e coesão socio-territorial, consentâneo com as orientações emanadas para a área metropolitana, numa abordagem de cooperação intermunicipal;
- o próximo ciclo de planeamento, ancorado nas orientações e prioridades da Estratégia 2020 privilegie ações dirigidas à valorização e qualificação do território (organizações, empresas, pessoas, infraestruturas e equipamentos, edificado residencial e industrial), à formulação de políticas públicas mais diretamente vocacionadas para a promoção da competitividade e coesão, num quadro de reorganização institucional, apoiado num modelo de governança urbana.

Avaliação e informação geográfica

A Lei de bases da política de ordenamento do território e do urbanismo (Lei n.º48/98, de 11 de agosto) e o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de setembro) instituíram a obrigatoriedade dos municípios avaliarem de forma sistemática as respetivas políticas urbanísticas mediante a elaboração bianual do Relatório de Estado de Ordenamento do Território (REOT). A nova Lei de bases gerais da política pública de solos ordenamento do território e urbanismo (Lei n.º31/2014, de 30 de maio) recupera a consagração da Monitorização e Avaliação suportadas em indicadores, que devem fundamentar a necessidade de alteração, revisão ou revogação de um plano ou programa territorial.

A relevância da prática de avaliação e da integração da monitorização como função do processo de planeamento, foi interiorizada nos serviços, desde logo na etapa de elaboração da primeira versão do REOT da Amadora, em 2007. Com efeito, a elaboração deste relatório, constituiu um ponto de viragem na mobilização para a avaliação, guiada por objetivos do PDM, que no final reserva um

ponto dedicado a uma matriz de indicadores. Entre outros aspetos positivos associados à sua realização, destacam-se os seguintes:

- cumprimento de uma obrigação legal;
- internalização do processo de valorização da informação geográfica (IG) dirigida a um fim específico, potenciado pelos sistemas de informação geográfica;
- consciencialização por parte da organização da existência da capacitação técnica dos seus quadros;
- prestação de contas à população;
- apoio à decisão no sentido de reorientar estratégias futuras.

A consolidação do processo de implementação do Sistema de Informação Geográfica do Município e a aquisição de cartografia digital homologada, foram entendidas como mais duas importantes etapas no acréscimo de instrumentos de suporte à monitorização.

Por fim, a pressão interna e externa à organização, para a apresentação de dados sistematizados em indicadores, viabilizou um processo interno que culminou na publicação do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Territorial (SIDT). O SIDT, constitui um repositório de informação estatística, organizada em Domínios e Dimensões que, para além de pretender retratar o rumo do processo de transformação do território, apoiando a tomada de decisão, procura promover a articulação e compatibilização com os documentos estratégicos de política nacional (PNPOT) e os IGT de âmbito regional (PROT⁴). O SIDT compreende apenas indicadores de contexto, mas pode lançar as bases para a definição da arquitetura do sistema de monitorização de execução do plano.

De facto, a dificuldade de criar um sistema de monitorização que incida sobre o ordenamento e o planeamento do território reside na identificação clara dos objetivos do plano, na seleção dos objetivos aptos a ser mensuráveis, no estabelecimento de metas em função de um horizonte temporal e na criação de indicadores, capazes de identificar tendências territoriais e confrontar o estado presente com o planeado.

Na emergência de um novo ciclo de planeamento, que requer um acompanhamento efetivo e permanente do território e dos IGT, destaca-se a reciprocidade de benefícios entre a Informação Geográfica e o Ordenamento do Território. Os pressupostos enunciados, que assentam na construção de uma matriz sólida de indicadores, permitem concluir que é na IG que está a resposta para a consolidação de um sistema orientado por critérios de transparência e por uma cultura de partilha de informação entre os agentes que operam no território. O desafio que se coloca à IG é o de facilitar a construção de plataformas colaborativas que potenciem o debate sobre o futuro da cidade e o modelo de desenvolvimento a seguir. Estas plataformas são atualmente indissociáveis das ideias de governação, avaliação de políticas, funcionamento em rede e construção participada das cidades e territórios.

⁴ PROTAML, versão 2011

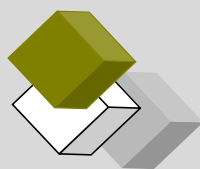
Do ponto de vista tecnológico, os Sistemas de Informação Geográfica e de Realidade Virtual possuem as características necessárias para operacionalizar estas plataformas, uma vez que permitem a integração, articulação e a manipulação de diferentes aplicações e funcionalidades, ao mesmo tempo que constituem uma ferramenta acessível a um vasto leque de utilizadores.

No futuro de curto e médio prazo, a incorporação de informação cartográfica que representa os fenómenos físicos e naturais, bem como a dos instrumentos de gestão assentes em propostas e previsões territoriais e estatística (social, económica e demográfica) será uma realidade, permitindo a criação de sistemas de modelação baseados em informação estruturada e parametrizada. A partir daqui, será possível extrair um conjunto de indicadores elementares para a avaliação das transformações de uso e ocupação do solo (p.e. graus de conformidade e adaptação de classes entre PMOTs) e da qualidade de vida (p.e. capitação de espaços verdes por habitante).

O balanço do trabalho até aqui desenvolvido deixa antever a necessidade de adotar alguns aspetos metodológicos que permitam caminhar para uma efetiva articulação entre os sistemas de monitorização entre os diversos âmbitos (nacional, regional e local), bem como assegurar que os IGT dão sequência às orientações emanadas pelos documentos de nível superior:

- comparabilidade e interoperabilidade dos sistemas de monitorização e avaliação;
- abordagem multi-escalar (várias escalas e articulação entre escalas);
- bases estatísticas e cartográficas completas, atualizadas e adequadas a diversas escalas; necessidade de regularidade nas atualizações e de articulação/homogeneização entre dados estatísticos e cartográficos;
- processo participativo: envolvimento dos diversos atores no processo de ordenamento do território e abertura das instituições ao diálogo e negociação.

Em resumo, do ponto de vista organizacional, o momento em que se prepara um novo ciclo de planeamento também é entendido como uma oportunidade para definir uma arquitetura do sistema de monitorização do próximo Plano Diretor, introduzindo maior robustez às metodologias de avaliação (avaliação da conformidade e do desempenho) ao mesmo tempo que se acrescenta valor às tomadas de decisão no momento da invocação do Plano.



2

Estado do ordenamento do território

Quadro de referência territorial 1994

A posição do Município da Amadora em relação a Lisboa condicionou desde muito cedo o seu desenvolvimento. Ocupando um espaço de fronteira com o concelho de Lisboa e situado num dos vales da região, suporte dos eixos rodoviário e ferroviário, o território do futuro Concelho da Amadora ganhou rapidamente uma forte acessibilidade ao centro da área metropolitana.

O desenvolvimento suburbano da região intensifica-se nas décadas de 50 e 60, ocorrendo uma expansão segundo uma estrutura radio concêntrica a partir do centro da metrópole ao longo dos eixos radiais. A par, verificou-se uma concentração de empregos no terciário em Lisboa e, por outro lado, a localização do emprego industrial e de núcleos residenciais na periferia.

Este crescimento demográfico exponencial nas décadas de 50 e 60 não foi acompanhado por uma ação de planeamento e gestão que enquadrasse a ocupação de forma a impedir a utilização de solos sem aptidão urbanística e a minimizar as consequências económicas e sociais decorrentes dum crescimento “espontâneo”.

Consequentemente, o processo de urbanização do território a que corresponde hoje a cidade da Amadora deu origem a um tecido urbano fortemente ocupado, economicamente dependente, urbanisticamente desqualificado e com um elevado nível de carências em equipamentos e serviços. Esta génese de subúrbio no seu conjunto correspondia aos seguintes atributos:

- predomínio do uso residencial e de elevadas densidades habitacionais;
- ausência de qualidade do espaço urbano, nomeadamente pela falta de coerência e de articulação, bem como pela escassez de elementos simbólicos fortes;
- coexistência de usos desqualificados e degradados;
- subequipamento generalizado ao nível das infraestruturas e equipamentos básicos;
- dependências face a Lisboa para aquisição de bens e serviços.

Apesar destas situações urbanísticas deficientes, à partida existiam condições para a correção das mesmas no sentido de projetar um espaço urbano mais equilibrado e qualificado, das quais se destacam:

- a disponibilidade de um conjunto de solos ainda por urbanizar, quer na periferia da área urbana, quer no seu interior;
- a possibilidade de reestruturação do tecido urbano com o objetivo de reequilibrar usos e funções e de proporcionar um melhor funcionamento e fluidez da rede viária através da correta utilização dos terrenos da Falagueira, da reconversão da zona industrial da Venda-Nova e da oportunidade de criação de eixos viários transversais e novas ligações a Lisboa.

A identificação destes pontos críticos e as potencialidades de desenvolvimento do Município permitiu delinear o Quadro de Referência para as propostas do PDM que se apresenta seguidamente.

| OBJECTIVOS DE 1º NÍVEL | OBJECTIVOS DE 2º NÍVEL | OBJECTIVOS DE 3º NÍVEL | MODELO DE DESENVOLVIMENTO |
|---|--|--|---|
| <p>FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE PRODUTIVA</p> | <p>FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE PRODUTIVA DO CONCELHO</p> <p>FAVORECER A CRIAÇÃO DE EMPREGO</p> <p>REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DO CONCELHO FACE À AML-NORTE CRIANDO CONDIÇÕES DE ATRAÇÃO DE EMPRESAS</p> <p>APOIAR A INSTALAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS COM PROJECTOS INOVADORES</p> | <p>DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO</p> <p>ORDENAR E REQUALIFICAR AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES</p> <p>GARANTIR A ACESSIBILIDADE INTRA-REGIONAL E A LISBOA</p> <p>CRIAR CONDIÇÕES FAVORÁVEIS À CONSTITUIÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE SERVIÇOS PESSOAIS E ECONÓMICOS</p> <p>GARANTIR A ELEIÇÃO GENERALIZADA DA QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO</p> | <p>ASSEGURAR UMA FUNÇÃO ESTRUTURANTE NO EIXO BENFICA-QUELUZ, POTENCIANDO A FUNÇÃO POLARIZADORA DA ÁREA DA FALAGUEIRA E DO CENTRO DA AMADORA.</p> <p>CRIAR NOVAS ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO DE INDÚSTRIA E SERVIÇOS – EIXO TERCIÁRIO VENDA NOVA / DAMAIA E ZONAS NA SERRA DE CARNAXIDE CONTIGUAS À EN117.</p> <p>MANTER O USO DA ZONA INDUSTRIAL DA VENDA NOVA.</p> <p>ATRIBUIR À ÁREA DO CONCELHO QUE SE INTEGRA NA SERRA DE CARNAXIDE E VALE DE CARENQUE UM PAPEL NA ESTRUTURA VERDE DE RECREIO E LAZER DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, BEM COMO NA ESTRUTURA DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE ÂMBITO MUNICIPAL.</p> <p>CRIAR NOVAS ACESSIBILIDADES EXPANDIDO A REDE VIÁRIA E GARANTINDO A ARTICULAÇÃO ENTRE OS EIXOS RODOVIÁRIOS REGIONAIS E A REDE VIÁRIA MUNICIPAL.</p> |
| <p>MELHORAR O PADRÃO DE VIDA</p> | <p>MELHORAR O PADRÃO DE VIDA NO CONCELHO</p> <p>QUALIFICAR URBANISTICAMENTE O TERRITÓRIO</p> <p>GARANTIR UM BOM NÍVEL DE EQUIPAMENTOS, DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À COMUNIDADE E INFRAESTRUTURAS URBANAS</p> | <p>ACESSIBILIDADE</p> <p>PROMOVER A ACESSIBILIDADE INTRA-REGIONAL E LISBOA</p> <p>PROMOVER A DIVERSIFICAÇÃO DE FLUXOS DE TRÁFEGO, POR FORMA A ATENUAR O CONGESTIONAMENTO VIÁRIO</p> <p>ASSEGURAR UMA BOA ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIVERSAS ÁREAS (BAIRROS) O CENTRO DA CIDADE E CENTROS SECUNDÁRIOS</p> <p>ASSEGURAR UMA BOA CONEXÃO ENTRE AS DIVERSAS ÁREAS (BAIRROS) E OS INTERFACES DE TRANSPORTE</p> <p>ESPAÇO URBANO</p> <p>CONTER O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO</p> <p>REQUALIFICAR O ESPAÇO URBANO CONSOLIDADO</p> <p>CONTROLAR A QUALIDADE DAS NOVAS OCUPAÇÕES E DA RENOVAÇÃO URBANA</p> <p>REVITALIZAR O CENTRO DA CIDADE COMO CENTRO ADMINISTRATIVO E DE COMÉRCIO</p> <p>AMBIENTE URBANO</p> <p>CRIAR UMA ESTRUTURA VERDE A INSERIR NA ESTRUTURA VERDE METROPOLITANA</p> <p>CRIAR UMA REDE CONCELHIA DE ESPAÇOS VERDES PARA RECREIO E LAZER</p> <p>PROMOVER A REABILITAÇÃO DE ZONAS COM USOS DEGRADANTES</p> <p>EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS</p> <p>RESERVAR E/OU PROMOVER A RECONVERSÃO/INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À POPULAÇÃO</p> <p>COMPATIBILIZAR O RITMO DE CRESCIMENTO URBANO E AS NECESSIDADES EM EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS</p> | <p>LIBERTAR A FAIXA URBANA CENTRAL DO CONCELHO DE TRÁFEGO DE ATRAVESSAMENTO (ORIGEM E/OU DESTINO FORA DA AMADORA).</p> <p>PROMOVER A ARTICULAÇÃO FUNCIONAL DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONCELHO INTERVINDO NO SISTEMA DE TRANSPORTES.</p> <p>ANULAR O EFEITO-BARREIRA, QUE O CAMINHO DE FERRO E A RADIAL DA BURACA REPRESENTAM.</p> <p>PLANEAR E CONTROLAR A OCUPAÇÃO DAS ÁREAS NÃO EDIFICADAS ADEQUANDO O RITMO DE CONSTRUÇÃO À CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS.</p> <p>RESERVAR NAS ÁREAS URBANIZÁVEIS BOISAS VOCACIONADAS PARA A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE CUSTOS CONTROLADOS.</p> <p>ADOPTAR POLÍTICAS DE GESTÃO QUE POSSIBILITEM A OBTENÇÃO DE FOGOS DE CUSTOS CONTROLADOS EM NOVAS URBANIZAÇÕES.</p> <p>VALORIZAR ÁREAS-CHAVE DO CONCELHO VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM URBANA QUALIFICADA.</p> <p>FAVORECER A INSTALAÇÃO DE FUNÇÕES CENTRAIS E ADOPTAR MEDIDAS NAS ÁREAS DO ESTACIONAMENTO, E CIRCULAÇÃO PEDOMAL QUE CONFIRMA AO CENTRO DA AMADORA, O ESTATUTO DE CENTRO DA CIDADE.</p> <p>FAVORECER O DESENVOLVIMENTO DE FUNÇÕES CENTRAIS DE HIERARQUIA SUPERIOR FOMENTANDO NOMEADAMENTE A LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO E/OU SUPERIOR E DE SERVIÇOS PÚBLICOS.</p> <p>PROGRAMAR NAS ÁREAS DO NEUDEL ENSRA, CASAL DE S. MAMEDE, UMA ESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E DE SERVIÇOS DE APOIO DE NÍVEL MUNICIPAL, PARA O RECREIO E LAZER DOS RESIDENTES.</p> <p>FOMENTAR O TRATAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E ADOPTAR MEDIDAS DE GESTÃO VIÁRIA (ORDENAMENTO DE RUAS, PRAÇAS, PASSEIOS, ESTACIONAMENTO) EM ÁREAS RESIDENCIAIS CONSOLIDADAS.</p> <p>CONTROLAR A CONCEPÇÃO E ARRANJO DE NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM NOVAS ÁREAS URBANAS.</p> <p>CONTROLAR O DESENHO URBANO DAS ÁREAS URBANIZÁVEIS.</p> |
| <p>ATENUAR AS CARÊNCIAS HABITACIONAIS</p> | <p>ATENUAR AS CARÊNCIAS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO</p> | <p>HABITAÇÃO</p> <p>ELIMINAR PROGRESSIVAMENTE AS ÁREAS DE HABITAÇÃO DEGRADADA</p> | <p>POTENCIAR A OFERTA DO SOLO INDUSTRIAL DE PEQUENA E MÉDIA DIMENSÃO.</p> |

O modelo de desenvolvimento do PDM e estratégias de atuação

O modelo de desenvolvimento definido pelo plano de 1994 assentava em três eixos fundamentais:

- Fortalecer e Diversificar a Base Produtiva
- Melhorar o Padrão de Vida
- Atenuar as Carências Habitacionais

Para conhecer o nível de sucesso de um plano e da coerência das suas ações é necessário ter presente os objetivos pretendidos e a sua articulação com as estratégias de atuação e nos diferentes domínios. O modelo de ordenamento apresentado na página anterior estruturado por objetivos fundamentais (1º nível), objetivos específicos (2º e 3º nível) e ações vai ser o guia orientador deste relatório. Pretende-se que todas as transformações urbanas no âmbito da gestão e desenvolvimento territorial sejam contextualizadas segundo a sua natureza em cada um dos objetivos correspondentes no sentido de avaliar a evolução do seu nível de concretização.

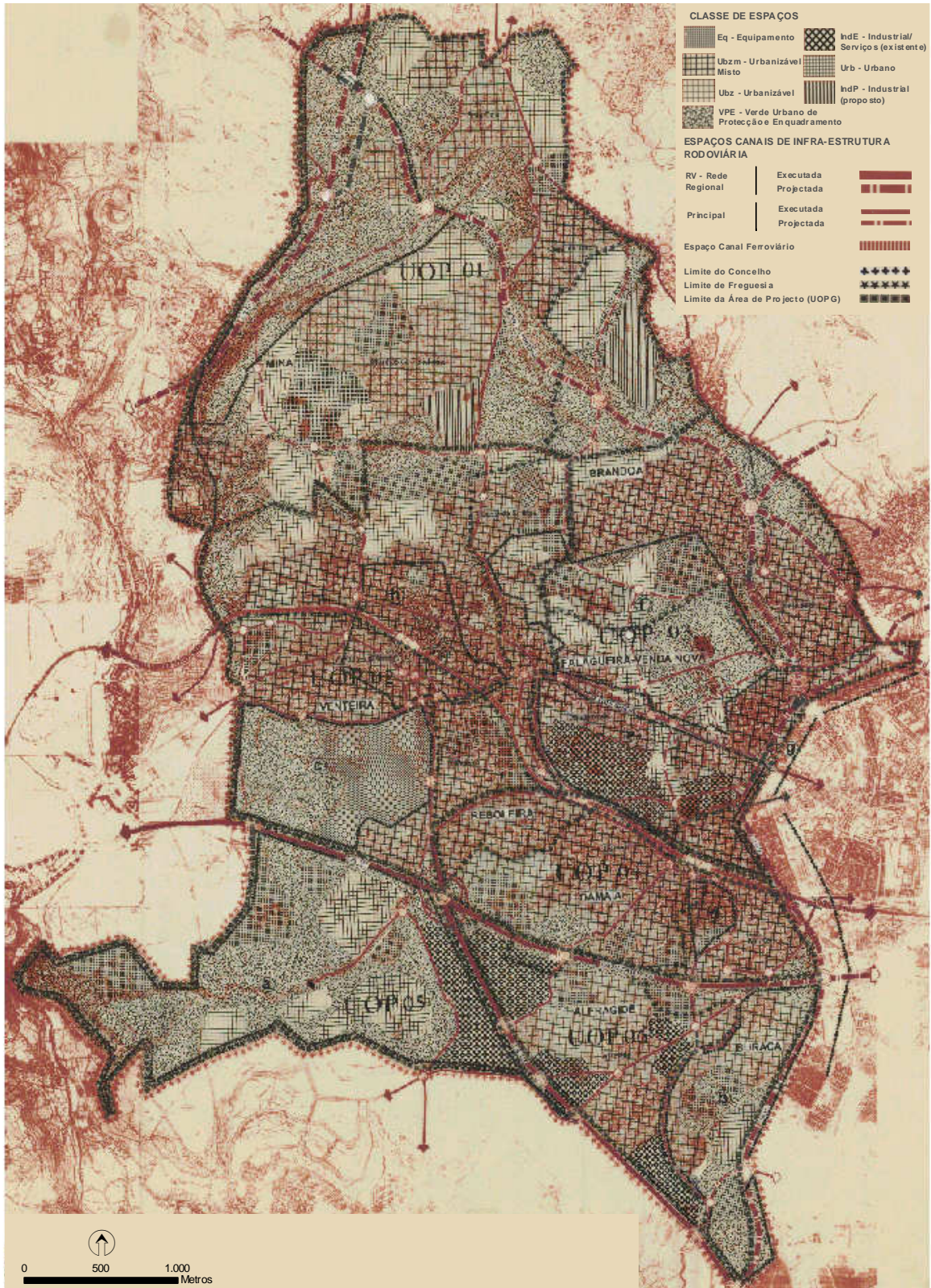
A operacionalidade deste “modelo de reequilíbrio urbano” pressupunha a adoção de um conjunto articulado de estratégias de atuação nos domínios do desenvolvimento económico, da acessibilidade e urbanístico com o propósito de alterar o funcionamento do sistema urbano, de favorecer o desenvolvimento harmonioso do território e de promover a concertação dos interesses público e privado.

A estrutura espacial e relacional do território ficou estabelecida na planta de ordenamento (Figura 1) pela delimitação das classes de espaço em função do uso dominante no contexto das seis unidades operativas de planeamento e respetiva regulamentação.

Foram ainda identificadas nove áreas estratégicas que correspondem a parcelas de território que, pelos seus valores estruturantes, apresentam potencialidades nas diversas áreas de atuação municipal para a construção do novo modelo urbano.

As opções do modelo de ordenamento foram ainda qualificadas de acordo com a função que poderiam desempenhar ao nível das unidades de planeamento (UOP) como se observa no Quadro 1

Figura 1
Planta de Ordenamento do PDM



Fonte: PDM, 1994

Quadro 1
Modelo de ordenamento

| | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | CONCELHO |
|---|----|----|----|----|----|----|----------|
| Assegurar uma função estruturante no eixo Benfica-Queluz, potenciado a função polarizada da área da Falagueira e do Centro da Amadora | | ● | ● | | | | |
| Criar novas áreas de localização de indústrias e serviços - eixo terciário Venda Nova / Damaia e zonas na serra de Carnaxide contíguas à EN117 | | | ● | | ● | | |
| Manter o uso da zona da Venda Nova | | | ● | | | | |
| Atribuir à área do Concelho que se integra na Serra de Carnaxide e Vale de Carenque um papel na estrutura verde de recreio e lazer da Área Metropolitana de Lisboa, bem como na estrutura de serviços e equipamentos de âmbito municipal. | ● | | | | ● | | |
| Criar novas acessibilidades expandido a rede viária e garantindo a articulação entre os eixos rodoviários regionais e a rede viária municipal. | ● | | ● | ○ | | ○ | |
| Libertar a faixa urbana central do Concelho de tráfego de atravessamento (origem e/ou destino fora da Amadora) | | ● | | | | | |
| Promover a articulação funcional das diversas áreas do Concelho intervindo no sistema de transportes | | | | | | | ● |
| Anular o efeito-barreira, que o caminho-de-ferro e a Radial da Buraca representam | | ● | ● | ● | | ● | |
| Planear e controlar a ocupação das áreas não edificadas adequando o ritmo de construção à capacidade de execução das infraestruturas urbanísticas. | ● | | ● | | ○ | | |
| Reservar nas áreas urbanizáveis bolsas vocacionadas para a construção de habitação de custos controlados. | ● | | ● | | | | |
| Adotar políticas de gestão que possibilitem a obtenção de fogos de custos controlados em novas urbanizações. | | | | | | | ● |
| Valorizar áreas-chave do Concelho visando a construção de uma imagem urbana qualificada. | | ● | ● | | ● | | |
| Favorecer a instalação de funções centrais e adotar medidas nas áreas do estacionamento, e circulação pedonal que confirmem ao centro da Amadora, o estatuto de centro da cidade. | | ● | | | | | |
| Favorecer o desenvolvimento de funções centrais de hierarquia superior fomentado nomeadamente a localização de estabelecimentos de ensino médio e/ou superior e de serviços públicos. | | ● | ● | | | | |
| Programar nas áreas do Neudel ENSRA, Casal de S. Mamede, uma estrutura de equipamentos coletivos e de serviços de apoio de nível municipal, para o recreio e lazer dos residentes. | ● | | ● | ● | | | |
| Fomentar o tratamento dos espaços públicos e adotar medidas de gestão viária (ordenamento de ruas, praças, passeios, estacionamento) em áreas residenciais consolidadas. | | ● | | ● | | ● | |
| Controlar a conceção e arranjo de novos espaços públicos em novas áreas urbanas. | ● | | ● | | ● | | |
| Controlar o desenho urbano das áreas urbanizáveis. | ● | | ● | | ● | | |
| Potenciar a oferta de solo industrial de pequena e média dimensão. | ● | | | | | | |

● – Função Dominante/Predominante

● – Função Importante

○ – Função Complementar



A - Fortalecer e diversificar a base produtiva

A identificação dos pontos críticos e potencialidades de desenvolvimento do Concelho permitiu delinear o quadro de referência para as propostas do PDM. Um dos eixos fundamentais identificado foi:

— Fortalecer e diversificar a base produtiva.

A prossecução deste objetivo principal seria acompanhado por um conjunto de objetivos secundários que assegurariam um melhor controle das intenções do plano:

— Favorecer a criação de emprego.

— Reforçar a competitividade do Concelho face à AML–Norte, criando condições de atração de empresas.

— Apoiar a instalação de pequenas empresas com projetos inovadores.

Este subcapítulo procura, sinteticamente e com os dados disponíveis, fazer um balanço no domínio do desenvolvimento económico.

| OBJECTIVOS DE 1º NÍVEL | OBJECTIVOS DE 2º NÍVEL | OBJECTIVOS DE 3º NÍVEL | MODELO DE DESENVOLVIMENTO |
|---|--|---|--|
| <p>FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE PRODUTIVA</p> | <p>FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE PRODUTIVA DO CONCELHO</p> <p>FAVORECER A CRIAÇÃO DE EMPREGO</p> <p>REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DO CONCELHO FACE À AML-NORTE CRIANDO CONDIÇÕES DE ATRAÇÃO DE EMPRESAS</p> <p>APOIAR A INSTALAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS COM PROJECTOS INOVADORES</p> | <p>DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO</p> <p>ORDENAR E REQUALIFICAR AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES</p> <p>GARANTIR A ACESSIBILIDADE INTRA-REGIONAL E A LISBOA</p> <p>CRIAR CONDIÇÕES FAVORÁVEIS À CONSTITUIÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE SERVIÇOS PESSOAIS E ECONÓMICOS</p> <p>GARANTIR A ELEVAÇÃO GENERALIZADA DA QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO</p> | <p>ASSEGURAR UMA FUNÇÃO ESTRUTURANTE NO EIXO BENFICQUELUS, POTENCIANDO A FUNÇÃO POLARIZADORA DA ÁREA DA FALAGUEIRA E DO CENTRO DA AMADORA.</p> <p>CRIAR NOVAS ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO DE INDÚSTRIA E SERVIÇOS – EIXO TERCIÁRIO VENDA NOVA / DAMAIA E ZONAS NA SERRA DE CARNAXIDE CONTIGUAS À EN117.</p> <p>MANTER O USO DA ZONA INDUSTRIAL DA VENDA NOVA.</p> <p>ATRIBUIR À ÁREA DO CONCELHO QUE SE INTEGRA NA SERRA DE CARNAXIDE E VALE DE CARENQUE UM PAPEL NA ESTRUTURA VERDE DE RECREIO E LAZER DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, BEM COMO NA ESTRUTURA DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE ÂMBITO MUNICIPAL.</p> <p>CRIAR NOVAS ACESSIBILIDADES EXPANDINDO A REDE VIÁRIA E GARANTINDO A ARTICULAÇÃO ENTRE OS EIXOS RODOVIÁRIOS REGIONAIS E A REDE VIÁRIA MUNICIPAL.</p> |
| <p>MELHORAR O PADRÃO DE VIDA</p> | <p>MELHORAR O PADRÃO DE VIDA NO CONCELHO</p> <p>QUALIFICAR URBANISTICAMENTE O TERRITÓRIO</p> <p>GARANTIR UM BOM NÍVEL DE EQUIPAMENTOS, DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À COMUNIDADE E INFRAESTRUTURAS URBANAS</p> | <p>ACESSIBILIDADE</p> <p>PROMOVER A ACESSIBILIDADE INTRA-REGIONAL E LISBOA</p> <p>PROMOVER A DIVERSIFICAÇÃO DE FLUXOS DE TRÁFEGO, POR FORMA A ATENUAR O CONGESTIONAMENTO VIÁRIO</p> <p>ASSEGURAR UMA BOA ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIVERSAS ÁREAS (BAIRROS) O CENTRO DA CIDADE E CENTROS SECUNDÁRIOS</p> <p>ASSEGURAR UMA BOA CONEXÃO ENTRE AS DIVERSAS ÁREAS (BAIRROS) E OS INTERFACES DE TRANSPORTE</p> <p>ESPAÇO URBANO</p> <p>CONTER O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO</p> <p>REQUALIFICAR O ESPAÇO URBANO CONSOLIDADO</p> <p>CONTROLAR A QUALIDADE DAS NOVAS OCUPAÇÕES E DA RENOVAÇÃO URBANA</p> <p>REVITALIZAR O CENTRO DA CIDADE COMO CENTRO ADMINISTRATIVO E DE COMÉRCIO</p> <p>AMBIENTE URBANO</p> <p>CRIAR UMA ESTRUTURA VERDE A INserir NA ESTRUTURA VERDE METROPOLITANA</p> <p>CRIAR UMA REDE CONCELHA DE ESPAÇOS VERDES PARA RECREIO E LAZER</p> <p>PROMOVER A REABILITAÇÃO DE ZONAS COM USOS DEGRADANTES</p> <p>EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS</p> <p>RESERVAR E/OU PROMOVER A RECONVERSÃO/INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À POPULAÇÃO</p> <p>COMPATIBILIZAR O RITMO DE CRESCIMENTO URBANO E AS NECESSIDADES EM EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS</p> | <p>LIBERTAR A FAIXA URBANA CENTRAL DO CONCELHO DE TRÁFEGO DE ATRAVESAMENTO (ORIGEM E/OU DESTINO FORA DA AMADORA).</p> <p>PROMOVER A ARTICULAÇÃO FUNCIONAL DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONCELHO INTERVINDO NO SISTEMA DE TRANSPORTES.</p> <p>ANULAR O EFEITO-BARREIRA, QUE O CAMINHO DE FERRO E A RADIAL DA BURACA REPRESENTAM.</p> <p>PLANEAR E CONTROLAR A OCUPAÇÃO DAS ÁREAS NÃO EDIFICADAS ADEQUANDO O RITMO DE CONSTRUÇÃO À CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS.</p> <p>RESERVAR NAS ÁREAS URBANIZÁVEIS BOISAS VOCACIONADAS PARA A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE CUSTOS CONTROLADOS.</p> <p>ADOPTAR POLÍTICAS DE GESTÃO QUE POSSIBILITEM A OBTENÇÃO DE FOGOS DE CUSTOS CONTROLADOS EM NOVAS URBANIZAÇÕES.</p> <p>VALORIZAR ÁREAS-CHAVE DO CONCELHO VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM URBANA QUALIFICADA.</p> <p>FAVORECER A INSTALAÇÃO DE FUNÇÕES CENTRAIS E ADOPTAR MEDIDAS NAS ÁREAS DO ESTACIONAMENTO, E CIRCULAÇÃO PEDOMIL QUE CONFIRMA AO CENTRO DA AMADORA, O ESTATUTO DE CENTRO DA CIDADE.</p> <p>FAVORECER O DESENVOLVIMENTO DE FUNÇÕES CENTRAIS DE HIERARQUIA SUPERIOR FOMENTANDO NOMEADAMENTE A LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO E/OU SUPERIOR E DE SERVIÇOS PÚBLICOS.</p> <p>PROGRAMAR NAS ÁREAS DO NEUDEL ENSRA, CASAL DE S. MAMEDE, UMA ESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E DE SERVIÇOS DE APOIO DE NÍVEL MUNICIPAL, PARA O RECREIO E LAZER DOS RESIDENTES.</p> <p>FOMENTAR O TRATAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E ADOPTAR MEDIDAS DE GESTÃO VIÁRIA (ORDENAMENTO DE RUAS, PRAÇAS, PASSEIOS, ESTACIONAMENTO) EM ÁREAS RESIDENCIAIS CONSOLIDADAS.</p> <p>CONTROLAR A CONCEPÇÃO E ARRANJO DE NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM NOVAS ÁREAS URBANAS.</p> |
| <p>ATENUAR AS CARÊNCIAS HABITACIONAIS</p> | <p>ATENUAR AS CARÊNCIAS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO</p> | <p>HABITAÇÃO</p> <p>ELIMINAR PROGRESSIVAMENTE AS ÁREAS DE HABITAÇÃO DEGRADADA</p> | <p>CONTROLAR O DESENHO URBANO DAS ÁREAS URBANIZÁVEIS.</p> <p>POTENCIAR A OFERTA DO SOLO INDUSTRIAL DE PEQUENA E MÉDIA DIMENSÃO.</p> |

No quadro da Estratégia Europa 2020, a UE e os seus Estados-Membros assumiram a ambição de promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Um crescimento inteligente associado ao desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação. Um crescimento sustentável baseado na promoção de uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva. Um crescimento inclusivo impulsionado por uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

Assumindo este referencial a Amadora, pela sua génese e pela posição que ocupa na região enfrenta uma multiplicidade de situações no que respeita à sua competitividade e atratividade.

A concentração de população, atividades, equipamentos e infraestruturas constitui um fator diferenciador e um valor estratégico da AML.

A primeira abordagem é feita ao nível da Grande Lisboa, que permite compreender a dinâmica recente ao nível do número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço na sua região de enquadramento. Esta inserção oferece devido à proximidade de grandes centros consumidores uma dimensão de mercado que suscita o interesse de localização de atividades económicas.

Sequencialmente, o segundo ponto analisa a estrutura produtiva concelhia, a sua evolução recente por sectores de atividade, a diversidade intrasectorial existente e a estrutura do emprego. Refere-se ainda a dinâmica local medida pelo número de empresas sedeadas, a sua dimensão e o seu volume de negócios.

A.1 – Inserção Metropolitana

A Área Metropolitana de Lisboa concentra 27% da população residente e a mão-de-obra mais qualificada do país, representa 26,2% do emprego e 47,5% da produção empresarial nacional, sendo responsável por 33% das exportações. Integra a Península de Setúbal e a Grande Lisboa, sub-região que organizada em torno da Capital concentra o maior número de empresas e serviços públicos do país.

Após o processo de reestruturação económica a região mantém uma especialização produtiva nos “serviços empresariais”, “transporte logística e distribuição” e “energia e ambiente” seguindo-se as “indústrias alimentares”, as “mecânicas e eletrónicas” e “químicas”, o que lhe confere uma base para processos de industrialização em setores chave.

Considerando os objetivos de desenvolvimento preconizados para a AML no âmbito da Estratégia Europa 2020, importa conhecer o peso e o perfil da atividade económica a fim de posicionar a Amadora no momento atual e perspetivar no futuro o seu papel.

A recolha de informação para os municípios da Grande Lisboa, sintetiza a evolução observada nos últimos quinze anos (Quadros 2 e 3).

Quadro 2

Número de estabelecimentos e número de pessoas ao serviço nos municípios da Grande Lisboa

| MUNICÍPIO | 2011 | | | 1995 | | |
|---------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| | Nº estabelecimentos | Nº pessoas ao serviço | Nº médio pess./est. | Nº estabelecimentos | Nº pessoas ao serviço | Nº médio pess./est. |
| Grande Lisboa | 66.195 | 711.401 | 11 | 51.680 | 573.158 | 11 |
| Amadora | 3.869 | 45.787 | 12 | 3.410 | 31.661 | 9 |
| Cascais | 5.942 | 44.321 | 7 | 3.635 | 32.079 | 9 |
| Lisboa | 29.733 | 359.433 | 12 | 28.020 | 343.141 | 12 |
| Loures | 5.531 | 54.293 | 10 | 6.072 | 59.364 | 10 |
| Odivelas | 3.303 | 19.931 | 6 | - | - | - |
| Oeiras | 5.541 | 82.680 | 15 | 2.992 | 34.723 | 12 |
| Sintra | 9.155 | 72.925 | 8 | 5.757 | 52.254 | 9 |
| Vila Franca de Xira | 3.121 | 32.031 | 10 | 1.794 | 19.936 | 11 |

Fonte: ME “Quadros de Pessoal”, 1995 e 2011; com tratamento DIG

- No período entre 1995 e 2011 a Grande Lisboa registou, em termos absolutos, um aumento do número de estabelecimentos e do volume de emprego, registando o mesmo número médio de pessoas/estabelecimento, que é de 11 trabalhadores;

- em termos concelhios, verifica-se que em 2011 Lisboa concentrava 45% dos estabelecimentos da Grande Lisboa e quase 50% dos postos de trabalho, no entanto apresenta uma das menores variações do número de empresas e de empregos, mantendo-se contudo, constante a dimensão média dos estabelecimentos (número de trabalhadores por estabelecimento);
- na evolução entre 1995 e 2011, os concelhos de Sintra, Cascais, Vila Franca de Xira e Oeiras são os que apresentavam as taxas de variação mais elevadas, tanto quanto ao número de estabelecimentos respetivamente (59%, 63%, 74% e 85%), como no que se refere à dinâmica de criação de emprego respetivamente (40%, 38%, 61% e 138%). Os ganhos de emprego nesta coroa externa foram sobretudo alcançados pela deslocalização e expansão continuada das atividades comerciais, alojamento e restauração e serviços prestados às empresas que beneficiaram de áreas preferencialmente criadas para esse efeito e junto aos principais nós rodoviários de acesso a Lisboa;
- no que diz respeito ao número médio de postos de trabalho por estabelecimento, constata-se que, à exceção da Amadora que subiu de 9 para 12 e de Oeiras que passou de 12 para 15 trabalhadores (situando-se deste modo acima da média), os restantes municípios mantiveram a sua posição ou registaram uma ligeira queda;
- a Amadora, neste período, registou um saldo positivo no número de estabelecimentos (+459) e de pessoas ao serviço (+14.126) que representam uma taxa de crescimento de cerca de 13% e 45% respetivamente.

Nos últimos 20 anos ocorreram transformações na dinâmica económica da região que consistiram num intenso processo de desindustrialização ocorrido nas indústrias pesadas - siderurgia, químicas, construção naval e metalomecânicas; num crescimento da construção civil e obras públicas e no aumento do sector da distribuição patente na construção de grandes superfícies e centros comerciais.

Neste contexto, atribuiu-se uma particular atenção à repartição das mesmas no sector II, em virtude do peso tradicional deste sector na economia municipal e da necessidade de captar os efeitos decorrentes dos processos de desindustrialização e reestruturação sectoriais já apontados nos estudos de caracterização do PDM no início dos anos 90.

Quadro 3

Número de estabelecimentos e número de pessoas ao serviço na indústria transformadora nos municípios da Grande Lisboa

| MUNICÍPIO | 2011 | | | 1995 | | |
|---------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| | Nº estabelecimentos | Nº pessoas ao serviço | Nº médio pess./est. | Nº estabelecimentos | Nº pessoas ao serviço | Nº médio pess./est. |
| Grande Lisboa | 3.891 | 51.607 | 13 | 5.556 | 106.181 | 19 |
| Amadora | 294 | 4.071 | 14 | 386 | 9.649 | 25 |
| Cascais | 321 | 3.320 | 10 | 328 | 5.607 | 17 |
| Lisboa | 994 | 9.129 | 9 | 2.151 | 32.806 | 15 |
| Loures | 554 | 8.484 | 15 | 1.058 | 18.989 | 18 |
| Odivelas | 256 | 2.423 | 9 | - | - | - |
| Oeiras | 196 | 4.254 | 22 | 281 | 7.487 | 27 |
| Sintra | 1.036 | 13.530 | 13 | 1.100 | 22.778 | 21 |
| Vila Franca de Xira | 240 | 6.396 | 27 | 252 | 8.865 | 35 |

Fonte: ME "Quadros de Pessoal", 1995 e 2011; com tratamento DIG

- em 1995 existiam na Grande Lisboa cerca de 5.550 estabelecimentos de indústria transformadora, cuja concentração se fazia sentir sobretudo nos concelhos de Lisboa (38,7%), Loures (19,0%) e Sintra (19,8%); relativamente ao volume de emprego, são os mesmos concelhos que se destacam no contexto da região com 30,9%, 17,9% e 21,5% respetivamente;
- a dimensão média dos estabelecimentos industriais era de 19 pessoas por estabelecimento, evidenciando-se a Amadora (25), Oeiras (27) e Vila Franca de Xira (35) com valores bastante superiores;
- entre 1995 e 2011 a região viu decrescer o número de estabelecimentos (30%) ao mesmo tempo que viu desaparecer mais de 54.000 postos de trabalho na indústria transformadora (-50%), isto é, mais de 3.400 trabalhadores/ano;
- Lisboa e Amadora foram os municípios que registaram maiores quebras no domínio do emprego (-72% e -58%). Lisboa e Loures perderam 54% e 48% dos estabelecimentos.

A variação⁵ ocorrida no emprego na maioria dos concelhos está diretamente associada à diminuição do número de estabelecimentos, à sua estabilização como aconteceu em Sintra e em Vila Franca de Xira e ao seu ligeiro acréscimo como se verificou em Cascais.

Neste período não se registam grandes alterações na posição relativa dos concelhos atendendo à dimensão média dos estabelecimentos (medida em termos do número de pessoas): Loures, Oeiras e Vila Franca de Xira permanecem com valores acima da Grande Lisboa, mas com sinais de ligeiro declínio, aspeto evidenciado por quase todos os municípios.

⁵ É necessário ter presente que se conhece apenas o saldo. Não se sabe quantos estabelecimentos foram extintos e quantos foram criados

A.2 – Base económica local

Estrutura dos estabelecimentos

No que respeita à evolução da repartição dos estabelecimentos e do emprego por ramos de atividade económica, importa destacar:

- a progressiva regressão do peso da indústria transformadora traduzida em estabelecimentos e pessoas ao serviço: em 16 anos (1995/2011) desapareceram mais de 90 estabelecimentos a que correspondeu uma redução de mais de 5.500 postos de trabalho; o n.º médio de pessoas/estabelecimentos passou de 25 para 14 no mesmo período (Anexos 1 e 2);
- a redução do emprego na construção, que em 1995 representava 15% do total dos postos de trabalho e em 2011 passou para metade deste valor;
- a afirmação do sector III como grande empregador: em 1995 garantia emprego a 53,8% das pessoas ao serviço e em 2011 esse valor atingiu 83%.

Relativamente à dimensão dos estabelecimentos e ao volume de emprego:

- mantém-se praticamente inalterável a tendência para a atomização empresarial: em 1995 e 2011 existiam 85% de estabelecimentos com menos de 10 pessoas (classes de dimensão 1-4; 5-9); em termos de volume de emprego esta classe de estabelecimentos só garantia 30% do emprego em 1995, regredindo para 22% em 2011;
- o peso das grandes unidades (classes de dimensão 500 e +) no total dos estabelecimentos não registou alterações significativas entre 1995-2011, mas em termos de absorção do emprego passaram de 12% para 30% (Quadro 4).

Quadro 4

Evolução dos estabelecimentos e de pessoas ao serviço por classes de dimensão

| CLASSES DE DIMENSÃO | ESTABELECEMENTOS | | Nº DE PESSOAS AO SERVIÇO | |
|---------------------|------------------|------------|--------------------------|------------|
| | 1995 | 2011 | 1995 | 2011 |
| 1 a 9 | 84,7 | 85,1 | 30,4 | 22,2 |
| 10 a 49 | 12,5 | 12,2 | 25,1 | 20,1 |
| 50 a 499 | 2,6 | 2,5 | 32,3 | 28,1 |
| 500 e + | 0,2 | 0,2 | 12,3 | 29,6 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: ME "Quadros de Pessoal", 1995 e 2011; com tratamento DIG

Empresas e sociedades

Em 2011 existiam 16.278 empresas com sede no Município, que geravam 55.738 postos de trabalho, o que representa cerca de 6,4% das empresas e 5% do emprego da Grande Lisboa.

Quadro 5

Indicadores de empresas no Município

| DESIGNAÇÃO | UNIDADE | AMADORA | GRANDE LISBOA | ANO |
|--|----------------------|---------|---------------|------|
| Empresas* | Nº | 16.278 | 253.859 | 2011 |
| Proporção de empresas individuais no total das empresas * | % | 68,3 | 62,1 | 2011 |
| Proporção de empresas com menos de 250 pessoas ao serviço* | % | 99,9 | 98 | 2011 |
| Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço* | % | 97 | 96 | 2011 |
| Pessoal ao serviço nas empresas* | Nº | 55.738 | 1.135.683 | 2011 |
| Pessoal ao serviço por empresa* | Média pess/empres | 3,4 | 4,5 | 2011 |
| Volume de negócios por empresa* | Média milhares Euros | 282,2 | 574,13 | 2011 |
| Indicador de concentração do VN das 4 maiores empresas* | % | 20,2 | 13,5 | 2011 |
| Proporção do VAB das indústrias transformadoras* | % | 18,6 | 8,8 | 2011 |
| VAB por indivíduo empregado (produtividade aparente)* | Média milhares Euros | 23,8 | 30,8 | 2011 |
| Indicador de concentração do VAB das 4 maiores empresas* | % | 22,9 | 10,1 | 2011 |
| Sociedades* | Nº | 5.159 | 96.201 | 2011 |
| Proporção de sociedades no total das empresas* | % | 31,7 | 37,8 | 2011 |

* O âmbito de informação do SCIE exclui as secções K,O,T e U da CAE Rev.3

Fonte: INE, 2011

- predominam os empresários em nome individual com 68% do total das empresas, valor ligeiramente superior à sub-região onde a presença é de 62%;
- forte atomização empresarial: as empresas com menos de 10 pessoas ao serviço representam 97% do total das existentes; a estrutura apoiada nas muito pequenas e pequenas empresas está patente no número médio de pessoas por empresa: 3,4 e 4,5 para a Amadora e a sub-região respetivamente;
- à semelhança da Grande Lisboa é o ramo do Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos que absorve a maior fatia do emprego (mais de 20%), seguido das atividades de consultoria, administrativas e dos serviços de apoio (cerca de 17%);
- no Município, 1/5 do volume de negócios, ou seja 20%, está concentrado em apenas 4 empresas, situação que contrasta com a Grande Lisboa onde este valor desce quase para metade;
- os ramos que mais contribuem para o volume de negócios são o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (41%), seguido das indústrias transformadoras (19%); no setor secundário, destacam-se a “Fabricação de componentes elétricos” e a Fabricação de

- produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas” que em conjunto contribuem para mais de 70% do volume de Negócios neste ramo;
- a Amadora contribui com cerca de 4% do VAB da Grande Lisboa, mas se excluirmos a Capital este valor atinge praticamente os 10%;
 - pouco mais de 18% do VAB tem origem nas indústrias transformadoras, situação favorável face sub-região que regista 8,8%;
 - em 2011 cada indivíduo empregado contribuía com cerca de 23.800,00 Euros para o VAB do Município;
 - no Município as sociedades representam 32% do total das empresas; a sua presença é menor do que na Grande Lisboa onde este indicador atinge praticamente 38%;
 - a prevalência das muito pequenas e pequenas unidades comprova-se pelos 90,6% de sociedades com menos de 10 pessoas ao serviço contudo, comparativamente com as empresas, as sociedades destacam-se pelo facto de oferecerem mais postos de trabalho nas classes de dimensão (respetivamente 9,4% e 3% nas sociedades e empresas, nas classes 10-249 e 250 ou mais).

Demografia das empresas

Na perspetiva do “empreendedorismo”⁶, o Município da Amadora foi responsável por 6,9% das empresas criadas em 2011 na Grande Lisboa, valor que tem vindo a diminuir nos últimos 2 anos (7,2% em 2010, 7,5% em 2009), em virtude da redução progressiva do número de nascimentos. Ainda assim, a dinâmica na criação de empresas está patente na taxa de natalidade atingida em 2011 (14,6%), ligeiramente superior à da sub-região (13,6%).

Contudo, quando comparadas as taxas de mortalidade e de sobrevivência das empresas, a situação inverte-se: a Amadora apresenta uma taxa de mortalidade de 21,9%, e uma taxa de sobrevivência a dois anos (2009-2011) de 38,9%, enquanto que para a Grande Lisboa os valores são 20,3% e 43,2% respetivamente.

Neste sentido, poderá concluir-se que não obstante a iniciativa empresarial presente no Município, o saldo entre os nascimentos e as mortes é negativo, acrescido da dificuldade de afirmação no mercado, já que mais de metade das empresas criadas não conseguem permanecer ativas no intervalo de dois anos. Estas debilidades são certamente explicadas por fatores como a desadequação entre a

⁶ Segundo alguns especialistas existem neste momento empreendedores “forçados” que atendendo ao contexto económico tentam desenvolver um negócio como meio de sobrevivência, para superar a falta de oportunidades no mercado de trabalho, e de diminuição da dependência do Estado.

oferta e a procura, falta de viabilidade financeira etc., mas não podemos ignorar que o período em análise é particularmente desfavorável para o desempenho das empresas em virtude da conjuntura económica (por exemplo: agravamento da carga fiscal).

Por outro lado a desburocratização dos processos de criação/dissolução de empresas também é apontada como facilitador da dinâmica verificada (Quadro 6)

Quadro 6

Demografia das empresas

| REGIÃO | TAXA SOBREVIVÊNCIA 2 ANOS 2009-11 (1) | TAXA NATATALIDADE 2011 (2) | TAXA MORTALIDADE 2010 (3) PO |
|----------------|--|-------------------------------|---------------------------------|
| Lisboa | 42,8 | 13,8 | 20,3 |
| Grande Lisboa | 43,2 | 13,6 | 20,0 |
| Amadora | 38,9 | 14,6 | 21,9 |

Po - dados provisórios
 (1) - (Número de empresas ativas no ano n que tendo nascido no ano n-2 sobreviveram no ano n/ Número de empresas nascidas no ano n-2)*100
 (2) - (Número de nascimentos reais de empresas no ano n/ Número de empresas ativas no ano n)*100
 (3) - (Número de mortes reais de empresas no ano n/ Número de empresas ativas)*100

Fonte: INE, Demografia das empresas, 2011

A.3 - Nível tecnológico e economia baseada no conhecimento

A aplicação dos critérios internacionais de classificação das atividades económicas, segundo a intensidade tecnológica e da utilização de conhecimento, ao sistema produtivo do Município permite-nos traçar o seu perfil neste âmbito. Em primeiro procede-se à indicação do peso do emprego nestes grupos face ao total, de acordo com os indicadores mais usuais e só então depois se extraem os aspetos mais relevantes no interior de cada grupo. Refere-se então que:

- O ramo das Industrias de Alta e Média e Média-alta Tecnologia representa 4,2% do emprego.
- Os 3,7% dos postos de trabalho são gerados pelos Serviços Intensivos de Alta Tecnologia.
- As Tecnologias de Informação e Comunicação garantem emprego a 9% dos indivíduos.

Assim, nas indústrias transformadoras o emprego encontra-se repartido por 52% no segmento das indústrias de baixa e média-baixa tecnologia e 48% no segmento de média-alta e alta tecnologia; esta tendência de aproximação de valores tem vindo a acentuar-se em parte à custa da redução dos postos de trabalho na gama média baixa/baixa (Quadro 7).

Quadro 7

Classificação da indústria segundo a intensidade tecnológica de acordo com os grupos/classes da CAE (Rev.3)

| SEGMENTO | Nº | GRUPO (%) | TOTAL (%) |
|--------------------|--------------|------------|-------------|
| Baixa | 1.325 | 62,1 | 32,5 |
| Média-Baixa | 807 | 37,9 | 19,8 |
| <i>Total Grupo</i> | <i>2.132</i> | <i>100</i> | <i>52,4</i> |
| Média-Alta | 262 | 13,5 | 6,4 |
| Alta | 1.677 | 86,5 | 41,2 |
| <i>Total Grupo</i> | <i>1.939</i> | <i>100</i> | <i>47,6</i> |
| Total | 4.071 | | 100 |

Fonte: ME "Quadros de Pessoal" 2011

No segmento das indústrias de média-baixa e baixa tecnologia destacam-se as atividades de "Impressão" e "Alimentares" que absorvem quase 45% dos postos de trabalho; nas indústrias de média-alta tecnologia predomina o emprego na "Fabricação de produtos químicos, exceto farmacêuticos" (45%) seguidos de "Fabricação de máquinas e equipamentos"(25%); as atividades dedicadas à "Fabricação de equipamento informático, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos" (56,5%) e à "Fabricação de produtos farmacêuticos" (43,5%) esgota praticamente o emprego no segmento das indústrias de alta tecnologia.

A classificação do ramo dos serviços segundo o critério da utilização de conhecimento de alta tecnologia (SIAT), mostra o peso da "Consultoria e programação informática e atividades relacionadas", que absorve mais de 87% do emprego naquele grupo de serviços. Este ramo surge novamente como o maior empregador (36%) quando aplicado o critério de classificação das atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Realça-se que 73% dos grupos classificados como (TIC) são inexistentes ou apresentam valores residuais o que justifica uma aposta na diversificação (Quadros 8 e 9).

Quadro 8

Classificação dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (SIAT), de acordo com as divisões da CAE Rev.3 (OCDE)

| CAE (descrição) | % |
|--|------------|
| Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música | 3,0 |
| Atividades de rádio e de televisão | 0,2 |
| Telecomunicações | 4,3 |
| Consultoria e programação informática e atividades relacionadas | 87,6 |
| Atividades dos serviços de informação | 4,9 |
| Atividades de investigação científica e de desenvolvimento | 0,0 |
| Total | 100 |

Fonte: ME "Quadros de Pessoal" 2011; com tratamento DIG

Quadro 9

Classificação das atividades de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), de acordo com os grupos/classes da CAE Rev.3 (OCDE)

| CAE (descrição) | % |
|---|------------|
| Fabricação de componentes e de placas, eletrónicos | 23,3 |
| Fabricação de computadores e de equipamento periférico | 0,0 |
| Fabricação de aparelhos e equipamentos para comunicações | 0,0 |
| Fabricação de recetores de rádio e de televisão e bens de consumo similares | 0,0 |
| Fabricação de suportes de informação magnéticos e ópticos | 0,0 |
| Comércio por grosso de equipamento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) | 33,1 |
| Edição de programas informáticos | 1,1 |
| Telecomunicações | 1,8 |
| Consultoria e programação informática e atividades relacionadas | 36,4 |
| Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas; portais Web | 2,0 |
| Reparação de computadores e de equipamento de comunicação | 2,4 |
| Total | 100 |

Fonte: ME "Quadros de Pessoal" 2011; com tratamento DIG

A.4 - Investigação e desenvolvimento (I&D)

O nível tecnológico atingido pelas empresas/instituições depende em larga medida do investimento em atividades de investigação e desenvolvimento experimental e da transferência de conhecimento científico entre produtores e empresas. Só por esta via é possível alcançar ganhos de eficiência no processo produtivo e elevar a competitividade dos territórios. Neste sentido, importa conhecer a realidade do Município no que diz respeito à I&D, bem como o seu contributo para o desempenho da Região de Lisboa. A informação extraída do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico (Anexo 3) permite verificar que:

- em 2011 existiam na Amadora 34 unidades de investigação que envolviam cerca de 1.468 investigadores; em termos relativos, a Amadora contribui com 3% das unidades de investigação e dos recursos humanos existentes na Região;
- os recursos humanos estão repartidos pelas empresas (92%) e pelo Estado (8%), não existindo registos para os setores de execução Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos; pelo contrário, à escala da Região os ativos concentram-se essencialmente no Ensino Superior (57%) seguido das empresas (25%);
- o investimento total em I&D atingiu em 2011, cerca de 64 milhões de euros, representando cerca de 5% do investimento da Região; mais de 90% da despesa é assegurado pelas empresas, em linha com a análise na perspetiva dos recursos humanos; a concentração e vocação universitária da Cidade de Lisboa repercute-se naturalmente nos números da Região, onde as empresas contribuem apenas com 50% da despesa, sendo a outra metade repartida pelos restantes setores, com o Ensino Superior a assegurar a maior parte do remanescente (30%).

Apresentam-se alguns dos indicadores mais convencionais utilizados para traduzir o panorama da inovação no Município:

- Recursos humanos em I&D na população empregada na Amadora: 2% (metade do valor registado na Região de Lisboa).
- Investigadores (ETI) em I&D na população ativa: 1,2%.
- Repartição do investimento em I&D por setor de execução: empresas 92% e Estado 8%.
- Rácio da despesa por habitante na Região ($\pm 500\text{€}$) e Amadora (370€).

A.5 - Internacionalização de economia

De uma forma crescente, os mercados nacionais cederam lugar a um mercado global, criam-se novos espaços de integração para facilitar as trocas, surgem novos atores e novos modelos de negócios. Este novo enquadramento, que aparenta ser uma ameaça à sobrevivência das empresas, encerra igualmente inúmeras oportunidades.

Assim, numa época marcada pela globalização das empresas e das economias nacionais, a questão da competitividade ganhou especial relevo. Partindo do princípio que países e empresas estão intrinsecamente dependentes da competitividade, considera-se adequado aprofundar o conhecimento em relação à competitividade dos territórios, especialmente no que diz respeito aos fatores determinantes da competitividade territorial, deixando, obviamente, de lado as abordagens teóricas que refutam o papel do território neste contexto.

A mais-valia dos territórios radica na capacidade de atrair empresas e capital, apostando na conjugação dos fatores tradicionais (recursos naturais e na mão-de-obra) e de fatores aportados pela globalização (conhecimento e inovação). Se por um lado, a ideia de globalização da atividade económica “compromete” a identidade das nações, por outro faz emergir a escala regional/local como a mais adequada para potenciar a diferenciação territorial. Compete portanto ao poder público, num modelo mais ou menos interventivo, valorizar os atributos específicos do território, garantir a coerência da dinâmica organizacional do tecido empresarial e fomentar a capacidade de inovação do tecido empresarial.

Pese embora a escassez de informação disponível para estudar este fenómeno à escala municipal, optou-se por explorar o tema de internacionalização da economia, assentando a abordagem em quatro eixos: trocas comerciais, participação externa no capital social das empresas, presença e posição das empresas nos rankings e o setor do turismo.

Tendo por base o **valor declarado de mercadorias (Euros) por município da sede dos operadores** em 2011, refere-se que:

- as exportações não chegam a cobrir 1/5 das importações, valor mais baixo nos municípios que compõem a Grande Lisboa;
- o comércio internacional faz-se principalmente com os Estados-Membros da UE, mas no domínio das exportações, os países fora da UE absorvem quase metade do valor das transações em 2011;
- as exportações representam 1,3% da Região de Lisboa e as importações 3,2%;
- se excluirmos a Capital desta análise, o peso da Amadora passa para 2,1% nas exportações e 6,6% nas importações (Anexo 4).

Relativamente à **composição do capital social das empresas**⁷, os dados recolhidos para 2011 demonstram que:

- o tecido empresarial da Amadora assenta na sua maioria em capital privado de origem nacional (97%);
- as empresas participadas com capital estrangeiro igual ou superior a 50% do Capital Social representam apenas 2,5% do total de empresas e geram cerca de 17% dos postos de trabalho no Município;
- apenas 1 empresa estrangeira detém a totalidade do capital social, mas emprega mais de 1.300 pessoas;

A presença de **empresas nos rankings nacionais** é um processo de candidatura voluntário, constituindo uma mais-valia na projeção da sua imagem no contexto empresarial. Destaca-se a presença nos ranking *Greatplacetowork em Portugal 2013* e *PME Líder 2013 Parceria BES/Jornal Diário Económico*⁸

O setor do **turismo** é determinante na internacionalização da atividade económica, em particular pela sua transversalidade. A propósito da experiência turística é possível combinar vários setores (mobilidade, alojamentos, restauração, cultura etc.), e ativos (património natural e histórico, material e imaterial, paisagem, arquitetura, etc.) que convergem para a geração de riqueza, potenciando o turismo como plataforma de exportação do País. É neste domínio que se conjuga uma teia complexa de fatores de competitividade e diferenciação territorial, porque se é um facto que o impacto da globalização no turismo gerou uma atividade cada vez mais global ao nível da procura, também é verdade que contribuiu para a territorialização de bens e serviços ao nível da oferta.

Inserida num território com um potencial turístico singular (diversidade natural, monumental e cultural), a Amadora contribui de modo muito modesto para os indicadores que medem a dinâmica do setor na Região de Lisboa. Assim, segundo o INE⁹ em 2011:

- O indicador que mede a intensidade turística (número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes) situava-se em 33,1, valor mais baixo da Grande Lisboa para os municípios com dados publicados.
- A população portuguesa era a maior utilizadora da oferta hoteleira, uma vez que a estrangeira representava apenas 12% no total das dormidas.
- O número médio de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros registou 1,5, embora no caso das dormidas estrangeiras este valor suba ligeiramente para 2,3.
- Foi 49 Euros o ganho médio obtido por hóspede em cada estadia na Amadora, menos de metade do valor da Região (100,58 Euro).

⁷ Fonte: Ministério de Economia e do Emprego/DSE

⁸ Ranking das 25 empresas do "Greatplacetowork 2013": 25º lugar - Ranking PME Líder 2013 Parceria BES/Jornal Diário Económico. 39 presenças numa lista com 6.827 PME's; No ranking das primeiras 1.000 estão representadas 4; outras 4 receberam o prémio PME Excelência 2013

⁹Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2011, edição de 2012

É certo que a presença da capital do País nesta unidade territorial introduz grandes distorções nos valores apurados, fazendo pender sistematicamente para a metrópole o papel de grande motor de riqueza, a que se juntam outros municípios com forte tradição turística, em que o setor é assumido como eixo estratégico de desenvolvimento da sua base económica.

Neste contexto, face à vocação residencial da Amadora, à sua inserção geográfica e à matriz de acessibilidades de que beneficia, caberá ao Município explorar um conjunto de atividades de suporte a Lisboa ou do itinerário *Lisboa-Sintra*. Poderá ainda colaborar na afirmação da Região de Lisboa como um dos principais destinos turísticos nacionais e internacionais, através da valorização da dimensão cultural, em que em bom rigor já constitui uma referência internacional com o Festival de Banda Desenhada. Com efeito, o turismo está intrinsecamente ligado à cultura e à criatividade, na perspetiva da inovação e da diferenciação, contrariando a tendência de homogeneização de referências e valores impostas pela globalização. As atividades criativas, traduzidas em indústrias e em produtos, são instrumentos-chave para a valorização dos territórios e em particular para a dinamização e regeneração de espaços urbanos.

É neste entendimento que o setor cultural e criativo tem vindo a ganhar relevo no quadro institucional, motivando a realização de estudos setoriais aprofundados¹⁰ e a inscrição de objetivos e medidas concretas em documentos estratégicos nacionais, por exemplo no PNPT e no PROTAML (versão 2010). O reconhecimento do seu papel não se restringe à perspetiva do acesso equitativo dos cidadãos, contribuindo para o reforço da qualificação individual e da coesão social e territorial, mas acima de tudo porque constitui um fator de desenvolvimento e de internacionalização da economia, com um enorme potencial ainda por explorar.

A metodologia adotada nos estudos de diagnóstico do PROTAML (2010), identificou quatro grupos de atividades¹¹ que integram as indústrias culturais e procedeu à abordagem sectorial e territorial das mesmas no contexto da região.

Recorrendo à mesma classificação foi possível verificar que entre 2006 e 2011 o Município registou uma taxa de variação dos estabelecimentos de -11% e -14% em número de pessoas ao serviço (149 estabelecimentos e 1.647 pessoas ao serviço em 2006; 134 estabelecimentos e 1.346 pessoas ao serviço em 2011).

A Amadora contribui com 3,5% dos estabelecimentos e 3,8% do emprego destas atividades na AML, valores que regrediram face a 2006 (Anexo 5).

¹⁰ *Sector Cultural e Criativo em Portugal (2010)*

A Cultura e a Criatividade na Internacionalização da Economia Portuguesa (2014)

¹¹ CAE 22 - Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados; CAE 74- Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas; CAE 91 -Atividades Associativas diversas n. e. CAE 92- Atividades Recreativas Culturais e Desportivas

A.6 - Dependência face ao emprego

A relação de dependência traduz uma combinação de fatores como a dinâmica da atividade económica, a capacidade de atrair e fixar emprego, o perfil demográfico e profissional dos residentes e o desemprego.

Neste pressuposto avalia-se o grau de dependência do Município face ao emprego no período de vinte anos.

Quadro 10

Relação entre residentes e não residentes ao nível do emprego

| AMADORA | ANOS | | | TAXA VARIACÃO | |
|---|--------|--------|--------|---------------|-------|
| | 2011 | 2001 | 1991 | 01/11 | 91/01 |
| Residentes na Amadora com emprego | 73.668 | 79.122 | 84.273 | -6,9 | -6,1 |
| Residentes na Amadora com emprego fora da Amadora | 48.095 | 52.294 | 57.337 | -8,0 | -8,8 |
| Residentes e empregados na Amadora | 25.573 | 26.828 | 26.936 | -4,7 | -0,4 |
| Empregados na Amadora | 51.825 | 48.689 | 44.057 | 6,4 | 10,5 |
| Empregados na Amadora e residentes fora da Amadora | 26.252 | 21.861 | 17.121 | 20,1 | 27,7 |
| 1) Peso relativo dos residentes no emprego da cidade | 49,3% | 55,1% | 61,1% | | |
| 2) Peso relativo dos residentes com empregos fora da cidade | 65,3% | 66,1% | 68,0% | | |

1) (Empregados e residentes no Município/Empregados no Município) x100
2) (Residentes com emprego fora do Município/Residentes no Município com emprego) x100

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

- a proporção da população residente empregada cujo local de trabalho é noutra município, passou de 68% para 65,3% entre 1991 e 2011, demonstrando sinais muito ténues de abrandamento do grau de dependência da Amadora face ao emprego;
- o reforço da atratividade do Município manifestado pela criação de postos de trabalho traduziu-se na variação positiva dos empregados e residentes fora da Amadora (20,1%);
- a redução da percentagem dos residentes empregados, face ao total do emprego do Município (55,1% em 2001 e 49,3% em 2011), tendência já manifestada no decénio anterior. O reforço do emprego na Amadora em 6,4% não foi suficiente para colmatar a descida dos residentes com emprego que registou uma variação negativa de quase 5%.

A.7 - Perfil socioeconómico da população residente

Apresenta-se o perfil socioprofissional da população residente na medida em que este poderá influenciar o objetivo em análise nos eixos que visam favorecer a criação de emprego e o reforço da competitividade (Anexo 6 e 7):

- em 2011 a maioria da população residente na Amadora com mais de 15 anos, tem o trabalho como principal fonte de rendimento (49,6%), a que se segue o produto de pensões (27%); se a este grupo juntarmos os beneficiários de prestações sociais, podemos verificar que mais de 33% dos residentes depende do sistema social para sobreviver; estes valores agravaram-se face a 2001, com um reforço do peso dos pensionistas (mais de 8.000 indivíduos a que corresponde uma taxa de variação de 25%) e a acentuada regressão da força de trabalho que contribui para o sistema social (desapareceram mais de 10.000 trabalhadores o que equivale uma taxa de variação de -12,5%);
- no contexto da Grande Lisboa, excluindo a Capital, a Amadora destaca-se no conjunto dos restantes municípios por divergir da região onde a percentagem de trabalhadores atinge os 54% e os pensionistas e dependentes de apoio social representam (28%);
- em 2011 a maioria da população residente trabalhava por conta de outrem (84,8%), os patrões representavam pouco mais de 8% e os trabalhadores por conta própria cerca de 5%;
- relativamente à distribuição do peso de cada grupo, a situação apresentada não diverge da registada em 2001, porém, em termos de variação regista-se um decréscimo, quer de empregadores (-880 indivíduos), quer de trabalhadores por conta de outrem (-1.1982 indivíduos) que em conjunto explicam a redução de quase 13.000 residentes empregados, no decénio em análise;
- a Amadora regista uma taxa de variação da população residente empregada negativa, consonante com a Grande Lisboa (-5,6%) e a Capital (-8,7%), mas com a particularidade de ser mais acentuada (-15%).

Esta regressão dos ativos do Município deve ser objeto de reflexão pois a leitura das pirâmides etárias que combinam a distribuição residentes/ativos e a sua evolução no último decénio é preocupante, recentrando a discussão nas questões que derivam do envelhecimento (Anexo 8 e 9).

Há três indicadores que retratam o binómio mercado de trabalho/proteção social na Amadora em 2011 e que importa referir:

- O número de inativos por 100 ativos é de 72.
- O número de idosos por cada 100 indivíduos em idade ativa é de 28 (ou o número de indivíduos em idade ativa por idoso é igual a 3,6).
- O número de pensionistas da segurança social por 100 ativos é de 55.

Perfil de escolaridade e qualificação

O aumento da qualificação das populações constitui uma exigência para que as cidades possam enfrentar mercados em constante transformação em que predominam o avanço tecnológico acelerado e a reorganização dos processos produtivos com implicações nas estruturas de emprego.

Nos últimos vinte anos, assistiu-se em termos gerais ao recuo da população com níveis de instrução mais reduzidos, designadamente até ao 2º ciclo do ensino básico e um aumento dos níveis de qualificação superiores.

A população da região de Lisboa apresenta, comparativamente com as restantes, níveis de ensino mais elevados, assumindo a Grande Lisboa como a sub-região com maior peso de população com ensino superior, de 23,6% comparativamente à média nacional de 15,1%.

Neste contexto importa referenciar a posição do Município em 2011:

- 16,3% da população residente possui ensino superior completo, o que significa que em duas décadas a proporção de diplomados com ensino superior quase triplicou uma vez que a mesma representava 10,75% em 2001 e 6,37% em 1991.
- 30% da população entre os trinta e os trinta e quatro anos tinha obtido uma licenciatura.

Este indicador apesar de positivo fica aquém do recomendado pela Estratégia Europa 2020, a qual aponta como objetivo que pelo menos 40% das pessoas de 30-34 anos de idade disponham de um diploma de curso superior até ao final da década.

- 56% dos residentes tinha completado pelo menos o 3º ciclo do ensino básico.
- 60% de jovens entre os vinte e os vinte e quatro anos tinha concluído pelo menos o ensino secundário.

O progresso registado nos níveis de qualificação correspondentes ao ensino básico 3º ciclo e ao ensino secundário não foi suficiente para igualar a Amadora ao nível médio da instrução verificado nos municípios da Grande Lisboa (respetivamente -6 e -4 pontos percentuais face à média da Grande Lisboa).

A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) estabelecia que a população com ensino secundário (em % do grupo etário 20-24 anos) deveria atingir 65% em 2010.

Relativamente à **formação profissional** verificou-se um aumento progressivo da participação em cursos profissionais no ensino secundário em todos os municípios da Grande Lisboa posicionando-se a Amadora como o segundo Concelho com maior taxa de participação em cursos profissionais no ensino regular depois de Lisboa. A expansão do ensino profissional nos estabelecimentos sediados na Amadora¹² assenta em 2013 numa oferta repartida pelas escolas públicas (50%), pela Escola Profissional Gustave Eiffel (31%) e pela Escola Intercultural e das Profissões (19%) e tem sido uma medida que contribuiu para a redução do peso das baixas qualificações. Atualmente as áreas de formação com maior frequência são a informática, multimédia e restauração perfazendo 40% da oferta; os cursos técnicos de saúde, gestão desportiva e apoio à infância detêm um peso de 25%; as áreas de eletrónica, instalações elétricas e das energias renováveis apresentam uma oferta de 16%; a área da contabilidade e gestão ocupa 6% das turmas e a restante oferta, de 13%, reparte-se por cursos sobre organização de eventos, logística, design e comunicação.

O ensino profissional de nível secundário deve procurar responder às exigências do mercado de trabalho na Região de Lisboa, capacitando os ativos e direcionando-os para o perfil de especialização produtiva que se vier a identificar. Deste modo, os domínios da educação e da formação devem centrar esforços e recursos numa significativa alteração dos níveis e padrões de qualificação dos cidadãos direcionados no apoio ao aumento da produtividade, contribuindo ainda, para uma melhoria de qualificações da população e aumento das perspetivas de integração no mercado de trabalho.

A evolução positiva do perfil profissional da população residente empregada é um fator importante para a sustentabilidade da base económica do Município e da região (Anexo 10).

Em 2011:

- Cerca de 35% do emprego corresponde a quadros dirigentes, a especialistas das atividades intelectuais e científicas e a profissões técnicas intermédias. Comparativamente, estes mesmos grupos representam 43,5% dos empregados residentes na Grande Lisboa e a 56,6% na cidade de Lisboa.
- 23,2% do emprego corresponde aos trabalhadores dos serviços de segurança, serviços pessoais e vendedores.
- 14,3% do emprego corresponde aos trabalhadores não qualificados.
- 10,3% do emprego corresponde aos operários.

¹² CMA-DEDS/DSE – Levantamento dos cursos profissionais 2012-2013

O emprego

Em 2011, a taxa de emprego da população residente era de **49,4%**, tendo diminuído 8 pontos percentuais na última década; 66,9% da população entre os 20-64 anos estava empregada, sendo esta percentagem inferior à meta de 75% recomendada para o mesmo escalão etário pela Estratégia Europa 2020.

Na análise do acesso ao emprego admite-se que os indivíduos apresentam diferentes características que podem determinar a sua integração no mercado de trabalho (sexo, idade, habilitações, formação, experiência profissional, competências pessoais, etc.) Do mesmo modo, a integração territorial das empresas pode condicionar o acesso ao emprego, significando por isso, que o mesmo indivíduo poderá ter níveis de acesso diferenciados consoante o território onde reside.

No que diz respeito à segmentação por sexo, as mulheres têm apresentado taxas de emprego inferiores às dos homens, contudo em 2011 a participação feminina aproximou-se da masculina: a taxa de emprego foi de 48% nas mulheres e 51% nos homens. Este cenário poderá ser explicado desde logo pela estrutura demográfica da população residente (segundo o Censo de 2011 o saldo entre sexos favorecia as mulheres em cerca de 10.000 indivíduos) e pela chegada de emigrantes femininos em idade ativa, o que explica os níveis de fecundidade registados no Município.

O mercado de trabalho apresenta outro tipo de disparidades designadamente no que concerne aos ganhos médios mensais entre trabalhadores. Salientam-se para a Amadora em 2011 **as desigualdades nos rendimentos** entre trabalhadores por conta de outrem:

- entre sexos, situava-se em 16,7% (valor que supera a Grande Lisboa com 12%);
- entre níveis de habilitação registava 44%, agravando-se ligeiramente face ao ano anterior (42,3%);
- entre profissões, com 52,6%; este valor ultrapassa a sub-região em cerca de 3 pontos percentuais (tendência que se mantém desde 2005).

A idade também pode constituir um fator diferenciador no mercado de trabalho. A taxa de emprego dos indivíduos com idade entre os 55-64 é um indicador que ajuda a medir a participação da população mais envelhecida. Na Amadora esta taxa tem-se mantido estável, na ordem dos 44,3% em 2011, o que significa que mais de metade dos indivíduos nesta faixa etária já não está empregado, seguindo a tendência da região onde se insere.

A presença de jovens no mercado de trabalho tem vindo a diminuir ao longo da última década. De facto entre 2001 e 2011 a taxa de atividade dos indivíduos com idades entre 15 e 24 anos passou de 49,8% para 40,1%. Esta diminuição resulta da entrada mais tardia dos jovens no mercado de trabalho devido ao prolongamento da escolaridade, como se pode verificar pela proporção de

estudantes (15-24) na população residente no mesmo grupo etário: 49,7% em 2011 e 43,7% em 2001. Por outro lado a proporção de jovens desempregados na população residente passou de 7,7% para 12,8% entre 2001 e 2011.

Partindo do Inquérito ao Emprego, o INE calculou pela primeira vez, em 2013, uma taxa que identifica os jovens não empregados que não estão em educação ou em formação (NEEF)¹³. Segundo os cálculos em 2012 (média anual) existiam 14,1% de indivíduos com idade entre os 15 e 24 anos naquela situação, representando cerca de 159,5 mil pessoas.

Centrando a análise nos jovens residentes na Amadora naquele intervalo de idades e fazendo um raciocínio simplificado com os dados recolhidos no Censo de 2011, segundo o critério da condição perante o trabalho e principal meio de vida, podemos observar que os indivíduos residentes sem atividade económica representam cerca de 10% do total no escalão, excluindo os estudantes.

O emprego nos estabelecimentos existentes na Amadora, no mesmo ano de referência, era maioritariamente assegurado por indivíduos habilitados com o ensino básico (53%) e com o ensino secundário (24%). O nível de qualificações da mão-de-obra ao serviço no Município repartia-se entre quadros médios e superiores (21%), profissionais qualificados e semiquualificados (51%) e profissionais indiferenciados (12,1%), (Anexos 11 e 12).

Por sua vez, no que se refere ao universo dos **trabalhadores estrangeiros ao serviço** (por conta de outrem) prevalecem os mesmos graus de habilitação, mas em conjunto, básico e secundário, ultrapassam os 83%; em oposição, é diminuto o peso dos indivíduos com o ensino superior: apenas 11% contra 21% quando considerado o total das pessoas ao serviço. Os profissionais semiquualificados (35,1%) constituem o grosso da mão-de-obra proveniente do estrangeiro, enquanto que o peso dos quadros médios e superiores não vai além dos 8%.

O desemprego

Avaliar o fenómeno do desemprego à escala municipal é muito complexo e na verdade só é possível aferir as variáveis principais no momento censitário (população empregada, desempregada, ativa), possibilitando o cálculo das respetivas taxas de emprego, desemprego, atividade, etc. Nos períodos intercensitários, o INE realiza o Inquérito ao Emprego, mas este não está estruturado para fornecer dados desagregados ao município. Como se compreenderá, o conhecimento do desemprego não se compadece com horizontes temporais tão longos e a única opção para contornar as limitações referidas é o recurso

¹³ O Município realizou através do projeto Programa TYPE a um estudo sobre os jovens NEET residentes nos bairros do Zambujal e Casal da Mira

à informação estatística disponibilizada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, resultante do aproveitamento dos atos administrativos decorrentes da atividade realizada pelos Centros de Emprego.

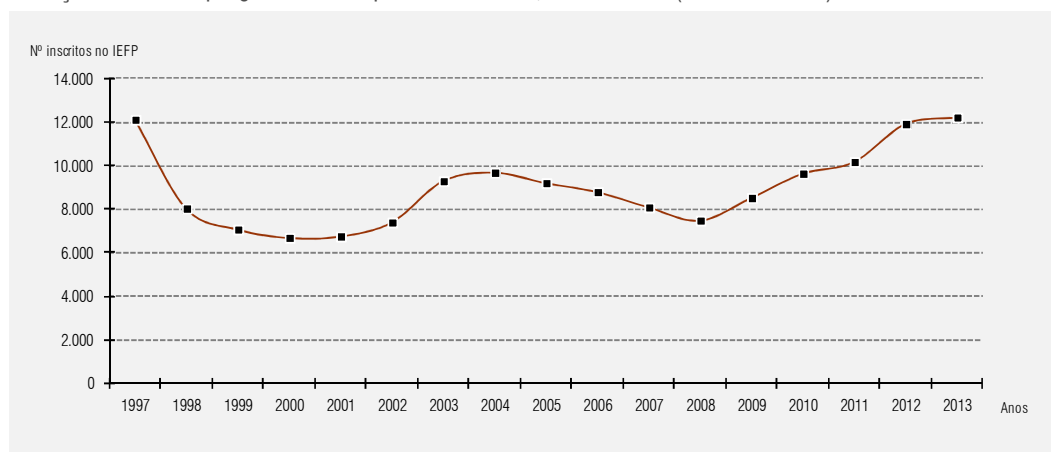
Sublinha-se que os resultados disponibilizados por estas duas fontes não são comparáveis, uma vez que a metodologia de recolha e tratamento dos dados difere substancialmente.

Relativamente aos dados recolhidos nas operações de recenseamento destaca-se que:

- A Amadora assistiu a um agravamento da taxa de desemprego, sobretudo na última década: 6,8% em 1991, 7,8% em 2001 e 15% em 2011.
- Estes dados estão em consonância com os valores da Grande Lisboa (7%, 7,1% e 12% em 1991, 2001 e 2011 respetivamente), com a particularidade de na Amadora o valor de 2011 ultrapassar ligeiramente a taxa da sub-região e do Continente (13,2%).
- Na Amadora, o desemprego jovem (15-24 anos) em 2011 situava-se num nível mais crítico do que na sub-região ou no Continente, atingindo uma taxa de 32% contra 29,6% e 27,7% respetivamente.

Figura 2

Evolução do desemprego no Município da Amadora, 1997-2013 (média mensal)



Fonte: IEFP, 1997 a 2013

Recorrendo à informação IEFP entre 1997 e 2013 a curva do desemprego na Amadora registou um comportamento muito heterogéneo, contudo podemos individualizar quatro momentos: decréscimo significativo entre 1997-2001; no período 2002-2004 o número de inscritos sobe ligeiramente, retomando a descida entre 2005 e 2008; o intervalo 2009-2013 contrasta com o anterior pela subida

significativa, atingindo em 2013 quantitativos idênticos a 1997 (os desempregados inscritos ultrapassam os 12.000 indivíduos).

Os números registados refletem naturalmente a conjuntura económica a nível nacional/internacional com tradução à escala local, que o Município acompanha. Referem-se os efeitos do processo de desindustrialização ocorridos no ramo das indústrias metalo-mecânicas e de base na década de 90, a transição para uma economia baseada no terciário (social e económico) e os efeitos decorrentes da aplicação do Programa de Assistência Financeira a que o País foi sujeito a partir de 2011.

Por outro lado, os ajustamentos introduzidos nos critérios de elegibilidade dos indivíduos na proteção em situação de desemprego, que na prática traduzem as orientações da política de proteção social no país, quer no que diz respeito às prestações sociais ou às alternativas de ocupação apresentadas, também concorrem para fazer variar o número de inscritos.

Uma leitura rápida do desemprego registado segundo o atributo das habilitações dos desempregados levar-nos-ia a concluir que o desemprego tem vindo a aumentar a sua incidência no grupo dos indivíduos mais habilitados (Quadro 11).

Quadro 11

Desemprego registado segundo as habilitações literárias na Amadora

| HABILITAÇÕES LITERÁRIAS | DEZEMBRO 1997 | DEZEMBRO 01 | DEZEMBRO 13 |
|-------------------------|---------------|--------------|---------------|
| Nenhum nível ensino | 476 | 491 | 737 |
| Ensino Básico | 6.296 | 6.490 | 6.165 |
| Ensino Secundário | 1.494 | 1.701 | 2.830 |
| Ensino Superior | 521 | 838 | 1.211 |
| Total | 8.787 | 9.520 | 10.943 |

Fonte: IIEFP, 1997, 2001 e 2013

Contudo, estes valores não devem ser descontextualizados do progresso verificado no domínio da educação, devendo ter em conta fatores como o aumento da escolaridade obrigatória e a aprendizagem ao longo da vida. Com efeito, o esforço de investimento público e individual na formação tem-se refletido no perfil dos desempregados e dos jovens que tentam pela primeira vez entrar no mercado de trabalho. Por outro lado, estes valores também podem espelhar os efeitos geracionais do desemprego (permanência em ficheiro de desempregados de longa duração com menor grau de instrução e outros até aqui inativos que face à crise viram-se obrigados a procurar uma ocupação) e o perfil dos imigrantes que escolheram a Amadora como Município de acolhimento.

Outro indicador no domínio do desemprego que importa observar é a sua duração, medida pelo tempo de inscrição nos Centros de Emprego. Se é um facto que entre 1997 e 2001 se registou uma regressão no desemprego nas duas categorias, consequência do decréscimo do total de inscritos, entre 2001 e 2013 assiste-se a um aumento generalizado e a uma reconfiguração em termos relativos: o desemprego de curta duração (inferior a 12 meses) superou o desemprego de longa duração (igual ou superior a 12 meses), (Quadro 12).

Quadro 12

Desemprego registado na Amadora segundo a duração

| DURAÇÃO DA PROCURA | DEZEMBRO 1997 | DEZEMBRO 01 | DEZEMBRO 13 |
|--------------------|---------------|--------------|---------------|
| < 1 ano | 3.614 | 3.139 | 5.667 |
| >= 1 ano | 5.173 | 3.216 | 5.276 |
| Total | 8.787 | 6.355 | 10.943 |

Fonte: IEFP, 1997, 2001 e 2013

Os dados fornecidos pelo Centro de Emprego demonstram que relativamente ao desemprego por categoria, mais de 90% dos desempregados estariam à procura de novo emprego nos três momentos em análise (Quadro 13).

Quadro 13

Desemprego registado na Amadora segundo a situação face à procura

| DURAÇÃO DA PROCURA | DEZEMBRO 1997 | DEZEMBRO 01 | DEZEMBRO 13 |
|--------------------|---------------|--------------|---------------|
| 1º Emprego | 859 | 275 | 730 |
| Novo Emprego | 7.928 | 6.080 | 10.213 |
| Total | 8.787 | 6.355 | 10.943 |

Fonte: IEFP, 1997, 2001 e 2013

Em conjunto, os grupos dos “Profissionais não qualificados” e “Pessoal dos serviços e vendedores” perfazem praticamente metade do total de desempregados inscritos em dezembro de 2013 (44,3%). Este universo reúne as profissões menos qualificadas, em particular nos subsectores do comércio e serviços; a ausência de especialização da mão-de-obra permite uma maior dinâmica no emprego, embora se desconheçam as condições oferecidas aos que são reintegrados (Anexo 13).

Sucintamente referem-se as ideias a reter sobre o desemprego registado em dezembro de 2013:

- O desemprego atinge sobretudo os indivíduos com idade entre 35-54 anos (48%).
- Os indivíduos do sexo masculino são mais afetados pelo desemprego do que os do sexo feminino (52,5% em oposição a 47,5%).
- No desemprego de longa duração (tempo de inscrição superior a 2 anos) os valores têm vindo a aproximar-se nos dois sexos (24%) quando este valor, tem sido sempre superior nas mulheres (desde que se passou a proceder à recolha de dados).
- O desemprego de muito longa duração (superior a 24 meses) regista já 24% do total registado.
- Dos diversos motivos referidos no momento das inscrições, o "Fim do trabalho não permanente" ocupa o primeiro lugar com 38,2% do total de respostas.

Há um conjunto de dados que poderiam revelar-se muito úteis, em particular no contexto que atravessamos, mas que têm um acesso restrito ou são inexistentes, nomeadamente: os quantitativos da emigração, facto que certamente se faz sentir no Município, mas que o INE só dispõe para o País e a prevalência de casais em que ambos os cônjuges se encontram desempregados (que o IEFP não disponibiliza).

O tecido empresarial caracteriza-se pela forte presença dos empresários em nome individual (68%) seguidos das sociedades (32%). Prevalece a atomização do tecido empresarial (unidades de muito pequena e pequena dimensão) assente em capital social privado de origem nacional (97%).

A recomposição da base económica refletiu-se na regressão dos ramos tradicionais (indústria transformadora e construção) e na terciarização do emprego (83% do total do emprego está no setor III e 20% do emprego está no ramo do Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos).

A I&D no Município é praticamente realizada pelas empresas, quer na perspetiva da afetação de recursos humanos (92%) quer na perspetiva do investimento (90%), estando apenas 2% da população empregada na Amadora envolvida em atividades de I&D (metade do valor da Região de Lisboa).

As indústrias transformadoras classificadas de baixa e média-baixa tecnologia garantem emprego a mais 52% dos indivíduos empregados no sector II, enquanto que a indústria de média-alta e alta tecnologia emprega 48%; esta aproximação de valores tem vindo a acentuar-se em parte à custa da redução dos postos de trabalho na gama média baixa/baixa.

A maioria da população residente na Amadora com mais de 15 anos, tem o trabalho como principal fonte de rendimento (49,6%), a que se segue o produto de pensões (27%). Se a este grupo juntarmos os beneficiários de prestações sociais, podemos verificar que mais de 33% dos residentes depende do sistema social para sobreviver.

No decénio 2001-2011 o Município perdeu cerca de 10.000 trabalhadores e ganhou 8.000 pensionistas.

No universo dos residentes, 85% da população trabalhava por conta de outrem, os patrões representavam pouco mais de 9% e os trabalhadores por conta própria cerca de 5%.

Verificou-se um reforço da atratividade do Município, demonstrado pelo acréscimo de empregados que residem fora da Amadora (20% entre 1991 e 2011 que corresponde a 9.000 indivíduos)

No intervalo 1991/2011 assiste-se a um decréscimo do peso relativo dos residentes no emprego do Município (61% para 49%) e no emprego fora do Município (68% para 65%).

Três indicadores colocam o tema do envelhecimento no centro das preocupações: há 72 inativos por cada 100 ativos; existem 28 idosos por cada 100 ativos; 55 é o número de pensionistas da segurança social por 100 ativos.

A taxa de emprego da população residente em idade ativa era de 63,2%, tendo diminuído 6,1 pontos percentuais na última década. A participação feminina no mercado de trabalho ultrapassou a masculina: a taxa de emprego foi de 52,1% nas mulheres e 47,9% nos homens.

Intimamente relacionado com as exigências do mercado de emprego, refere-se o progresso no nível de escolaridade dos residentes, 16,3% possui ensino superior completo, o que significa que em vinte anos a proporção de diplomados com ensino superior quase triplicou (6,37% em 1991). Apesar da evolução positiva estamos aquém do valor registado na Grande Lisboa com 23,6%.

Cerca de 35% do emprego corresponde a quadros dirigentes, a especialistas das atividades intelectuais e científicas e a profissões técnicas intermédias (valores inferiores quando comparados com os residentes na Grande Lisboa e em Lisboa-município com 43,5% e 56,6% respetivamente); 14,3% do emprego corresponde aos trabalhadores não qualificados.

Em vinte anos a percentagem de empregadores com habilitações superiores passou de 8% para 22%, mas ainda assim está longe dos valores da sub-região (30%);

Assistiu-se a um agravamento da taxa de desemprego, 6,8% em 1991 e 15% em 2011. Sublinha-se que o desemprego jovem (15-24 anos) em 2011 se situava num nível mais crítico (32%) do que na sub-região (29,6%) ou no Continente (27,7%).

Matriz de análise de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

PONTOS FORTES

Centralidade geográfica e matriz de acessibilidades elevam as condições de atratividade do território.

Reforço da capacidade de atração e fixação do emprego no Município.

Progressiva qualificação da população residente (Grupos profissionais 1, 2 e 3 quadros superiores e dirigentes, especialistas das profissões intelectuais e científicas e técnicos de nível intermédio).

Boa cobertura de redes de transporte e distribuição de gás natural, energia elétrica e de telecomunicações.

Contexto favorável ao desenvolvimento das atividades centradas na Economia Baseada no Conhecimento.

Aposta no marketing territorial como instrumento de valorização do esforço de infraestruturização e qualificação do território, promovendo uma imagem de modernidade e de afirmação para a instalação de atividades.

PONTOS FRACOS

Crise económica e financeira refletiu-se na dinâmica do território medida em termos de empresas, emprego e internacionalização.

Acréscimo dos pensionistas/reformados e regressão dos ativos que contribuem para o sistema social.

Elevado número de beneficiários dependentes do sistema social como principal meio de vida (reforma/pensão, subsídio de desemprego e outras prestações sociais).

Fraca expressão de recursos humanos em atividades de I&D na população empregada.

Percentagem de diplomados entre os 30 e os 34 anos (30%) distante da meta recomendada na Estratégia Portugal 2020 (40%).

Indicadores que medem o contexto associado ao turismo quase incipientes, constituindo um entrave à internacionalização.

A conjugação entre a proximidade à Capital e a excelente acessibilidade contribuem para a valorização fundiária dificultando a instalação de atividades económicas.

OPORTUNIDADES

Área industrial em declínio que beneficia de localização de excelência para se regenerar e dinamizar projetos de base regional.

Alteração do paradigma energético possibilitando o surgimento de soluções inovadoras (redes inteligentes, iluminação eficiente, mobilidade sustentável).

Potencial de integração metropolitana sustentada em modos de transporte público preferencialmente em sítio próprio e numa boa rede de interfaces multimodais.

Dinâmica na indústria transformadora (medida em termos de VAB) pode revelar potencial num contexto de reindustrialização.

Posição geográfica e acessibilidades propícias à instalação de alojamento turístico com preços competitivos aproveitando o eixo Lisboa-Sintra.

O novo período de programação comunitária 2014-2020 dedica uma importante fatia de investimentos dirigidos à competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego e capital humano, privilegiando o apoio às empresas.

As tendências de transformação recente perceptíveis à escala metropolitana e as potencialidades associadas à emergência de uma nova centralidade na Amadora, encontram-se ilustradas no anel de polaridades definido no modelo territorial do Plano Diretor Municipal de Lisboa, exigindo a necessária articulação entre os dois municípios.

AMEAÇAS

Impactos do Novo Regime de Arrendamento Urbano ainda por conhecer no que respeita à reconfiguração das atividades económicas em particular no ramo do retalho.

Desconhecimento dos números reais da emigração e do perfil socioeconómico dos indivíduos.

Desequilíbrios demográficos internos em termos da sustentabilidade do mercado de trabalho.

A estrutura económica excessivamente apoiada nos ramos do comércio e restauração pode ter consequências negativas ampliadas, num quadro financeiro como o que atravessamos, face à retração do consumo.

A taxa de emprego da população residente entre 20-64 anos tem vindo a regredir divergindo da meta estabelecida para o mesmo escalão etário pela Estratégia Europa 2020 (75%).

Desemprego jovem atinge níveis críticos, mais altos que na sub-região ou no Continente.

Aumento do desemprego de longa duração e dificuldade de reintegração no mercado de trabalho (desemprego de longa duração representa quase 1/4 do desemprego total).

Precarização dos vínculos laborais demonstrado pelo peso do “Fim do trabalho não permanente” como principal motivo apontado no momento de inscrição dos desempregados.

O desconhecimento sobre o grupo dos desempregados “desencorajados” e/ou que já não tem direito a apoios sociais não permite ter a dimensão real do desempregado ou da população em risco de pobreza.

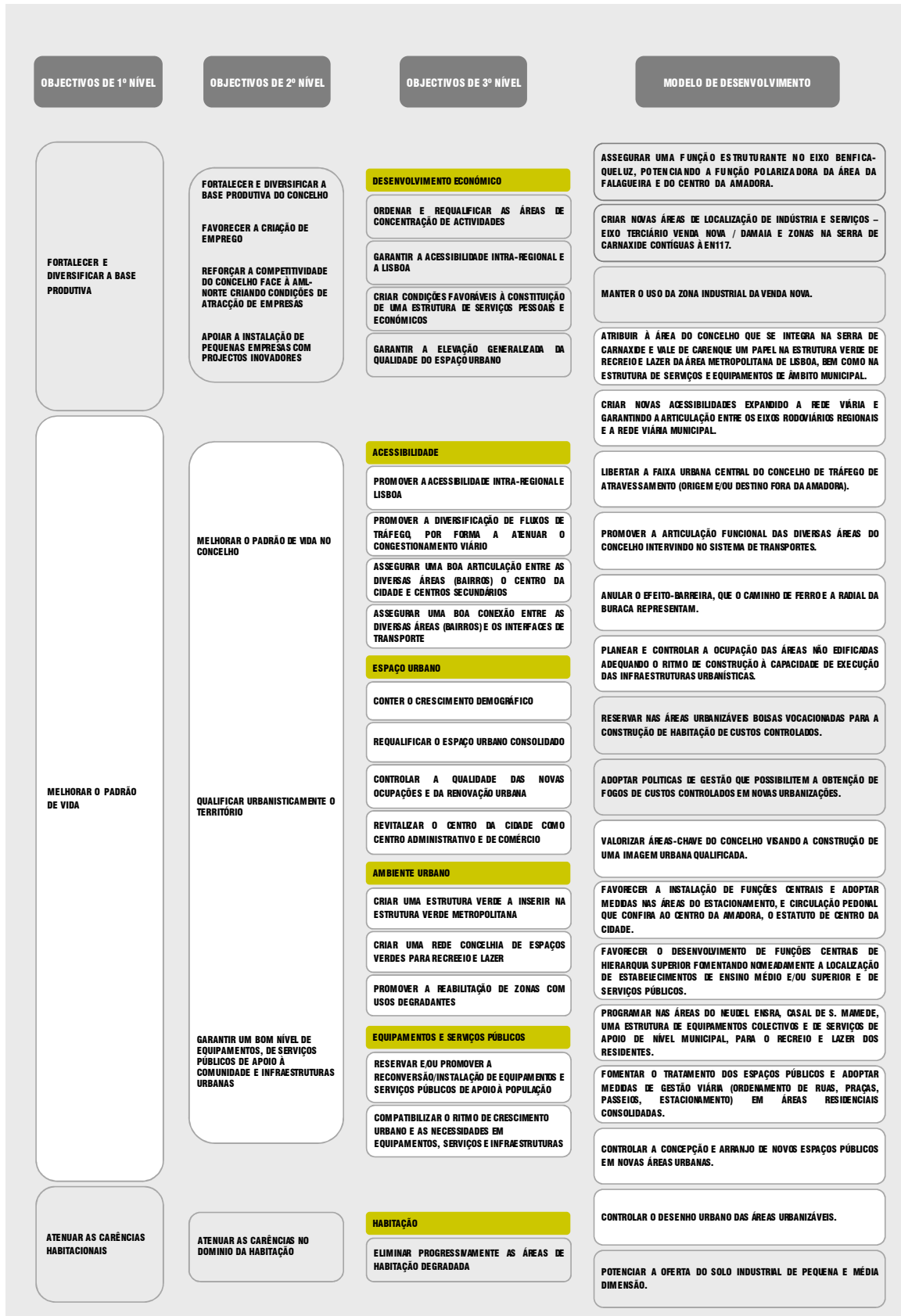


B – Melhorar o padrão de vida no Concelho

Este eixo mereceu prioridade na execução do PDM por parte do Executivo Municipal. Tal como para o primeiro objetivo foi delineado um conjunto de objetivos secundários que visavam assegurar e controlar as intenções do Plano Diretor Municipal.

Neste subcapítulo procura fazer-se uma avaliação da qualidade de vida no Município no quadro dos domínios previamente estabelecidos:

- Espaço urbano
- Acessibilidades
- Ambiente urbano
- Oferta de equipamentos e serviços públicos



A avaliação do objetivo de desenvolvimento municipal “Melhorar o padrão de vida” dá-nos a conhecer a trajetória de execução nos domínios pré estabelecidos no Plano Diretor de 1994 e faz a ponderação sempre que possível com o atual quadro estratégico de planeamento a nível nacional e regional. O posicionamento e relacionamento da Amadora no espaço metropolitano sintonizado com a estratégia regional será fator decisivo para a criação de novas dinâmicas económicas e sociais e para a definição de novas estratégias de desenvolvimento municipal, no âmbito da revisão do PDM.

O PROTAML 2002, constitui-se como um dos documentos de base territorial de referência para o processo de planeamento da Área Metropolitana de Lisboa. Afirma quatro prioridades essenciais: sustentabilidade ambiental, qualificação metropolitana, coesão sócio territorial e organização do sistema metropolitano de transportes. No domínio do ordenamento do território, integra a Amadora na unidade territorial Espaço Metropolitano Poente, subunidade designada Eixo Amadora/Sintra, e no modelo territorial insere-se nas categorias Área Urbana Crítica a Conter e Qualificar e residualmente, a norte, Área Urbana a Estruturar e Ordenar.

Após aprovação em 2007 do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território que definiu para um horizonte de 20 anos as grandes linhas de orientação estratégica territorial nacional, foi realinhada a estratégia regional através de um processo de alteração do PROTAML¹⁴. Este defende o aprofundamento de um sistema urbano policêntrico (a cidade das cidades) e classifica a Amadora como uma centralidade estruturadora de segundo nível pelo seu caráter funcional polivalente, apreciáveis níveis de oferta de emprego, equipamentos e serviços com grande potencial de integração no sistema urbano metropolitano através modos de transporte público e numa boa rede de interfaces multimodais. O modelo territorial integra o Município na unidade territorial “Espaço Urbano Norte e Poente”, eixo Amadora-Sintra, cujas principais linhas estratégicas projetam o desenvolvimento urbano suportado nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbanas, consolidando as principais áreas de concentração de atividades e concluindo a extinção dos bairros degradados.

Considerando muito deste modelo territorial, a região de Lisboa assumiu como principal ambição para o período 2014-2020 dar continuidade à trajetória de desenvolvimento que tem vindo a seguir nas últimas décadas, superando os atuais estrangulamentos sociais e económicos e aproveitando de forma mais inteligente, inclusiva e sustentável as potencialidades geradas pelo território e pelo seu capital humano. A Amadora poderá ser um Município mais equilibrado do ponto de vista funcional, menos desigual e socialmente mais coeso se tivermos capacidade de articular a estratégia municipal com a estratégia de Lisboa 2020.

¹⁴A proposta técnica de 2011 não foi aprovada. Em julho de 2012, invocando a evolução económica, financeira e social do país que exige a revisão das opções estratégicas de base territorial (grandes infraestruturas) e a atualização do modelo territorial consagrado na proposta de alteração, foi lançada, nos termos do Despacho n.º 10079/2012, de 26/07, a revisão do PROTAML.

Neste subcapítulo, tendo como quadro de referência as estratégias de atuação enunciadas no PDM: “Conter o crescimento demográfico”, “Requalificar o espaço urbano consolidado”, “Controlar a qualidade das novas construções e da renovação urbana” e “Revitalizar o centro da cidade”, procura analisar-se, de forma sucinta, a dinâmica urbana do território nas diferentes unidades espaciais consideradas – Grande Lisboa, Concelho e unidades operativas de planeamento.

B.1 - Espaço urbano

Compreender a organização do espaço significa olhar a cidade da Amadora inserida na sub-região da Grande Lisboa com uma área de 1.377km² e onde vivem 2.042.477 Indivíduos.

A primeira imagem deste território é marcada por uma ampla e densa mancha central caracterizada por forte concentração populacional que ocupa todo o município de Lisboa, Oeiras, Cascais, Amadora, Odivelas e Loures, onde residem 1.451.071 habitantes com uma densidade média de 3.240,4hab./km².

Contudo, entre 1991 e 2011 a configuração espacial da expansão urbana tende a ser coincidente com a coroa externa metropolitana. Nos primeiros dez anos foram os concelhos de Sintra, Mafra e Vila Franca de Xira que mais cresceram, enquanto no último decénio os maiores crescimentos populacionais aconteceram novamente em Mafra, e em Vila Franca de Xira, acompanhados de Cascais (Quadro 14).

Quadro 14

Área, densidade populacional, população residente e variação intercensitária

| | ÁREA (Km ²) | POPULAÇÃO | DENSIDADE POPULACIONAL (hab./Km ²) | VARIÇÃO POPULACIONAL | |
|---------------------|----------------------------|----------------|--|----------------------|-------------|
| | | | | 1991-2001 | 2001-2011 |
| Grande Lisboa | 1.376,7 | 2.042.477 | 1.484 | 3,6 | 4,9 |
| Amadora | 23,8 | 175.136 | 7.359 | -3,2 | -0,4 |
| Cascais | 97,4 | 206.479 | 2.120 | 11,3 | 21,0 |
| Lisboa | 85,0 | 547.733 | 6.444 | -14,9 | -3,0 |
| Loures | 169,3 | 205.054 | 1.211 | 3,6 | 3,0 |
| Mafra | 291,7 | 76.685 | 263 | 24,3 | 41,1 |
| Odivelas | 26,4 | 144.549 | 5.475 | 2,9 | 8,0 |
| Oeiras | 45,9 | 172.120 | 3.750 | 7,1 | 6,2 |
| Sintra | 319,2 | 377.835 | 1.184 | 39,4 | 3,9 |
| Vila Franca de Xira | 318,1 | 136.886 | 430 | 18,7 | 11,4 |

FONTE: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011.

No domínio estritamente territorial a produção de infraestruturas de mobilidade e a grande disponibilidade de solo urbanizável mais ou menos infraestruturado, resultante de novos zonamentos regulados em PDM, viabilizam e acentuam esta escala mais alargada.

As reconfigurações recentes do espaço metropolitano revelam a emergência de novos focos e eixos de concentração, que decorrem da melhoria das condições de acessibilidade proporcionadas por vias rodoviárias de grande capacidade e dos efeitos conjugados da dinâmica de transformação e localização das atividades económicas como acontece no eixo de Vila Franca com atividades logísticas e no eixo Lisboa/Cascais onde se localizam superfícies comerciais de dimensão relevante, parques de ensino, ciência e tecnologia e escritórios.

Dinâmica urbana

O território da Amadora revela mudanças significativas no período compreendido entre 1994 e 2014¹⁵. Essas mudanças resultam em grande parte da dinâmica urbana e construtiva que interessa conhecer, diferenciar e integrar no contexto da Grande Lisboa, onde a Amadora se insere, dinâmica essa que se expressa nos fluxos casa – trabalho que gera, acompanhando as tendências de desenvolvimento do tecido económico da região, como ficou demonstrado no capítulo anterior.

Segundo os Censos 2011, no território da Amadora existiam 13.696 edifícios e 88.002 alojamentos.

No período intercensitário 1991 – 2011 verificou-se:

- Um aumento de 1.576 edifícios (+13%).
- Um aumento de 16.285 alojamentos (+22,7%).
- Um aumento de 3.806 alojamentos vagos (+69%).
- Um aumento de 1.007 alojamentos de uso secundário (+17%).
- Um número de alojamentos superior ao número de famílias (+20%).

A dinâmica construtiva acompanha genericamente o comportamento observado na Grande Lisboa que apresenta respetivamente taxas médias de variação de edifícios e alojamentos de +24,5 e de +34,9 pontos percentuais para o mesmo período. Esta variação não tem por base uma correspondente dinâmica demográfica, que foi de +8,6% para a sub-região e -3,7% para a Amadora, (Quadro 15).

¹⁵ Os dados utilizados referem-se aos períodos 1991-2011 (Censos, INE) e 1995-2012 (Estatísticas da Construção e Habitação / licenças de construção e utilização, INE)

Quadro 15

Edifícios, alojamentos e população residente, 2011 e variação 1991-2011

| | EDIFÍCIOS | | ALOJAMENTOS FAMILIARES | | POPULAÇÃO RESIDENTE | |
|----------------|---------------|--------------------|------------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| | 2011 | Tx. Var. 1991-2011 | 2011 | Tx. Var. 1991-2011 | 2011 | Tx. Var. 1991-2011 |
| Grande Lisboa | 277.387 | 24,5% | 1.065.235 | 34,9% | 2.042.477 | 8,6% |
| Amadora | 13.696 | 13,0% | 88.002 | 22,7% | 175.136 | -3,7% |

FONTE: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011.

Registou-se um acréscimo de 683 fogos no valor da densidade habitacional que passou de 3.016 para 3.699 fogos por km². Este facto deve-se sobretudo ao aumento de 72% de edifícios construídos com 5 e mais pavimentos que elevou o número alojamentos por edifício de 5,8 para 6,4. A Grande Lisboa em termos médios apresenta uma densidade de 775 alojamentos por km² e uma proporção de 3,8 alojamentos por edifício (Quadro 16).

Quadro 16

Média de alojamentos por edifício e densidade habitacional

| | N.º MÉDIO ALOJAMENTO/EDIFÍCIO | | DENSIDADE HABITACIONAL ALOJAMENTO/ Km ² | |
|----------------|-------------------------------|------------|--|--------------|
| | 2011 | 1991 | 2011 | 1991 |
| Grande Lisboa | 3,8 | 3,5 | 775 | 573 |
| Amadora | 6,4 | 5,8 | 3.699 | 3.016 |

FONTE: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2011.

A idade média dos edifícios passou de 21,8 anos para 36,9 anos. O envelhecimento do parque habitacional é um dos fatores explicativos da percentagem de edifícios, 37,26%, com necessidades de reparação, maioritariamente construídos entre as décadas de 60 e 80, (Quadro 17).

Quadro 17

Edifícios segundo a época de construção, por estado de conservação, 2011

| | SEM NECESSIDADE DE REPARAÇÕES | COM NECESSIDADE DE REPARAÇÃO | MUITO DEGRADADO |
|---------------|-------------------------------|------------------------------|-----------------|
| Antes de 1960 | 1.298 | 1.138 | 80 |
| 1961-1990 | 5.621 | 3.493 | 92 |
| 1991-2011 | 1.674 | 281 | 19 |
| Total | 8.593 | 4.912 | 191 |

FONTE: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011.

Houve uma melhoria das condições de habitabilidade devido ao ajustamento entre o número pessoas por fogo e a sua tipologia. Em 2011 a proporção de alojamentos sobrelotados representava 18% (-10 pp face ao registado em 1991); os alojamentos com lotação considerada normal representavam 32% e metade (50%) estavam sublotados, existindo em 70% destes uma divisão em excesso. A coabitação surge como uma situação residual uma vez que apenas 2% dos alojamentos são partilhados por mais do que uma família. Associado à melhoria das situações de sobrelotação e coabitação refere-se que a tipologia de 4 e mais divisões corresponde a 81% (+16 pp face ao existente em 1991) do total de alojamentos (Anexo 14 e 15).

Consolidou-se progressivamente a forma de ocupação alojamentos vagos e de uso secundário. Em 2011, apenas 81,5% estão ocupados em permanência, sendo a proporção de alojamentos de vagos de 10,6% e de uso secundário de 7,9%. Na Amadora, o quantitativo de fogos vagos deve-se a um muito lento processo de venda e arrendamento dos fogos por quebra da procura. Para o valor registado de uso secundário da habitação (que significa uso sazonal ou ausência de ocupação permanente) contribuem particularmente os fogos construídos entre 1960 e 1990 que representam 71% das ocorrências. Comparativamente, a Grande Lisboa apresenta em termos médios percentagens superiores de fogos vagos, de 12,8% e de uso sazonal, de 10,1%, (Quadro 18).

Quadro 18

Alojamentos clássicos, segundo a forma de ocupação, por época de construção do edifício, 2011

| | TOTAL GERAL | OCUPADOS | | TOTAL VAGOS |
|----------------|----------------|---------------------|------------------------------|----------------|
| | | Residência habitual | Uso sazonal ou secundário | |
| Grande Lisboa | 1.064.036 | 821.036 | 107.113 | 135.887 |
| Amadora | 87.939 | 71.690 | 6.946 | 9.303 |
| Antes de 1960 | 13.340 | 10.575 | 1.058 | 1.707 |
| 1961-1990 | 57.745 | 47.342 | 4.936 | 5.467 |
| 1991-2011 | 16.854 | 13.773 | 952 | 2.129 |

FONTE: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Registou-se um aumento de 7.694 (+54%), de alojamentos arrendados e subarrendados. Em 2011, mantém-se a importância relativa, (64,4%) dos alojamentos que são ocupados pelo proprietário, 30,5% por arrendatários e 5,1% configuram situações residuais como alojamento de função, cedência gratuita, etc.

Em 2011, o valor médio mensal das rendas de habitação é de 238 euros e o encargo médio mensal é de 365 euros, refletindo respetivamente um acréscimo de 119 e de 102 euros, face aos valores apurados para 2001. Na Amadora os valores praticados ficam aquém dos praticados em média nos municípios da Grande Lisboa, respetivamente de 271,1 e 429,1 euros, (Quadro 19).

Quadro 19

Média de escalões de encargos e de rendas, nos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual, em euros

| | GRANDE LISBOA | | AMADORA | | |
|-------------------|---------------|------|---------|------|---------------|
| | 2011 | 2001 | 2011 | 2001 | Varição 01/11 |
| Média de encargos | 429 | 313 | 365 | 263 | 102 |
| Média de rendas | 271 | 132 | 238 | 119 | 119 |

FONTE: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 e 2011.

Em síntese, a Amadora seguiu nestes vinte anos a tendência observada tanto no crescimento, estado de conservação, como na forma de ocupação e regime de propriedade dos alojamentos nos concelhos da Grande Lisboa, mantendo posições relativas inferiores à média em todas as variáveis analisadas.

A análise das licenças de construção e de utilização segundo o tipo de obra, fornecidas pelo INE para o período 1995-2012, permitiram posicionar a Amadora face aos restantes concelhos.

Dinâmica construtiva

A dinâmica urbanística torna-se mais compreensível se recorrermos às estatísticas da construção do INE, licenças de construção e licenças de utilização segundo o tipo de obra entre 1995 e 2012, (Anexo 16). Assim, relativamente ao primeiro aspeto:

- nos nove concelhos que integram a Grande Lisboa foram licenciados um total de 58.078 edifícios no período considerado, sendo 78,2% das licenças correspondentes a construções novas e as restantes referentes a obras de ampliação (13,2%), alteração (7,3%) e reconstrução (1,3%);
- os municípios que mais contribuíram para esta dinâmica foram Mafra (22,4%), Sintra e Cascais (19%) e Lisboa (10%) que, excluindo Lisboa, apresentaram igual comportamento quanto à preponderância do tipo de obra – construção nova;

- Lisboa que constitui a principal exceção a esta tendência ao apresentar no conjunto das emissões camarárias 73% de licenças para ampliação, transformação e reconstrução, é acompanhada na última década por Cascais que apresenta uma proporção relevante, 45,4%, de licenças destinadas sobretudo a ampliação;
- Amadora apresenta no período considerado um crescimento de 1.288 novas licenças de construção de edifícios que correspondem, quase exclusivamente (98,5%), a um único tipo de obra – construções novas. O Município ocupa o último lugar no conjunto dos municípios da Grande Lisboa e embora com uma repartição anual irregular evidenciam-se valores mais significativos de obras novas entre 2000 e 2009, que correspondem a 65% do total, ano a partir do qual se verifica um abrandamento que se agrava nos últimos dois anos;
- na Amadora a dinâmica de edificação concretizou-se no licenciamento de 12.150 fogos com o predomínio das tipologias T2 e T3, com 83% das ocorrências, 0 que elevou de 3,8 para 4,2 a média de divisões por alojamento, (Anexo 17).

Relativamente ao número de obras concluídas entre 1995 e 2012, (Anexo 18):

- na Grande Lisboa o total de licenças emitidas destina-se maioritariamente a construção nova, concentrando esse sector 79,2% do licenciamento da utilização. Esta repartição é comum a todos os concelhos, excetuando Lisboa, cuja tendência persiste ao longo dos anos e Cascais que segue igual caminho desde 2003;
- Mafra, Sintra e Cascais são os concelhos que paralelamente à construção de novos edifícios, lideram o licenciamento de utilização na Grande Lisboa ocupando destacadamente os três primeiros lugares com 24,3%, 19,4% e 17,5%;
- Lisboa, pela antiguidade do seu tecido construído e pelas iniciativas de reabilitação dos bairros históricos centrais, evidencia-se na Grande Lisboa por revelar uma dinâmica única de reabilitação urbana ao apresentar no período considerado 69,2% de edifícios concluídos através de processos de ampliação, alteração e reconstrução;
- num total de 54.427 edifícios licenciados para utilização nos nove municípios da Grande Lisboa, a Amadora com 1.287 licenças surge no conjunto em última posição com 2,4% das ocorrências, sendo 98,4% das mesmas correspondentes a construções novas.

A evolução do parque habitacional foi marcada pela melhoria das condições de habitabilidade, pelo aumento do acesso à propriedade por parte de um grande número de famílias, pelo acréscimo das residências secundárias e pela demonstração de sinais de saturação do mercado imobiliário visível no número de fogos vagos.

O crescimento conjugado de edifícios e alojamentos é superior ao crescimento populacional e supera o número de famílias residentes podendo este excedente de fogos constituir uma reserva do mercado de habitação para resolução das carências habitacionais identificadas.

Verifica-se uma divergência entre a oferta de fogos com tipologias que têm evoluído para um maior número de divisões e o progressivo decréscimo do número médio de pessoas por família.

A dinâmica construtiva tem sido fundamentalmente suportada pela produção de construções novas, tendência que, tendo Lisboa como referência, deve ser contrariada no sentido de reorientar a procura para a reabilitação do parque habitacional existente.

A idade média do edificado, conjugada com a percentagem de edifícios com necessidades de reparação ou muito degradados apontam para a necessidade de reabilitação física do edificado, que por sua vez pode contribuir para a dinamização de outros processos de requalificação do território.

A densidade de alojamentos e o número médio de fogos por edifício, que atingem os valores mais elevados da região traduzem um território edificado compacto. A compacidade a par da elevada acessibilidade face ao sistema de transportes públicos em sítio próprio, são condições propícias ao desenvolvimento e aprofundamento de processos de reabilitação, regeneração e consolidação urbana, ações que asseguram a sustentabilidade do território.

Embora se tenha verificado um ligeiro aumento do número de fogos arrendados, é fraca a expressão do mercado de arrendamento (hoje visto como um elemento fundamental de competitividade dos territórios) por contraponto com a habitação própria, prevendo-se uma inversão na trajetória no sentido de menor importância da aquisição de habitação própria devido às atuais restrições de crédito, aumento das taxas de juro, endividamento das famílias, etc.. Por outro lado é ainda prematuro avaliar as consequências da aplicação do novo regime de arrendamento urbano (Lei 31/2012, de 14 de agosto) e de que forma o mesmo pode reconfigurar o mercado e os valores praticados no arrendamento.

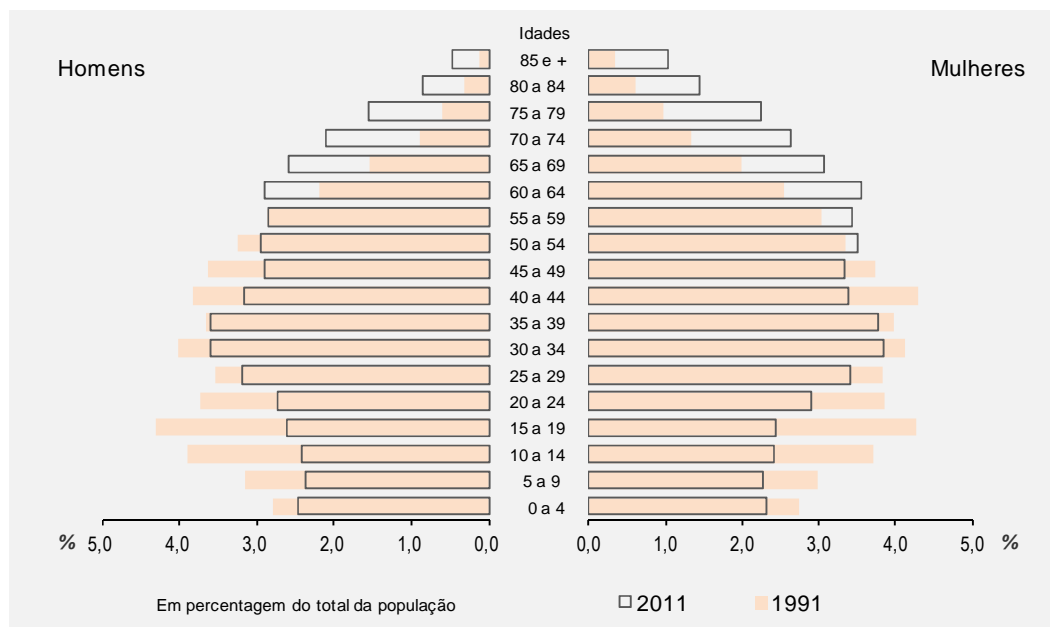
Dinâmica demográfica

No contexto da Grande Lisboa o Município da Amadora, com 175.136 habitantes, em 2011¹⁶ e uma área de 24km² representa 8,5% da população residente, detém o quinto lugar quanto ao número de habitantes e ocupa a primeira posição em termos de densidade populacional (7.363hab./km²), (Quadro 14).

Os principais aspetos a realçar relativamente a 1991 são:

- Perda de 6.638 (-3,7%) habitantes.
- Percentagem de jovens recuou de 19% para 15% e dos idosos cresceu de 9% para 19%.
- Número de indivíduos em idade ativa, por cada indivíduo idoso, passou de 8,3 para 3,6.
- Aumento de 3% para 10,2% da população estrangeira.
- Acréscimo de 18,4% famílias e diminuição da sua dimensão média de 2,9 para 2,4.

Figura 3
Estrutura Etária 2011 e 1991



FONTE: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001 e 2011

¹⁶ A população estimada pelo INE em 2013 é de 175.354 habitantes.

A Amadora perdeu população na década de noventa (-3,2%), tendo praticamente entre 2001 e 2011 estabilizado o seu número de habitantes (-0,4%) mas acentuaram-se os desequilíbrios da sua estrutura etária. A leitura da pirâmide (Figura 3) evidencia as transformações ocorridas, globalmente e por grupos, nos últimos vinte anos:

- perda populacional de 27.324 indivíduos em todos os grupos etários dos zero aos 54 anos;
- acréscimo populacional de 20.686 indivíduos em todos os grupos quinquenais a partir dos 55 anos;
- decréscimo de jovens dos 0 aos 14 anos acontece nas duas décadas, mas é muito mais acentuado na década de noventa (-25%) abrاندando a partir de 2001 (-1,2%);
- perda de 33,7% jovens entre os 15 e 24 anos, processo iniciado na década de noventa que se repercutiu na década seguinte;
- diminuição global da população em idade ativa entre os 25 e os 64 anos em 4,5%, tendo ocorrido um ligeiro acréscimo populacional entre os 30 e os 39 anos na década de 2000 (+2.698 indivíduos), testemunho de fluxos migratórios;
- acréscimo constante do peso dos idosos em todos os escalões etários (+107%), tendo ultrapassado pela primeira vez em 2011 o peso dos jovens (19% contra 15%);
- aumento de sobrevivência em idades avançadas, comprovado pelo quantitativo de idosos com idades superiores a 75 anos que mais que duplicou (de 5.400 para 13.799 indivíduos);
- a idade média da população residente é de 41,5 anos, tendo aumentado 6,6 anos em vinte anos;
- a esperança média de vida à nascença situa-se nos 78,2 anos.

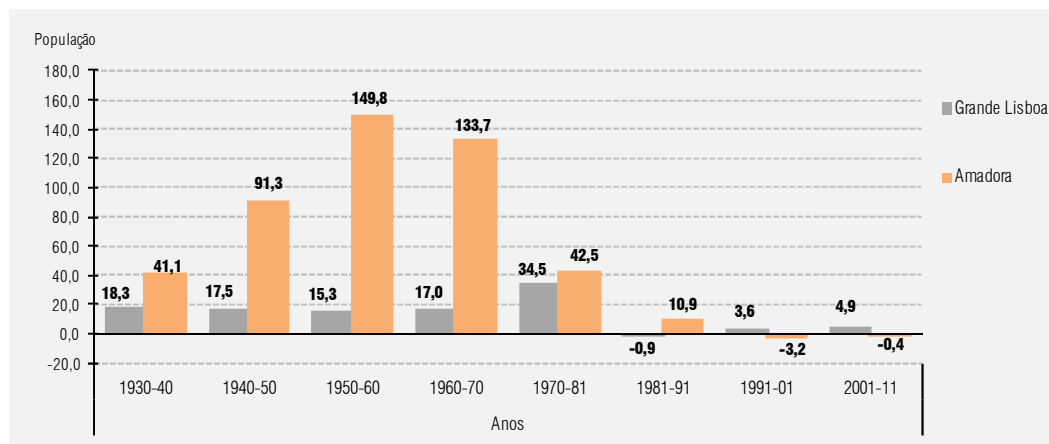
Em conformidade com as projeções demográficas INE 2012-2060 para Portugal e para a região de Lisboa (o Município nas últimas décadas apresenta uma distribuição etária muito semelhante à Grande Lisboa), a população residente tenderá a diminuir em qualquer dos cenários de projeção e a continuar a envelhecer, mesmo que os níveis de fecundidade aumentem e os saldos migratórios sejam positivos.

Na dinâmica populacional existem dois períodos a realçar (Figura 4):

- a década de 50: momento de forte expansão por entrada de população associada às migrações internas, situação que se repetirá nas décadas seguintes, por efeito de entrada de imigrantes oriundos predominantemente dos PALOP;
- a década de 90: momento de retração por saída de residentes.

Figura 4

Taxa de crescimento decenal



FONTE: I.N.E., com tratamento DIG

Nos dois momentos, o saldo migratório é a componente responsável pela variação, primeiro positiva e depois negativa, tendência que se mantém consecutivamente ao longo dos últimos vinte anos.

Entre 1991 e 2001 (-5.902hab.) verificou-se um saldo natural positivo (4,4%) com valor superior ao valor médio verificado na região (1,5%), mas não suficiente para compensar o elevado número de saídas (13.488).

Entre 2001 e 2011 a ligeira perda de 736 habitantes continuou a dever-se ao efeito conjugado entre o saldo migratório negativo e ao abrandamento do saldo natural, que embora positivo desceu para 2,7%, em linha com a média registada na Grande Lisboa, de 2,5%.

Em síntese, globalmente entre 1991 e 2013 o crescimento natural foi positivo, isto é, a diferença entre nascimentos e óbitos foi de 12.724 e o saldo migratório que consiste na diferença entre entradas e saídas por migração interna ou internacional foi negativo, -21.047 indivíduos (Quadro 20).

Chama-se a atenção para o comportamento demográfico da Amadora na década de noventa, responsável por cerca de 60% do crescimento natural da Grande Lisboa, crescimento que foi anulado pelo saldo migratório negativo que correspondeu a mais do dobro do saldo natural.

Assinala-se que particularmente entre 1991 e 1995 a Amadora apresentou um movimento migratório de perda muito significativo no contexto metropolitano.

Quadro 20

Saldo natural e saldo migratório por local de residência

| | SALDO NATURAL (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA; ANUAL | | SALDO MIGRATÓRIO (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA; ANUAL | |
|--------------|---|---------------|--|----------------|
| | Grande Lisboa | Amadora | Grande Lisboa | Amadora |
| Saldo | 77.498 | 12.724 | 49.086 | -21.047 |
| 2011-2013 | 8.598 | 1.015 | -24.977 | -802 |
| 2006-2010 | 23.486 | 1.998 | 22.157 | -2.794 |
| 2001-2005 | 22.166 | 2.350 | 35.463 | -1.452 |
| 1996-2000 | 13.962 | 3.230 | 36.297 | -5.136 |
| 1991-1995 | 9.286 | 4.131 | -19.854 | -10.863 |

FONTE: Anual - INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios / Quadro extraído em 18 de junho de 2014 / <http://www.ine.pt>

Nos últimos vinte anos, na Grande Lisboa, os concelhos com taxas de variação populacional significativas são simultaneamente áreas de expansão suburbana como Sintra (+44,8%), Cascais (+34,7%) e áreas mais periféricas, mas que tiveram nas últimas décadas uma dotação significativa em termos de acessibilidades como Mafra (+75,4%), onde a qualidade paisagística e o preço da habitação funcionam como motor de atratividade, (Quadro 14).

A Amadora, por oposição, regista perda populacional (-3,7%), sendo este fenómeno só ultrapassado por Lisboa (-17,4%), aqui associado a alterações da funcionalidade do espaço (terciarização) e a processos de revitalização que alteram as tipologias dos alojamentos e elevam os preços do mercado habitacional. O decréscimo de habitantes nos dois concelhos foi muito mais acentuado na primeira década, tendendo para a estabilização a partir de 2001.

O modo como se tem vindo a processar o crescimento urbano pode ser melhor compreendido através da análise da mobilidade territorial residencial. A repartição das migrações residenciais, em 2011 face a 2005, por local de proveniência evidencia que na Grande Lisboa era maior a proporção de população que mudou de residência dentro do mesmo concelho (15,5%) relativamente aos restantes âmbitos de alteração de residência. Esta situação traduz uma tendência para a manutenção do contexto sócio espacial de vivência quotidiana. Ao longo dos últimos anos no Município da Amadora, de entre o conjunto de pessoas que mudou de residência, 7,9% continuou a viver na mesma freguesia, 5,7% mudou-se para outra freguesia do Concelho e 13,5% dos imigrantes residenciais era proveniente de outros municípios (9,7%) ou do estrangeiro (3,8%)¹⁷.

¹⁷ O quadro 6.10-População Residente, segundo as migrações, relativamente a 2005, Censos 2011, está incompleto porque só apresenta os imigrantes no concelho faltando os emigrantes do concelho de residência para outro concelho, o que impossibilita o cálculo do saldo das migrações residenciais internas.

Relativamente à Amadora, apontam-se seguidamente os fatores explicativos da transformação do perfil e variação da população residente:

- O envelhecimento populacional visível através do forte acréscimo do número de idosos e do decréscimo progressivo de nascimentos. De notar que o aumento da taxa bruta de mortalidade (de 7,0 ‰ em 1991 para 8,8 ‰ em 2013) e o declínio da taxa de natalidade (de 12,5 ‰ em 1991 para 10,1 ‰) refletem o envelhecimento da população. Este facto ainda se torna mais nítido ao observarmos o índice de envelhecimento que em vinte anos passou de 45 para 126 idosos com mais de 65 anos por cada cem jovens com menos de 14 anos. Sublinha-se que o grupo dos idosos mais velhos tem vindo a reforçar o seu peso estatístico, em 2011 a população com 75 e +anos representa 42% dos idosos.
- O número de imigrantes com nacionalidade estrangeira mais que triplicou (de 5.356 para 17.853) nos últimos vinte anos. Em 2011 os estrangeiros representam 10,2% da população residente sem considerar os que têm dupla nacionalidade, 62% são africanos e as mulheres constituem 52% do total de estrangeiros residentes, (Quadro 21).

A idade média da população estrangeira é de 33 anos, mais jovem do que a portuguesa que se situa nos 41,5 anos, o que denota o efeito imigração no rejuvenescimento da estrutura etária.

Se confrontarmos a naturalidade com a nacionalidade 23% dos nascidos no estrangeiro tem nacionalidade portuguesa, 57% continuaram estrangeiros e 20% apresentam dupla nacionalidade. Sublinha-se que 82% dos cidadãos residentes na Amadora apresentam nacionalidade e naturalidade portuguesa e 89,8% têm pelo menos a nacionalidade portuguesa.

Realça-se que a multiculturalidade está centrada em cinco nacionalidades: Cabo Verde, Brasil, Guiné Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe que representam 82% da população estrangeira.

Quadro 21

População Residente, por nacionalidade e naturalidade

| | NACIONALIDADE | | NATURALIDADE |
|---------------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2011 | 1991 | 2011 |
| Amadora | 175.136 | 181.774 | 175.136 |
| Portuguesa | 150.875 | 176.418 | 143.798 |
| Estrangeira | 17.853 | 5.356 | 31.338 |
| Europa | 2.066 | 347 | 3.419 |
| África | 11.019 | 4.310 | 21.540 |
| Brasil e Outros | 4.768 | 699 | 6.379 |
| Dupla nacionalidade | 6.391 | - | - |
| Apátridas | 17 | - | - |

FONTE: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2011 com tratamento DIG

- O número de famílias, de 73.433 em 2011, representa um aumento de 18,4%, mas a sua dimensão média decresceu de 2,9 em 1991 para 2,4 em 2011. Esta redução na estrutura familiar é devida ao já citado envelhecimento populacional e à queda da fecundidade, adiamento da parentalidade, a par do desmembramento das famílias e ao surgimento de novos modelos de família.
- A estrutura familiar ainda predominante “casal com filhos” (54%) começa a perder importância relativa perante a emergência e diversidade de modelos familiares: a relevância das famílias unipessoais (27,4%), sobretudo 11% destas que são constituídas por idosos vivem sós, (existem 8,8% de alojamentos habitados por 1 pessoa com 65 e +anos); a importância da monoparentalidade (21% são famílias monoparentais e destas 87% são núcleos de mãe com filhos) e a expressão das relações conjugais não formalizadas (21% vive em união de facto), (Anexo 19).
- O retorno aos locais de proveniência da população residente que já ultrapassou a idade ativa, e que se tinha deslocado para a região metropolitana em busca de emprego nas décadas de 50 e 60, em consequência dos movimentos migratórios decorrentes da industrialização e terciarização da Grande Lisboa. Esta situação manifesta-se no número significativo de alojamentos de residência temporária (7,9%) localizados nas áreas urbanas mais consolidadas do Concelho, as de primeira urbanização.
- A existência de bairros de habitação degradada (com maior impacto territorial na primeira década), que ainda subsistem no Concelho, problemáticos, indutores de fenómenos de repulsão da população residente e de potenciais novas famílias.
- O custo do preço da habitação em função do elevado valor de mercado dos terrenos urbanizáveis, que tem impedido a fixação dos jovens que potencialmente gostariam de continuar a residir na Amadora, mas não encontram habitação a preços compatíveis com o seu poder de compra.
- O preenchimento progressivo do espaço disponível para novas ocupações urbanas e um muito lento processo de ocupação dos fogos. São exemplos deste facto os edifícios, que à data do recenseamento estavam inteiramente por ocupar. Estes alojamentos (10,6%) que se encontravam vagos poderiam estar livres no mercado de habitação por terem sido adquiridos com fins especulativos, situação que ocorreu sobretudo entre 1991 e 2001, enquanto que nos últimos anos muitos destes integram bolsas de habitação por concluir ou alvo de processos de insolvência dos urbanizadores.

A dinâmica demográfica apresentada nos últimos vinte anos identifica tendências de fundo, com consequências diretas na organização territorial da população e no ordenamento do território.

A alteração mais profunda a evidenciar é o envelhecimento, fenómeno que resultou de passagem de um modelo de fecundidade e mortalidade elevados para um modelo em que ambos atingem níveis baixos. As implicações do envelhecimento, na base e no topo da estrutura etária, estão presentes em duas dimensões: a redução do grupo dos jovens com consequências a médio longo prazo nas gerações ativas futuras e no dinamismo do mercado de trabalho; o aumento do grupo dos mais velhos repercute-se a curto prazo, estando dependente do grau de longevidade da população.

O agravamento do envelhecimento é um dos desafios mais importantes que o Município tem que enfrentar no sentido de adaptar e qualificar a cidade para os mais velhos, criando as condições para integrar as diferentes componentes do envelhecimento nas várias áreas de intervenção como o urbanismo, habitação, acessibilidade, espaço público, ação social e saúde.

As transformações familiares evidenciam a diminuição de casais com filhos, o crescimento da autonomia residencial dos indivíduos com mais pessoas a viverem sós em todas as fases da vida (solteiros, separados, divorciados e viúvos). Estas novas formas de viver refletem-se no mercado da habitação, não só porque podem levar a uma maior mobilidade residencial, mas também porque faz crescer significativamente a procura de alojamentos para famílias de reduzida dimensão.

Apesar do saldo migratório negativo, por efeito de saída de residentes, reforçou-se a presença de estrangeiros, maioritariamente africanos, o que significa que a Amadora continua a ser um território de acolhimento de imigrantes. Esta componente migratória, responsável nos últimos dez anos pelo acréscimo de população em idade ativa e fértil, tem um papel decisivo na vitalidade demográfica que o Município ainda apresenta. Nos três últimos anos começa a desenhar-se um novo panorama migratório devido à conjuntura económica adversa: recrudescimento dos fluxos emigratórios e quebra nos fluxos imigratórios, embora não exista informação estatística desagregada ao concelho sobre estes fluxos. As estimativas publicadas pelo INE para Portugal indicam que o número de emigrantes temporários e permanentes tem vindo a aumentar registando entre 2012 e 2013 um acréscimo de 7% no primeiro e 3,5% no segundo grupo.

A perda de habitantes nas áreas de primeira urbanização, demonstrada pela ocorrência de alojamentos de uso secundário e a ocupação dessas áreas por população envelhecida e tendencialmente isolada indiciam problemas vivenciais e ambientais que poderão ser minimizados com uma estratégia integrada de reabilitação urbana que permita a fixação de famílias jovens, tirando partido da diversidade da rede de equipamentos e da acessibilidade que a cidade oferece.

Analisada a dinâmica construtiva e demográfica e suas tendências de fundo ao nível do concelho importa dar a conhecer a sua distribuição intra concelhia.

Em conformidade com o Plano Diretor Municipal o território municipal foi dividido em seis unidades operativas de planeamento sujeitas a uma determinada capacidade de edificabilidade, havendo nesse contexto uma dinâmica urbana, sempre positiva no que toca ao crescimento de alojamentos e irregular no que toca à variação de habitantes.

Deste modo no período entre 1991 e 2011 as variações observadas constam do quadro seguinte:

Quadro 22

Evolução das variáveis principais 1991 e 2011

| | UOP1 | UOP2 | UOP3 | UOP4 | UOP5 | UOP6 | TOTAL |
|--|--------------|--------------|--------------|-------------|----------------|-------------|-------------|
| População residente HM 2011 | 17.216 | 62.177 | 44.997 | 32.341 | 1.172 | 17.233 | 175.136 |
| Tx. var. população res. 1991/2011 (%) | 133,8 | -15,2 | -17,5 | -8,4 | 1.216,9 | 55 | -3,7 |
| Alojamentos total 2011 | 7.432 | 32.275 | 2.845 | 17.198 | 729 | 7.557 | 88.036 |
| Tx. var. alojamentos 1991/2011 (%) | 148 | 8 | 10 | 20 | 2.043 | 94 | 23 |
| Edifícios clássicos 2011 | 2.210 | 4.026 | 3.739 | 2.630 | 78 | 1.013 | 13.696 |
| Tx. var. edifícios 1991/2011 (%) | 56,6 | -1,3 | 8,8 | 7 | 199,4 | 42,1 | 13 |
| Famílias clássicas 2011 | 6.272 | 26.854 | 19.199 | 14.114 | 480 | 6.515 | 73.433 |
| Tx. Var. Famílias 1991/2011 (%) | 163,7 | 3,9 | 6,2 | 15,7 | 1.447,1 | 86,5 | 18,4 |

FONTE:INE, Censos 1991 e 2011, com tratamento DIG

- UOP01: não obstante as condicionantes físicas do território, a execução da rede viária estruturante prevista em PDM contribuiu para criar áreas expectantes que vieram a ser edificadas, traduzindo-se num acréscimo habitacional e populacional. Este crescimento repercutiu-se na criação de um espaço muito heterogéneo, fruto do aparecimento de novas tipologias de ocupação, prevalecendo edifícios plurifamiliares e com mais pisos em oposição à ocupação pré-existente (ex.: as AUGI distinguem-se pelas tipologias unifamiliares).

- UOP02: integra o núcleo central da cidade e tem sofrido os processos de transformação comuns às áreas centrais das cidades. Assiste-se a um decréscimo populacional, a uma recomposição das famílias (idosos isolados, imigrantes e famílias unipessoais) acompanhado do processo de renovação urbana em que as novas edificações se caracterizam por tipologias diferentes, que reforçam a capacidade habitacional.
- UOP03: compreende áreas envelhecidas do Município, como a Venda Nova, a Falagueira e a Brandoa, outrora muito densas e onde se tem assistido a uma coexistência de fenómenos: saída dos habitantes de primeira urbanização, das gerações mais novas para áreas mais qualificadas e à demolição de bairros de habitação degradada.
- UOP04: a construção de dois grandes loteamentos em espaço urbano livre de edificação veio equilibrar a quebra de população que se verifica em todas as áreas estruturadas ao longo do contínuo urbano em torno das estações de caminho-de-ferro, que estiveram na origem da formação do Município.
- UOP05: área desocupada sujeita a um plano de pormenor que conhece, sobretudo a partir de 2001, a concretização de 1 dos 3 loteamentos. Como o ponto de partida é praticamente a ausência de ocupação, destaca-se das outras unidades por elevadas taxas de variação nas quatro variáveis. Atendendo às alterações recentes, quer na dinâmica do mercado imobiliário quer na conjuntura económica desfavorável para a aquisição de habitação própria, tem surgido uma indefinição no que respeita à concretização das fases posteriores à infraestruturização, transportando para o Município alguns problemas complexos na gestão do espaço público e de alguns espaços privados.

Sublinha-se pela evidência dos dados que o crescimento construtivo não decorre da dinâmica demográfica. Este desfasamento entre crescimento de alojamentos e crescimento populacional já identificado é transversal a toda a região e ao Concelho adquirindo contornos diferentes consoante a unidade de análise.

A capacidade de edificabilidade de cada UOP e iniciativa particular conduziram à emergência de novas áreas do território com ritmo de ocupação muito lento, onde predomina uma fraca dinâmica de vivência urbana, a somar aos espaços centrais onde se faz sentir o fenómeno de esvaziamento, comprovado pela ocupação sazonal e existência de fogos devolutos.

B.2 - A aposta do PDM na criação de um modelo alternativo de ocupação

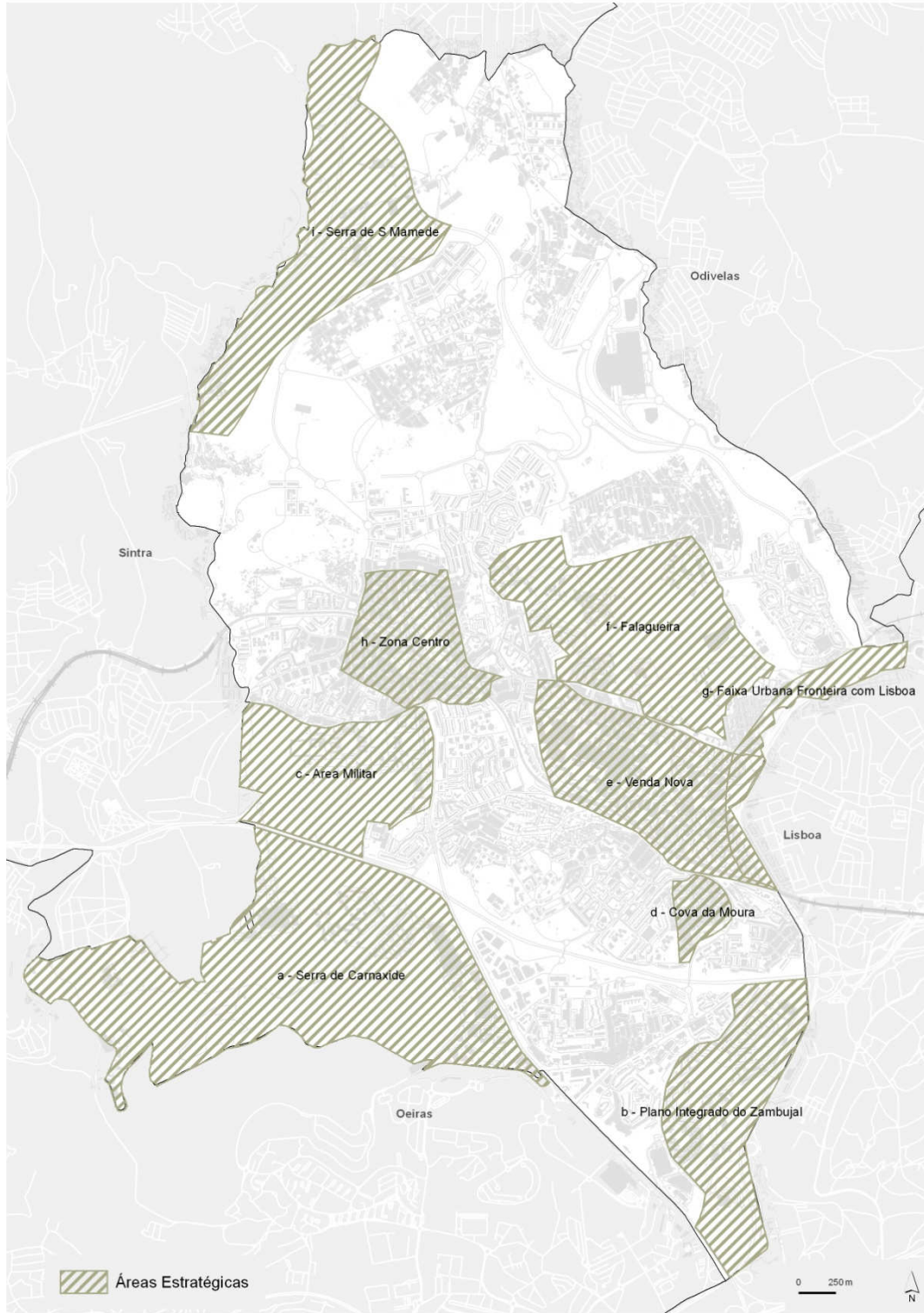
Após a descrição do quadro de referência territorial importa aferir como o processo de gestão do território – planos, programas e ações – no período de vigência do PDM contribuiu para a visão de futuro que o Plano propunha para o Município. Isto é, importa perceber à posteriori se a trajetória e a materialização dos planos e do licenciamento se ajustaram a essa visão.

Recorda-se que a aposta do PDM na criação de um modelo alternativo de ocupação de solo assentava na reorientação do desenvolvimento no sentido de:

- Circunscrever a expansão urbana habitacional às áreas com aptidão para esse fim.
- Defender as áreas a integrar na estrutura verde regional e concelhia (reservando zonas na Serra de Carnaxide e na Zona Norte para este fim).
- Estabilizar os usos na Zona Industrial da Venda-Nova e criar novas áreas para implementação de indústrias de serviços de elevada qualidade (eixo terciário Venda Nova/Damaia e bolsas contíguas à EN 117).
- Perspetivar novos usos para a área da Estação Nacional de Seleção e Reprodução Animal (ENSRA) e dos Comandos.
- Priorizar a estruturação da rede viária principal.
- Reservar áreas para instalações de funções de nível principal.
- Requalificar as áreas urbanas consolidadas.
- Conter o crescimento demográfico.

Para este efeito foram identificadas nove áreas estratégicas (Figura 5) de intervenção que, pela sua localização ou função a desempenhar, seriam importantes na inversão das tendências detetadas e que de acordo com o relatório do PDM, (págs. 95 a 115) assumiam um papel determinante para a construção de um novo modelo urbano.

Figura 5
Áreas estratégicas



Fonte: CMA, PDM, 1994

O modelo urbano defendido no quadro do Plano Diretor determinava:

a) A Serra de Carnaxide como área (300ha) vocacionada para o desenvolvimento da estrutura verde integrada no sistema natural de recreio e lazer, para a oferta residencial qualificada e instalação de terciário superior. O espaço compreendido pela UOP 05 foi objeto de Plano de Pormenor conforme Resolução de Conselho de Ministros 106/98 de 21/08, que corresponde só em parte à vocação enunciada.

A proposta de ocupação, que compreende nove unidades de gestão, prevê as seguintes categorias de espaço: industrial, habitacional de baixa e média densidade, serviços e equipamento. No que diz respeito a equipamento refere-se a existência de reserva de áreas para equipamento público e privado e para um parque urbano.

A finalidade que esteve na origem do lançamento do plano, designadamente a proposta de criação de um parque de escritórios e a instalação de equipamentos de nível municipal/regional ainda está por concretizar.

b) O Plano Integrado do Zambujal como área (100ha) destinada a núcleos habitacionais de realojamento e cooperativas de habitação é constituída por uma estrutura urbana composta por zonas edificadas inseridas em zonas de que é exemplo o Parque da Ribeira, equipamentos de diversas tipologias e serviços da administração central. Esta localização permitiu o desenvolvimento de um pólo de emprego e favoreceu, através da instalação de empresas como a Decathlon, IKEA e Hotel IBIS, a interação desta área com o resto do Município contribuindo para a melhoria da imagem urbana do território concelhio.

c) A Área Militar como espaço (94ha) de grande centralidade e acessibilidade para o qual se propunha a criação de um parque de equipamentos de ensino médio e superior de âmbito regional integrado numa área de recreio e lazer. Esta bolsa de terrenos continua sob jurisdição militar, mas a Academia Militar assegurou a vocação enunciada em PDM ao incrementar nesta área os cursos completos das várias armas e serviços do Exército. Para além dos equipamentos construídos para este fim, refere-se a localização do Comando de Instrução do Exército, unidade de apoio da área militar Amadora – Sintra nas antigas instalações do Regimento dos Comandos.

Os equipamentos de ensino universitário e politécnico para além de desempenharem um papel central na concretização dos objetivos de qualificação do capital humano estabelecidos na Estratégia Regional 2020, desempenham uma função relevante na definição do sistema urbano regional. O reconhecimento desta função está consubstanciada na proposta de revisão do PROTAML (versão de 2010 para consulta pública) que defende a dinamização do ensino superior na Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente a consolidação do polo militar e policial existente na Amadora, como orientação para promover o policentrismo à escala metropolitana.

- d) Cova da Moura** como bairro de construção ilegal que ocupa 16,5ha para o qual se tem estabelecido vários cenários alternativos de recuperação urbanística, entre os quais o referido no Plano de Pormenor do Alto da Cova da Moura, não aprovado pela CMA. Como aposta na requalificação física do território deste bairro e na integração social da população refere-se a existência Programa Urban II para Damaia – Buraca e a Iniciativa Bairros Críticos, em curso.
- e) A Venda-Nova** como área predominantemente industrial com importantes unidades industriais desativadas ao longo dos últimos vinte anos devido a processos de realocação industrial e onde ainda existem bolsas de habitação degradada. Esta área a par da Falagueira e faixa urbana com Lisboa integra o Estudo Urbanístico desta e das duas áreas estratégicas referidas.
- f) A Falagueira** como a mais importante reserva de terrenos (170ha) com função polarizadora e com um papel fundamental no processo de ordenamento e requalificação de áreas de concentração de atividades. Tendo em conta a reestruturação da rede viária municipal e a conclusão de importantes infraestruturas viárias de nível regional (CRIL, prolongamento da Rede do Metropolitano) com forte incidência nesta área, o processo de renovação/reconversão da área contígua da Venda Nova/Damaia constituem projetos com elevado impacto nesta zona.

A proposta de ocupação sob a forma de um Esquema Diretor que favorece a coerência urbanística das diversas operações e sua operacionalização, estrutura-se através de um eixo de terciário de perfil qualificado que visa a transformação da zona num pólo empresarial.

Era intenção da Câmara Municipal, e dos consórcios intervenientes, o desenvolvimento integrado de toda a área de intervenção abrangida pelo Esquema Diretor, bem como a possibilidade de desenvolver, com a maior autonomia as diversas unidades de execução.

Este processo de desenvolvimento urbanístico foi tratado no relatório (BSA, maio de 2005) que aborda cinco questões que visam o estabelecimento de princípios a vincular no Esquema Diretor e que garantem a necessária coordenação das iniciativas dos promotores para a transformação integrada de toda a área:

- delimitação de unidades de execução (6);
- critérios para o desenvolvimento dos estudos urbanísticos das unidades de execução;
- critérios gerais para aplicação da perequação compensatória;
- princípios para a constituição do programa de realojamento;
- questões referentes à gestão urbanística da área de intervenção.

Após um período de interrupção, em 2013 o Município retomou os estudos conducentes ao desenvolvimento urbanístico da Falagueira e de regeneração urbana da zona industrial da Venda-Nova.

g) A Faixa Urbana Fronteira com Lisboa como um corredor urbano (73ha) cuja delimitação se associa ao projeto de implementação da CRIL, que tem tido várias soluções de projeto. Abrange a fronteira com Lisboa e compreende parte da Estrada de Circunvalação da Buraca a Alfovelos.

Estas três áreas estratégicas, **e, f e g**, integram a área de intervenção do Plano de Pormenor da Falagueira/Venda Nova/Damaia. No quadro atual, e tendo em vista os objetivos de reforço da competitividade do Município no contexto da região e a estratégia de investir na criação de oportunidades económicas para a instalação de novas empresas e criação de emprego, emerge como prioritário o desenvolvimento da estratégia de regeneração da Zona Industrial da Venda Nova no quadro do desenvolvimento integrado da Centralidade Metropolitana Falagueira/Zona Empresarial da Venda Nova.

A estratégia municipal a delinear no âmbito da regeneração urbana da zona industrial da Venda Nova no contexto da constituição de centralidade metropolitana Falagueira/Zona Empresarial da Venda Nova remete para a procura de soluções de compatibilização com o atual quadro estratégico de planeamento existente a nível nacional e regional.

O PDM de Lisboa distingue os principais elementos de estruturação territorial de Lisboa, designadamente uma rede de polos emergentes em territórios limítrofes, de onde se destaca a Falagueira na Amadora. Estes polos compreendem diversas localizações estratégicas que articulam o modelo de desenvolvimento urbano com o sistema de transporte público admitindo-se a fixação de atividades económicas.

h) A Zona Centro, área de 58ha, que abrange a zona centro da Amadora e constitui o espaço urbano que concentra maior número e diversidade de funções centrais, integrando um interface multimodal de transporte da AML-N. O centro da cidade tem sido sujeito a uma forte pressão de transformação urbana – substituição pontual de edifícios e operações de renovação urbana com intensificação de ocupação de solos e com a instalação de atividades terciárias.

O centro da Cidade foi objeto de Projeto de Urbanismo Comercial (2000-2006) no âmbito do Programa Operacional da Economia da Região de Lisboa e Vale do Tejo, em resultado da aprovação de uma candidatura conjunta apresentada pela CMA e a ACECOA. O objetivo central deste projeto consistia no relançamento de um espaço com tradição comercial, adequando-o às exigências atuais do mercado através da modernização das unidades comerciais, da requalificação do espaço público e de ações promocionais. O sistema de incentivos previa desde o seu formato inicial, a criação (facultativa) de uma Unidade de Acompanhamento e Coordenação (UAC), traduzindo o reconhecimento da emergência de um novo paradigma na governabilidade dos centros de cidades, assente numa lógica de parceria estratégica entre agentes públicos e privados que operam no mesmo território.

A criação da UAC na Amadora, designada por Agência para a Promoção e Valorização Comercial do Centro da Amadora “AmadoraViva”, consubstanciava as ações de promoção e animação comercial, recursos humanos a afetar ao projeto, formação profissional, contratação de serviços, etc. A Agência ainda desenvolveu e executou um plano anual de atividades de animação, promoveu a

formação de uma figura Gestor de Centro Urbano, à semelhança de experiências internacionais apoiados em modelos gestão inovadores, mas sua atividade foi muito limitada no tempo e não teve o impacto desejado no centro da Cidade.

O balanço deste projeto recentra a discussão em torno de três ou quatro aspetos claramente interdependentes: i) a complexidade da gestão integrada das áreas centrais e o respetivo modelo de governação; ii) a sustentabilidade a prazo deste tipo de iniciativas; iii) a mobilização dos atores locais, frequentemente caracterizados por uma visão circunscrita à sua esfera de atuação e expectantes face ao papel “motor” dos poderes públicos; iv) a “tentação” de replicar experiências bem sucedidas noutros centros, por exemplo de animação, nem sempre adequadas à realidade local.

i) A Serra de S. Mamede que se trata de uma área de 98ha com fortes condicionantes à edificabilidade, constituída pelas encostas norte e noroeste da Serra de São Mamede envolventes dos vales da Fonte Santa e Carenque. Atualmente é um território fragmentado depois da construção da CREL e da Radial da Pontinha.

Pela sua dimensão, morfologia, valor patrimonial – aqueduto/mães de água – e seu uso degradado merece ser vocacionada como um espaço verde de proteção e enquadramento integrado na estrutura verde intermunicipal da sub-região envolvente, garantindo a continuidade das áreas vitais relemitadas na estrutura ecológica metropolitana (PROTAML).

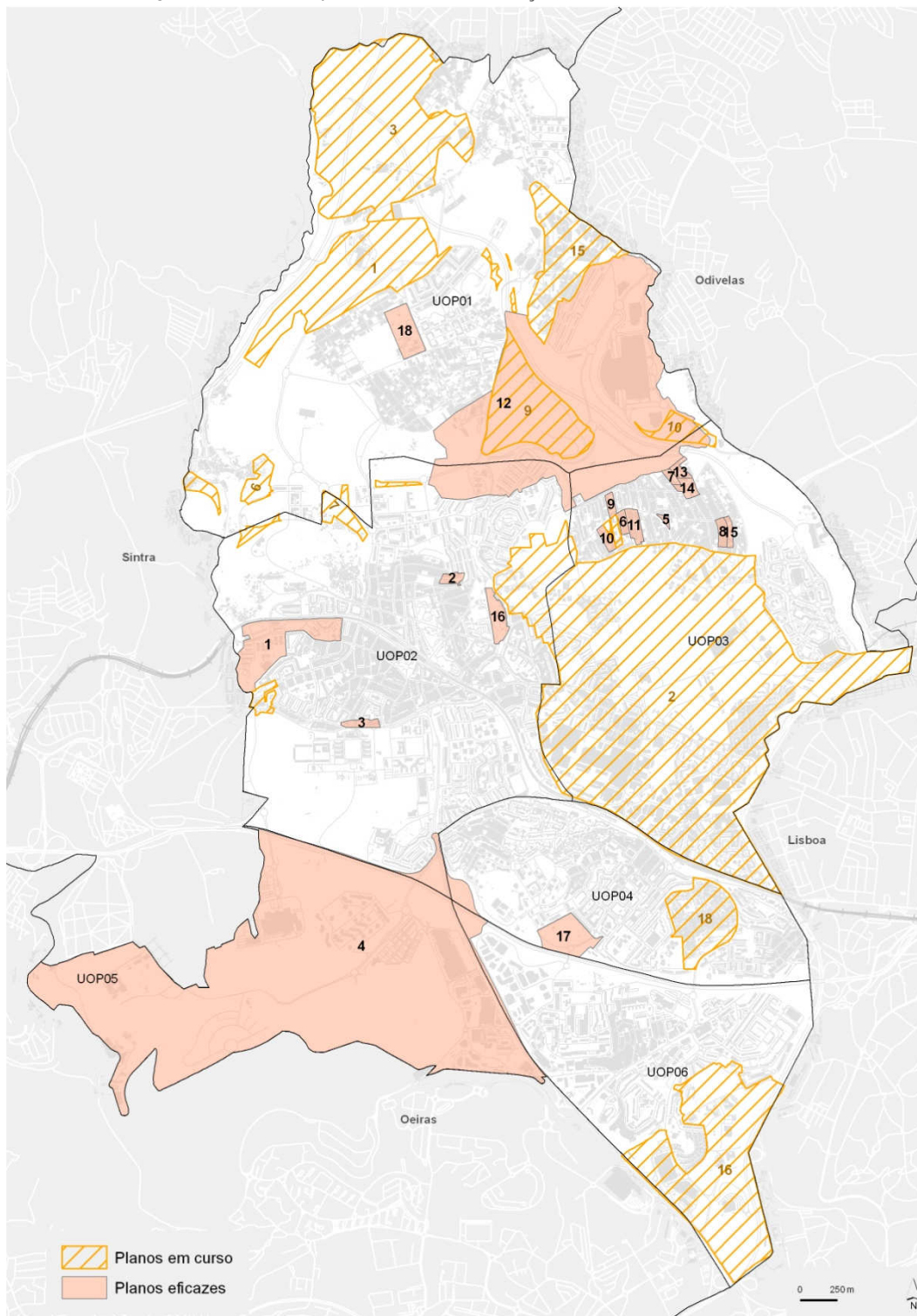
Neste contexto, está em elaboração o plano de pormenor – Quinta da Fonte Santa/Serra de São Mamede, que tem como objetivo criar um espaço verde de recreio, lazer e residencial com qualidade paisagística e ambiental.

Instrumentos de gestão territorial

Os processos subjacentes à transformação do território decorrem da execução do PDM enquanto instrumento de gestão que estabelece o modelo de estrutura espacial, da execução de planos de urbanização que recaem sobre partes determinadas do território que exigem uma intervenção integrada de planeamento e de planos de pormenor que desenvolvem com maior detalhe a conceção da forma de ocupação, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução constantes nos instrumentos de nível hierárquico superior. A Figura 6 espacializa os planos eficazes e em elaboração.

Os planos constituem uma referência não só na apreciação dos pedidos de loteamento como nos de construção individual. Não obstante serem instrumentos orientadores, a sua concretização não foi programada. O licenciamento está sujeito ao regime jurídico da urbanização e da edificação (Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º177/01, de 4 de junho), em articulação com os instrumentos de gestão territorial em vigor, e a sua conclusão depende das etapas que o regime impõe à sua aprovação e dos procedimentos a que a administração urbanística está sujeita.

Figura 6
Instrumentos de gestão territorial aprovados e em elaboração



Fonte: CMA, DAU/DGU, 2014

No intuito de completar o conjunto de orientações que presidiram à elaboração dos planos já apontado nas áreas estratégicas, salienta-se o seguinte:

- a execução do **plano de urbanização Amadora Zona Nascente (2001)**, deveu-se à necessidade de ordenamento da área, tendo como motivos mais próximos a urgência de criação de áreas urbanizáveis destinadas à programação de realojamento e habitação social, bem como de infraestruturas e equipamentos adequados. Em 2006 inicia-se o processo de revisão do PUAZN, adequando os elementos fundamentais do Plano às diversas operações urbanísticas e de infraestruturização decorrentes da sua concretização (por exemplo, o Programa Especial de Realojamento) e a programas e projetos de interesse regional e nacional que incidiram na sua área de intervenção (adutora da EPAL, materialização do traçado do IC16-Radial da Pontinha, Regularização do Rio da Costa, fecho e consolidação da Lixeira da Boba, entre outros). A alteração materializa ainda objetivos de qualificação urbanística, consagrando as áreas destinadas a equipamentos escolares programados, áreas de apoio ao tráfego automóvel e a aposta na diversificação de usos (privilegiando áreas destinadas à promoção do emprego em detrimento de usos residenciais). Esta reconfiguração reflete a tradução espacial das opções estratégicas do Esquema Geral do Modelo Territorial do PROTAML (a área territorial do PUAZN insere-se na “Área Urbana a Estruturar e Ordenar, integrando o designado primeiro anel envolvente ao centro da AML, apoiando-o através de um conjunto de polos vocacionados para equipamentos e serviços).
- **o plano de pormenor da Ribeira da Falagueira (2005)** detalhou a intervenção no espaço urbano sob a forma de parque em área anteriormente ocupada por um bairro de barracas. O denominado Parque Aventura oferece aos habitantes da cidade uma importante área verde de estadia e lazer, tendo a sua construção contribuído decisivamente para o reordenamento da acessibilidade e encetado o processo de reabilitação do edificado da zona envolvente;
- **o plano de pormenor do Parque Urbano do Neudel (2008)** incidiu sobre uma área classificada como VUPE na Planta de Ordenamento e que passou a integrar o domínio privado municipal, em virtude da concretização de uma operação de loteamento. A criação de um novo espaço verde, que associa a função de proteção e enquadramento à componente recreativa e lúdica, proporcionou o acréscimo do nível de cobertura em equipamentos numa área de elevada concentração populacional, colmatando uma situação deficitária indicada nos estudos de caracterização do PDM (o plano destacava o projeto municipal do Parque Urbano da Damaia-Alfragide Norte, embora fortemente vocacionado para a construção de instalações desportivas). Para além da valorização urbanística da área, o PP admite uma reconfiguração de usos, passando a incluir a classe de espaço “industrial proposto”.

- A aprovação de um conjunto de planos de iniciativa municipal aprovados para a Brandoa a partir de 1998 que visam regular a constituição e legalização de lotes e o licenciamento de novas construções.
- em 15/05/1996 a Câmara deliberou a partir da análise sobre a situação dos quarteirões na Quinta da Brandoa uma proposta de intervenção baseada em estudos urbanísticos que conduziram à elaboração de planos de pormenor.

Com efeito, o bairro de génese clandestina com características únicas ao nível da estrutura da propriedade do solo (registo individual de lotes em m²) foi classificado segundo o PDM como espaço urbano, pelo que a existência de planos de pormenor, com maior detalhe, garantem uma gestão territorial com maior eficácia.

Em termos percentuais, os dezoito planos eficazes abrangem cerca de 22% do território municipal (Anexo 20).

Atualmente estão em curso 17 planos de pormenor e 1 plano de urbanização que incidem sobre 26% do território, (Anexo 21). Os motivos que determinaram a sua elaboração são distintos e variam em função da heterogeneidade dos espaços, das orientações de ordenamento e da vocação dos instrumentos, destacando-se:

- as áreas estratégicas como é o caso de São Mamede/Fonte Santa, Falagueira e Cova da Moura, já citados;
- os espaços verdes de proteção e enquadramento que, de acordo com o artigo 36.º do Regulamento do PDM carecem de plano de pormenor total ou parcial; sublinha-se que neste grupo estão 8 pp que incidem em áreas que são “excedentes” de operações de loteamentos e que passaram a integrar o domínio público ou privado municipal e que podem desempenhar um papel fundamental para aumentar a permeabilidade dos tecidos edificados, estruturando as ligações e atenuando a fragmentação do espaço urbano, ou suprimir algumas carências que subsistem no domínio dos equipamentos;
- a Área Urbana de Génese Ilegal do Casal da Mira, que apresenta uma estrutura urbana muito heterogénea e descaracterizada, em que o Município entendeu ser adequado recorrer à elaboração um PP, a fim de se projetar um espaço mais equilibrado e qualificado. A reconversão da AUGI através de processos loteamento de iniciativa dos proprietários, não se tem revelado a modalidade mais adequada, persistindo problemas de propriedade que devem ser resolvidos num quadro de cooperação institucional entre aqueles e a CMA, por forma a viabilizar as operações urbanísticas a desenvolver;

— a matriz de acessibilidades imprimiu profundas transformações no tecido económico do território da UOP06, cuja dinâmica importa enquadrar e potenciar. Em termos gerais, o Município pretende dispor de um instrumento de gestão territorial que permitirá adequar as classes de espaço prevista em PDM à situação existente e prevista, reformular a rede viária com a construção do troço que liga a EN177 à CRIL, assegurar a permanência e ampliação das atividades empresariais e dos equipamentos de natureza social existentes, e ainda redefinir e detalhar uma estrutura verde compatível com as orientações do Plano Regional de Ordenamento Território de Lisboa e Vale do Tejo.

B.3 - Ocupação urbana no período de vigência do Plano

Neste ponto avalia-se o resultado da aplicação do Plano Diretor e dos instrumentos que lhe foram subsequentes, que resultaram de uma orientação expressa ou que decorreram de necessidades que se fizeram sentir ao longo da sua aplicação. Apesar do PDM ser também um documento de referência na apreciação dos processos de obras particulares (construção individual), essa informação é tratada, no ponto (B.1 – Espaço Urbano) sobre a “Dinâmica Urbana e Construtiva”.

A par da análise do ritmo de licenciamento ao nível concelhio avalia-se, também, o grau de preenchimento/ocupação das classes de espaço da planta de ordenamento: “urbanizável”, “urbanizável misto”, “urbano”, “industrial/serviços existente” e “industrial proposto”.

Para esse efeito procedeu-se ao apuramento de dados, apuramento esse que revelou dificuldades e limitações das quais se dá conta nos pontos seguintes:

- a representação vetorial da planta de ordenamento não foi validada, nem pela CMA nem pela DGOTDU. Recorreu-se à planta em formato analógico, com falta de legibilidade, simbolização não adequada à escala e ao problema representado, com completude insuficiente para uma escala 1:10.000;
- fornecimento de informação não estruturada para tratamento em ambiente SIG;
- discordância entre as designações e os parâmetros urbanísticos constantes dos quadros que compõem os diversos processos de loteamento;
- falta de uniformização entre as designações das categorias de espaço utilizadas nos diversos PU e PP e ausência de correspondência daquelas com as classes de espaço da Planta de Ordenamento.

Os cálculos efetuados e apresentados partem essencialmente das seguintes fontes: quadro síntese das áreas da planta de ordenamento do PDM (valores aproximados), alvarás de loteamento emitidos entre 1994 e 2013, loteamentos emitidos ao abrigo da Lei das AUGI, instrumentos de gestão territorial ratificados (PU e PP), loteamentos promovidos pelo Município destinados a habitação social, obras licenciadas ao abrigo do regime jurídico da urbanização e edificações que pela sua expressão territorial foram integradas no estudo (por exemplo IKEA).

Na presença de instrumentos de gestão territorial ratificados posteriores ao PDM, e caso o Município já tivesse emitido alvará de loteamento com a mesma incidência territorial, as áreas consideradas foram as constantes dos processo de loteamento (ex.: PUAZN; PP da Serra de Carnaxide; PP Zona Poente), traduzindo um compromisso de compatibilização entre os diversos instrumentos.

O método seguido no apuramento dos valores consistiu em:

- quando o perímetro do loteamento incidia apenas sobre uma classe de espaço, logo a área considerada foi o total da área de intervenção;
- quando o loteamento abrangia mais do que uma classe, nomeadamente verde urbano de proteção e enquadramento e/ou equipamento, neste caso foi extraída a área correspondente às classes de espaço objeto de análise;
- quando o loteamento estava repartido entre a classe de expansão e a classe de espaço urbano, logo as áreas foram distribuídas pelos quadros correspondentes com a conseqüente separação dos fogos.

O RJUE consagra no n.º8 do artigo 27.º a possibilidade de introduzir alterações à licença de loteamento, *“com ou sem variação do número de lotes, que se traduzam na variação das áreas de implantação ou de construção até 3%, desde que não impliquem aumento do número de fogos, alteração de parâmetros urbanísticos ou utilizações constantes de plano municipal de ordenamento do território, são aprovadas por simples deliberação da câmara municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.”*O recurso a este instrumento foi uma prática quase generalizada na gestão urbanística, com a junção de “aditamentos” aos alvarás. Como tal, foi recolhida a informação referente aos aditamentos, considerando-se apenas para apuramento de valores, aqueles que se repercutiam na redução do número de fogos, em acertos nas áreas de cedência ou na distribuição das áreas de construção segundo os usos.

Não foram considerados os processos de construção relativos a edifícios isolados, nomeadamente na classe de espaço urbano; em primeiro lugar, não se enquadra nos objetivos definidos dado que o solo já estava ocupado e, por outro, porque se trata de renovação do tecido urbano consolidado, por substituição por construções recentes (caso frequente na zona Centro) ou preenchimento de áreas que integraram loteamentos anteriores a 1994 (ex.: Quinta Grande).

Loteamentos

No período entre 1995 e 2013 foram emitidos **quarenta e três alvarás de loteamento, totalizando 334,3ha de área de intervenção de que resultou o licenciamento de 13.924 fogos**. Como se pode observar no Quadro 23 o ritmo do licenciamento foi temporalmente irregular, registando-se um maior número de alvarás emitidos a partir de 2000.

O quadro seguinte contém alguns parâmetros relativos à totalidade dos alvarás emitidos pelo Município e a outras intervenções com expressão territorial relevante, nomeadamente áreas de intervenção, áreas de construção por tipologia de função e fogos.

A primeira observação revela que o licenciamento de áreas destinadas à promoção da habitação foi responsável por mais de 80% do total da área intervencionada, ficando o restante afeto a outros usos como a indústria, comércio e serviços. Por sua vez, também as colunas referentes à área de construção refletem o predomínio da habitação, em consonância com o atrás referido. Esta função recolhe mais de 70% do total da área de construção licenciada, caminhando no sentido de diversificação de usos, preconizado no modelo de reequilíbrio urbano do PDM.

Na segunda posição aparece o comércio e serviços com pouco mais de 20%, contudo, não se deve ignorar a importância assumida por este ramo, não tanto pela dimensão, mas pelas funções de abastecimento e proximidade, acompanhando operações de loteamento para a habitação, contribuindo assim, para a diversificação funcional urbana.

Sublinha-se ainda o papel da CMA como entidade promotora de operações de loteamento, cumprindo uma das opções estratégicas do Município que preconiza a eliminação dos núcleos de habitação degradada. No período em análise, esta intervenção materializou-se na edificação de 4 bairros de habitação social, (Casal da Mira, Casal da Boba, Casal do Silva e Rua de Alfovelos) de que resultaram a construção de cerca de 1.780 fogos, destinados ao mercado de arrendamento apoiado ou venda a custos controlados.

Quadro 23

Número de Alvarás emitidos e projetos com expressão territorial entre 1995 - 2013

| Nº ALVARÁ | PROCESSO LOTEAMENTO | ÁREA DE INTERVENÇÃO | HABITAÇÃO | ÁREA CONSTRUÇÃO | | | Nº FOGOS | UOP | |
|-----------|---------------------------|------------------------|------------------|-----------------------|----------------|--------------|---------------|---------------|----|
| | | | | COMERCIO/ SERVIÇOS | INDUSTRIA | OUTROS | | | |
| 1 | 1/95 | 375-PL/91 | 688 | | | | 7 | 01 | |
| 2 | 1/96 | 211-PL/94 | 7.488 | 5.684 | 113 | | 38 | 02 | |
| 3 | 2/96 | 99-PL/94 | 3.334 | 3.506 | 1.200 | | 24 | 02 | |
| 4 | 3/96 | 352-PL/91 | 83.406 | 40.206 | 7.831 | | 336 | 01 | |
| 5 | 4/96 | 695-PL/86 | 26.884 | 19.414 | 895 | | 152 | 06 | |
| 6 | 1/97 | 49-PL/96 | 32.896 | 46.820 | 2.465 | | 356 | 03 | |
| 7 | 2/97 | 613-PL/88 | 4.936 | 2.732 | 671 | | 28 | 01 | |
| 8 | 4/97 | 143-PL/89 | 265.840 | 119.348 | 6.069 | | *1 023 | 01 | |
| 9 | 5/97 (AUGI) | 1073-PL/89 | 55.300 | 22.919 | 8.122 | 4.022 | *104 | 01 | |
| 10 | 2/98 (AUGI) | 121-PL/93 | 7.880 | 9.738 | | | 18 | 01 | |
| 11 | 3/98 (AUGI) | 119-PL/93 | 987 | 615 | | | 6 | 01 | |
| 12 | 1/99 | 58-PL/96 | 14.840 | 10.658 | 205 | | 89 | 03 | |
| 13 | 1/00 | 184-PL/97 | 25.568 | 19.347 | 660 | | 166 | 03 | |
| 14 | 2/00 | 95-PL/97 | 12.872 | 13.545 | 2.825 | | 113 | 01 | |
| 15 | 3/00 | 113-PL/94 | 39.877 | | 37.195 | | 0 | 06 | |
| 16 | 4/00 | 17-PL/95 | 14.678 | 16.211 | 2.946 | | 127 | 02 | |
| 17 | 5/00 | 185-PL/97 | 25.315 | 25.335 | 2.145 | | 236 | 04 | |
| 18 | 6/00 (CMA Casal do Silva) | 5-PL/00 | 31.744 | 23.959 | 2.358 | | 288 | 03 | |
| 19 | 7/00 | 18-PL/99 | 261.450 | 116.830 | 4.790 | | 948 | 01 | |
| 20 | 9/00 | 32-PL/96 | 504.599 | 98.108 | 125.699 | | 759 | 05 | |
| 21 | 1/01 | 149-PL/99 | 5.911 | 11.444 | 985 | | 91 | 03 | |
| 22 | 2/01 | 137-PL/96 | 98.140 | 50.716 | 2.814 | | 448 | 01 | |
| 23 | 3/01 | 140-PL/99 | 105.047 | 133.918 | 4.947 | | 957 | 04 | |
| 24 | 4/01 (AUGI) | 248-PL/91 | 42.600 | 22.497 | | 496 | *185 | 01 | |
| 25 | 5/01 | 198-PL/99 | 23.440 | 20.933 | | | 164 | 02 | |
| 26 | 6/01 (AUGI) | 20-PL/98 | 7.100 | 1.554 | | | 8 | 01 | |
| 27 | 7/01 | 3-PL/96 | 451.262 | 128.765 | 14.861 | | 18.130 | *1 019 | 05 |
| 28 | 1/02 (AUGI) a) | 17-PL/92 | 143.792 | 65.534 | 13.937 | | 962 | *574 | 01 |
| 29 | 2/02 (AUGI) | 137-PL/00 | 9.528 | 7.090 | | 510 | 34 | 01 | |
| 30 | 1/03 | 121-PL/99 | 26.720 | 39.994 | 7.112 | | 296 | 01 | |
| 31 | 2/03 | 164-PL/01 | 264.193 | 163.328 | 11.776 | | *1 275 | 02 | |
| 32 | 3/03 | 183-PL/99 | 150.506 | 150.694 | 2.844 | | *1 111 | 04 | |
| 33 | 4/03 | 126-PL/00 | 185.576 | 60.830 | 1.020 | | 365 | 05 | |
| 34 | 1/04 | 152-PL/95 | 43.124 | 39.735 | 5.588 | | 361 | 02 | |
| 35 | 2/04 | 114-PL/96 | 18.665 | 13.128 | 13.011 | | 99 | 02 | |
| 36 | 3/04 | 309-PL/99 | 72.512 | 45.291 | 4.039 | | *336 | 01 | |
| 37 | 4/04 | 83-PL/00 | 46.780 | 11.795 | | | 84 | 06 | |
| 38 | 1/05 | 5-PL/97 | 8.199 | 8.181 | 1.653 | | 66 | 02 | |
| 39 | 2/05 | 95-PL/02 | 398.703 | | 191.772 | | 0 | 01 | |
| 40 | 2/2007 a) | Alv 14/75 | 39.406 | 4.289 | | | *86 | 01 | |
| 41 | 1/2008 | 66-PL/01 | 7.200 | 4.408 | | | 14 | 01 | |
| 42 | 1/2013 (AUGI) a) | 27-PL/99 | 7.480 | 6.727 | 327 | | 962 | 30 | 01 |
| 43 | PP Brandoa b) | | 98.850 | | | | 1 512 | 03 | |
| 44 | PPG.Ramos-/F.Lencastre | | 13.000 | 8.321 | 2.142 | | 74 | 02 | |
| 45 | Certidão | 36-PL/99 | 100.039 | 67.982 | 6.675 | | 1.922 | 760 | 01 |
| 46 | Certidão | 7-PL/98 | 101.000 | 63.229 | 7.700 | | 700 | 02 | |
| 47 | SPDAD | 150-PO/99 | 112.158 | | 12.259 | | 0 | 06 | |
| 48 | Lotes indust Alfragide | 35-PM/01 | 50.000 | | | | 0 | 06 | |
| 49 | IKEA | 156-PC/02 | 65.712 | | 32.284 | | 0 | 06 | |
| 50 | IBIS | 64/01 | 5.399 | | | | 4.513 | 0 | 06 |
| 51 | Certidão 1/06 | 2-PER/06 | 4.300 | 4.301 | 360 | | 43 | 03 | |
| | | | 4.126.921 | 1.729.656 | 544.293 | 5.027 | 30.391 | 15.510 | |

* Valores corrigidos a partir dos dados dos aditamentos aos Alvarás iniciais

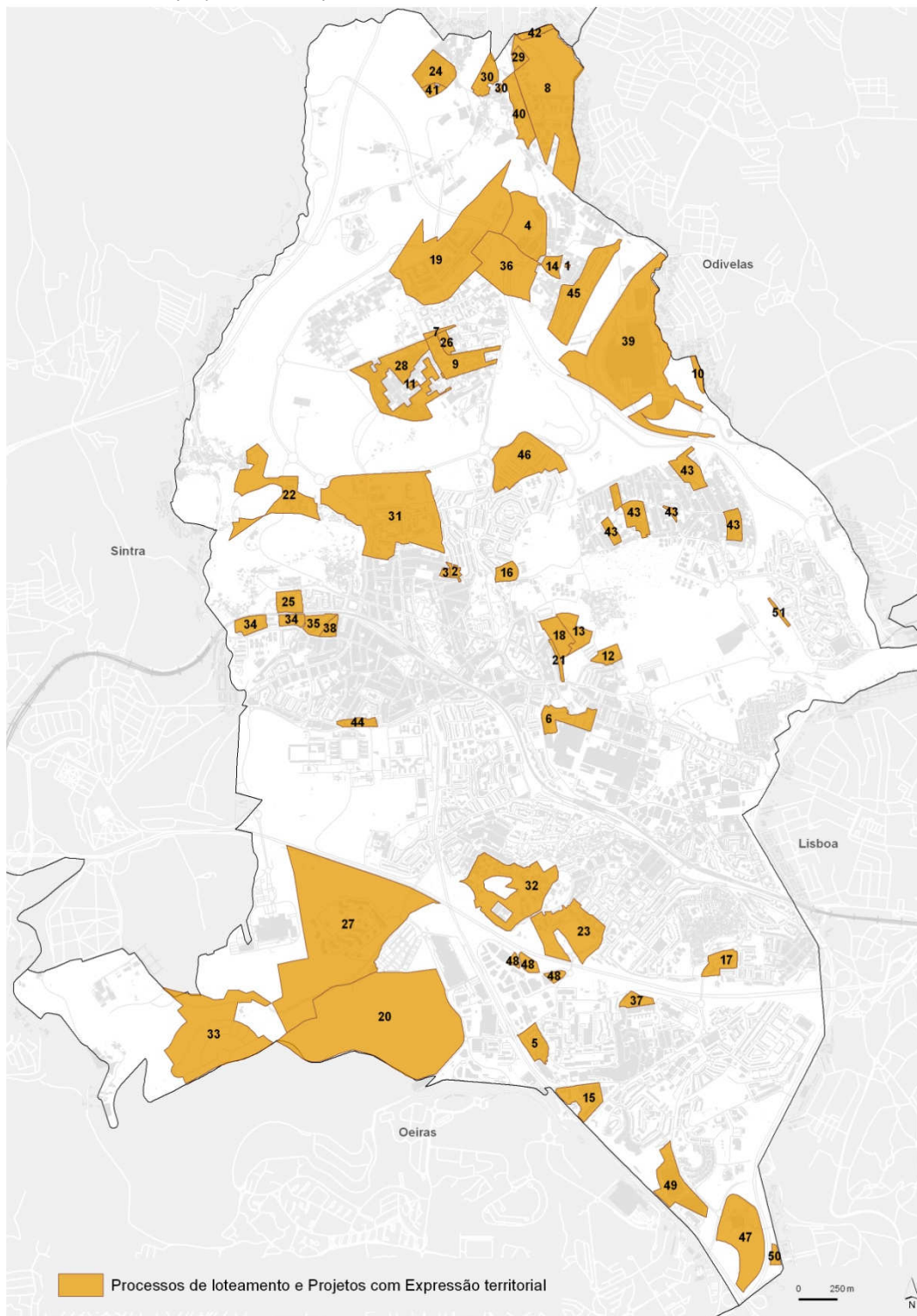
a) Estimativa. Não é possível distribuir as áreas pelos usos a partir do quadro do alvará

b) Admitiu-se o número máximo de fogos em lotes livres e a construir em caso de demolição

FONTE: CMA / DAU, com tratamento DIG, 2014

Figura 7

Alvarás emitidos e projetos com expressão territorial entre 1995 - 2013



Fonte: CMA,DAU/DGU, 2014

Estimativa da execução do PDM

O Município encontra-se classificado, de acordo com a Planta de Ordenamento do PDM com os seguintes usos: “urbano”, “urbanizável”, “urbanizável misto”, “indústria/serviços existente”, “industrial proposto”, “equipamento” e “verde urbano de proteção e enquadramento”.

Quadro 24

Estimativas de execução nas áreas de expansão

| | UOP01 | UOP02 | UOP03 | UOP04 | UOP05* | UOP06 | TOTAL |
|--|-------|-------|-------|-------|--------|-------|--------------|
| Urbanizável e Urbanizável misto em 1994 (ha) | 116,9 | 39,8 | 72,0 | 0 | 62,4 | 7,8 | 298,9 |
| Expansão 1995-2013 (ha) | 56,3 | 26,4 | 6,5 | 0 | 61,6 | 0 | 150,7 |
| Expansão 1995-2013 (%) | 48,1 | 66,3 | 9 | 0 | 98,7 | 0 | 50,4 |
| Fogos (n.º) | 3.476 | 1.976 | 543 | 0 | 2.154 | 0 | 8.149 |
| Intenções (ha) | 4,8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4,8 |

* Valores de edificabilidade dados pelo PP da Encosta Norte da Serra de Carnaxide

Nota: As áreas de partida das classes de espaço foram apuradas a partir de medições efetuadas de modo analógico. Os valores constam de um quadro que acompanhou um caderno dedicado às Áreas Estratégicas.

FONTE: CMA / DAU, com tratamento DIG, 2014.

A avaliação da ocupação do território centrou-se na análise das classes de espaço classificadas em PDM como áreas de expansão do Município ou seja, áreas livres de construção e que era desejável que viessem a incorporar o processo urbano: espaços “urbanizável” e “urbanizável misto”. No conjunto, suportaram a ocupação de cerca de metade (50,4%) da área de expansão disponível no Plano e originaram a aprovação de 8.149 novos fogos isto é, 51,7% do total de fogos licenciados durante o período observado.

Contudo, a ocupação durante a vigência do Plano processou-se de forma diferenciada no território, condicionada pelo número e a dimensão das áreas disponíveis em cada UOP e pela iniciativa dos promotores. Assim, as UOP onde o consumo de solo se fez sentir com maior vigor foi na UOP05, seguida da UOP01, com respetivamente 41% e 37,3% do total licenciado para o Concelho.

Como já foi referido, o território abrangido pela UOP05, praticamente sem ocupação, foi alvo de um Plano de Pormenor, dando lugar à posterior aprovação de três loteamentos que esgotaram quase na íntegra as áreas de expansão nele previstas (98,7%).

Não obstante os condicionalismos físicos presentes na UOP01, esta revela-se bastante dinâmica, com a afetação de 48,1% do território disponível para expansão. Esta dinâmica é reforçada no valor referente à área comprometida, aproximando-se de 5ha, que caso venha a ser efetivamente licenciada vai elevar o preenchimento para 52% na UOP e para 39% no total concelhio.

A UOP02 ao integrar o núcleo que esteve na génese de formação do Município, possui quase todo o seu território coberto por tecido urbano consolidado, para além de que, as áreas de expansão presentes nesta unidade estão já parcialmente preenchidas (66%).

Quadro 25

Estimativas de execução do espaço Urbano, Industrial/Serviços (existente) e Industrial Proposto

| | UOP01 | UOP02 | UOP03 | UOP04 | UOP05 | UOP06 | TOTAL |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------|
| URBANO | | | | | | | |
| Existente 1994 (ha) | 160,8 | 276,2 | 200,6 | 165 | 9 | 112 | 923,6 |
| Licenciado 1995-2013 (ha) | 40,8 | 11,3 | 14,9 | 18,9 | 0 | 7,9 | 93,9 |
| Licenciado 1995-2013 (%) | 25,4 | 4,1 | 7,4 | 11,5 | 0 | 7,1 | 10,2 |
| Fogos | 2.025 | 953 | 2.002 | 2.382 | 0 | 236 | 7.598 |
| Intenções (ha) | 26,6 | 0 | 0 | 2,7 | 5,6 | 0 | 34,9 |
| INDUSTRIAL/SERVIÇOS (existente) | | | | | | | |
| Existente 1994 (ha) | 0 | 0 | 40,0 | 0 | 35,3 | 49,3 | 124,6 |
| Licenciado 1995-2013 (ha) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12,7 | 12,7 |
| Licenciado 1995-2013 (%) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 25,8 | 25,8 |
| INDUSTRIAL PROPOSTO | | | | | | | |
| Existente 1994 (ha) | 29,6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 29,6 |
| Licenciado 1995-2013 (ha) | 27,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 27,1 |
| Licenciado 1995-2013 (%) | 91,6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 91,6 |
| Nota: As áreas de partida das classes de espaço foram apuradas a partir de medições efetuadas de modo analógico. Os valores constam de um quadro que acompanhou um caderno dedicado às Áreas Estratégicas. | | | | | | | |

FONTE: CMA / DAU, com tratamento DIG, 2014

A dinâmica evidenciada na classe de espaço urbano, classificada em Plano como tecido urbano consolidado, impôs a necessidade da avaliação também nesta classe. A ocupação neste contexto compreende várias situações: área pré-existente que foi intervencionada sem expansão (por exemplo em AUGI), terrenos livres de edificação que já integravam a classe (Neudel, Atalaia e PP Expansão Poente, por exemplo) e parcelas onde se assistiu à renovação urbana por alteração do uso dominante (por exemplo nos terrenos da Cometna).

Neste caso não se poderá falar efetivamente em expansão mas em densificação, uma vez que o Plano não distinguiu o espaço urbano existente do proposto. Assim, podemos verificar que cerca de 10% do território classificado como urbano foi objeto de intervenção através de licenciamento de loteamentos.

Também nesta classe a dinâmica predomina novamente na UOP01, que assistiu à afetação de 25,4% de solo classificado como urbano a processos de licenciamento, repartidos entre a conclusão de processos de legalização em AUGI e a aprovação de novos loteamentos. De realçar que, se somarmos

os fogos novos gerados em espaço “urbano” e em espaço “urbanizável”, esta UOP suporta o aparecimento de mais de 4.400 fogos¹⁸.

A estimativa da área comprometida representa um incremento de área intervencionada para 42% nesta classe, caso as intenções em apreciação sejam viabilizadas.

Regista-se o licenciamento efetuado na UOP04, cujo território está na sua maioria afeto à classe de espaço urbano, mas que ainda assim conduziu à aprovação de mais de 2.300 fogos novos ou seja, quase metade da totalidade dos fogos novos licenciados nesta classe para o Município¹⁹.

A UOP06 reflete menos dinamismo, em virtude de parte do seu território estar vocacionado para suportar a instalação de atividades económicas, conforme se pode comprovar pelo licenciamento de 25,8% da área destinada a indústria/serviços existente, reforçando o importante eixo comercial e de serviços localizado na EN 117 e o restante espaço classificado como urbano, ter vindo a ser progressivamente preenchido, na sequência dos licenciamentos aprovados em data anterior à entrada em vigor do Plano.

A classe de espaço “industrial proposto” está presente apenas na UOP01. As duas áreas vocacionadas para receber este uso e serviços complementares integraram um Plano de Urbanização (PUAZN) e neste sentido, uma das áreas esgotou-se com o licenciamento recente de um grande espaço comercial e a outra, à data de elaboração do PU estava já parcialmente preenchida com instalações municipais.

Quadro 26

Espaços verdes e equipamentos cedidos nos alvarás emitidos 1995-2013

| | UOP01 | UOP02 | UOP03 | UOP04 | UOP05 | UOP06 | TOTAL |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------|
| Cedência para espaços verdes e de utilização coletiva (ha) | 52,7 | 13,2 | 2,0 | 6,9 | 39,2 | 2,2 | 116,1 |
| Cedência para equipamentos (ha) | 8,4 | 5,4 | 0,9 | 4,9 | 3,8 | 0,2 | 23,6 |

FONTE: CMA / DAU, com tratamento DIG, 2014

As áreas presentes no quadro de cedências provêm de:

- classes de espaço “verde urbano de proteção e enquadramento” e “equipamento”, que não estando vocacionadas para o licenciamento, constituem o remanescente das áreas dos loteamentos;
- áreas que vieram a integrar os domínios público e privado nas classes de expansão e de espaço urbano resultantes do licenciamento.

¹⁸ Não foi considerado o licenciamento em AUGI da UOP01

¹⁹ Não foi considerado o licenciamento em AUGI da UOP01 e em PP da Brandoa na UOP 02

Os valores de cedências refletem necessariamente a intensidade e a dimensão do licenciamento em cada UOP, em cumprimento do Regulamento do PDM e dos demais diplomas que regulam o licenciamento.

Áreas urbanas de génese ilegal (AUGI)

Na sequência da deliberação de Câmara de 28 de fevereiro de 1996 foram delimitados os perímetros das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) bem como a modalidade da sua reconversão, conforme preconizado pela Lei n.º91/95, de 2 de setembro que as instituiu.

As doze AUGI demarcadas no Município distribuem-se de forma muito heterogénea no território, predominando na zona norte, na UOP01 com nove áreas referenciadas, duas na UOP03, e apenas uma nas UOP04 e 05.

O processo de reconversão através de legalização por loteamento, tem-se revelado muito moroso conforme demonstrado pelo número de AUGI reconvertidas. As dificuldades centram-se fundamentalmente nas exigências constantes da Lei, nos sucessivos acertos de áreas, na dificuldade dos proprietários se unirem pela resolução de uma causa comum e nos valores cobrados pelas taxas de licenciamento urbanístico.

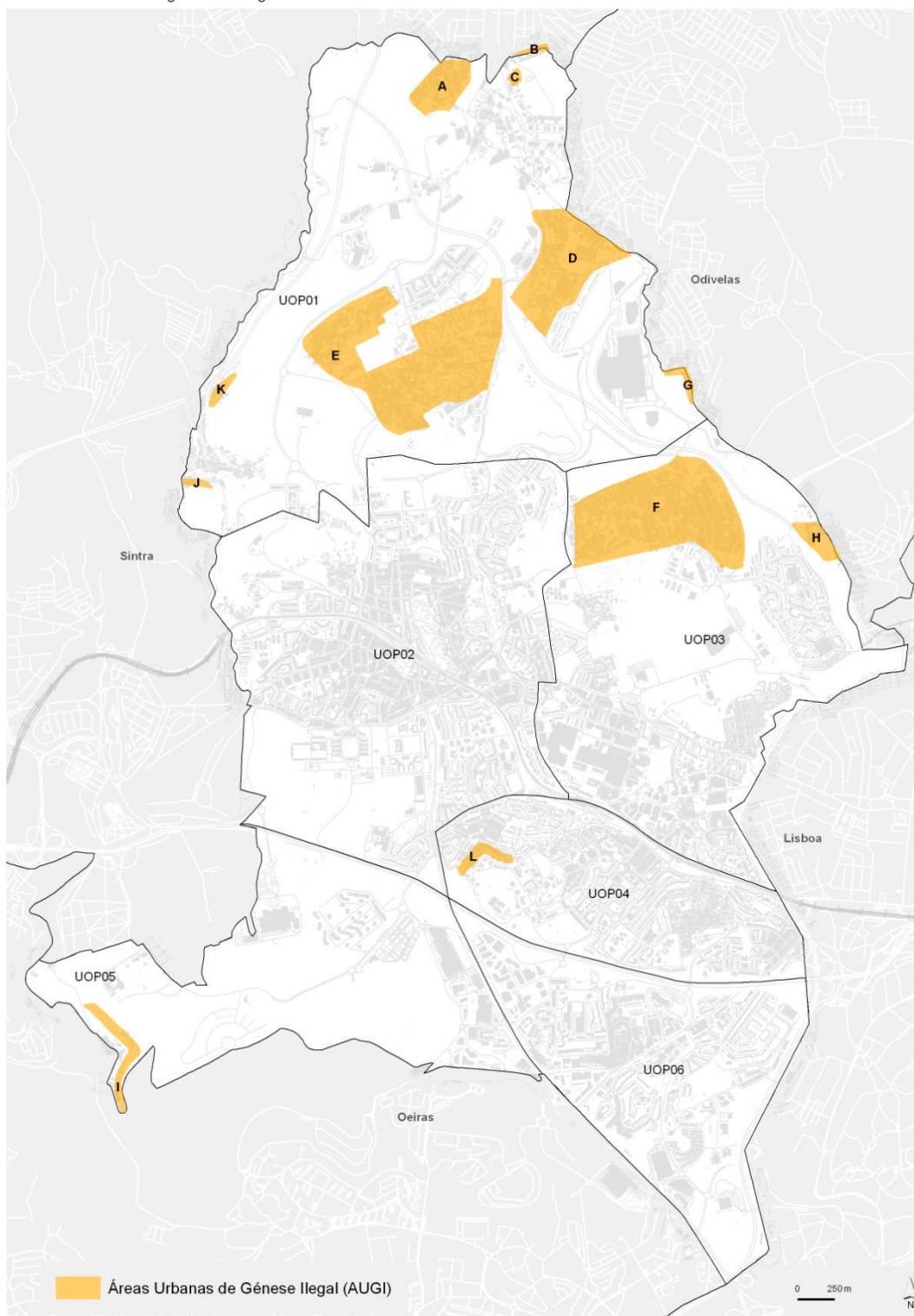
Quadro 27

Situação das AUGI

| | DESIGNAÇÃO | CLASSE DE ESPAÇO | UOP | SITUAÇÃO |
|---|--------------------------------------|--------------------|-----|-----------------|
| A | Casal do Rebentão/Portela de Cambra | Urbano | 01 | Em reconversão |
| B | Terra dos Canos | Urbanizável | 01 | Reconvertida |
| C | Moinho do Guizo | Urbanizável | 01 | Reconvertida |
| D | Casal da Mira | Urbano/Equipamento | 01 | Em reconversão |
| E | Alto dos Moinhos | Urbano | 01 | Em reconversão |
| E | Moinhos da Funcheira e Serra da Mira | Urbano | 01 | Em reconversão |
| F | Brandoa | Urbano | 03 | Em reconversão |
| G | Bairro de Santo Elói | Urbano | 01 | Reconvertida |
| H | Rua Victor Carlos | Urbano | 03 | Por reconverter |
| I | Valejas | Urbano | 05 | Por reconverter |
| J | Rua dos Trabalhadores | Verde/Urbano | 01 | Por reconverter |
| K | Casal de S. Vicente | Urbano | 01 | Por reconverter |
| L | Estrada Militar-Reboleira | Urbano | 04 | Em reconversão |

FONTE: CMA / DAU, com tratamento DIG, 2014

Figura 8
Áreas urbanas de génese ilegal AUGI



Fonte: CMA, DAU, 1995

A atuação sobre o território classificado como AUGI tem sido materializada através de dois tipos de operações urbanísticas: do regime de reconversão das áreas clandestinas (elaboração de Plano de Pormenor ou de loteamento, mediante a constituição de Associação de Moradores) e do regime jurídico da urbanização e edificação. A justificação para tal facto advém da permanência de duas modalidades na estrutura da propriedade, isto é, da existência de terrenos em avos indivisos e em m², que vão determinar logo à partida o tipo de procedimento a seguir.

Neste sentido, optou-se por separar as áreas e os fogos licenciados ao abrigo dos dois instrumentos já enunciados. Refere-se que o número de fogos apresentado já reflete os acertos constantes nos aditamentos aos alvarás.

Quadro 28
Ocupação urbana em AUGI

| Designação | AUGI | | LOTEAMENTOS PARTICULARES | | TOTAL | |
|--|-----------------------------------|--------------|-----------------------------------|-------------|-----------------------------------|--------------|
| | Área licenciada (m ²) | Fogos (n.º) | Área licenciada (m ²) | Fogos (n.º) | Área licenciada (m ²) | Fogos (n.º) |
| A Casal do Rebentão/Portela de Cambra | 42.600 | 185 | | | 42.600 | 185 |
| B Terra dos Canos | 7.480 | 30 | | | 7.480 | 30 |
| C Moinho do Guizo | 9.528 | 34 | | | 9.528 | 34 |
| D Casal da Mira | | | 30.517 | 216 | 30.517 | 216 |
| E Alto dos Moinhos | | | | | 0 | 0 |
| E Moinhos da Funcheira e Serra da Mira | 206.192 | 686 | 987 | 6 | 207.179 | 692 |
| F Brandoa | 123.024 | 1.512 | | | 123.024 | 1.512 |
| G Bairro de Santo Elói | 7.880 | 18 | | | 7.880 | 18 |
| H Rua Victor Carlos | | | | | 0 | 0 |
| I Valejas | | | | | 0 | 0 |
| J Rua dos Trabalhadores | | | | | 0 | 0 |
| K Casal de S. Vicente | | | | | 0 | 0 |
| L Estrada Militar-Reboleira | | | | | 0 | 0 |
| Total | 396.704 | 2.465 | 31.504 | 222 | 428.208 | 2.687 |

FONTE: CMA / DAU, com tratamento DIG, 2014

Como se pode verificar, o ritmo de reconversão dos territórios ocupados pelas AUGI difere de caso para caso e prendem-se com os seguintes fatores:

- a permanência de áreas por reconverter, dado que não deu entrada na Câmara nenhum pedido de legalização (por exemplo AUGI H, I, J);
- a existência de processos de legalização já na etapa final, faltando apenas a publicação do Alvará, como acontece no Alto dos Moinhos (AUGI E);

- a decisão de mandar elaborar Planos de Pormenor, como as AUGI D e K, Casal da Mira e do Casal de São Vicente respetivamente, figurando apenas como área em reconversão no quadro 27;
- a necessidade de disciplinar e promover a qualificação urbanística de uma área com construções clandestinas que se encontram em terrenos que integram o domínio privado municipal, conduziu à transição de um processo de reconversão em nome dos proprietários num loteamento de iniciativa municipal, como sucedeu na AUGI L. Este processo está em fase final e a publicação do alvará prevê-se para breve.

No que concerne à AUGI da Brandoa, em particular, o Município assumiu uma estratégia repartida: proceder à elaboração de planos de pormenor ou fazer condicionar as construções novas aos parâmetros definidos em quarteirões com alvarás. No primeiro caso, o lançamento dos PP destinava-se a reordenar alguns quarteirões, designadamente aqueles cuja presença de referências urbanísticas era menor ou quando as características morfológicas dos mesmos o exigiam. De momento estão já ratificados 10 PP. O recurso sistemático aos PP vigorou até 2008, momento em que foi decidido aprofundar os estudos urbanísticos em espaço urbano consolidado, privilegiando a determinação do valor modal (conforme estabelecido no artigo 31.º do Regulamento) em detrimento da elaboração dos planos como primeira opção.

A informação constante do Quadro 28 reflete a síntese da informação extraída dos PP e portanto a área licenciada diz respeito à áreas abrangida por PP eficaz em lotes livres ou em lotes ocupados com edificações a demolir ou a legalizar (Portaria n.º243/84, de 17 de abril). Neste sentido, o número de fogos indicado constitui o limite máximo admitido.

Relativamente ao tipo de ocupação, à exceção da Brandoa onde a tipologia dominante é o edifício plurifamiliar, as restantes assentam essencialmente num tecido de moradias contudo, a existência de grandes bolsas de terreno livres dentro do perímetro das AUGI, tem viabilizado o aparecimento de tipologias plurifamiliares, como se pode verificar por exemplo no Casal da Mira.

A contagem de fogos referentes aos loteamentos ao abrigo do regime das AUGI, não corresponde a um acréscimo real, uma vez que os bairros já estavam muito preenchidos e parte das construções são objeto de legalização e não de construção nova. Na coluna referente à área licenciada ao abrigo do regime geral da urbanização, destaca-se o acréscimo efetivo de mais de 200 novos fogos repartidos por 3 loteamentos no Casal da Mira (AUGI D).

Gestão urbanística em espaço urbano

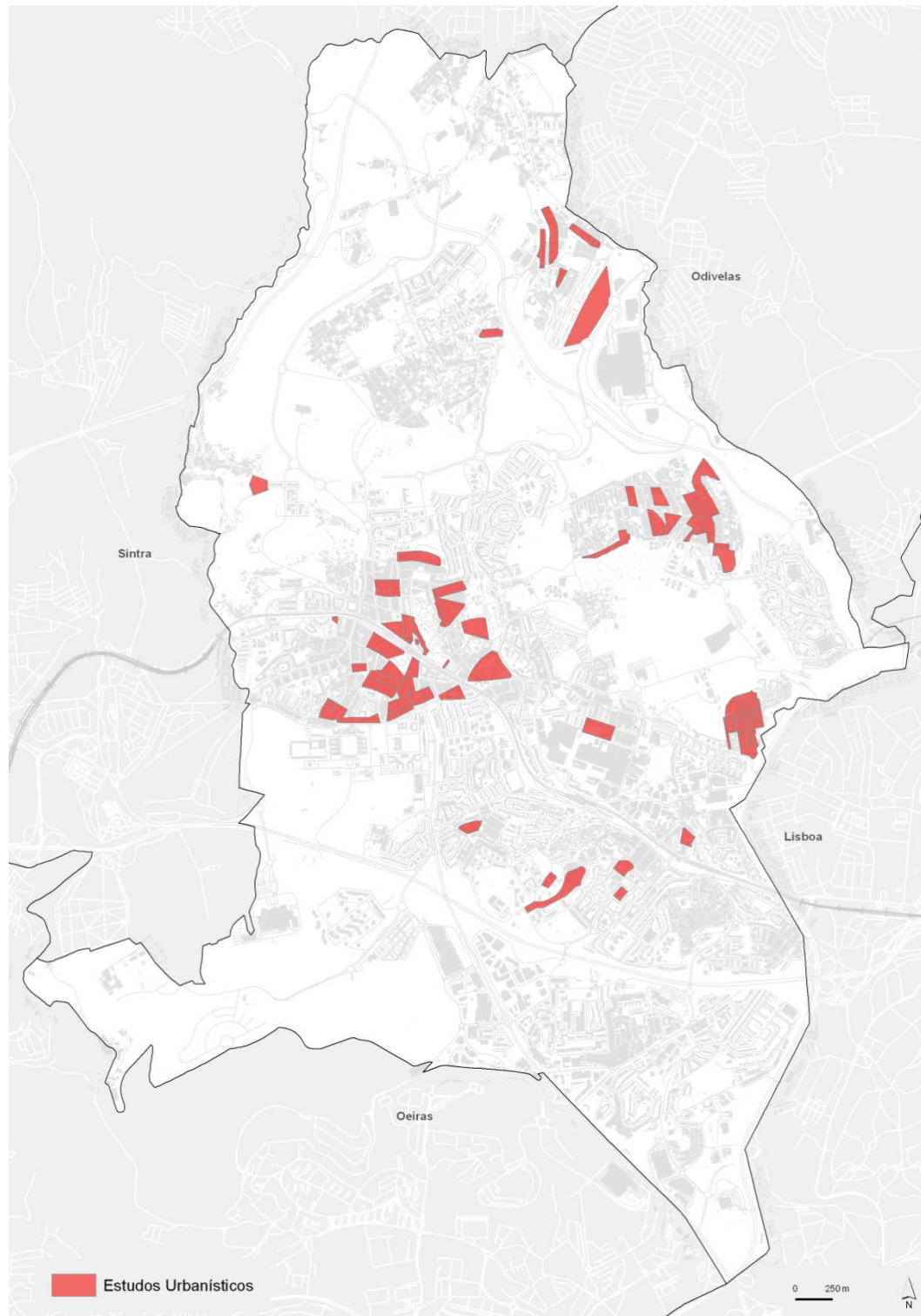
O Plano Diretor Municipal define no artigo 31.º do Regulamento a classe de espaço urbano, correspondendo à área urbanizada do Município delimitada em Planta de Ordenamento. Ao contrário do previsto para as áreas de expansão urbana (espaços “urbanizável” e “urbanizável misto”), não estão expressos parâmetros de edificabilidade, devendo as novas edificações respeitar as características urbanas da área onde se inserem.

Neste contexto, têm sido desenvolvidos um conjunto de estudos urbanísticos direcionados para quarteirões e frentes de rua, com o objetivo de identificar o valor modal das construções existentes e fixar orientações a que devem sujeitar-se as novas edificações. O Município procura, por esta via, promover a homogeneidade do tecido urbano consolidado e regular atuações casuísticas que introduzam descontinuidades morfo-tipológicas em áreas urbanas estabilizadas.

A seleção das áreas de intervenção baseou-se em três critérios:

- preservar a unidade do conjunto edificado composto pelo Bairro da Venda Nova, praticamente todo coberto com estudos;
- dar continuidade ao processo de legalização dos quarteirões da Brandoa, pelo que o recurso à elaboração de planos de pormenor passou, desde 2008 a constituir uma opção apenas quando as condições de ocupação não permitam apurar quaisquer referências urbanísticas;
- dotar o Município de um instrumento que permita responder à pressão urbana sobre a área central do Município; com efeito, a procura dos serviços da administração urbanística pelos privados (seja por via da construção nova ou da alteração) tem vindo a desencadear e orientar os estudos para uma parcela do designado centro da Cidade, que se estende do cruzamento do Bairro do Bosque para poente, abrangendo o território das Freguesias da Venteira e da Mina de Água.

Figura 9
Estudos urbanísticos



Fonte: CMA, DAU/DPU, 2014

Direitos de preferência

Associar a dinâmica do mercado imobiliário apenas à regulação urbanística é encarar o fenómeno numa perspetiva redutora. É certo que é em sede dos instrumentos de gestão territorial que se promovem as áreas de expansão e densificação, mas o funcionamento do mercado é muito mais complexo e depende de outros fatores que influenciam a oferta e a procura. Segundo a opinião dos especialistas, o imobiliário cresce se a conjuntura é de forte procura (quantidade e diferenciação de produto, decréscimo das taxas de juro, concorrência bancária, etc.) tendo a habitação sido encarada como um produto financeiro aliciante em termos de aplicação de poupanças ou investimento. Por outro lado, a procura pode sofrer transformação nas motivações: aumento do rendimento, segunda habitação, novas tipologias em resultado da recomposição das famílias, acessibilidades, áreas residenciais associadas a padrões sociais mais elevados, etc.

Com a conjuntura económica atual, esta conjugação de fatores tem dado sinais de desaceleração, devido à dificuldade de acesso ao crédito, ao endividamento das famílias, e ao excedente de fogos vagos para venda.

Embora os municípios não estejam vocacionados para estudar este fenómeno, em especial porque a atividade se desenvolve essencialmente na esfera dos privados, a verdade é que esta dinâmica acaba por se repercutir no território, em particular no que diz respeito ao mercado de habitação. A Amadora, pela sua posição geográfica e matriz de acessibilidades, reúne uma atratividade que se têm revelado determinante na promoção da habitação, conforme demonstrado por décadas consecutivas marcadas pelo crescimento.

O aproveitamento dos atos administrativos decorrentes da atividade realizada pela administração urbanística, pode ajudar a traduzir esta dinâmica. Com efeito, a moldura legal criou mecanismos que sujeitam os interessados a comunicar a sua iniciativa junto do poder público, concretamente os Direitos de Preferência, meio através do qual o Município pode exercer o direito legal de preferência nas transmissões entre particulares, relativos a prédios ou imóveis, nos termos do n.º37.º da Lei 107/2001, de 8 de setembro (estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural) e demais legislação avulsa²⁰ aplicável no Município.

Não se tratando de um instrumento de gestão urbanística, a oportunidade de inscrever este tema num capítulo dedicado ao espaço urbano prende-se apenas com a recolha, sistematização e espacialização dos dados constantes dos documentos²¹ que circularam nos serviços municipais nos últimos 8 anos (entre 2006 e 2013). A DIG constitui um nó no circuito documental, sendo responsável pela junção de

²⁰ Decreto-Lei n.º794/76, de 5 de novembro - Lei dos Solos; Decreto-Lei n.º862/76, de 22 de dezembro - Regulamento o direito de preferência

²¹ Direito de Preferência que circulam nos serviços através do Mod21/CMA/DAU/2014 ou do pedido designado "Casa Pronta" (serviços online do Ministério da Justiça)

elementos cartográficos e informação da sobreposição do imóvel em área crítica de recuperação e reconversão urbanística (ACRRU) e/ou em área de proteção de imóvel classificado.

Neste período passaram pela Divisão de Informação Geográfica cerca de 650 comunicações de particulares. Verifica-se alguma regularidade no número de transações por ano, embora os anos de 2007 e 2010 se tenham revelado atípicos, atingindo quase o dobro dos restantes. Em oposição, o ano de 2013 registou o mínimo neste período.

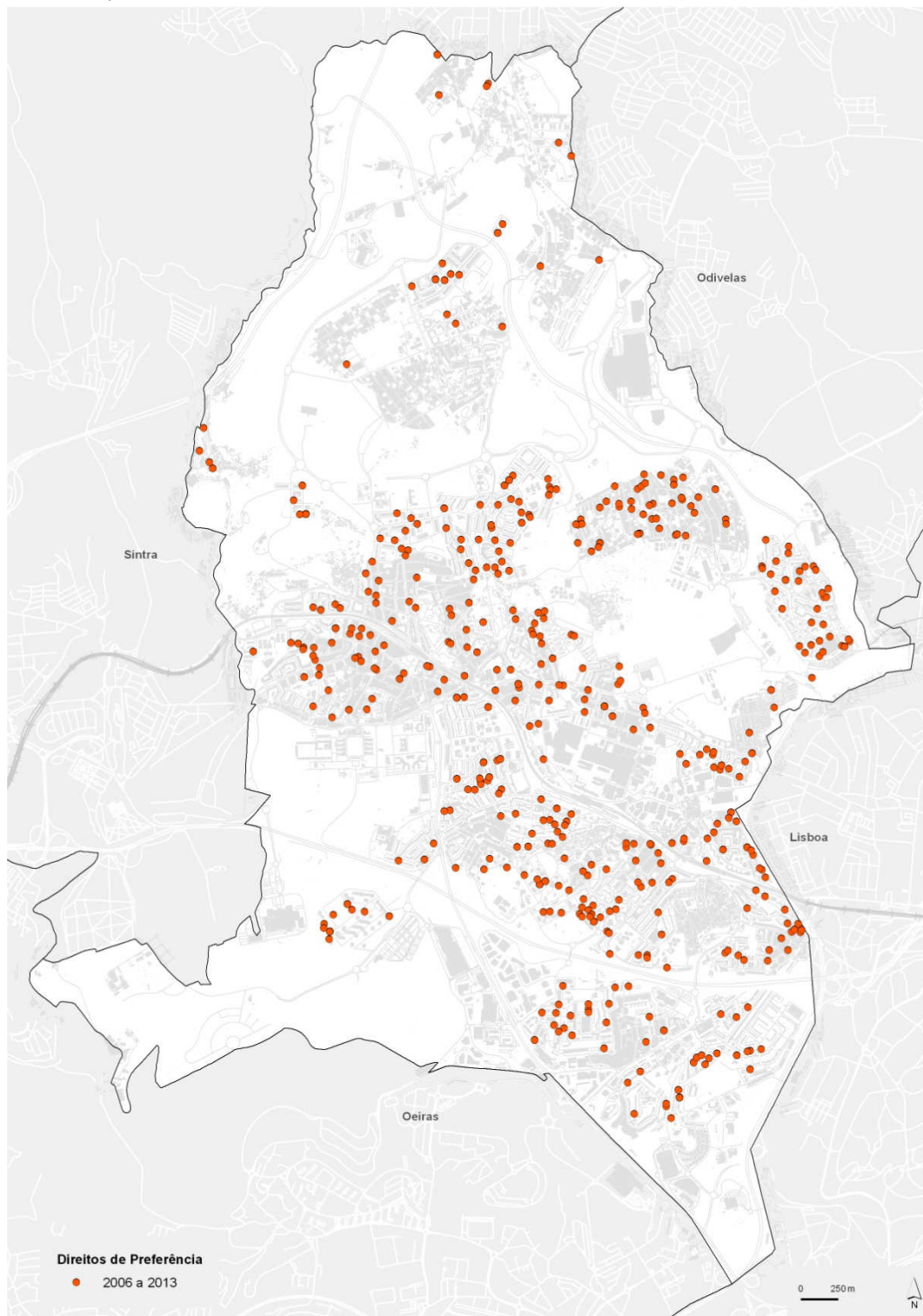
Os registos referem-se a imóveis de diversa natureza (terrenos, garagens, armazéns, lojas, fogos etc.), mas no cômputo geral, predomina a transação de alojamentos, com mais de 90%.

A Figura 10 traduz a dinâmica verificada na Amadora e a repartição espacial permite observar que:

- as transações concentram-se na área central do território, descrevendo um contínuo em “arco” no tecido urbano consolidado (Buraca, Damaia, Reboleira, Venteira, Mina, Casal de S. Brás, Brandoa, Alfornelos, Venda Nova), composta por edifícios novos, por colmatação de espaços, ou nos edifícios existentes;
- o ritmo de ocupação, lento como previsível, das urbanizações mais recentes (Alto da Mira, Vila Chã, Atalaia, Neudel, Casas do Lagos);
- o aparecimento de transações em bairros de habitação com fogos a custos controlados (ex.: Casal da Boba, Alto da Mira);
- em áreas delimitadas como AUGI os registos são praticamente inexistentes, mesmo em situações em que a área já foi reconvertida (ex.: Moinhos da Funcheira, Santo Elói, Moinho do Guizo). Esta situação, para além dos aspetos legais relacionados com a propriedade, pode justificar-se pela prevalência da habitação de tipologia unifamiliar com proprietário ocupante, que caracteriza estes bairros.

Este tema não é habitualmente desenvolvido pelos municípios, o que não significa que não poderá ser aprofundado em âmbito próprio. Com efeito, desconhecem-se as consequências na valorização/desvalorização do edificado e que decorrem não só das condições físicas do imóvel mas da combinação com outros fatores relacionados com a localização. O avultado investimento realizado pelo Município, em equipamentos coletivos, na requalificação do espaço público, ou em operações integradas de reabilitação urbana, como o caso da Av. Santos Mattos, tem tido repercussões na valorização do parque habitacional privado.

Figura 10
Direitos de preferência



Fonte: CMA/DAU, com tratamento DIG, 2014

Evolução da mancha urbana

Na tentativa de atualizar e projetar as figuras referentes à evolução do tecido urbano que constam dos Estudos de Caracterização do PDM, procedeu-se à representação generalizada da ocupação do território decorrente da aplicação do Plano Diretor.

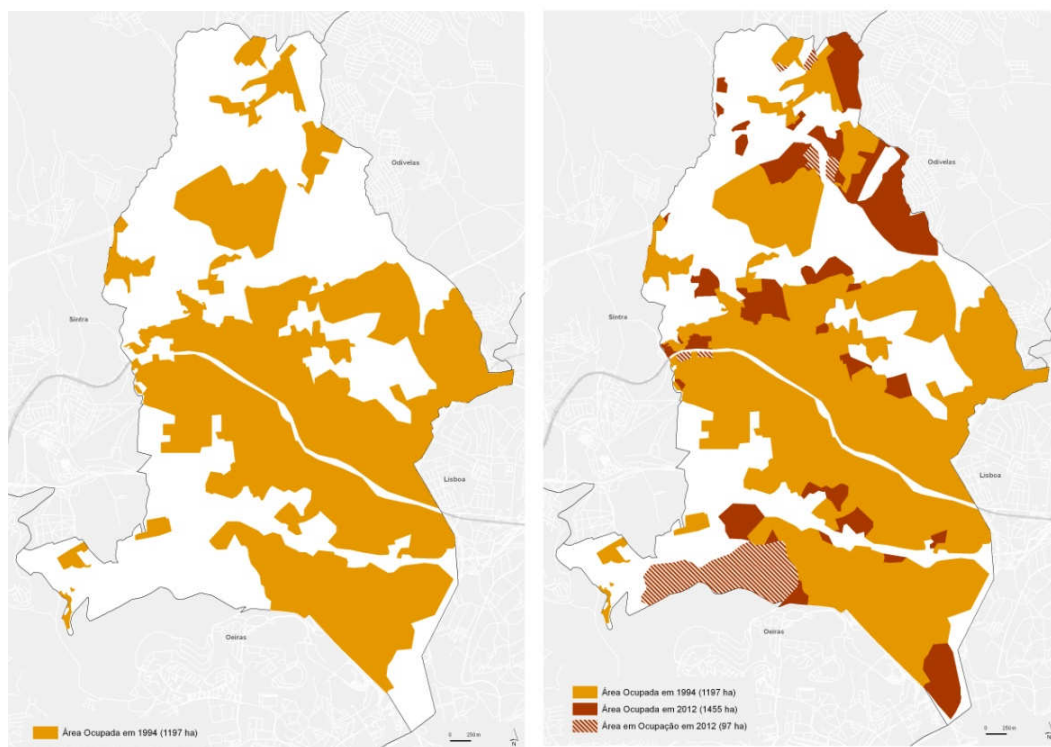
A mancha ocupada em 1994 era de 1.197ha que correspondia a 50% da área do Concelho. Em 2003 passou para os 55% do território (1.300ha) e em 2012 atingiu 61% (1.455ha).

Os compromissos decorrentes de áreas licenciadas em ocupação (com alvará emitido, já infraestruturadas e ou em infraestruturaração) integram a classe “área em ocupação” posterior a 2012 e projetam o contínuo urbanizado para 1.552ha que corresponde aproximadamente a 65% da superfície do território.

A área ocupada e em ocupação em 2012 representa um acréscimo de 30% face à área ocupada em 1994.

A desconformidade entre a evolução da mancha urbana que apresenta valores mais elevados na segunda década e a dinâmica habitacional com maior incremento na primeira década, justifica-se pela ocupação de uma grande área de comércio e serviços que representa 25% do total da expansão verificada entre 2003 e 2012.

Figura 11
Ocupação urbana 1994-2003-2012



Fonte: CMA, DIG, 2014

A evolução referida permite distinguir na formação do tecido urbano a seguinte estrutura:

- um contínuo central consolidado associado às duas margens da linha de Caminho-de-ferro;
- uma faixa consolidada, progressivamente colmatada em torno do IC19. De referir a densificação de Alfragide e do PI Zambujal e o preenchimento gradual da Serra de Carnaxide. Observa-se como exceção a área da Academia Militar com diferente uso;
- a Norte, uma zona constituída pelo núcleo de A-da-Beja e áreas urbanas de génese ilegal começa a ligar-se a formações mais recentes estruturadas por eixos novos da rede estruturante nacional e municipal;
- a ocupação de uma área de comércio e serviços (Dolce Vita) ainda não totalmente preenchida;
- a expressão das áreas expectantes da Falagueira e da Zona Noroeste do Concelho, caracterizada esta última no PDM e PROTAML com constrangimentos à edificação;
- a libertação recente das manchas dos bairros degradados que se apresentam como descontinuidades passíveis de intervenções qualificantes.

A informação da gestão urbanística possibilita ainda uma leitura mais detalhada:

- colmatção sucessiva dos espaços intersticiais;
- crescimento equilibrado para Lisboa que será equilibrado em direção a Sintra após a ocupação do PP da Serra de Carnaxide;
- reforço da densidade habitacional pelo efeito de substituição de edifícios em tecido consolidado e de novas urbanizações;
- coexistência de morfologias muito diversas no edificado resultantes do processo recente de formação urbana “por adição de partes”. Este efeito sobre a estrutura urbana merece ser analisado por forma a encontrar soluções que minimizem as descontinuidades urbanas.

A evolução analisada reflete dois processos já descritos: i) a densificação, da classe de “urbano” sobretudo por edifícios com fins principalmente residenciais; e ii) expansão urbana por efeito do preenchimento das classes de espaço “urbanizável” e “urbanizável misto”, previsto no PDM.

A cobertura de cerca de 22% do território por dezoito planos municipais de ordenamento do território (1 PU e 17 PP) na sequência da publicação do PDM.

As principais alterações incidiram na classe de espaço “urbanizável” e “urbanizável misto” com 50% de licenciamento dessas mesmas classes de espaço; para as mesmas classes existem intenções de licenciamento que abrangem cerca de 5 hectares, o que perfaz um consumo estimado de 52% da área de expansão do Concelho.

A ocupação em espaço urbano traduzida pelo licenciamento de loteamentos representa uma densificação de 10,2% do tecido consolidado.

A afetação de 75% da área licenciada em loteamentos destina-se ao uso habitacional com uma concretização de 13.924 fogos.

Em virtude da publicação em DR da intenção do Município mandar elaborar PUs e PPs, a somar aos aprovados, cerca de 26% do território está delimitado por dezoito planos não eficazes (1 PU e 17 PP); predominam os PPs na classe VUPE (em número e em área) em parte por força das disposições do Regulamento.

Débil aposta no controle antecipado da estrutura interna e da qualidade do desenho em espaço urbano, decorrentes de operações de renovação urbana, comprovada pelo número reduzido de instrumentos eficazes naquela classe de espaço.

O potencial reconhecido às áreas estratégicas para a construção de um novo modelo urbano defendido no Plano foi secundarizada; ainda assim, o aparecimento de uma agenda paralela ditada pelos ciclos de programação comunitária possibilitou a conciliação entre os objetivos definidos para algumas áreas e o recurso a financiamento (ex.: *h*-zona centro e *b*-Zambujal).

A conclusão da rede viária de nível sub-regional e nós de acesso, e a concretização da matriz de ligações da rede municipal, reforçou a expansão através da disseminação de núcleos habitacionais desconectados do tecido urbano e facilitou a instalação de mega estruturas, mantendo-se a acessibilidade como o principal fator indutor do crescimento urbano. Só o continuado processo de qualificação do sistema de espaços coletivos poderá contrariar a fragmentação atual e dotar a Cidade de articulação funcional, melhorando a legibilidade e a permeabilidade do território.

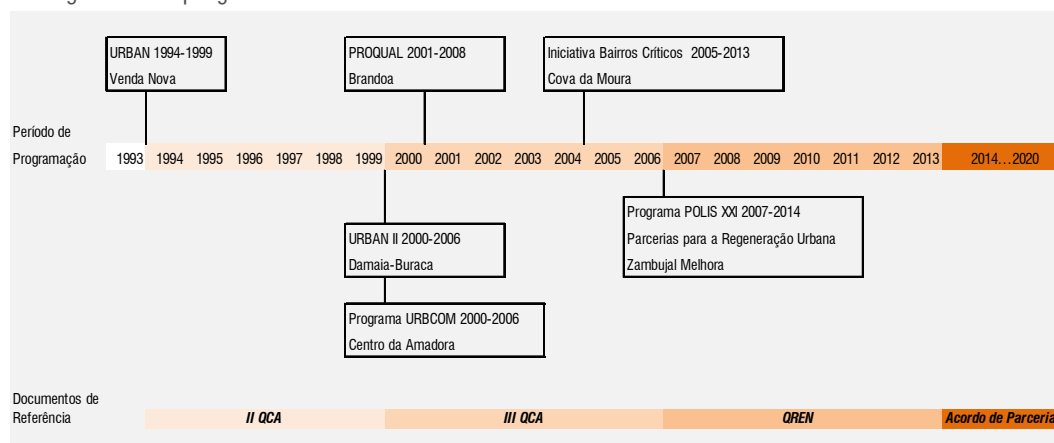
B.4 - Programas de iniciativa pública e comunitária

O processo de criação de uma *cultura comum de território* no seio da União Europeia tem fomentado o desenvolvimento de duas agendas, territorial e urbana, com ritmos e percursos diversos, sendo que a agenda urbana aparenta estar hoje mais sólida do que a agenda territorial. No contexto das políticas da UE a dimensão urbana tem sido objeto de cooperação intergovernamental, repercutindo-se na adoção de diversos documentos no decurso das reuniões ministeriais informais, designadamente: Carta de Leipzig, sobre as Cidades Europeias Sustentáveis (2007), Declaração de Marselha (2008) ou Declaração de Toledo (2010), que aponta para a preparação de uma “Agenda Urbana Europeia” e para a aposta na regeneração urbana como um instrumento para combater a atual crise económica e financeira. (Campos & Pinho, 2012)

A abordagem às áreas urbanas foi ainda reforçada com a obrigatoriedade de inscrição clara deste tema no Quadro de Referência Estratégica Nacional e nos Programas Operacionais, ou com a divulgação de boas práticas e transferência de *know-how* como o URBACT.

Por sua vez, a agenda urbana tem na Política Regional a sua principal fonte de financiamento, assumindo um peso significativo na afetação de recursos financeiros nos sucessivos ciclos de programação.

Figura 12
Cronograma dos programas



Fonte: Adaptado de Sérgio Barroso, 2014

De acordo com a Figura 12 é possível observar os diversos programas de iniciativa comunitária com incidência territorial ocorridos no Município, enquadrados pelos respetivos ciclos de programação plurianual e documentos estratégicos europeus e nacionais.

Programa URBAN I (1994-1999) - Venda Nova/Damaia de Baixo

O subprograma 4- URBAN I - Venda Nova/Damaia de Baixo integrava a lista dos seis subprogramas do PIC URBAN presentes em Portugal, tendo sido concebido com o objetivo de responder à problemática das zonas urbanas, que atingia dimensões preocupantes nas Áreas Metropolitanas.

A intervenção programada no âmbito do URBAN destinava-se a fazer face a problemas como falta de oportunidades económicas, escassez de infraestruturas de carácter social, cultural e desportivo e exclusão social numa área que sofria de fortes estrangimentos decorrentes da coexistência de processos de desindustrialização, renovação urbana, e bairros de habitação degradada. Por outro lado, o Município aproveitava a oportunidade de intervir numa área que o PDM considerava como estratégica para a construção de um novo modelo urbano (área “e”- Venda Nova).

Neste enquadramento, foram estabelecidos os seguintes objetivos genéricos da intervenção: i) qualificar urbanisticamente a zona, contribuir para o reequilíbrio dos usos e aumentar o nível de equipamentos; ii) promover a integração social e profissional dos residentes; iii) articular a área de intervenção com a cidade da Amadora e a região envolvente; iv) contribuir para atenuar a dependência da Amadora em matéria de emprego, revitalizando o tecido produtivo; v) promover a qualificação sociocultural, promovendo ações de educação e de formação profissional, incentivando a inserção social de minorias.

A esta iniciativa é reconhecida uma metodologia inovadora assente nos seguintes princípios: emergência de uma abordagem “de baixo para cima”, com identificação de problemas, escolha de instrumentos de atuação e identificação de atores a partir do local; reforço de articulação entre os diferentes poderes públicos com responsabilidades de intervenção, sejam da administração central ou local; vantagem da seleção de ações de conteúdo inovador, com forte potencial de demonstração.

Programa URBAN II (2000-2006) Buraca/Damaia

A iniciativa comunitária URBAN II visava a promoção de estratégias inovadoras, que potenciasses a regeneração económica e social em zonas urbanas críticas, facilitando a deteção de boas práticas e intercâmbio de experiências na União Europeia.

O programa abrangeu parte das freguesias da Buraca e da Damaia, visando a requalificação física e a integração social da população das áreas mais problemáticas. Para inverter a desqualificação urbana e social e caminhar para uma revitalização social e económica das comunidades residentes, o programa definiu como principais objetivos: i) requalificar o ambiente urbano e valorizar o espaço público; ii) integrar a população africana; iii) valorizar o contexto socioeducativo dos jovens; iv) revitalizar o ambiente social.

O programa apoiava-se em quatro eixos e seis medidas que compreendiam, além da requalificação do espaço e ambiente urbano e da criação de equipamentos, uma forte componente imaterial, centrando boa parte dos seus esforços na valorização socioeconómica e profissional dos residentes e na revitalização cultural e social, em colaboração com as associações locais.

PROQUAL, Programa Integrado de Qualificação de Áreas Suburbanas da AML (2001-2008) - Núcleo urbano da Brandoa

A par das iniciativas de âmbito europeu, também os Estados-Membros foram impulsionadores de uma agenda urbana nacional. Enquadrado na Política de Qualificação Sócio Urbanística do Governo, o PROQUAL procurava intervir em zonas críticas dos subúrbios da AML com vista a reduzir os desequilíbrios territoriais e as tendências de desqualificação urbanística, assegurando condições de habitabilidade e de integração social das populações. Promovido pela CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, o seu programa de ação estava assente nos seguintes eixos: i) qualificar a área de intervenção do ponto de vista do ambiente urbano e espaço público; ii) dinamizar o tecido económico e associativo; iii) corrigir as necessidades em equipamentos e infraestruturas.

A tradução destes eixos prioritários, repercutiu-se em intervenções ao nível da construção de equipamentos de carácter sócio cultural, desportivo e educativo, da requalificação e criação de espaços públicos de qualidade, na melhoria das condições de acessibilidade e na melhoria da formação profissional.

Sistema de Incentivos a Projetos de Urbanismo Comercial URBCOM (2000-2006) – Centro da Amadora

O URBCOM inseria-se no PRIME-Programa de Incentivos à Modernização da Economia do Programa Operacional da Economia (2000-2006) e resultou da introdução de inovações metodológicas e processuais às edições de programas anteriores, intitulados de MODCOM e PROCOM.

Os projetos de urbanismo comercial surgiram da necessidade de inverter a espiral de declínio dos centros urbanos a que assistiu nos anos 80/90, promovendo a modernização das unidades comerciais e o reforço da atratividade e funcionalidade dos centros ou seja, das áreas de maior densidade e diversidade comercial e onde estavam implantadas a maioria das funções urbanas centrais.

A atuação numa base tripartida, no plano das empresas, do espaço público e da promoção do centro das Cidades, reforçou a necessidade de atuar numa lógica integrada e favoreceu o estabelecimento de

parcerias entre o setor privado, os municípios e as Associações Comerciais, lançando as bases para a emergência de novos modelos de governação urbana.

Neste contexto, a Associação Comercial e Empresarial de Oeiras e Amadora em parceria com a Câmara Municipal da Amadora apresentou, em junho de 2002, uma candidatura ao URBCOM com área de intervenção correspondente a parte do designado Centro da Cidade. O Município ganhava a oportunidade de intervir numa área de reconhecida relevância para a construção de um novo modelo urbano, delimitado na Planta de Ordenamento como estratégica -zona h. Os fundamentos de intervenção contidos na candidatura, eram em diversos aspetos consentâneos com as propostas inscritas no Plano, designadamente nos domínios do desenvolvimento económico, da acessibilidade e do urbanismo, procurando deste modo corrigir alguns dos constrangimentos nela identificados.

Apesar das diversas vicissitudes do Programa que se repercutiu em avanços e retrocessos nas candidaturas, devido por exemplo às alterações introduzidas na regulamentação ou à suspensão temporária do financiamento do FEDER à Região de Lisboa e Vale do Tejo, o Projeto Global acabou por ser homologado em março de 2007.

Do ponto de vista da atuação pública sublinha-se que, ao fazer depender o incentivo do Município do montante global do investimento dos empresários, a intervenção no espaço público ficou limitada apenas a dois eixos, retirando escala ao projeto.

Iniciativa Bairros Críticos (2005-2013) – Cova da Moura

No âmbito da Política de Cidades-POLIS XXI (2007-2013) o Governo criou uma Iniciativa Complementar aos instrumentos específicos de política designada por “Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos” focalizada na problemática das “áreas urbanas críticas”. Assumindo a forma de um Programa Nacional coordenado pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P, incidiu sobre três territórios experimentais das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto: Cova da Moura, Lagarteiro (Porto) e Vale da Amoreira (Moita). Inicialmente desenhada para vigorar durante 2 anos, a IBC foi objeto de prorrogação até 2013.

A IBC enquadrava-se numa nova política de cidades, que estendia o conceito tradicional de reabilitação urbana a um domínio mais vasto, articulando a perspetiva económica, social e ambiental e assegurando a coesão social e qualidade de vida. Pretendia promover uma abordagem territorial experimental, em torno de modelos organizacionais alternativos, destacando-se a cooperação interministerial e a elaboração de planos de intervenção que refletisse os diagnósticos dos territórios desenhados a nível local pelo conjunto de parceiros locais.

O programa de ação para a Cova da Moura preconizava a promoção de uma nova imagem do Bairro, apoiando-se em nove eixos de intervenção que, genericamente, incidiam sobre os seguintes domínios: resolução das questões habitacionais (questão fundiária e dignificação das condições do habitat construído), requalificação do espaço público e sustentabilidade ambiental, abertura ao exterior, reforço da segurança, qualificação no contexto das dinâmicas económicas, diversificação das ofertas culturais.

Em 2012 o IHRU deixou de ser parceiro na Iniciativa Bairros Críticos. O recuo do IHRU e o incumprimento da empresa projetista comprometeu a elaboração do plano de pormenor que havido sido contratualizado pelo Município.

Zambujal Melhora (2008-2013) Plano Integrado do Zambujal

O Instrumento de Política Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) inseria-se na Política de Cidades POLIS XXI e surgiu no âmbito do Eixo 2-Sustentabilidade Territorial do Plano Operacional da Região de Lisboa (2007-2013). Tratava-se de um projeto promovido pela Câmara Municipal da Amadora, tendo como parceiros o IHRU e a Escola Intercultural das Profissões e do Desporto, cujo programa de ação tem como objetivo geral iniciar um processo de requalificação do Bairro do Zambujal, aproveitando a oportunidade para alavancar um processo de mudança e desenvolvimento social.

O programa de ação assentava em três eixos prioritários, com vista a operações de reabilitação e desenvolvimento integrado: o Eixo 1 dedicado à Habitação, o Eixo 2 referente ao Ambiente e Espaço Público e, o Eixo 3, de Desenvolvimento Social e Económico. Os objetivos específicos consubstanciados no programa de ação previam: i) recuperação e melhoramento do edificado; ii) reparação de arruamentos, pavimentos, mobiliário urbano, sinalização, estacionamento e parque infantil; iii) recuperação de espaços verdes, arborização, eliminação de barreiras arquitetónicas, ligações pedonais e viárias do bairro; iv) limpeza das margens da ribeira de Algés; v) reconversão de dois campos polidesportivos; vi) criação de um espaço oportunidade.

Em síntese, as últimas décadas ficam marcadas pela multiplicidade de intervenções no território, em espaços considerados como desqualificados do ponto de vista urbano, mas também com graves problemas socioeconómicos (desemprego, pobreza, fenómenos de exclusão social, insegurança e criminalidade). Assente em pressupostos diferentes, variando em função das áreas em presença, das suas vulnerabilidades e especificidades, o Município beneficiou da programação de uma agenda comunitária e nacional, direcionando o investimento para parcelas do território que o PDM tinha já apontado como suscetíveis de uma intervenção integrada de qualificação.

Neste período, o Município assumiu ainda um papel pró-ativo na aglutinação de projetos paralelos (de carácter material ou imaterial) nalguns casos temporal e espacialmente coincidentes com as áreas de intervenção das iniciativas enunciadas, procurando gerar sinergias diretas e indiretas. Face às especificidades demográficas e socioeconómicas das população-alvo, seria uma grave lacuna não citar os projetos de natureza imaterial, que embora não produzam evidências físicas imediatas, mas efeitos a longo prazo, têm o mérito de contribuir para o reforço da coesão social, designadamente nos seguintes domínios: convivência intercultural, integração de minorias, promoção do empreendedorismo, combate ao desemprego jovem, partilha de boas práticas etc., Referimo-nos concretamente a iniciativas tais como: Equal, URBACT II, “Healthy and Wealthy Together”, “TYPE - Tackling young people’s welfare in Europe”, “MISP - Mediação Intercultural em Serviços Públicos”, Mediadores Municipais, etc.

Mais importante do que relatar as intervenções, importa fazer um balanço da sua aplicação. Não sendo um cenário exclusivo do Município, apontam-se algumas inconsistências da política urbana ²², comuns às escalas nacional e europeia, pretendendo deste modo suscitar uma reflexão crítica, tirar partido da experiência acumulada e contribuir para maximizar os benefícios do próximo ciclo de programação no quadro da Estratégia Portugal 2020.

Avaliação

A prática de reflexão sobre os impactos dos instrumentos, das experiências e dos projetos no território-alvo tem sido praticamente inexistente. Tem prevalecido a perspetiva física e financeira, em parte fruto das obrigações comunitárias, mas desconhecem-se os resultados das medidas imateriais e da sustentabilidade dos projetos.

(des) Articulação

Existe uma divergência entre as prioridades territoriais do desenvolvimento urbano e as políticas de ordenamento do território, demonstrado por exemplo pela coincidência temporal entre projetos de reforço da atratividade do centro das cidades (urbanismo comercial) e a promoção de um modelo de ocupação extensiva, impulsionando a proliferação de espaços periféricos.

(des) Coordenação

A operacionalização da abordagem aos territórios urbanos tem vindo a valorizar a gestão descentralizada, contudo, as intervenções integradas pressupõem a partilha de compromissos e a afetação de meios por parte dos diversos níveis da administração. A mutabilidade das decisões da

²² Sérgio Barroso. Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências Urbanismo, Ambiente e Desenvolvimento Regional, CCDRLVT, 2014

Administração Central em determinados momentos dos programas, (por novo enquadramento político, alegada escassez de recursos financeiros, etc.) dificultaram a tangibilidade dos objetivos gizados.

Cooperação

A abordagem tradicional assente em iniciativas individuais fragiliza a escala das atuações, persistindo dificuldades na instituição de abordagens colaborativas conjuntas que promovam a cooperação intermunicipal, favorecendo a complementaridade, a especialização ou a partilha de serviços e equipamentos.

Dispersão

A lógica da dispersão de investimentos decorre da dificuldade dos atores definirem territórios de intervenção prioritária e fazerem coincidir espacialmente os diferentes projetos

Capacitação

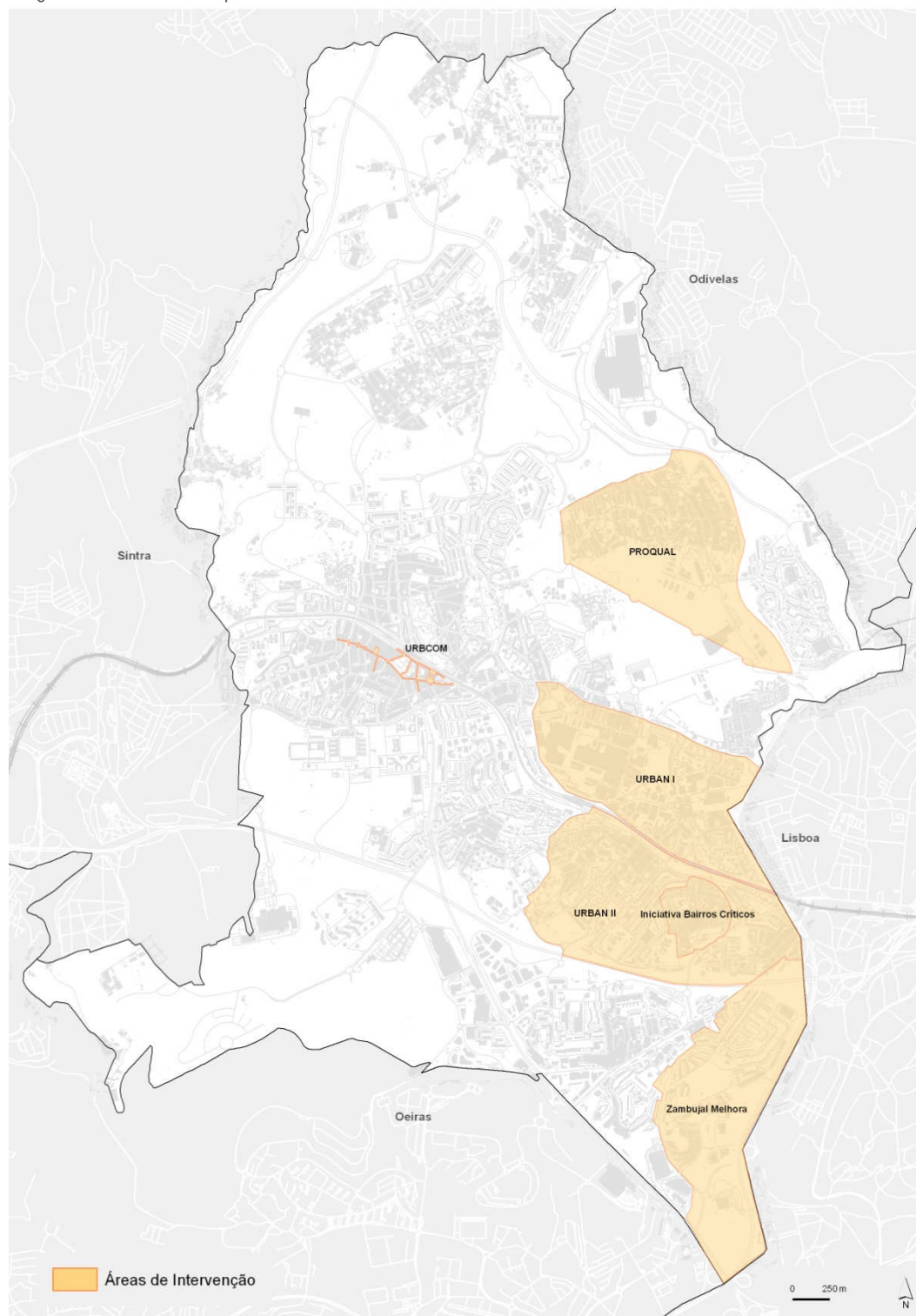
A atribuição de fundos comunitários depende da qualificação das candidaturas ou projetos, mas a sua aplicação vem revelar debilidades na capacitação técnica dos atores locais, ficando os projetos subordinados ao apoio técnico e atitude mobilizadora do poder público. Esta situação dificulta o desenho de novas lógicas de abordagem *bottom-up* adaptadas aos novos desafios, prevalecendo o modelo tradicional *top-down*.

Parcerias público-privado

Incapacidade de mobilizar recursos financeiros privados, retirando robustez às parcerias de base local e que se revelaram fatores condicionantes da concretização, do resultado e da qualidade das intervenções programadas.

O próximo ciclo de programação, marcado pela visão e prioridades da Europa 2020 (crescimento inteligente, sustentável e inclusivo), reforça a importância e a visibilidade das dimensões territorial e urbana. Neste contexto, surgem as propostas para a Política Regional 2014-2020, colocando o enfoque nas abordagens integradas, num maior envolvimento das cidades, na reintrodução de uma componente experimental e numa maior afetação de recursos às intervenções urbanas. São propostos novos instrumentos de programação e gestão territorial para apoiar estes objetivos, nomeadamente: Investimento Territorial Integrado (ITI), Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) e Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentado (AIDUS).

Figura 13
Programas de Iniciativa pública e comunitária



Fonte: CMA, DIG, 2014

B.5 - Acessibilidades

A questão das acessibilidades, identificada desde muito cedo como um ponto crítico do Concelho, ocupou uma posição central no modelo de desenvolvimento defendido pelo PDM para o Município. A melhoria de rede viária e dos transportes era uma questão estratégica na resposta às exigências do desenvolvimento urbano e da evolução da procura e portanto transversal no sucesso dos eixos “diversificar a base produtiva” e “melhorar o padrão de vida”.

O modelo de reequilíbrio urbano apostava em dar prioridade à estruturação da rede viária principal, às ligações à rede viária com Lisboa e outros concelhos envolventes e projetar interfaces de transporte, programando a sua execução. Assim, de forma a inverter a situação deficiente do sistema viário que se tinha mantido inalterável ao longo das décadas oitenta e metade de noventa, as estratégias de atuação consistiam em:

- Promover a acessibilidade intrarregional e a Lisboa.
- Promover a diversificação de fluxos de tráfego, por forma a atenuar o congestionamento viário.
- Assegurar uma boa articulação entre os diversos bairros, o centro da Cidade e os centros secundários.
- Assegurar uma boa conexão entre as diversas áreas e os interfaces de transporte.

Com este enquadramento foi elaborada proposta de estrutura viária (Figura 14) desenvolvida para minimizar as limitações e disfunções do sistema viário concelhio e a partir dos investimentos em curso na rede viária regional, no sistema ferroviário e do metropolitano.

A rede viária proposta na Planta de Ordenamento integrava a rede regional e a rede municipal principal. Possuía uma conceção aproximada do sistema reticulado, tendo sido considerado para o efeito eixos longitudinais (com orientação preferencial Norte/Sul) e eixos transversais (com orientação preferencial Este/Oeste) que garantiriam uma boa cobertura territorial e níveis de permeabilidade adequados.

A execução desta rede proposta possibilitou conexões entre a rede viária regional e os vários sectores do Concelho, entre estes e os sectores adjacentes à Amadora, bem como aos principais equipamentos de transporte. Para atingir tais objetivos a rede viária assentou numa hierarquização de nós que permitiu uma adequada separação de tráfegos.

O mesmo processo de execução possibilitou ainda a reformulação dos itinerários e percursos da maioria das carreiras dentro do Concelho e uma melhor oferta de serviços com rebatimentos nas áreas de atração dos novos interfaces (estações da CP e Metropolitano).

A estrutura proposta no PDM assentava num conjunto de eixos longitudinais e transversais que se sintetizam no quadro seguinte:

Quadro 29

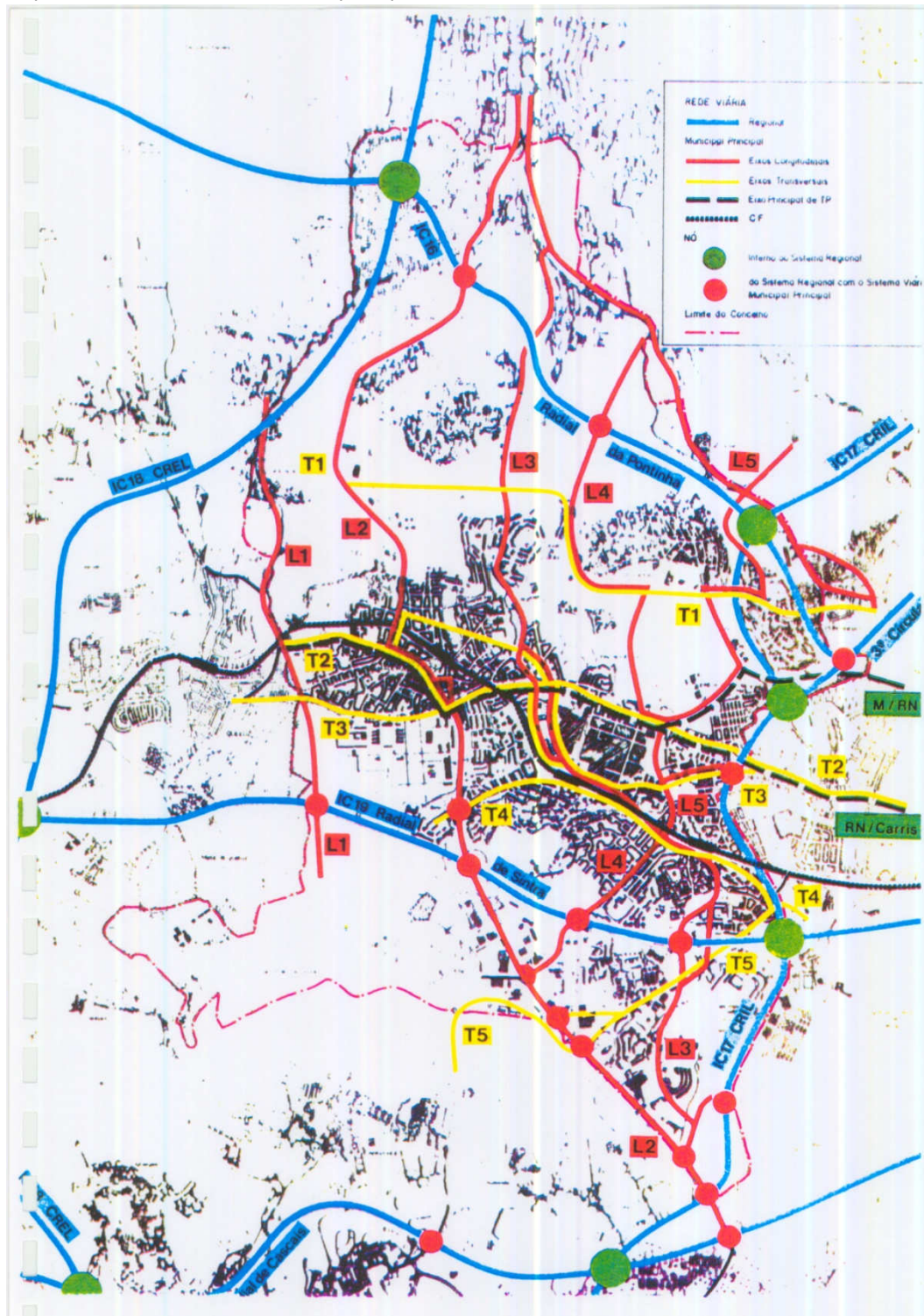
Estrutura viária principal proposta em 1994

| EIXOS LONGITUDINAIS | |
|--|---|
| L1 | Eixo parcial Norte-Sul a Poente, ligando Casal de Cambra, A-da-Beja, Carenque-Amadora-Lido (Queluz)-IC19 (Radial de Sintra)-Hospital |
| *L2 | Eixo Norte-Sul Poente, ligando A-da-Beja a Moinhos da Funcheira – Serra de S. Mamede – Amadora (Centro) – Borel/Quatro Caminhos – Alfragide – Carnaxide – Lisboa (Restelo) |
| L3 | Eixo Norte-Sul central, ligando as áreas de expansão a Norte-A-da-Beja, Moinhos da Funcheira – Casal de S. Brás, ao Bairro de Bosque, ao centro da cidade e à zona da V. Nova, Damaia, Buraca e Zambujal, onde termina, no nó da CRIL |
| L4 | Eixo Norte-Sul Nascente, ligando Sto Elói – Monte da Galega – Alfornelos (Poente) – Falagueira (Poente) – Venda Nova – Damaia - Buraca - Alfragide |
| L5 | Arco longitudinal Nascente, ligando a Paiã a Alfornelos (Nascente) – Falagueira (Nascente) – Venda Nova – Benfica (CRIL) |
| EIXOS TRANSVERSAIS | |
| T1 | Eixo Este-Oeste, Norte, ligando o Casal de S. Mamede – Casal de S. Brás – Falagueira – Alfornelos – Pontinha – Lisboa (Carnide) |
| T2 | Eixo central de Transportes Públicos, ligando a Ponte de Carenque/Queluz – Centro da Amadora – Venda Nova, a Lisboa, através das Portas de Benfica ou à Falagueira e Lisboa através de Alfornelos e Carnide – Colégio Militar |
| T3 | Eixo Este-Oeste Central, ligando Queluz – Lido – Amadora – Venda Nova à CRIL e a Lisboa (estação da Damaia) |
| T4 | Eixo Transversal intermédio de ligação do Borel – Reboleira – Damaia – Buraca – Lisboa |
| T5 | Eixo Oeste – Oeste Sul, ligando Carnaxide – Serra de Carnaxide – Alfragide – Buraca - Lisboa |
| <p>* Por deliberação da Assembleia Municipal da Amadora, Edital n.º 284/2000, n.º 172 do Diário da República (2ª série), de 27 de julho de 2000, foi aprovada alteração ao PDM à via L2, que integra a estrutura viária da Zona Norte.</p> | |

Fonte: PDM, 1994

O desenvolvimento desta proposta foi sendo concretizado através da beneficiação da rede existente e de eixos construídos em áreas de expansão recente incorporadas no processo urbano. As alterações de traçado verificadas foram decorrentes da aplicação dos instrumentos de gestão do território posteriores ao PDM.

Figura 14
Proposta do PDM da estrutura viária principal da Amadora



Fonte: PDM, 1994

A confrontação da estrutura viária proposta no PDM assente num conjunto de eixos longitudinais e transversais, com a rede atual, permite avaliar a sua execução.

Quadro 30

Execução da estrutura viária municipal principal proposta em 1994

| 1994 | | 2014 | | |
|-----------------------|---------------|---------------------|---------------|------------------|
| Situação | (m) | Situação | (m) | Grau de execução |
| Existente | 37.996 | Não intervencionado | 12.621 | 33% |
| | | Requalificado | 25.376 | 67% |
| Projetado | 15.929 | Construído | 7.870 | 49% |
| | | Em construção | 2.359 | 15% |
| | | Por construir | 5.700 | 36% |
| Total planeado | 53.925 | Total | 53.925 | 100% |

Fonte: CMA/DOM/DTMU, com tratamento DIG

O planeamento do sistema viário incluía eixos já existentes (70%) e previa a construção de novas vias (30%) que no seu conjunto asseguram as ligações internas no Concelho entre os vários sectores, garantindo o acesso à rede nacional e conexões à rede viária intermunicipal.

Relativamente à intervenção na rede existente, 67% da mesma foi objeto de requalificação, tendo adquirido as características técnicas compatíveis com o nível funcional proposto.

Quanto à rede projetada, consideram-se dois tipos de intervenção: o construído com 49% e o em construção com 15%. Este nível de execução consolidou a proposta de uma rede principal no Concelho e permitiu a sua hierarquização em estreita articulação com o território edificado nos seus diversos usos.

A conclusão da rede municipal (5,7km), isto é, a abertura de novas vias ou a sua reavaliação dependerá do processo de desenvolvimento urbanístico do Município.

No Anexo 22, quantificam-se os vários tipos de intervenção nos eixos longitudinais e transversais.

Em complemento à execução da rede viária regional e municipal principal, o Município tem vindo a promover no âmbito do Plano Rodoviário Municipal a beneficiação da restante rede secundária e local.

A rede viária existente em 2014 totaliza uma extensão²³ de 370,2Km.

Quanto à sua jurisdição reparte-se pelos domínios²⁴:

- Câmara Municipal – 326Km
- Estradas de Portugal – 38,4Km
- Brisa – 5,8Km

Ao nível funcional, divide-se pelas seguintes classes:

- Rede Nacional – 41,5Km
- Rede Municipal Principal – 58,2Km
- Rede Municipal Secundária – 50,2Km
- Rede Municipal Local – 220,4Km

A rede viária existente em 1994 era de 255km tendo sido construídos e ou estando em construção aproximadamente 115Km entre 1994 e 2014, o que significa que o total de vias construídas representam face a 1994 um acréscimo de 45% no comprimento da rede.

Em síntese:

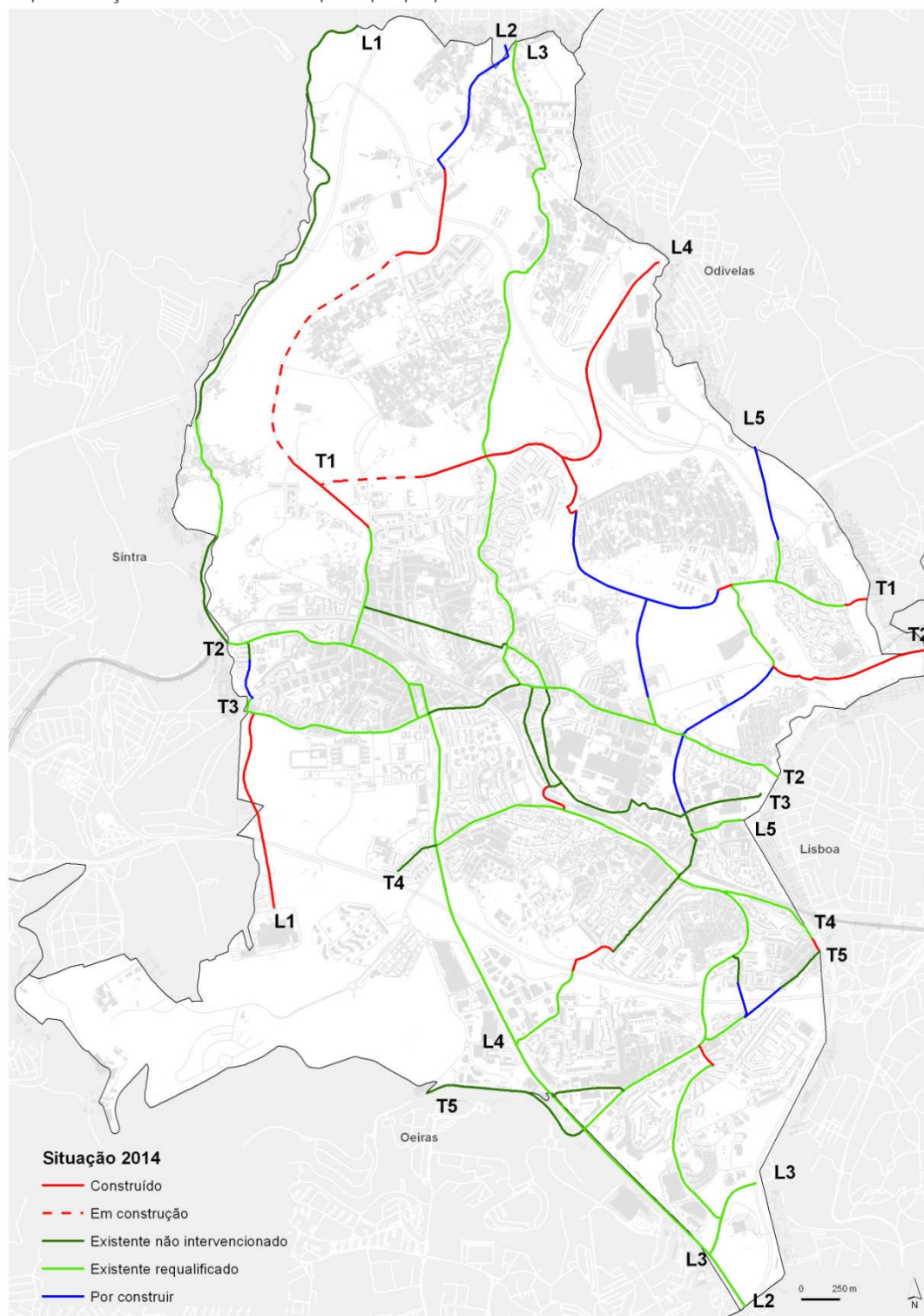
- a existência de um plano de estrutura viária a par das opções políticas tomadas a partir de 1998 permitiram um forte incremento da extensão/requalificação da rede e uma crescente articulação com o uso do solo, assumindo particular relevo o nível de execução da proposta PDM (eixos longitudinais e transversais);
- as novas urbanizações, as unidades comerciais de dimensão relevante e a requalificação urbanística realizada no âmbito de iniciativas comunitárias foram os catalisadores da execução da rede viária principal. Para este quadro de realização também contribuiu decisivamente a construção e reformulação da rede viária nacional que estabeleceu a necessária ligação ao sistema viário principal;
- a conclusão do IC 16 e respetiva ligação à rede municipal principal, a estabilização da ocupação urbana na zona norte que potenciará a execução dos troços previstos e a concretização do Plano Falagueira-Venda Nova permitirão implementar toda a rede proposta em PDM;

²³ Não foram medidos os eixos de 2 loteamentos infraestruturados sem construções da Serra de Carnaxide

²⁴ O somatório Brisa + EP não é igual ao comprimento da Rede Nacional, dado que existem vias sob jurisdição da EP, por ex.: EN/EM 250, que pela sua importância foi integrada funcionalmente na Rede Municipal Principal.

Figura 15

Mapa execução da estrutura viária principal proposta em PDM



FONTE: CMA,DOM/DTMU com tratamento, DIG, 2014

Rede viária

Nos últimos vinte anos, período caracterizado pelo grande investimento no âmbito do financiamento comunitário na área dos transportes e acessibilidades, assistiu-se à aceleração do processo de infra-estruturação do território das áreas metropolitanas. Estes investimentos permitiram ultrapassar desfasamentos das redes existentes face aos novos requisitos, não só em termos de lógicas de organização do território como também em termos tecnológicos.

A execução da Rede Viária da Amadora evoluiu nesse sentido. Trata-se de uma estrutura constituída pelas vias rodoviárias nacionais e municipais hierarquizadas cuja transição resulta de ligações a nós viários. Assim:

- Rede Nacional: as quatro vias (A16/IC16, A36/C17, A9/IC18 e A3/IC19) constituem eixos de transporte fundamentais ao assegurar ligações regionais, suportando o tráfego diário de movimentos pendulares²⁶ de transporte individual gerado não só pelo Município como pelos concelhos contíguos.
- Rede Municipal Principal: as vias principais promovem ligações entre o Município e a sub-região envolvente. Estas incluem quer as Estradas Nacionais, quer as vias urbanas que constituem eixos principais de entrada/saída do território concelhio.
- Rede Secundária e Local: as vias urbanas com funções de distribuição e de acesso residencial asseguram as principais ligações entre os diversos bairros/zonas no interior do território municipal.

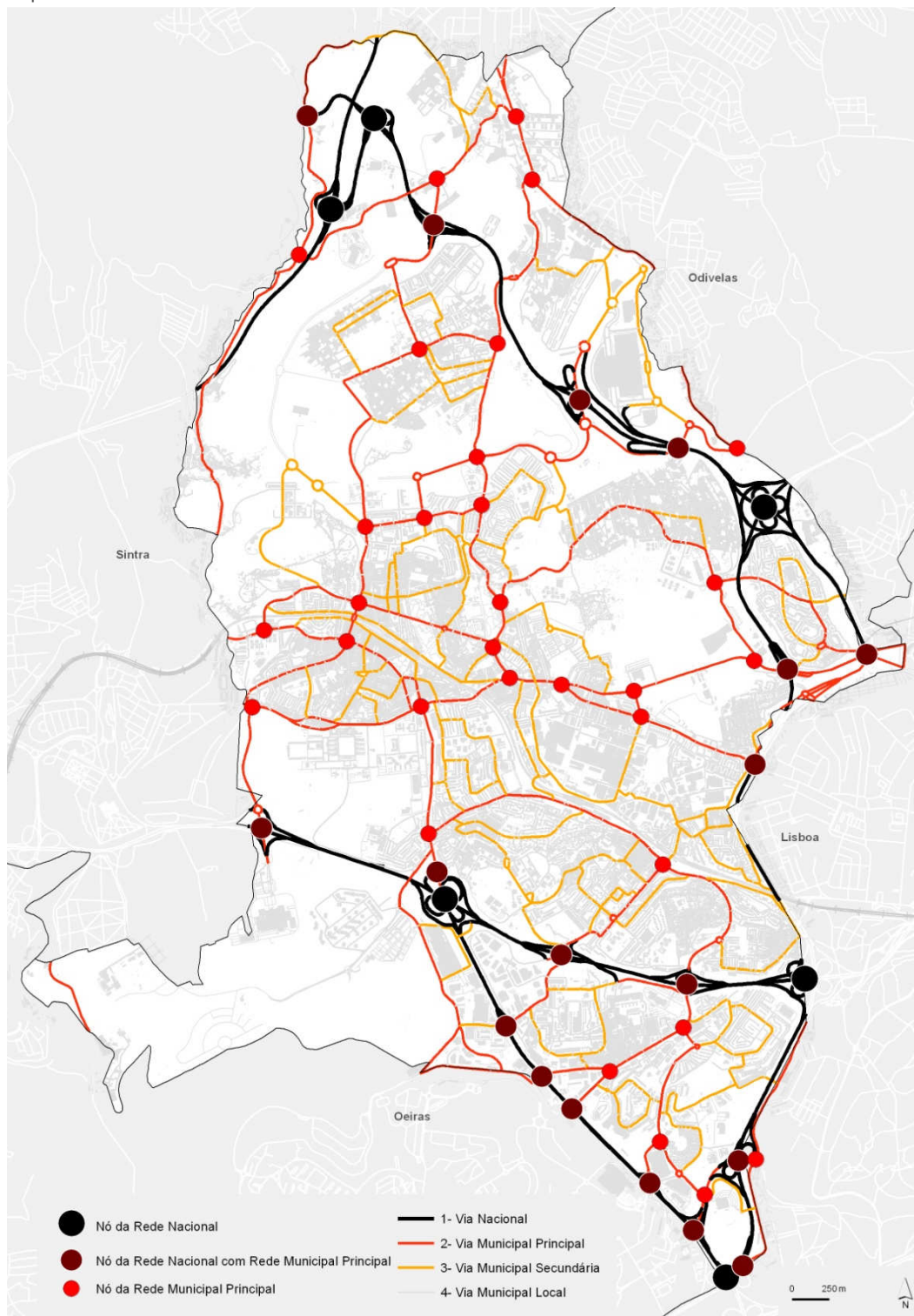
Refere-se que genericamente, na sua maioria, o conjunto de vias referido como principais, para além de assegurar ligações internas estruturantes entre grandes áreas urbanas do Município e destas com o exterior, é utilizado por um importante tráfego de passagem com origem/destino nos municípios envolventes.

A evolução recente da rede viária nacional enquadra-se no âmbito do investimento na melhoria das acessibilidades. Este objetivo pretende retirar tráfego de passagem do centro e facilitar o acesso à cidade a partir do exterior. Para tal foi determinante criar um conjunto de vias circulares e radiais que comportassem o crescimento previsto, criar novas acessibilidades e encurtar o tempo de deslocações. Nesse sentido, destaca-se o alargamento e iluminação da EN117, o alargamento do IC19, a construção dos troços entre Carenque e o nó da Fonte Santa do IC18, a execução do IC16 e a conclusão do IC17 e respetivos acessos.

Em complemento a este reforço/beneficiação da rede viária nacional, o Município promoveu no âmbito do Plano Rodoviário Municipal a execução de vias estruturantes e a beneficiação da restante rede já quantificada.

²⁶ Movimento pendular: deslocações quotidianas das populações entre o local de residência e o local de trabalho e estudo.

Figura 16
Mapa rede viária 2014



FONTE: CMA, DOM/DTMU, com tratamento DIG

Transportes Coletivos

Nos últimos vinte anos, a infra-estruturação básica do território, a melhoria na oferta dos serviços de transporte rodoviário e ferroviário bem como o prolongamento da linha azul do Metropolitano de Lisboa a Alfoanelos e à Falagueira, permitiu uma evolução muito positiva do sistema de transportes na Amadora.

O transporte ferroviário sempre foi um dos elementos fundamentais na estruturação territorial da AML, pois foi ao longo dos principais eixos ferroviários de ligação a Lisboa que se consolidaram as áreas suburbanas. No âmbito da rede e do serviço, a activação da linha de Cintura teve profundas consequências para o sistema de transportes, na medida em que houve uma maior distribuição de tráfego pela cidade de Lisboa. Os interfaces que esta linha tem com o Metropolitano – Sete Rios, Entrecampos e Roma/Areeiro – oferecem à população da Amadora um acesso muito directo ao centro urbano de Lisboa. Dentro do território, para além do Interface principal, a Estação da Amadora, foram alterados os pontos de acesso e entrada no sistema ferroviário, tendo sido criadas duas novas estações, uma na Damaia (substituindo as estações da Damaia e Santa Cruz de Benfica e outra na Reboleira (substituindo o antigo apeadeiro que nunca funcionou). Em relação à rede do Metropolitano, a expansão, em 2004, da linha azul a Alfoanelos e à Falagueira, favoreceu decisivamente a acessibilidade à Amadora.

A expansão do Metropolitano de Lisboa à Amadora constituiu uma alternativa importante ao transporte ferroviário suburbano mas é primordial o estabelecimento de uma ligação intermodal. Neste sentido, e no âmbito da melhoria e promoção dos transportes públicos, está em vias de conclusão a expansão do Metropolitano da Estação Amadora Este à Reboleira, com ligação ao comboio prevendo-se a criação de um interface multimodal com impactos muito positivos na competitividade e no aumento do emprego, a par da redução do tempo gasto em deslocações em transporte público.

Este interface alterará as condições de acessibilidade intra e inter metropolitanas e, nessa medida, favorece as condições adequadas ao desenvolvimento dos projetos de revitalização/reestruturação da zona industrial da Venda Nova e de criação de um novo eixo de localização empresarial na Amadora.

A evolução da rede ferroviária e o prolongamento do Metropolitano introduziram alterações no sistema de transportes, tanto na reorganização dos percursos, como na distribuição e no próprio volume de passageiros. Neste processo há ainda a considerar nos últimos anos o impacto da crise económica com reflexos na redução de passageiros, devido ao aumento do desemprego, alteração da política de preços dos passes sociais e às consequências do envelhecimento da população.

Em 2013:

- o movimento anual de passageiros transportados pelo metropolitano foi de 5.987.783 (que se repartem pelas estações Amadora Este, 54% e por Alfoanelos, 46%), registando-se desde 2008, ano em que atingiu o valor mais elevado (6.930.131), uma perda de 13,6% de passageiros;
- o transporte ferroviário assegurou a deslocação de 6.963.693 passageiros (81% CP Amadora; 11% CP Santa Cruz/Damaia e 8% CP Reboleira). De acordo com a informação disponível, a redução do número de passageiros ocorre desde 2010 verificando-se uma inversão na trajetória negativa no ano de 2012. Se considerarmos o diferencial verificado entre 2010 e 2013 a perda foi de 29%;

Quadro 31

Execução Movimento de passageiros transportados por metropolitano e comboio

| ESTAÇÃO | PASSAGEIROS / ANO | | | | | | |
|------------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
| Metro Amadora Este | 3.205.767 | 3.412.267 | 3.417.642 | 3.502.018 | 3.539.256 | 3.465.776 | 3.222.014 |
| Metro Alfoanelos | 3.144.010 | 3.517.865 | 3.444.194 | 3.217.013 | 2.666.458 | 2.996.409 | 2.765.769 |
| Total | 6.349.777 | 6.930.131 | 6.861.836 | 6.719.030 | 6.205.714 | 6.462.185 | 5.987.783 |
| CP Amadora | | | | 7.371.169 | 5.011.745 | 6.122.900 | 5.660.778 |
| CP Reboleira | | | | 1.382.577 | 603.927 | 719.290 | 776.915 |
| CP Santa Cruz / Damaia | | | | 999.582 | 445.099 | 538.796 | 526.000 |
| Total | | | | 9.753.328 | 6.060.771 | 7.380.986 | 6.963.693 |

Fonte: Metropolitano de Lisboa e CP, com tratamento DIG

- a rede de transportes públicos rodoviários que serve o Município é constituída por 59 carreiras sendo 38 da Vimeca/LT, 8 da Rodoviária de Lisboa e 13 da Carris. Destas, 36 têm terminal de origem ou destino dentro da Amadora e neste conjunto 11 são carreiras com origem e destino no Concelho. Servem ainda o Concelho 23 carreiras adjacentes (6 da Carris, 8 da Rodoviária de Lisboa e 9 da Vimeca), cujo itinerário por vezes coincide com os limites administrativos do Município;
- nos últimos vinte anos registou-se um incremento da oferta de 44% do número de carreiras, destinadas a servir a procura gerada nas novas áreas de ocupação urbana, a estabelecer ligações com os municípios limítrofes e a adequar a rede relativamente aos novos interfaces entretanto criados.

- a espacialização da rede de transportes públicos rodoviários demonstra um elevado nível de cobertura territorial. Cerca de 172.571 indivíduos têm acesso pelo menos a uma carreira de transporte rodoviário em paragem localizada a uma distância inferior a 300m da sua habitação, o que corresponde a uma cobertura de 98,5% da população, (Figura 17).
- as praças de táxis (23) distribuem-se por todo o território e articulam-se com os interfaces e terminais de carreira de transporte rodoviário por forma a assegurar a mudança de modo de transporte e representam ainda uma alternativa complementar ao transporte coletivo em período ou para destinos de menor oferta;
- o modo suave de locomoção realiza-se nos 21Km de pistas de caminhada que constituem percursos urbanos pedonais.

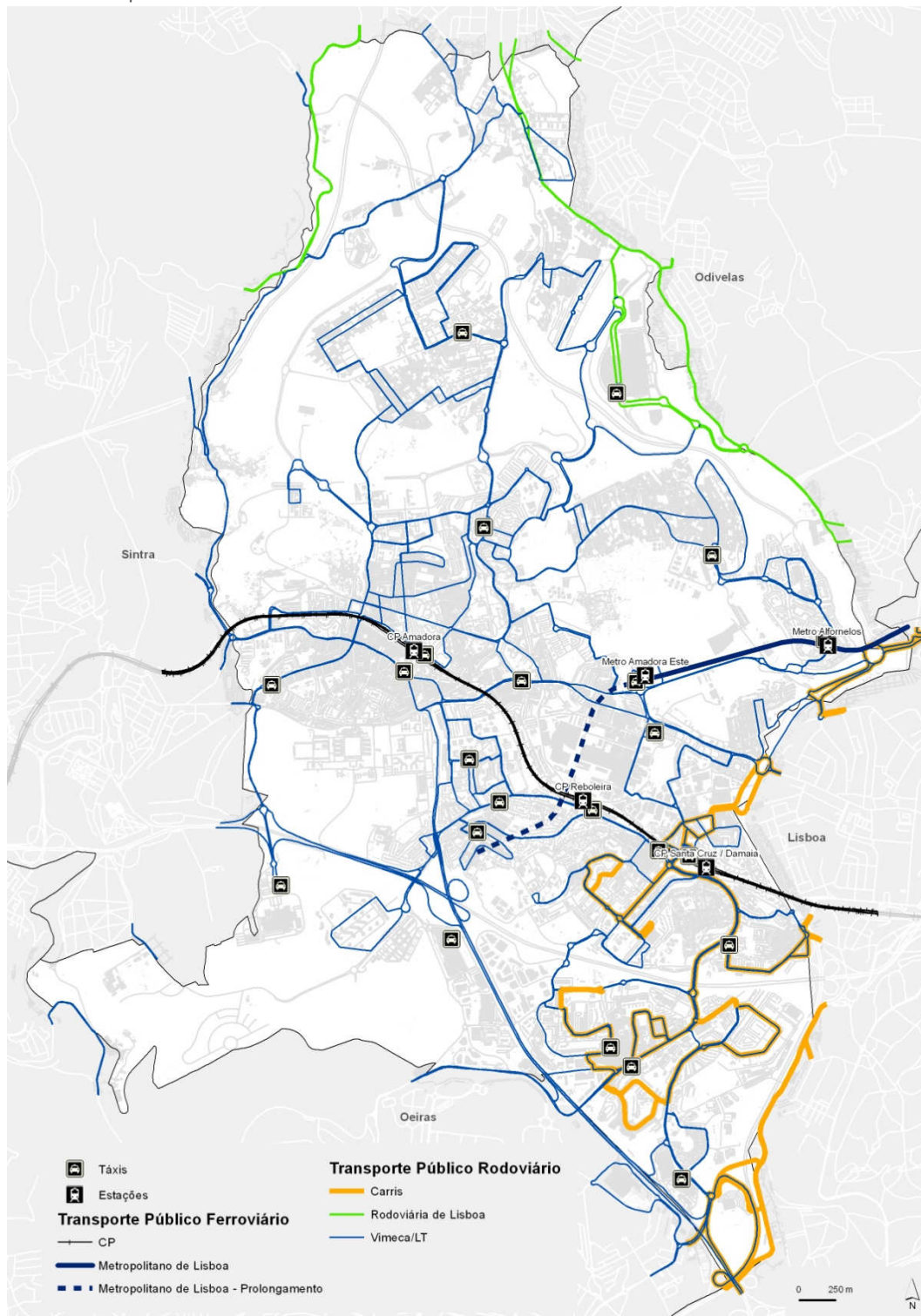
Na cidade, a ligação entre os vários modos de transporte é feita através cinco interfaces onde existe a possibilidade de realizar transferência modal (transporte individual ou a pé/transporte público-ferroviário ou rodoviário).

A adoção do conceito de sustentabilidade aplicado ao domínio dos transportes, e em particular à mobilidade urbana é determinante. Será importante continuar a oferecer novos modos de locomoção e afirmar o transporte público como meio preferencial de mobilidade na sequência da crescente degradação da qualidade de vida provocada pelos congestionamentos de tráfego e efeitos nocivos sobre a qualidade do ar.

As redes de transporte devem funcionar de uma forma complementar sendo desejável que os vários modos de transporte se conectem entre si numa lógica intermodal. Neste sentido, para além de ultrapassar algum desfasamento existente entre redes deve ser dada uma atenção especial aos peões na elaboração de futuros planos de transporte e mobilidade.

A criação de condições para que seja adotada uma mobilidade sustentável passa ainda por proporcionar novas formas e novos eixos de mobilidade, menos poluentes, geradores de menos ruído, de consumo energético mais eficiente e potencialidades da renegeração dos espaços urbanos.

Figura 17
 Rede de transportes



FONTE: CMA, DOM/DTMU, com tratamento DIG

Movimentos pendulares

As deslocações que se operam na Região de Lisboa são sobretudo do tipo radial e de carácter pendular sendo a Capital o ponto de convergência dos vários eixos de transporte e o local de origem/destino da maioria das deslocações, nomeadamente no domínio do emprego e estudo. A Amadora destaca-se ao nível sub-regional pela sua localização geográfica bem como pela oferta do conjunto de infraestruturas rodoviárias, ferroviária e da rede do metropolitano.

A captação dos movimentos pendulares da população baseados no apuramento do local de residência de cada indivíduo e respetivo local de trabalho e estudo dá-nos indicações sobre a organização do território que está na sua génese e remete para problemáticas que lhe estão associadas: gestão de redes e sistemas de transportes, ordenamento do território, impactes ambientais e sociais. Comparando os dois momentos verifica-se que:

- aumentou o número de movimentos intraconcelhios (+39%), o que significa que o Município em 2011 suporta no seu interior mais de 1/3 do total de deslocações por motivos de estudo e trabalho;
- reforçou-se em termos absolutos e relativos a importância das entradas no Concelho, o que traduz um aumento da capacidade atrativa da Amadora;
- embora em 2011 as “saídas” para trabalho ou estudo sejam o padrão de deslocações predominante, atenuou-se em 12,5pp a dependência funcional face a 1991.

Quadro 32

Movimentos pendulares da população empregada ou estudante entre 1991 e 2011

| MOVIMENTOS PENDULARES | EMPREGADOS / ESTUDANTES | | | | |
|-----------------------------------|----------------------------|-------------|----------------|-------------|------|
| | 1991 | | 2011 | | |
| | Nº | % | Nº | % | |
| Movimentos Intraconcelhios | 34.581 | 30,1 | 48.075 | 35,5 | |
| “Entradas” no Concelho | 17.906 | 15,6 | 30.472 | 22,5 | |
| Origem | outros concelhos da AML | 17.644 | 15,3 | 28.723 | 21,2 |
| | concelhos exteriores à AML | 262 | 0,2 | 1.749 | 1,3 |
| “Saídas” do Concelho | 62.545 | 54,4 | 56.688* | 41,9 | |
| Destino | outros concelhos da AML | 61.892 | 53,8 | 55.208 | 40,8 |
| | concelhos exteriores à AML | 653 | 0,6 | 1.480 | 1,1 |

*Só se contabilizaram as deslocações em Portugal, não foram consideradas as 796 saídas para o estrangeiro.

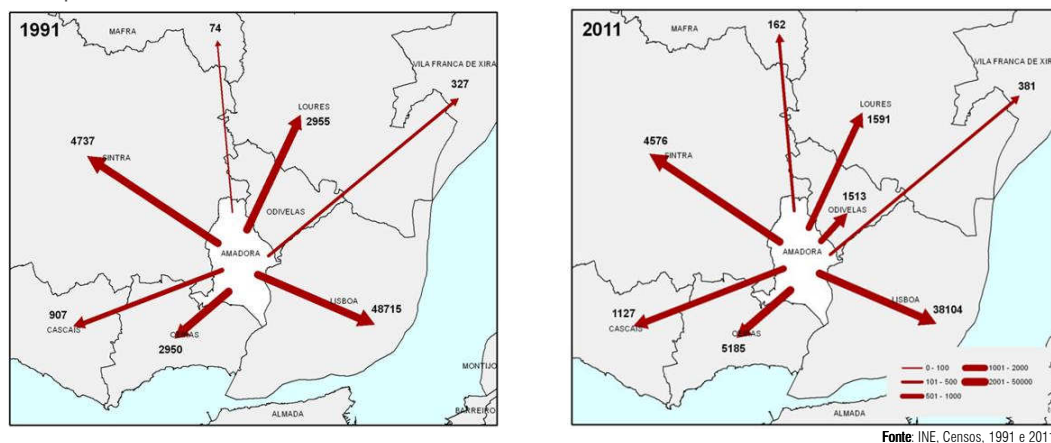
Fonte: INE, Censos, 2011

Tomou-se como referência para a análise das deslocações diárias com origem e destino na Amadora o território da Grande Lisboa, por ser no seu interior que se estabelecem a grande maioria dos movimentos pendulares. Isto significa, no universo da AML, que respetivamente 97% do total dos movimentos pendulares de saída e 91% dos movimentos de entrada de e para a Amadora se fazem com os municípios da margem norte, (Anexos 23, 24, 25 e 26).

Principais movimentos de saída

Figura 18

Principais movimentos de saída



Da observação dos mapas ressalta que Lisboa continua a ser o principal destino dos residentes da Amadora, uma vez que confluem para a Capital 72% dos movimentos por motivos de trabalho e/ou estudo. Entre 1991 e 2011 atenuaram-se os movimentos de saída do Amadora (-13,2%) houve um reajustamento na hierarquia dos fluxos pendulares e um reforço das deslocações para concelhos da segunda coroa metropolitana norte, o que significa que as pessoas percorrem maiores distâncias para trabalhar.

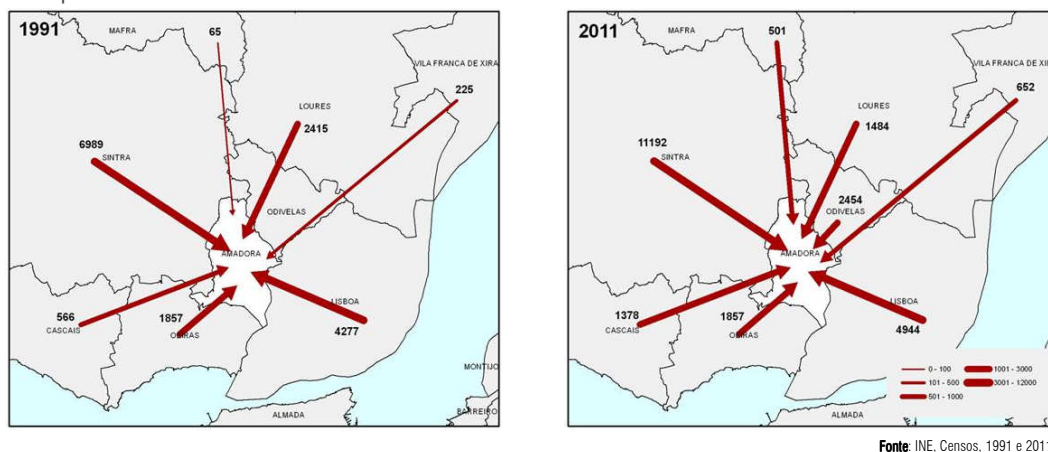
- Lisboa pela sua função polarizadora continua manter uma posição preponderante como destino para trabalho ou estudo, mas regista um decréscimo de 22% de movimentos;
- Oeiras que detinha em 1991 o quarto lugar no ranking das deslocações passa para a segunda posição tendo aumentado em 76% os movimentos de saída da Amadora para Oeiras por motivos de emprego essencialmente e de estudo. Em 2011 observaram-se 5.185 deslocações em direcção a Oeiras, das quais 90% para trabalhar e 10% para estudar;
- Sintra nos primeiros dez anos viu aumentar o número de fluxos a partir da Amadora, mas a partir de 2001 o número de deslocações diminuiu passando de 2º para 3º lugar;
- Loures ocupa o 4º lugar mas recuam os movimentos de saída da Amadora (-11% nos últimos dez anos)²⁶ em direcção a este Concelho. A partir de 2001 é Odivelas que se afirma como destino ao ver aumentar 35% dos fluxos pendulares;
- Cascais consolida-se como destino para trabalho e estudo ao aumentar 24% dos movimentos pendulares;
- Mafra e Vila Franca de Xira aumentaram o seu relacionamento com a Amadora, sobretudo por motivos de trabalho.

²⁶ Em 1991 Loures integrava o território de Odivelas

Principais movimentos de entrada e intraconcelhios

Figura 19

Principais movimentos de entrada



Na Grande Lisboa e no período considerado, relativamente aos movimentos de entrada verificou-se um aumento muito significativo (56%) de deslocações para a Amadora de população empregada e a estudar. Chama-se no entanto a atenção para o total de entradas (25.601) que corresponde a menos de metade das saídas (52.639), equivalendo precisamente a 49% destas.

- Sintra, tal como acontecia em 1991, ocupa o 1º lugar no ranking das entradas na Amadora, mas reforçou a sua posição com o aumento de 60% de movimentos. Em 2011 é o concelho gerador de 44% das entradas na Amadora. Embora 77% destas sejam de população empregada é importante referir o valor dos restantes 23%, a que correspondem 2.552 indivíduos que entram na Amadora para estudar;
- Lisboa e Oeiras mantiveram as suas posições relativas, 2º e 3º lugares, acentuaram o número de deslocações e representam em 2011 respetivamente 19,3% e 12% das entradas;
- Odivelas e Loures reforçam o seu peso relativo de fluxos de entrada na última década posicionando-se em 4º e 5º lugares;
- Cascais, Mafra e Vila Franca de Xira aprofundam o seu relacionamento funcional com a Amadora, pelo incremento de entradas predominantemente por motivos de trabalho.

Em 2011, 86% de deslocações de entrada são de população empregada e 14% de população a estudar. Em 1991 a mesma repartição era de 95% e de 5%. Considerando só o universo dos alunos que entram na Amadora para estudar verifica-se que em 2011 (3.689) são cinco vezes mais do que em 1991 (745).

Esta mudança observada no peso do motivo de deslocação deve-se à diminuição dos ativos, ao abrandamento do emprego e à qualificação do território, de que é exemplo a oferta de equipamentos educativos.

Paralelamente, no interior do Município cresceram em 39% os movimentos pendulares dentro do Concelho, 53% dos mesmos dizem respeito a residentes que trabalham ou estudam na freguesia onde residem e 47% dirigem-se para outras freguesias. Esta situação de proximidade reduz o tempo gasto em deslocações, facilitando a conciliação entre a vida profissional, familiar e social.

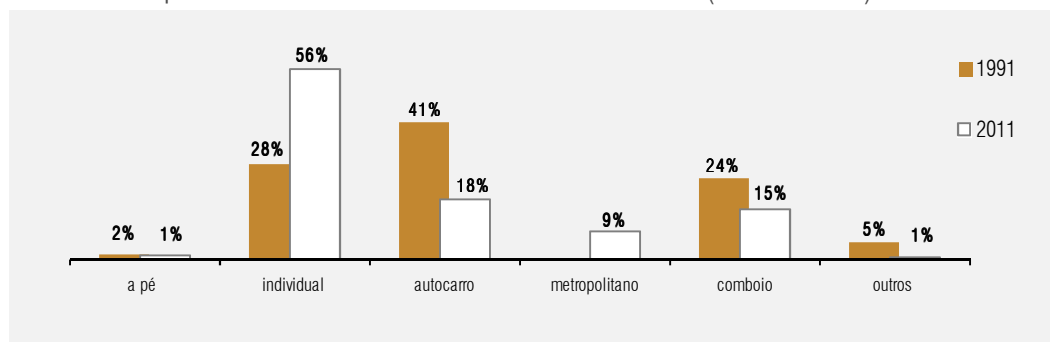
Principais modos de transporte utilizados no âmbito dos movimentos pendulares

Nas duas últimas décadas ocorreu uma inversão da lógica de opções predominantemente assente em transporte coletivo para uma lógica baseada em transporte individual.

— Em 1991, 65% do total de movimentos pendulares entre a Amadora e a Grande Lisboa eram suportados por transporte coletivo, com uma utilização de 41% para autocarro e 24% para comboio, representando o transporte individual cerca de 28% das viagens.

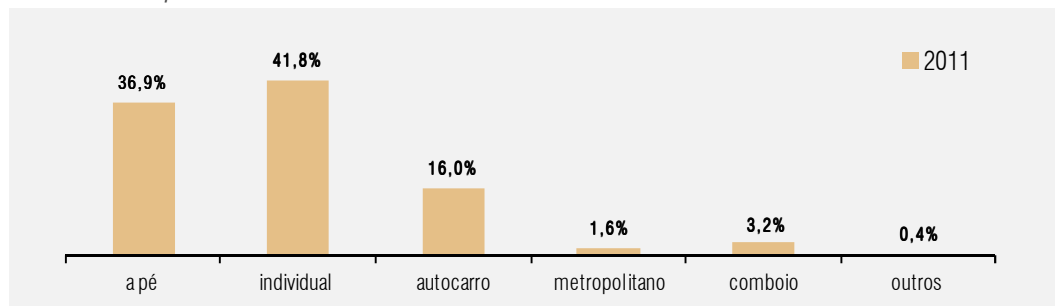
Figura 20

Modos de transporte utilizados nos movimentos de entrada e saída (Grande Lisboa)



Fonte: INE, Censos 1991 e 2011, com tratamento DIG

— Em 2011, 56% dos movimentos interconcelhios são feitos essencialmente através do transporte individual e 42% em transporte coletivo, sendo neste 18% das viagens feitas por autocarro, 15% por comboio e 9% por metropolitano. No entanto, o transporte coletivo é ainda o modo predominante de entrada e saída para Lisboa, sendo este modo utilizado em 52% dos movimentos contra 46% em transporte individual. Situação inversa se passa relativamente a Sintra onde em 60% das deslocações é utilizado o automóvel e em 36% o transporte coletivo, nas quais o comboio é dominante (60%).

Figura 21*Modos de transporte utilizados nos movimentos intraconcelhios*

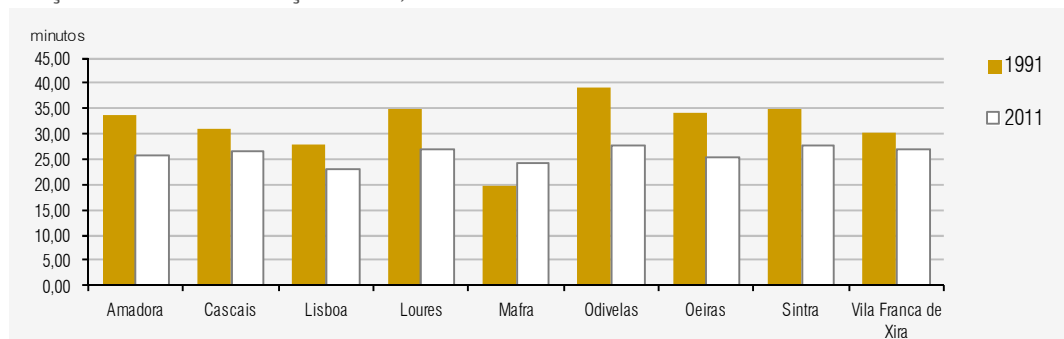
Fonte: INE, Censos 2011, com tratamento DIG

- Em 2011, a mobilidade quotidiana dos indivíduos que trabalham ou estudam na Amadora era feita a pé (37%), por automóvel (42%) e através de transporte público (21%).

Duração média dos movimentos pendulares

A duração média dos movimentos pendulares casa-trabalho ou casa-estudo diminuiu entre 1991 e 2011. A variação não foi uniforme em todos os concelhos da Grande Lisboa, assumindo maior expressão nos movimentos dos residentes de Loures, Oeiras, Sintra, Amadora e Odivelas com ganhos médios superiores a 7 minutos.

- O tempo médio gasto nas deslocações casa-trabalho e casa-escola dos residentes na Amadora tem vindo a decrescer: de 33,76 minutos em 1991, para 32,37 minutos em 2001 e 25,83 minutos em 2011, o que representa um ganho médio de cerca de 8,5 minutos em vinte anos.
- A duração média dos movimentos pendulares da população residente e empregada ou estudante na Amadora é de 25,83 minutos sendo muito próxima da duração média verificada na Grande Lisboa que é de 25,79 minutos. A duração média calculada para a Amadora em 2011 torna-se mais perceptível quando comparada com a duração dos trajetos em transporte público onde o tempo gasto sobe para 40,16 minutos e com a duração das deslocações em transporte individual em que o tempo médio desce para 20,74 minutos.
- Quando utilizado o transporte individual a Amadora apresenta uma duração média mais baixa que a média da Grande Lisboa, posicionando-se em segundo lugar no conjunto dos municípios sendo só suplantada por Lisboa, onde o tempo médio é de 19,96 minutos.

Figura 22*Duração média das deslocações 1991, 2011*

Fonte: INE, Censos 2011, com tratamento DIG

O Município da Amadora pela sua posição geográfica é um importante gerador de viagens. O seu espaço urbano, ao absorver as várias componentes da rede de acessos do corredor – eixos ferroviário, de transporte público rodoviário e de transporte individual – constitui um importante suporte físico de viagens geradas fora dos limites do Município com destino à capital e concelhos limítrofes. Ou seja, a Amadora para além dos fluxos gerados no e para o seu território, sustenta as deslocações dos municípios contíguos. É disso exemplo o peso da componente do tráfego de passagem que se tem vindo a acentuar com o desenvolvimento e expansão urbana do município de Sintra e com a persistência do carácter predominantemente radial das redes de infra-estruturas viárias e de transportes públicos. Além disso, ao movimento rodoviário deve-se adicionar o transporte logístico que serve e atravessa a AML.

Estacionamento e segurança nas deslocações urbanas

A par das melhorias do sistema viário e do sistema de transportes, o investimento municipal tem incidido em mais três áreas complementares:

- melhoria das condições de circulação nas vias urbanas;
- implementação de projectos inovadores, na área da educação para a segurança;
- melhoria do estacionamento.

No âmbito da melhoria das condições de circulação nas vias urbanas, procurou-se, a par da criação de novas acessibilidades, a melhoria da actual rede viária, para maior segurança rodoviária e pedonal. Neste sentido, construíram-se cerca de 109 rotundas, semaforizaram-se cerca de 70 cruzamentos, colocaram-se grades de protecção para peões e apostou-se na sinalização horizontal e vertical e na luminosa, para reforço da segurança.

No âmbito da sinalização rodoviária inovadora, foi implementado um projeto-piloto de controlo de velocidade, que consistiu na colocação de 9 painéis eletrónicos de Leds, com informação aos condutores sobre excesso de velocidade e 26 painéis eletrónicos de Leds, com informação de aproximação de escola. Também, no seguimento das medidas de controlo de velocidade, nas zonas residenciais, foram sobrelevadas 85 passagens para peões e criados 11 locais de “Zona 30”, (em que o limite de velocidade é 30 Km/hora). Os sistemas de controlo de velocidade e de aproximação de escola foram implementados nas vias principais do Concelho e junto às escolas primárias, o que veio reforçar a segurança rodoviária nas vias públicas através destes métodos inibidores do excesso de velocidade.

Acresce ainda que, no troço estreito da Rua Elias Garcia foi criada uma via reversível com o objetivo de melhorar a fluidez do tráfego, variando conforme as horas de ponta do trânsito.

Quanto a projetos inovadores para a promoção da segurança rodoviária, foi implementado o projecto Patrulheiros. O patrulheiro é uma pessoa aposentada, com formação específica que, junto às passadeiras das escolas, ajuda os alunos a atravessar as ruas. Este projeto existe desde 1998/1999 e abrange atualmente 31 estabelecimentos escolares. Ainda no âmbito da educação para a segurança rodoviária foi criada com o apoio da DGV no Parque Aventura, na Falagueira, uma Escola Fixa de Trânsito para crianças, onde professores da especialidade leccionam as regras de trânsito à população mais jovem do Concelho.

A par da melhoria das acessibilidades, têm vindo a ser criados novos parques de estacionamento municipais, alguns dos quais em espaços expectantes. No passado recente surgiram 51 novos parques que se destacam pela sua capacidade ser superior a 50 lugares de estacionamento. Destes salientam-se 18 pela sua dimensão ser superior a 2.500m² e por oferecem acima de 100 lugares de estacionamento.

Quadro 33

Novos parques de estacionamento municipais criados após 1994 com capacidade superior a 100 lugares de estacionamento

| FREGUESIA | LOCAL |
|-------------------------|---|
| Alfragide | - Praceta do Miradouro - Av. das Laranjeiras |
| Águas Livres | - Rua da Palmeira - Av. Dom Carlos I - Estação Ferroviária da Damaia - Estação Ferroviária da Reboleira - CRIL – Av. Alves Redol - Largo da Igreja |
| Encosta do Sol | - Silo – Fórum da Brandoa |
| Falagueira – Venda Nova | - Estação do Metropolitano Amadora-Este - Rua Manuel Ribeiro Pavia / Estrada dos Salgados |
| Mina de Água | - Praceta Simões de Almeida - Rua Fonte dos Passarinhos (traseiras da Av. Humberto Delgado) - Rua Raúl Campos Palermo / Jardim Central de São Brás |
| Venteira | - Praça Raúl Campos Palermo - Parque Subterrâneo Largo Dr. Dário Gandra Nunes - Parque REFER / Av. Gago Coutinho - Estrada Velha de Queluz |

Fonte: DOM / DTMU, 2014

Alguns dos parques de estacionamento surgiram numa lógica de promoção da intermodalidade entre o transporte individual e o transporte público. É o caso dos parques junto à Estação de Metro da Falagueira e das Estações Ferroviárias da Amadora, Santa Cruz/ Damaia, Reboleira e Centro da Amadora. Outros, surgiram como solução à falta de estacionamento em zonas residenciais.

Na Brandoa foram construídos dois silos para estacionamento automóvel, no âmbito do Programa PROQUAL, o primeiro no Fórum Brandoa com 368 estacionamentos compreendidos numa área de 8.800m² e o segundo no edifício do mercado com capacidade de 71 lugares. Foram ainda criados ou recuperados pontualmente novos estacionamentos inseridos em vias objecto de obras de reperfilamento ou requalificação paisagística, o que permite atenuar o défice de lugares de estacionamento, ou seja, melhorar e ordenar a oferta.

Nos últimos dez anos a oferta de estacionamento na via pública (Anexo 27), de 49.141 lugares, aumentou 74% e apenas 10% dos lugares se localizam em zonas tarifadas. No entanto existe ainda um défice difícil de suprir em áreas antigas como o centro da cidade e contínuo urbano ao longo da linha férrea, zonas nas quais a procura de estacionamento dos residentes está apoiada maioritariamente na oferta disponível na via pública.

O bom nível de requalificação e execução da rede viária planeada no PDM a par das interações sinérgicas criadas com as redes de transporte, o estacionamento e as condições de circulação permitiram otimizar a utilização das infraestruturas viárias existentes, estabelecer novas ligações hierarquizadas, assegurar a acessibilidade multimodal, melhorar as condições de segurança rodoviária convergindo para melhorar o padrão de vida da população.

As infraestruturas viárias nacionais, acessos e nós de transferência com a rede municipal implementada permitiram a valorização de novas áreas associadas a melhores acessibilidades, sobretudo a Norte do Concelho, o aumento da mobilidade no urbano consolidado e sobretudo favoreceram o próprio sistema de deslocações a nível regional. Importa agora concluir o fecho de malhas para tornar o território mais coeso.

A mobilidade geográfica, enquanto elemento estruturador do território, está largamente associada à predominância do transporte individual, automóvel, que é o modo de transporte mais utilizado e o que apresenta as menores durações médias nos movimentos casa-trabalho e casa-escola. Assistiu-se a uma inversão da lógica de opções predominantemente assente em transporte coletivo para uma lógica baseada em transporte individual. Destaca-se como única exceção a utilização do transporte coletivo como o modo predominante de entrada e saída para Lisboa. É oportuno realçar que mais de 1/3 dos trabalhadores e estudantes dentro da Amadora fazem as suas deslocações pendulares a pé. A continuação da aposta nos modos suaves de circulação poderá incentivar o incremento do modo pedonal entre outros.

Ressaltam alterações nas relações de dependência da Amadora com os concelhos da Grande Lisboa: a perda de importância de Lisboa como destino de trabalho e estudo, embora ainda preponderante; a emergência de Oeiras enquanto destino de trabalho, ocupando agora a segunda posição no ranking das saídas e o reforço da posição dominante de Sintra enquanto concelho emissor de empregados e estudantes para a Amadora.

Atenuaram-se os movimentos de saída da Amadora, houve um reajustamento na hierarquia dos fluxos pendulares, esboçando uma tendência de reforço das deslocações de e para concelhos da segunda coroa metropolitana, o que significa que as pessoas percorrem maiores distâncias para trabalhar. A par disso o Município aumentou a sua atratividade por motivos de estudo, dinâmica justificada pela oferta qualificada de equipamentos educativos.

B.6 Espaços verdes de recreio e lazer

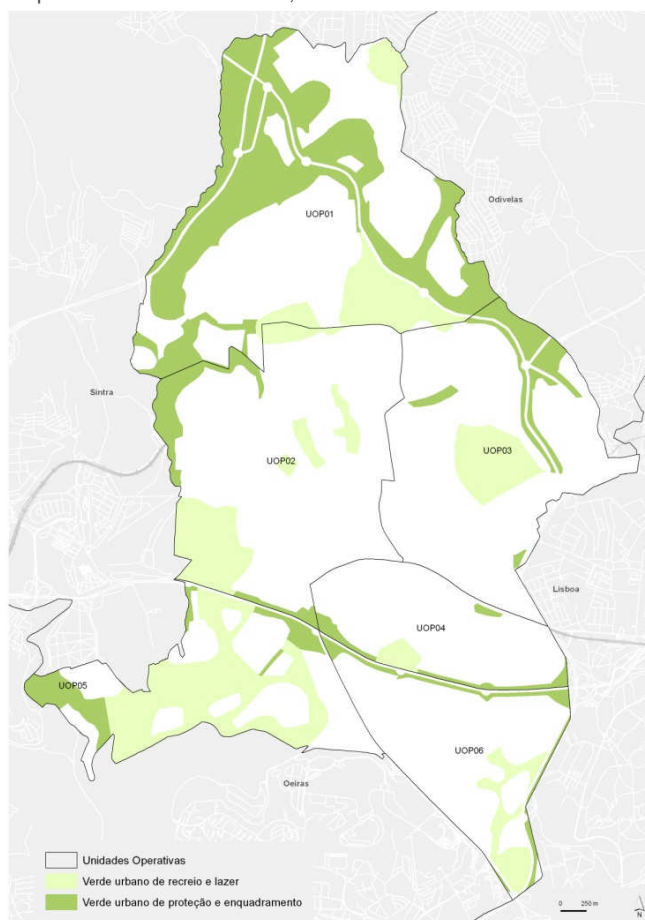
A proposta de desenvolvimento da estrutura verde municipal preconizada no PDM integra os objetivos específicos do modelo de desenvolvimento – “Qualificar Urbanisticamente o Território, “...” Garantir um bom nível de equipamentos, serviços públicos de apoio à comunidade e infraestruturas urbanas,” – com as seguintes ações estratégicas no domínio do ambiente urbano:

- criar uma estrutura verde a inserir na estrutura verde metropolitana;
- criar uma rede concelhia de espaços verdes para recreio e lazer;
- promover a reabilitação de zonas com usos degradantes.

A estrutura verde municipal desenvolve-se a dois níveis: o nível regional com áreas de enquadramento e ligação ao exterior e o nível urbano com espaços verdes públicos mais vocacionados para o uso da população residente.

Figura 23

Proposta da estrutura verde, PDM



FONTE: CMA, PDM, 1994

Ao nível regional o PDM referia como principais propostas para áreas verdes de enquadramento:

- a norte e poente, ao longo da principal linha de água que limita o Concelho, Ribeira de Carenque, e a nordeste as áreas verdes de enquadramento dos eixos viários fundamentais;
- a Sul, a Serra de Carnaxide, constituiria pela reserva de área verde uma importante estrutura de ligação paisagística ao concelho de Oeiras.

Ao nível urbano o PDM apresentava como espaços possíveis de construir espaços verdes públicos:

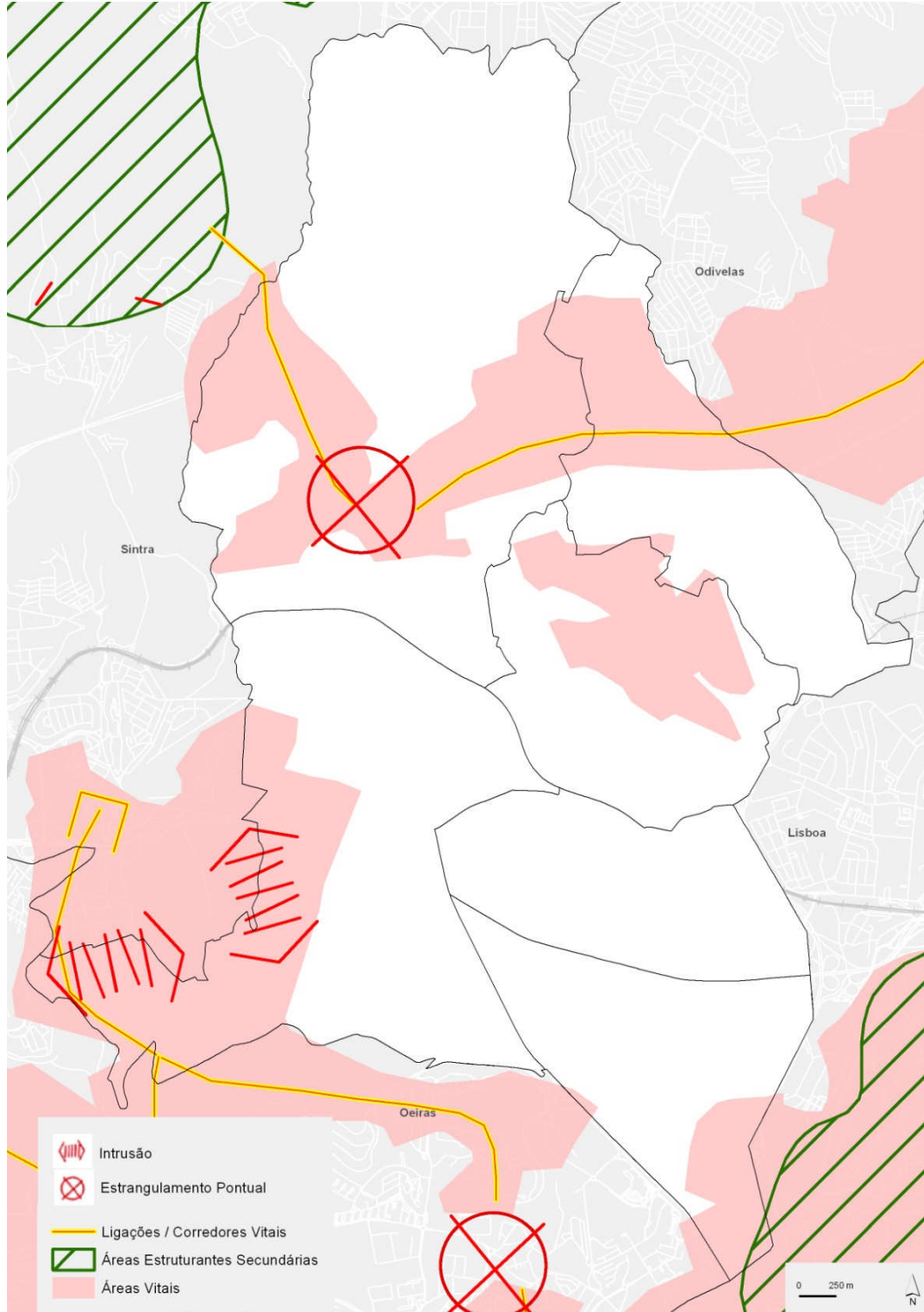
- áreas sensíveis como a confluência de linhas de drenagem natural, espaços intersticiais disseminados no contínuo urbano, novas áreas urbanas e áreas urbanas sujeitas a operações de reabilitação ou reconversão.

Em aditamento à proposta PDM de estrutura verde municipal, em 2002 foi aprovado o PROT-AML que no âmbito das suas prioridades estratégicas criou o conceito de Rede Ecológica Metropolitana (REM) constituída por uma rede hierarquizada de valores naturais e culturais a manter e valorizar: rede primária, rede secundária e áreas e corredores vitais, a qual deverá ser concretizada e consolidada através da Estrutura Ecológica Municipal transversal aos concelhos da AML.

Refere-se que o Concelho da Amadora não possui no seu território valores naturais com significado no sistema ecológico metropolitano. No entanto, usufrui, a sudeste, da contiguidade geográfica com a Mata de Monsanto, a sul, integra a Serra de Carnaxide, a noroeste, beneficia da continuidade com a Serra da Carregueira e confina a nordeste com a Mata da Paiã. Como suporte destas ligações, a Rede Ecológica Metropolitana integra na Amadora um corredor vital que estabelece a ligação entre Sintra e Odivelas, uma área vital que recai sobre a Falagueira e um corredor ao longo da Ribeira de Carenque. A análise da REM no território da Amadora revela algum potencial de manutenção dos principais corredores, pela sua localização em áreas ainda não edificadas, no entanto foram identificados em carta pontos de interrupção ou estrangulamento das ligações e corredores ecológicos vitais que deverão ser considerados no processo de revisão do PDM, assim como na redelimitação dos corredores PROT-AML, também em fase de revisão.

Globalmente, a contextualização das orientações expressas na Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental no Município da Amadora passam por, atendendo ao princípio da conectividade ecológica, estruturar e integrar no modelo de organização urbana o conjunto de espaços considerados vitais à escala municipal e intermunicipal com importantes funções ecológicas e urbanas enquanto espaços livres de descompressão e de remate urbano do tecido envolvente.

Figura 24
Rede ecológica metropolitana



FONTE: PROT-AML, 2002

Execução da estrutura verde municipal

A proposta PDM assentou na recomendação global²⁷ – meta que o PDM propunha para o planeamento dos espaços verdes – de 40m² por habitante. Destes, 10m² deveriam ser localizados próximo da habitação, com fácil acessibilidade (400m) e os restantes 30m² deverão constituir o espaço verde integrado na estrutura verde principal.

Dada a complexidade e diversidade de funções dos seus elementos julga-se necessário o seu enquadramento considerando um conjunto de categorias, tipologias e subtipologias, as quais permitem agrupar espaços de características, perfis de ocupação e com necessidades de gestão similares. No Quadro 34 encontra-se resumida a estrutura organizativa da rede de espaços verdes municipais.

Quadro 34

Organização tipológica dos espaços verdes municipais

| ESTRUTURA VERDE | CATEGORIAS | TIPOLOGIAS | SUBTIPOLOGIA |
|-------------------|---------------------|--|--|
| Principal | Áreas de lazer | Parque Urbano | |
| | Áreas verdes | Maciços Arbóreo-Arbustivos | — Proteção |
| | | Mata Urbana | |
| Áreas de produção | Horta Urbana | | |
| Secundária | Áreas de lazer | Desporto Livre (espaços verde informais) | — Relvados, Prados, Sem uso definido |
| | | Espaço de convívio e Encontro | — Jardim, Praça, Praceta, Espaços recreio |
| | Áreas verdes | Espaço verde em equipamentos | — Escolas, Cemitério, Hospital, Desportivos /Recreativos |
| | | Espaço verde de equipamento ao edificado | — Canteiro, Talude |
| | Áreas de circulação | Espaço verde de enquadramento viário | — Faixa ajardinada, placas, rotundas |

FONTE CMA /DOM/ DAIPEV, com tratamento DIG

Assente nesta diversificação tipológica, assistiu-se ao reforço e desenvolvimento da Estrutura Verde Municipal que acompanhou a execução do PDM, quer através do ajardinamento e reabilitação de espaços pré-existentes, quer pela construção de espaços verdes de enquadramento viário, quer por incorporação de novas áreas destinadas a espaços verdes resultantes de cedências de loteamentos, nas classes de expansão, de espaço urbano e de verde de proteção e enquadramento.

²⁷ De acordo com as "Normas para programação de equipamentos coletivos", Volume III, GEPAT, 1990

Entre 1994-2014 verificou-se:

- incremento da rede concelhia de espaços verdes de proximidade, nomeadamente com a construção de novos parques urbanos, integrando um conjunto variado de equipamentos de recreio, como foi o caso do Parque dos Aromas, Parque Fantasia e Jardim Luís Vaz de Camões;
- conversão de zonas com usos degradantes, com foco na reabilitação de áreas naturais como é o caso das margens das ribeiras do Município. Estes dois objetivos de ação aliaram-se no caso da construção de vários Parques Urbanos, como foi o caso do Parque do Zambujal, do Parque da Ribeira, do Parque Aventura, do Parque da Ilha Mágica do Lido;
- requalificação da rede de parques infantis, de que são exemplo os localizados na Rua Pinheiro Borges, em Moinhos da Funcheira, Carenque, Conde Arnoso, Jardim 25 de Abril na Damaia, entre outros;
- reabilitação do conjunto de parques e jardins mais antigos, como foi o caso da remodelação profunda no Parque Central ou da beneficiação do Parque Delfim de Guimarães;
- requalificação dos espaços públicos intersticiais na generalidade do tecido consolidado e de zonas urbanas degradadas, como foi o caso da intervenção no Bairro do Zambujal;
- construção e ajardinamento dos espaços verdes públicos nas áreas de urbanização recente de que são exemplos Vila Chã, Moinho do Guizo, Atalaia e Serra das Brancas, entre outras;
- recuperação ambiental de espaços anteriormente utilizados para deposição de resíduos sólidos urbanos, como é o caso da Boba e criação de matas urbanas - Parque do Moinho do Guizo, Matinha da Venda Nova, dos Lilases, etc.;
- requalificação das áreas de recreio das escolas básicas do 1º ciclo, que incluíram a substituição de equipamentos e pavimentos e a construção de mini - campos de jogos que, embora localizados nos recreios das escolas, se encontram abertos à população;
- integração de novos usos nos espaços verdes com a criação de circuitos de manutenção e estações de cardiofitness. Existem no Município 18 circuitos, com o total de 132 aparelhos distribuídos no território. (Anexo 28);
- qualificação das áreas pedonais, com a construção de pistas multifuncionais para reforço da mobilidade suave. Existem no Município cerca de 21 quilómetros de pistas de caminhada. (Anexo 29);
- construção e ordenamento de hortas urbanas, contribuindo para disciplinar a vontade expressa por muitos habitantes que vinham ocupando terrenos baldios com hortas espontâneas.

O ponto de partida ao nível da estrutura verde principal proposta no PDM era aproximadamente de 723 hectares, o que cumpre a recomendação global de 40m² por habitante.

No entanto a delimitação da estrutura verde secundária, integrada na estrutura principal, no ano inicial da implementação do PDM, consistia numa área total de espaços verdes tratados de 42,1 hectares com uma capitação de 2,32m² por habitante.

A aposta na qualificação do território traduz um reforço de superfície verde que se quantifica em:

- 111,7 hectares de área de espaços verdes tratados, o que se traduz na quadruplicação do valor de metros quadrados de espaços verdes por habitante (de 2,3 para 8,8m² por habitante).
- 61 hectares de área de parques urbanos que mais que quintuplica a oferta por habitante.
- 6,47 hectares de área de parques infantis.

Em 2014²⁸ a área total de espaços verdes públicos tratados que integra a estrutura secundária é de 153,80 hectares, resultando numa capitação de 8,8m² por habitante, que se aproxima da norma de planeamento adotada no Plano Diretor, de 10m² por habitante.

No âmbito da programação dos parques infantis existem 80 parques infantis públicos inseridos em espaços de proximidade, sendo importante destacar a versatilidade e segurança dos equipamentos instalados, existindo 7 parques com equipamentos integrativos para utilizadores com mobilidade reduzida.

Quadro 35

Evolução da área e capitação de espaços verdes e de recreio – 1995-2014

| Tipologia | 1995 | | 2014 | | Evolução Área (ha) |
|-------------------------|-----------|----------------------------------|-----------|----------------------------------|--------------------|
| | Área (ha) | Capitação (m ² /hab.) | Área (ha) | Capitação (m ² /hab.) | |
| Espaços verdes tratados | 42,1 | 2,32 | 153,80 | 8,78 | +111,77 |
| Parques urbanos | 11,3 | 0,62 | 61,03 | 3,48 | +49,73 |
| Parques infantis | 2,3 | 0,13 | 6,47 | 0,37 | +4,17 |

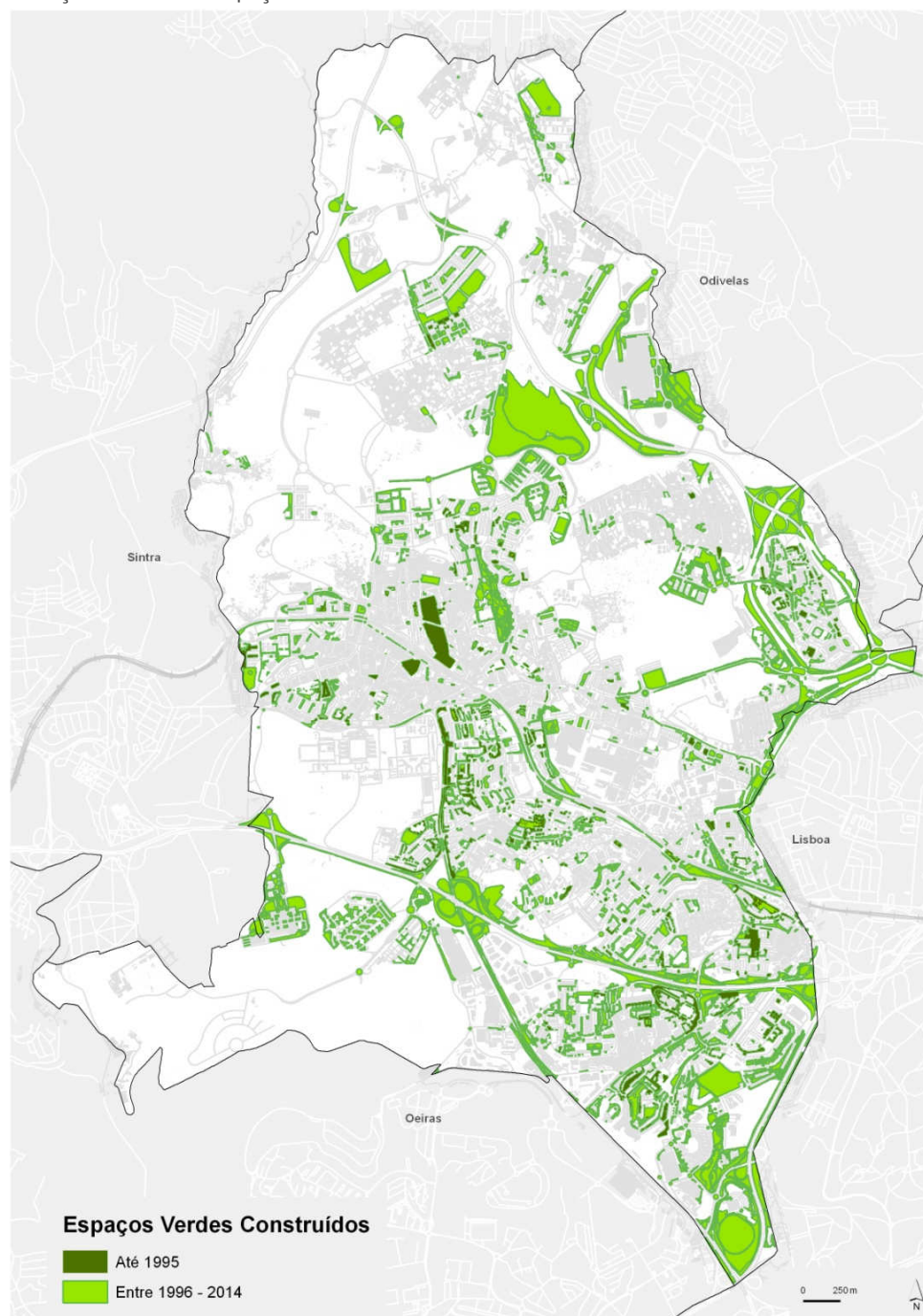
Fonte: CMA /DOM/ DEV, com tratamento DIG

A Estrutura Verde Municipal tem como conceito base o *continuum naturale*, formalizado a partir da construção de corredores verdes. Em espaço urbano é fundamental o papel da arborização como forma de garantir a conectividade entre os diferentes espaços verdes, tema que foi desenvolvido na Estratégia de Arborização. Nesta são definidas opções de planeamento para a arborização com objetivo principal de reforçar uma rede conectada de espaços verdes e de qualificar o ambiente urbano.

²⁸ A alteração do valor das áreas resulta do aperfeiçoamento da metodologia e da base gráfica.

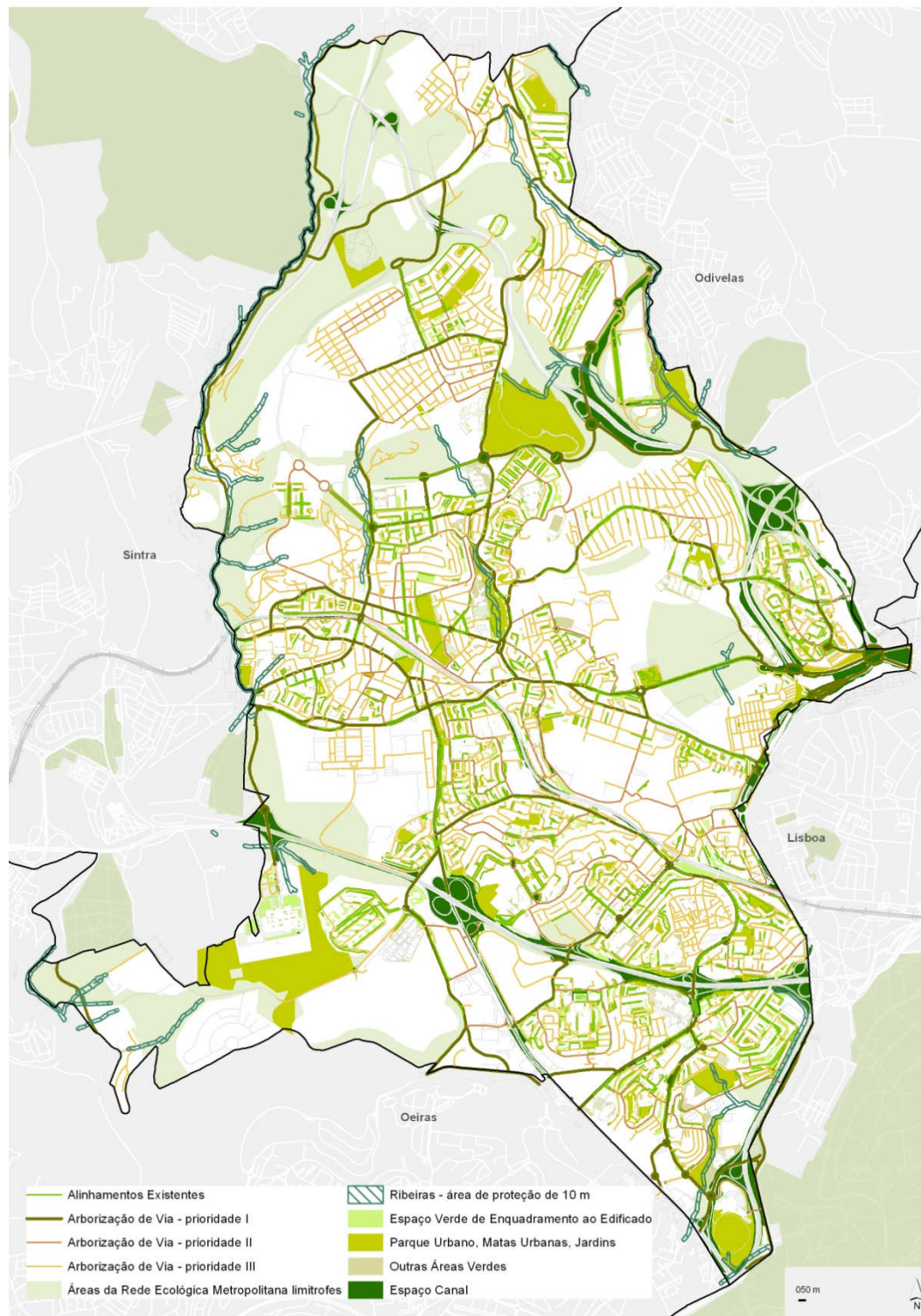
No ano de 2014 foram inventariadas 26.589 árvores existentes em espaço público tratado, o que se traduz numa captação de 152 árvores por 1.000 habitantes. Foram ainda medidos ao longo dos arruamentos 99km de alinhamentos arbóreos.

Figura 25
Evolução da rede de espaços verdes 1995-2014



FONTE: CMA, DOM/DAIPEV com tratamento DIG

Figura 26
Modelo estratégico de arborização – Horizonte 2020



FONTE: CMA, DOW/DAIPEV, com tratamento DIG, 2014

A Estratégia de Arborização apresentada em março de 2013 definiu os domínios de intervenção que permitem atingir a meta de 50.000 árvores plantadas em áreas de gestão municipal até 2020. Este objetivo significa um aumento de cerca de 48% de árvores plantadas e permitirá atingir uma captação de 30 árvores por 100 habitantes, o que corresponderá em termos de sequestro de carbono a um armazenamento médio em 2020 de 5.000 toneladas de carbono anuais. Caracterizam-se sumariamente os eixos identificados para o reforço da arborização.

— Áreas de enquadramento viário

O Município tem na atualidade cerca de 99km de alinhamentos arbóreos adjacentes a vias ou integrados em separadores centrais. Prioriza-se o reforço da arborização nas áreas de enquadramento das vias nacionais e em toda a rede municipal dando primazia às vias principais que asseguram a conectividade entre espaços que integram estrutura ecológica municipal.

— Áreas destinadas a descompressão urbana

As áreas de descompressão urbana consistem: nos espaços verdes de enquadramento do edificado (com áreas mais reduzidas); nos parques, jardins e matas urbanas (com áreas significativas e maior concentração de equipamentos); outras áreas verdes (com tipologia por definir e cujo uso atual é o de enquadramento e proteção).

— Áreas de proteção ecológica

As ribeiras além de serem espaços privilegiados para a prosperidade de habitats característicos de ambientes ribeirinhos, são canais de acumulação e escoamento hidráulico e por isso consideradas como áreas de risco. Em termos estratégicos é essencial a requalificação desta faixa de proteção de 10m através do reperfilamento e arborização das suas margens, conferindo um perfil mais naturalizado às ribeiras.

— Áreas de enquadramento e valorização do património

A valorização das áreas de enquadramento do Aqueduto das Águas Livres no espaço urbano é fundamental. Enquanto Monumento Nacional, o Aqueduto tem uma área de proteção de 50 metros propondo-se a sua arborização a partir dos 10 metros.

— Áreas identificadas para reabilitação urbana

A aposta na reabilitação urbana prevê a integração de arborização em todas as intervenções em espaço público que forem programadas, nomeadamente nas áreas urbanas consolidadas, em áreas de expansão urbana recente com fraca integração com a envolvente, em áreas de habitação social, em espaços urbanos de edificação fragmentada, etc..

Desta forma a arborização organizada em corredores arbóreos e articulada com a rede espaços verdes públicos, numa lógica de continuidade ecológica e de gestão integrada contribuirá para que uma aglomeração compacta e densa como a Amadora se torne mais qualificada, eco eficiente e sustentável.

A construção de espaços verdes e a expansão da rede de proximidade contribuíram para melhorar esteticamente o espaço e a paisagem urbana, originando uma melhoria significativa do ambiente urbano e da sustentabilidade do território. Os parques urbanos e jardins construídos, bem como os corredores verdes integrados no contínuo urbano têm vindo a constituir uma estrutura progressivamente interligada que promove a infiltração e o escoamento hídrico e atmosférico e o conforto climático.

O grande incremento destes espaços, associado à tipologia dos mesmos, permite antever a médio prazo elevados custos de manutenção, resultantes de um grande consumo de água para rega (corresponde atualmente a 74% do consumo global da água pago pela autarquia).

Esta questão levanta problemas de sustentabilidade da estrutura verde, o que leva à necessidade de antecipar medidas de reconversão progressiva de alguns dos espaços, no sentido da redução dos consumos de água.

As propostas PDM e a política da Autarquia no domínio dos espaços verdes e da arborização criaram condições para o aumento da área e para a estruturação do espaço verde como uma rede contínua e articulada com outras redes urbanas como é particularmente visível no caso dos equipamentos de educação e ensino e mais recentemente no aproveitamento da área envolvente dos espaços canais.

A estrutura verde municipal assente na complementaridade do uso dos espaços verdes e das suas múltiplas funções lúdicas, de enquadramento, circulação e proteção, constitui uma rede complexa de suporte à qualidade de vida da população. A frequência e apropriação dos espaços verdes por parte dos vários estratos da população promovem o relacionamento identitário com a cidade. Neste sentido, é importante continuar a aposta nas novas infraestruturas - pistas e circuitos de manutenção – como elementos potenciadores de vida saudável.

A instalação ordenada de hortas urbanas em pequenas áreas dentro da cidade, no interior dos bairros, como é o caso da Horta da Falagueira, contribui para a promoção de hábitos de vida saudáveis e para a sustentabilidade ambiental, com impacto direto na economia das populações abrangidas. Face à grande adesão que esta obteve, deverá esta experiência ser replicada em outros locais.

A estrutura ecológica municipal, a elaborar, deverá articular à escala concelhia a estrutura definida pela Rede Ecológica Metropolitana, salvaguardando áreas fundamentais para o equilíbrio ecológico e para a sustentabilidade territorial e ambiental do Município em articulação com os municípios vizinhos (continuidade do corredor verde de Lisboa/Serra de Carnaxide, corredor de ligação Paiã/Boba/São Mamede/Serra da Carregueira e Parque Urbano da Falagueira).

B.7 – Resíduos urbanos

A gestão dos resíduos urbanos não estava contemplada explicitamente no modelo de ordenamento preconizado no PDM. No entanto, o impulso dado à infraestruturação do território no período de vigência do Plano Diretor e a relevância que o desenvolvimento sustentável detém na política do ordenamento do território determinam a integração deste tema no objetivo “melhoria do padrão de vida”/promover a instalação de equipamentos – serviços públicos de apoio à população.

A elevada densidade populacional, a grande quantidade de resíduos urbanos a gerir, a par do esgotamento da capacidade do Aterro Sanitário de Carenque, tornou-se um problema complexo, pelo que em 1994, o Município veio a integrar o sistema multimunicipal da VALORSUL. Este sistema, contempla a gestão integrada dos resíduos, recorrendo às melhores tecnologias para o tratamento dos resíduos, através de soluções que abrangem os diferentes tipos de recolha: a indiferenciada, a recolha seletiva de materiais recicláveis e a recolha seletiva de matéria orgânica. Na Amadora localiza-se, desde 2005, um dos equipamentos deste sistema de gestão: a Estação de Tratamento e Valorização Orgânica (E.T.V.O.), destinada ao tratamento de resíduos orgânicos.

No contexto das políticas de carácter ambiental com impactos positivos a reter neste período, destacam-se a selagem do Aterro Sanitário de Carenque (em funcionamento entre 1985 e 1993) e a selagem e posterior recuperação ambiental da antiga lixeira da Boba.

Nas últimas duas décadas foi publicada uma diversidade de legislação comunitária e nacional, que estabeleceu a estratégia para a gestão dos resíduos urbanos e definiu as prioridades e metas a alcançar neste domínio, o que norteou os objetivos da gestão municipal em matéria de gestão de resíduos. Atualmente, de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Gestão de Resíduos, pretende-se “promover uma política de resíduos integrada no ciclo de vida dos produtos, centrada numa economia tendencialmente circular e que garanta uma maior eficiência na utilização dos recursos naturais”, assentando a gestão de resíduos na seguinte hierarquia: prevenção e redução; preparação para a reutilização; reciclagem; outros tipos de valorização e eliminação.

Sistema municipal de gestão de resíduos

Nos últimos vinte anos verificou-se uma evolução notável do ponto de vista quantitativo e qualitativo das infraestruturas de deposição e do serviço de recolha de resíduos urbanos.

Quadro 36

Equipamento para deposição de resíduos urbanos

| Tipo | | 1994 | 2014 |
|-----------------------|-----------------------------|------|-------|
| Indiferenciada | Contentores tradicionais | n.d. | 1.185 |
| | Contentores semi-enterrados | 14 | 1.034 |
| Seletiva | Papelão | 0 | 6 |
| | Vidrão | 57 | 39 |
| | Pilhão | 0 | 417 |
| | Oleão | 0 | 42 |
| | Ecopontos | 0 | 429 |

Fonte: CMA/DASU, 2014

Nestas duas décadas, com especial incidência a partir do ano 2000, procedeu-se à alteração gradual do sistema de deposição de resíduos indiferenciados existente no Concelho, através da substituição de grande parte dos contentores tradicionais, de 800/1.000 litros de capacidade, por contentores semienterrados com capacidade de 3.000 e 5.000 litros. Esta opção permitiu aumentar a capacidade de deposição instalada, com a conseqüente diminuição da frequência de recolha do equipamento e a melhoria das condições de higiene e salubridade do espaço público. No final de 2014 estavam instalados no Concelho 1.034 contentores semienterrados, 1.185 contentores de 800/1.000 litros e 882 contentores de 120 a 240 litros de capacidade. A acessibilidade física do serviço de recolha indiferenciada era, no final do ano 2013, de 98%.

A publicação, em 1997, de legislação aplicável à gestão de resíduos de embalagem que estabeleceu objetivos nacionais de valorização e de reciclagem, bem como diversos diplomas posteriores aplicáveis a outros fluxos de resíduos, fomentou a mudança de paradigma na gestão municipal de resíduos valorizáveis, quer ao nível do aumento da rede municipal de recolha seletiva, quer no seu alargamento a outras fileiras de resíduos.

Em 1994 apenas existiam contentores para a deposição seletiva de vidro e era efetuada a recolha de papel em algumas escolas, tendo sido instalados os primeiros papelões na via pública no ano de 1995.

Em 2001 foram instalados os primeiros 107 ecopontos, constituídos por contentores para a deposição de embalagens de vidro, de plástico e metal e papel, a par de contentores para pilhas e acumuladores.

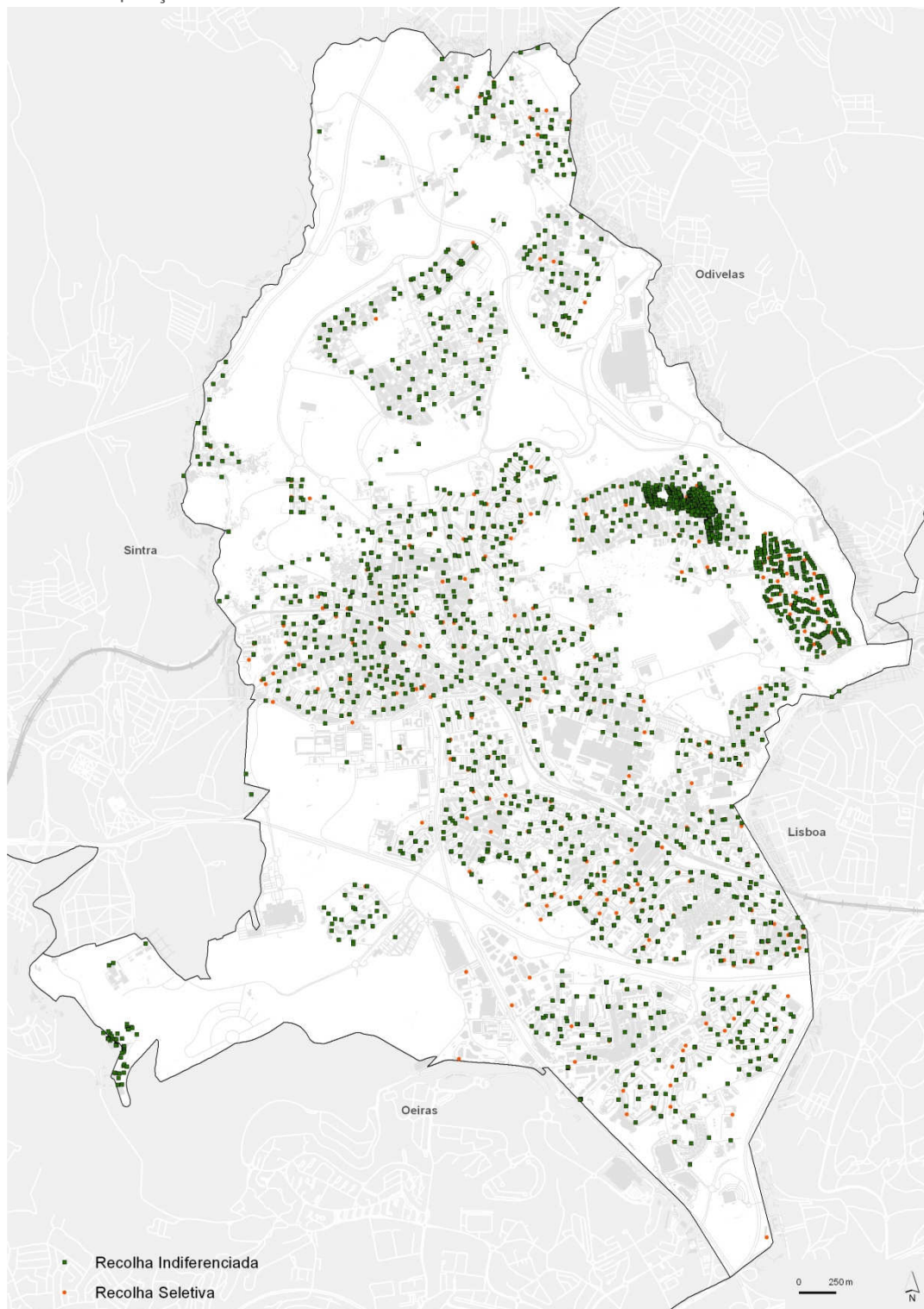
No final de 2014 estavam instalados em espaço público 429 ecopontos, correspondendo a uma acessibilidade física do serviço de recolha seletiva de 98%, e a um rácio de ecoponto para 413 habitantes.

Em termos de infraestruturas é da maior relevância referir a entrada em funcionamento do ecocentro da Amadora em 2004, após a selagem e recuperação do aterro sanitário de Carenque. Este equipamento destina-se à receção seletiva de maiores quantidades de resíduos comparativamente com os ecopontos, bem como também de outros fluxos de resíduos como sejam resíduos elétricos e eletrónicos, resíduos verdes, madeiras, resíduos de construção e demolição, objetos volumosos fora de uso e óleos de motor. A entrega de resíduos é gratuita e embora possa ser utilizado pelos municípios e empresas do Concelho, os maiores utilizadores têm sido as juntas de freguesia, no âmbito da delegação de competências de recolha dos “lixos especiais” do Concelho.

A necessidade de aumentar as taxas de recuperação de resíduos e de melhorar a prestação do serviço de recolha seletiva, levou o Município a adotar diversas estratégias e programas específicos para os diferentes públicos-alvo, sendo exemplo disso a distribuição em 2005 de equipamento para deposição seletiva de embalagens de plástico/metal e de cartão em todos os estabelecimentos de ensino da rede pública. Neste âmbito foi ainda implementado, em 2007, o Programa Dedicado de Recolha Seletiva do Município da Amadora – “Procicla” – que consiste na recolha seletiva porta-a-porta do papel e cartão produzido nos estabelecimentos comerciais do Concelho. No ano de arranque este programa contava com 90 estabelecimentos aderentes, enquanto que no final de 2014 estavam envolvidos 162 estabelecimentos de todas as freguesias do Concelho.

Em julho de 2009, ainda antes da publicação de legislação relativa à gestão de óleos alimentares usados, que estabeleceu objetivos para a constituição de redes municipais de recolha seletiva, o Município procedeu à instalação de 26 contentores específicos (oleões) para a deposição de óleos alimentares usados na via pública e noutros locais de acesso público do Concelho. No final do ano 2014 a rede municipal era constituída por 42 pontos de deposição, cumprindo a meta de pontos de recolha estabelecida por lei.

Figura 27
Pontos de deposição de resíduos indiferenciados e seletivos



Fonte: CMA/DASU, 2014

Composição e destino final dos resíduos urbanos

A Amadora representa 8,5% da população residente na Grande Lisboa e em 2013 contribuiu com 8% dos resíduos urbanos recolhidos na sub-região. Contrariando o ritmo de crescimento que se verificou entre 1994 e 2008, desde o ano 2009, que se tem vindo a registar uma diminuição efetiva na quantidade de resíduos urbanos recolhidos no Município. Este facto, que também se tem verificado no resto do país, deve-se muito provavelmente à conjuntura de abrandamento económico que alterou os padrões de consumo da população.

Quadro 37

Resíduos urbanos recolhidos por tipo de recolha e tipo de destino

| Resíduos urbanos | AMADORA (1) | | GRANDE LISBOA (2) |
|----------------------------------|---------------|---------------|-------------------|
| | 1994 | 2013 | 2013 |
| Total (ton) | 69.148 | 67.498 | 900.287 |
| Recolha Indiferenciada | 99,5% | 89% | 84% |
| Aterro | 100% | 13% | 13% |
| Valorização Energética | | 87% | 81% |
| Valorização Orgânica | | 0 | 5% |
| Valorização Multimaterial | | 0 | 1% |
| Recolha Seletiva | 0,5% | 11% | 16% |
| Aterro | | 0 | 1% |
| Valorização Orgânica | | 22% | 22% |
| Valorização Multimaterial | 100% | 78% | 77% |
| RU recolhidos por habitante (Kg) | 380 | 385 | 443 |

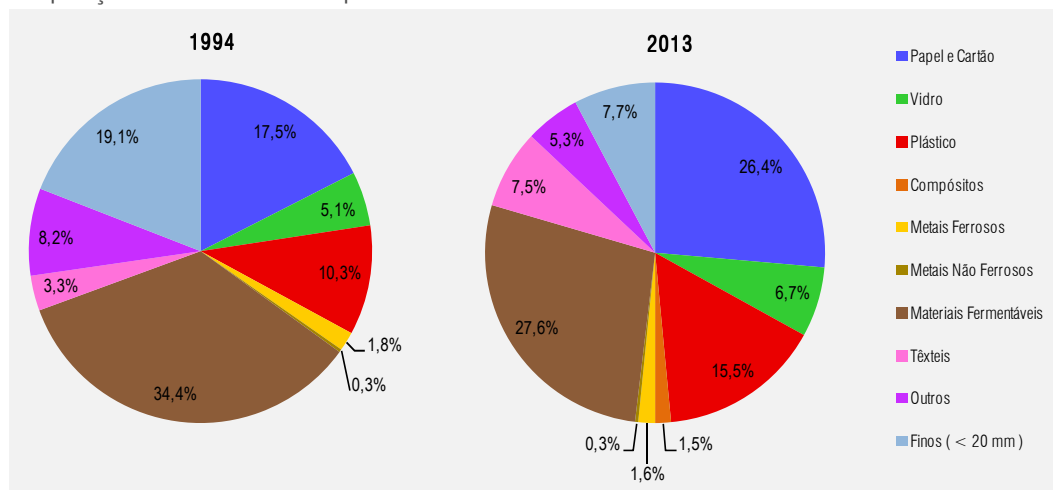
Fonte: (1) CMA/DASU, 2014
(2) INE, Anuário Estatístico, 2013

Como se pode verificar a quantidade de resíduos urbanos recolhidos em 2013 foi inferior à registada em 1994, correspondendo a uma captação de 385kg/(hab. ano), bastante inferior à média da Grande Lisboa, 443kg/(hab. ano).

Apresenta-se a composição física dos resíduos produzidos na Amadora em 1994 e 2013.

Figura 28

Composição física dos resíduos produzidos na Amadora em 1994 e 2013



Fonte: CMA/DASU, 1994 e 2013

Ao longo dos anos, registou-se uma alteração na composição dos resíduos urbanos produzidos, fruto da alteração dos hábitos de consumo da população, o que se traduziu no aumento das frações de papel e cartão, plástico e vidro e na diminuição do teor de materiais fermentáveis. Consequentemente, o peso específico dos resíduos teve um decréscimo de 69%, cifrando-se em 148kg/m³ no ano 2013.

Ao longo deste período verificou-se uma grande alteração no destino final dos resíduos produzidos no Concelho. Em 1994 todos os resíduos recolhidos indiferenciadamente tiveram como destino a deposição em aterro e em 2013 apenas 13% tiveram esse destino. Por outro lado, em 1999 entrou em funcionamento a central de tratamento de resíduos urbanos (CTRSU), em São João da Talha, sendo a valorização energética o destino de 87% dos resíduos recolhidos em 2013.

A publicação em 2003 da Estratégia Nacional para a redução dos resíduos urbanos biodegradáveis destinados aos aterros, determinou a criação de infraestruturas de valorização orgânica. Assim, em 2005, o Município implementou, em parceria com a Valorsul, o Programa “+Valor”, que consiste na recolha seletiva de resíduos orgânicos em grandes produtores (escolas, cantinas, mercados e estabelecimentos comerciais). Estes resíduos são encaminhados para a Estação de Tratamento e Valorização Orgânica onde são submetidos a um processo de digestão anaeróbia, com produção de composto e energia elétrica. No ano de arranque, o programa abrangia um total de 40 produtores, enquanto que no final de 2014 o número de entidades aderentes era de 190.

Em suma, ao nível da recolha seletiva, em 1994 os resíduos recolhidos seletivamente detinham um peso de apenas 0,5%, enquanto que em 2013 representam 11%. Dos resíduos recolhidos

seletivamente, 78% são provenientes das recolhas seletivas multimateriais e os restantes 22% são submetidos a valorização orgânica.

O esforço na aplicação das políticas de gestão de resíduos teve como resultado um crescimento muito significativo na quantidade dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente, face ao total de resíduos urbanos recolhidos, embora o Município apresente ainda uma percentagem de resíduos urbanos recolhidos seletivamente inferior à média verificada na Grande Lisboa.

Educação Ambiental

A Educação Ambiental foi um projeto iniciado em 1989, com a realização de atividades diversas, subordinadas a vários temas de ambiente. Durante a primeira década da sua existência, o trabalho municipal centrou-se nos professores, através da promoção de pequenas ações de formação, workshops e visitas de estudo, de forma a fornecer informação e a dotar os docentes com competências para desenvolverem atividades com os seus alunos, ao longo do ano letivo. Na primeira semana de junho, para comemorar o Dia Mundial do Ambiente (5 de junho), a Câmara Municipal da Amadora iniciou em 1990 a organização anual da Semana do Ambiente, com atividades diversas lúdico-pedagógicas, evento que se mantém até à data atual. Entre 1990 e 1999 organizaram-se os Jogos do Ambiente, cujos temas e materiais eram concebidos e executados, ao longo do ano letivo, maioritariamente pelos alunos e professores das escolas participantes, com o apoio da Câmara Municipal da Amadora.

Em 1997, a Câmara Municipal da Amadora, passou a ter uma instalação, designada por Eco Espaço, localizada no Parque Central, e equipa própria para desenvolvimento de atividades sistemáticas de educação ambiental, passando a realizar atividades de exploração do Parque Central, com grupos de alunos que se deslocassem pelos seus próprios meios.

A partir de 2002, com a disponibilização de transporte municipal, a CMA passou a apresentar uma maior oferta de atividades, subordinadas a 3 temas principais: Resíduos, Água e Floresta. Estas atividades abrangiam anualmente cerca de 2.000 crianças, muitas das quais com participação em mais do que uma atividade, maioritariamente alunos de 1º ciclo.

Após 2006 os temas das atividades foram-se diversificando e conseqüentemente aumentaram para os atuais 10 temas, a saber: Resíduos, Água, Energias Renováveis, Ambiente e Cidadania (com atividades relacionadas com cidadania ativa, pegada ecológica e animais de companhia), Qualidade do Ar, Consumo Sustentável, Mobilidade Sustentável, Biodiversidade e Conservação e Mar, além de Visitas de Estudo, da Comemoração de Efemérides (Dia Mundial da Floresta e Dia Mundial do Ambiente) e de Ações de Formação destinadas a docentes. No âmbito dos temas referidos, existem 48 atividades distintas.

Em 2010, no âmbito das obras de requalificação do Parque Central, foram construídas novas instalações para o Eco Espaço. Em 2011 os recursos humanos foram reforçados e em 2012 foi disponibilizado um autocarro para transporte dos alunos para as atividades de educação ambiental, fatores que têm vindo a contribuir para o grande incremento de alunos participantes nas diversas atividades disponíveis para os vários graus de ensino, tendo-se registado em 2014 a participação de cerca de 14.700 alunos, muitos dos quais tendo participado em mais do que uma atividade. Atualmente, o Programa de Educação Ambiental abrange alunos desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário/profissional, com maior incidência em alunos de 2º e 3º ciclo, logo seguido pelos alunos de 1º ciclo, num total de cerca de 86%, sendo os restantes 14% respeitantes ao pré-escolar e ao ensino profissional, de equivalência ao ensino secundário.

A estratégia que o Município pretende adotar em matéria de gestão de resíduos urbanos tem por base o preconizado no Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020), documento de referência em matéria de política de resíduos urbanos para o período 2014-2020.

Como principais objetivos e com vista ao cumprimento das exigências comunitárias e nacionais para o setor, destacam-se ações que visem:

- prevenir e minimizar a produção e perigosidade de resíduos urbanos;
- aumentar a preparação para reutilização, para reciclagem e da qualidade dos recicláveis, através do aumento das redes de recolha seletiva, do reforço e alargamento dos programas dedicados de recolha seletiva a outros fluxos de resíduos;
- reduzir os quantitativos de resíduos depositados em aterro;
- reforçar a aposta na educação e sensibilização ambiental direcionada a vários públicos alvo.

B.8 - Equipamentos coletivos

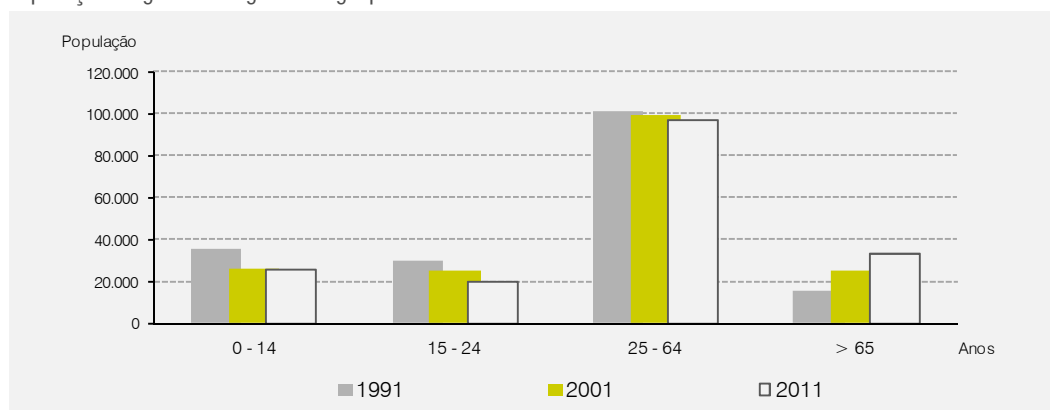
O subequipamento estrutural era uma das principais debilidades que o Município apresentava em 1994. Portanto, “Melhorar o padrão de vida” significava atribuir um papel determinante aos equipamentos e serviços públicos na organização do território de forma a promover a competitividade do Município e a melhorar a qualidade de vida da população.

Esta ideia está muito presente no modelo de ordenamento, com incidência especial nos seguintes objetivos: “reservar/promover a reconversão/instalação de equipamentos e serviços públicos de apoio à população” e “compatibilizar o ritmo de crescimento urbano e as necessidades em equipamentos, serviços e infraestruturas”.

A rede de equipamentos coletivos, sendo simultaneamente um instrumento de qualificação e valorização dos centros urbanos constitui ainda uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões.

Neste contexto surge como fator importante a evolução demográfica intimamente associada a processos de transformação social que se refletem em vários domínios, tais como: a economia, a família, as acessibilidades e os estilos de vida. Concretizando, existe pois uma relação de interdependência que se estabelece entre a demografia e os vários sistemas de equipamentos coletivos. Isto é, a distribuição da população na Amadora e a sua estrutura etária são fatores condicionantes do nível de procura e de oferta dos equipamentos e estes devem ser ao mesmo tempo encarados como fatores de atração e retenção populacional.

Figura 29
População segundo os grandes grupos etários



Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

A observação da figura retrata as transformações ocorridas nos últimos vinte anos, que se caracterizam por:

- contínuo e forte aumento do número de indivíduos com mais de 65 anos que corresponde à duplicação do número de idosos (+107%) entre 1991 e 2011;
- ligeiro decréscimo da população em idade ativa que consiste numa perda de 4,5% dos indivíduos entre os 24 e 65 anos e uma perda mais acentuada nos escalões dos 15 aos 24 anos (-34%);
- diminuição de 26% do número de indivíduos com menos de 14 anos, tendo ocorrido a maior perda de jovens entre 1991 e 2001 (-25,1%), ano a partir do qual se atenua esta trajetória negativa conduzindo praticamente a uma estabilização (-1,3%) até 2011.

Neste quadro os equipamentos coletivos assumem uma importância fundamental na estruturação do sistema urbano e social, quer pelo papel que desempenham na satisfação das necessidades básicas da população residente, quer como meio de apropriação do espaço que a sua frequência pode favorecer desde cedo nos seus utilizadores.

Genericamente, a oferta de equipamentos no Município da Amadora deve integrar-se no processo de urbanização do território que lhe deu origem. Este processo caracterizou-se por um acentuado crescimento habitacional sem a correspondente construção de equipamentos e sem a reserva de terrenos para fazer face às novas necessidades neste domínio.

A Autarquia apostou ativamente em suprimir esta situação deficitária, disseminando o equipamento de base local pelo território, de forma a satisfazer a procura atual e futura, esforçando-se ao mesmo tempo, por garantir localizações dentro dos parâmetros de centralidade e distância que as normas de planeamento recomendam. Esta atitude inscreve-se no objetivo específico “compatibilizar o ritmo de crescimento urbano e as necessidades em equipamentos, serviços e infraestruturas”.

A qualificação do território foi outro objetivo bastante conseguido através da lógica seguida na localização dos equipamentos enquanto elementos ordenadores do planeamento e do desenho urbano privilegiando ao mesmo tempo a centralidade física e simbólica destes na (re) construção da cidade.

Educação e ensino

De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos de ensino constituem um conjunto fundamental pela sua importância no processo de desenvolvimento local (acesso da população ao ensino) e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso determinante na competitividade de cidades e regiões.

A evolução do sistema educativo da Amadora reflete os efeitos do processo de reestruturação e da reforma da educação introduzidos em 1986 pela Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º115-A/98, de 4 de maio e demais normativos e recentemente com a aprovação da Lei 85/2009, de 3 de abril.

Foi a partir de 1986 que a escolaridade obrigatória passou de quatro para nove anos, estendendo-se ao antigo 3º ciclo unificado, medida que se traduziu em acréscimos importantes de alunos até meados dos anos noventa.

A Lei 85/2009 estipula o prolongamento da escolaridade obrigatória ao secundário (12 anos) ou até aos 18 anos de idade, sendo, em termos práticos, no ano letivo 2014/15 que se generaliza esta disposição fazendo com que atualmente todos os jovens estejam abrangidos pelo nível secundário de habilitação.

Este novo enquadramento legal poderá provavelmente contribuir para uma maior atratividade deste nível por si próprio e não só como plataforma de acesso ao ensino superior. Esta situação dependerá da consolidação de ofertas alternativas ao ensino regular tais como modalidades de carácter vocacional, profissional ou tecnológico.

A LBSE e a posterior aprovação do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino (Decreto-Lei n.º115-A/98, de 4 de maio) marca um ciclo de mudanças conceituais, políticas e administrativas que se traduziram na reorganização da rede escolar, no desenvolvimento da autonomia das escolas e em maior participação dos municípios.

O final da década de noventa trouxe grandes desafios e oportunidades ao desenvolvimento da Educação. A emergência da sociedade da informação reconhecidamente associada ao conhecimento e à aprendizagem ditou o papel futuro que a educação, a formação e a qualificação das pessoas assumem no sistema educativo. Este contexto influenciou as opções de política educativa nacional que os municípios seguiram.

Enunciam-se as principais transformações operadas nos últimos vinte anos no Município ao nível do processo do planeamento escolar:

Década de 90 - da escola-edifício à escola-organização

No percurso metodológico de planeamento passa-se do conceito de escola-edifício, em que a abordagem era feita ao equipamento por ciclo de escolaridade para um conceito mais alargado de escola-organização, em que esta parte da realidade do território que serve e se transforma num centro ou num nó de uma rede integrada de estabelecimentos de ensino e formação

- em 1994, durante o processo de aprovação do PDM, a DREL face aos problemas e carências com que se debatia a rede escolar do Município e à necessidade de especificar o uso dos terrenos reservados para equipamento no plano diretor, aconselha a elaboração de um documento de planeamento da rede escolar;
- em 1999 é aprovada a Carta Escolar, que ordenou o Município em nove territórios educativos e planeou a rede escolar integrando a educação pré-escolar e os três ciclos do ensino básico autonomizando o secundário. O princípio estruturante da rede escolar foi o território educativo, o que implica dentro de cada território educativo a articulação entre si de todas as escolas básicas do 1º ciclo com os jardins-de-infância e destes com o estabelecimento em que se completa a escolaridade obrigatória – 2º e 3º ciclos – constituído em escola sede.

Década de 2000 - da regulação centralizada à regulação partilhada e a uma maior responsabilidade municipal

A gestão de base territorial e a integração de ciclos abre espaço a uma intervenção mais atenta e participada dos municípios, ação esta potenciada pela responsabilidade que as Autarquias detêm ao nível do 1º ciclo. A possibilidade de alguns agrupamentos se candidatarem a contratos de autonomia reforçou o processo de descentralização ou regulação partilhada (como aconteceu nos Agrupamentos de Alfofnelos, Almeida Garrett e Cardoso Lopes).

- até 2004, a partir das nove EB2,3 e territórios educativos, foram-se constituindo os Agrupamentos de Escolas, unidades organizacionais dotadas de órgãos próprios de administração e gestão com um projeto educativo comum que operacionalizam o regime de autonomia e gestão dos estabelecimentos educativos;

- na segunda metade da década de 2000, utilizando a capacidade adicional existente em três escolas secundárias foi introduzido nestas o segundo ciclo por forma a criar mais três novos agrupamentos liderados por escolas secundárias: a EBS Azevedo Neves (2006) a EBS Mães de Água (2007) e EBS D. João V (2010);
- em 2007, a Carta Educativa avança no planeamento da rede permitindo encontrar soluções educativas locais para cumprir a política nacional. Inicia-se um novo contexto de responsabilidade local em matéria de educação. Alicerça-se a transferência de atribuições e competências na área de educação do ensino não superior para as autarquias locais e estabelece-se a partilha de encargos financeiros entre estes dois níveis de responsabilidade. Foram mobilizados significativos recursos financeiros disponibilizados pelo QREN (2007-2013) para a reorganização e qualificação do parque escolar;
- generalizou-se a educação pré-escolar na rede pública, prioridade que o Município assumiu ao criar condições para que a meta de pré-escolarização de 90% das crianças com 5 anos fosse cumprida;
- em 23 julho de 2009 é publicado o contrato de descentralização de visou transferir competências para a CMA nas áreas de: infraestruturas, pessoal não docente e atividades de enriquecimento curricular;
- no âmbito das políticas de valorização da rede do 1º ciclo, salienta-se a implementação da escola a tempo inteiro que consiste no prolongamento do horário de saída dos alunos do 1º ciclo das 15h e 30m para as 17h e 30m proporcionando-lhes o acesso a atividades de enriquecimento curricular das quais o Município é promotor;
- como medida complementar de política de apoio à família, o Município criou em articulação com as IPSS o programa Aprender e Brincar (A&B) que assegura a permanência das crianças nos jardins de infância e escolas entre as 8h e 30m e as 19h e 30m incluindo também os períodos de interrupções letivas.

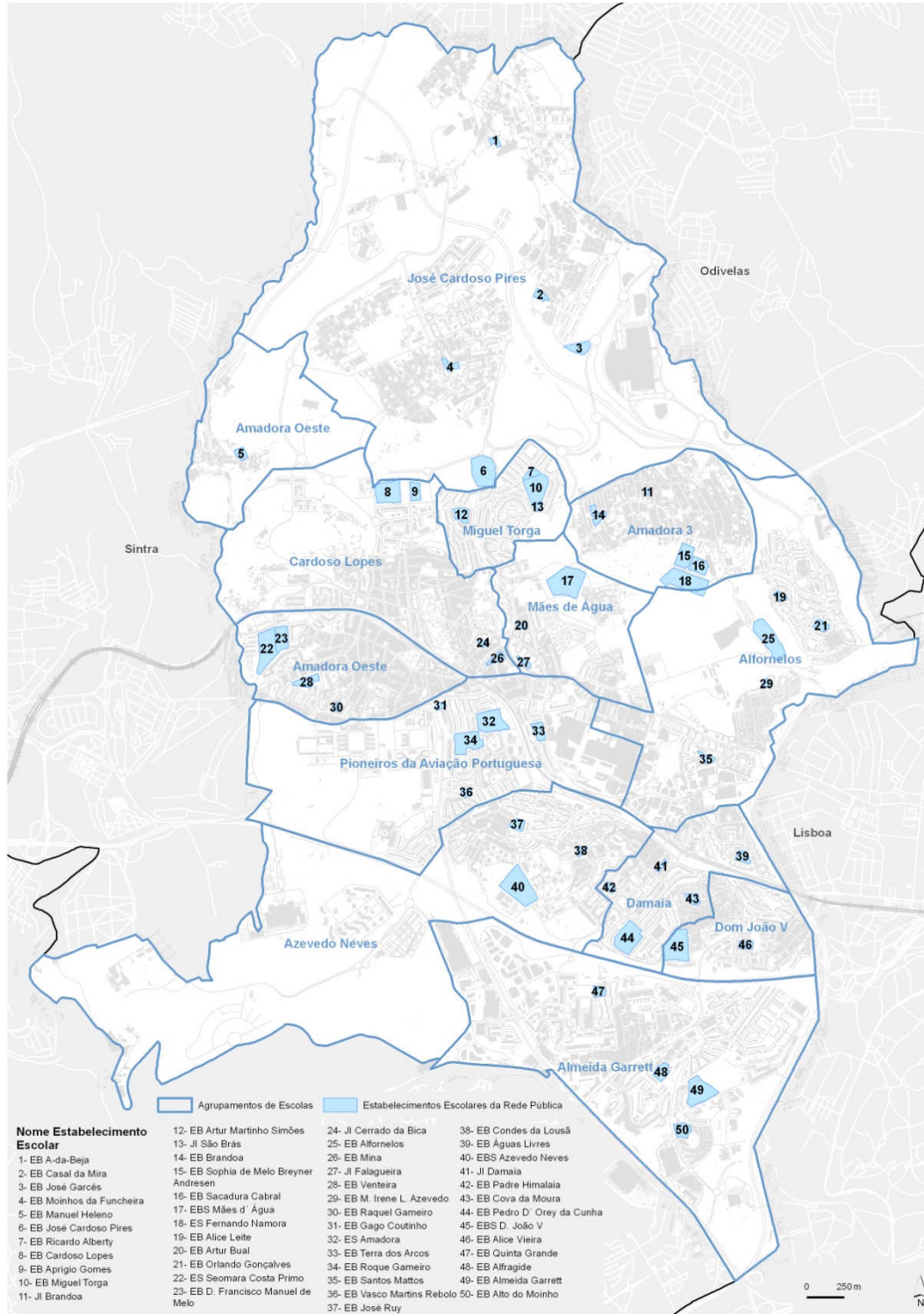
Década de 2011 - um sistema educativo mais sustentável e eficiente

Estabilizada a procura devido ao abrandamento da natalidade e feita a requalificação do parque escolar, a partir de 2011 o sistema educativo adapta-se aos doze anos da escolaridade, ajusta-se às oscilações da procura e responde às desigualdades sócio territoriais com novas modalidades de educação e ensino e novas práticas no sentido de melhorar o seu desempenho educativo. O objetivo a atingir é um sistema de ensino mais diferenciado, mais flexível e adaptável à mudança.

- a opção municipal em integrar a valência Creche como primeira etapa da educação nos Centros Escolares assegura a entrada de alunos na rede pública e incentiva as instituições solidárias na resposta às necessidades das famílias e da população empregada no Concelho;
- em 2012, o prolongamento da escolaridade obrigatória levou à proposta de reordenamento da rede educativa em oito agregações - seis territórios liderados por escolas secundárias de raiz e dois agrupamentos sedeados em duas escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico, as EB Cardoso Lopes ou José Cardoso Pires e a EB de Alfovelos, propondo-se a reconversão de um dos estabelecimentos com turmas de ensino secundário no agrupamento referido em primeiro lugar;
- conclui-se a dotação das infraestruturas de apoio: espaços adequados à prática desportiva; instalação de centro de recursos, bibliotecas e refeitórios;
- em 2013 foram homologadas três agregações (Pioneiros da Aviação Portuguesa, Amadora 3 e Amadora Oeste);
- planeia-se a rede de oferta formativa ao nível municipal. Implementa-se uma estratégia de qualificação da mão-de-obra e diversificação das saídas profissionais num quadro de parcerias com o tecido empresarial de que é exemplo a adesão ao Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional da Amadora (CQEP) funcionando em "consórcio" com 2 escolas da rede pública (Escola Secundária Dr. Azevedo Neves e Escola Secundária Seomara da Costa Primo) e duas escolas da rede privada (Escola Intercultural e das Profissões e Escola Gustave Eiffel), sendo a Câmara Municipal da Amadora a entidade promotora;
- adequa-se a dimensão e as condições das escolas à melhoria das aprendizagens, à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar. Para tal está em curso o projeto ESCXEL²⁹ – Rede de Escolas de Excelência, que se centra num projeto comum de mobilização de recursos afetos a cada parceiro para, de forma sustentada, promover processos escolares de maior qualidade e desempenhos educativos mais avançados. A excelência é entendida como a busca continuada de melhores práticas e melhores resultados, independentemente do nível de organização e de desempenho de cada uma das escolas;
- findo o ciclo de cobertura de equipamentos inicia-se no Município o ciclo da eficiência, em que a par da preocupação com o sucesso escolar e a diversificação qualificada da oferta profissional, se equaciona a implementação de ações de eficiência energética e redução de consumos no parque escolar.

²⁹ O projeto ESCXEL – Rede de Escolas de Excelência nasceu da iniciativa de um grupo de investigadores do CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa que, interpretando as grandes tendências e os grandes desafios que se colocam à educação e ao sistema de ensino em Portugal, entendem ser nas escolas e nas comunidades locais que reside o mais decisivo potencial de qualificação e de mudança social e cultural.

Figura 30
Agrupamentos de escolas



Fonte: CMA; DECS, 2014

No processo de implementação dos sucessivos instrumentos de planeamento houve a possibilidade de programar a criação, requalificação e reconversão dos estabelecimentos escolares, nomeadamente do primeiro ciclo do ensino básico e do pré-escolar.

Assim, a partir de 1999, o Município da Amadora procedeu à requalificação do parque escolar, quer da concretização de programas de ampliação, e reconversão de grande parte dos equipamentos existentes quer através da construção de novos equipamentos.

Com efeito, entre 1999 e 2014 foram requalificadas³⁰, ampliadas e equipadas vinte escolas (67%); foram construídas de raiz as escolas básicas de Casal da Mira, Ricardo Alberty, Sacadura Cabral, Aprígio Gomes, José Garcês e Mina; foram construídos de raiz jardim-de-infância em edifícios autónomos – Brandoa, Cerrado da Bica, Damaia, São Brás e Falagueira.

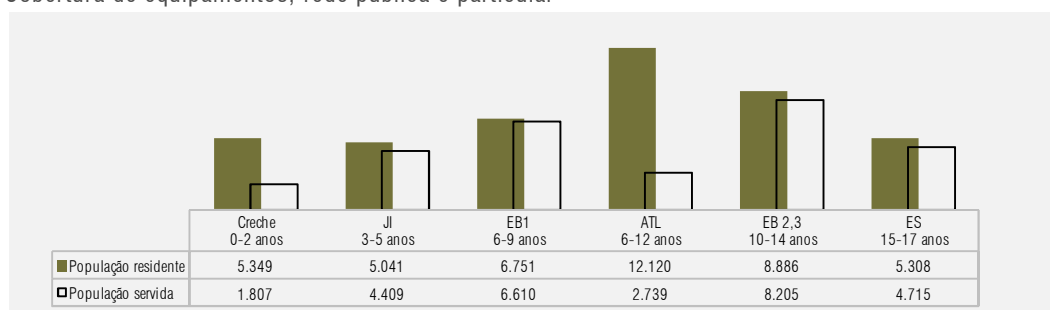
Existem 50 estabelecimentos de ensino público: 5 jardim-de-infância; 30 escolas básicas do 1º ciclo 24 das quais tem jardim-de-infância integrado; 9 escolas básicas do 2º e 3º ciclo; 5 escolas básicas e secundárias e 1 escola secundária.

Não avançaram as escolas programadas para a Serra da Carnaxide e Atalaia por insuficiência de limiar populacional, o que se deve ao muito lento processo de ocupação das urbanizações, acabando por a capacidade instalada no Concelho satisfazer a procura atual.

Em todo este processo progrediu-se significativamente nas condições de serviço prestado no ensino público, na expansão do pré-escolar em estabelecimentos independentes e integrados³¹ em escolas básicas do 1º ciclo, assegurando progressivamente nas escolas as atividades de enriquecimento curricular e o acompanhamento dos tempos livres através do programa Aprender e Brincar.

Ao nível da educação e ensino, verifica-se de ano para ano, fruto da quebra da natalidade, um ajustamento gradual entre a procura e a oferta, o que se traduz necessariamente numa cobertura mais favorável.

Figura 31
Cobertura de equipamentos, rede pública e particular



Fonte: INE, Censos 2011 e CMA, DEDS/DSE com tratamento DIG

³⁰ As ações de beneficiação que ocorreram em todos os estabelecimentos não foram programadas em Carta Educativa, inserem-se na gestão do parque escolar
³¹ Em 2014 existem 26 EB1 com JI integrado e o programa “Aprender a Brincar” está acessível a todos os alunos de pré-escolar e 1º ciclo.

Em 2014:

- as crianças da Amadora (87%) entre os três e os cinco anos têm a possibilidade de frequentar a educação pré-escolar pública e privada. Sublinha-se que a capacidade instalada da rede pública serve e supera toda a procura gerada pelas crianças residentes com a idade de cinco anos;
- existe capacidade para escolarizar todas as crianças em idade escolar. Cerca de 98% frequentam o 1º ciclo nas escolas do Concelho, destas 87% frequentam a rede pública e 23% da população escolar entre os seis e os doze anos beneficiam de acompanhamento de tempos livres nas redes solidária e autárquica, existindo esta valência integrada no estabelecimento escolar em todas as escolas do 1º ciclo e em todos os jardins-de-infância. Se considerarmos o Programa Aprender & Brincar, dirigido aos tempos livres do pré-escolar e primeiro ciclo da rede pública este detém uma cobertura de 29%.

Relativamente ao 2º e 3º ciclo do ensino básico, 87% frequenta a rede pública dirigindo-se os restantes alunos para o ensino particular ou ensino profissional do Município ou concelhos limítrofes. Por seu turno, as escolas secundárias acolhem 71% da população residente com idade para frequentar o ensino secundário nas suas várias modalidades.

Importa referir que as vias profissionalizantes tanto no nível básico como no nível secundário apresentam um crescimento significativo atingindo só no secundário em 2011/12 42,8% dos alunos matriculados.

No que respeita ao equipamento desportivo escolar atingiu-se uma cobertura de 97% respetivamente nos estabelecimentos do 1º ciclo, 89% nas escolas do 2º e 3º ciclo e 100% em todas as escolas secundárias o que permite a prática da educação física em recintos adequados.

Com o objetivo de dar a conhecer a evolução entre 1994 e 2014, no que se refere à cobertura de equipamentos de base local, nomeadamente Creche, Jardim de Infância, Ensino Básico, Secundário e Centro de Atividades de Tempos Livres, elaborou-se um quadro síntese que seguidamente se apresenta.

O horizonte temporal do PDM corresponde a anos de profundas alterações quantitativas e qualitativas no sistema educativo dos quais se destacam a universalização do pré-escolar público, a qualificação física e funcional do parque escolar e o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos.

Quadro 38

Evolução dos indicadores do sistema educativo

| INDICADORES | 1993/94 | 2013/14 |
|--|---------|---------|
| Nº salas de JI, rede autárquica e pública | 17 | 73 |
| Nº salas de aula de EB1, rede pública | 243 | 278 |
| Nº alunos /professor nº 1º ciclo, rede pública | 19 | 16 |
| Nº alunos /turma nº 1º ciclo, rede pública | 21 | 22 |
| Salas em regime normal | 51% | 100% |
| JI e EB1 equipados com refeitório | 55% | 100% |
| EB1 com prática desportiva em instalações cobertas no edifício | 50% | 97% |
| Taxa bruta de escolarização 1º ciclo, rede pública | 86% | 87% |
| Taxa de retenção e desistência no 1º ciclo | 13% | 7,1% |
| Taxa bruta de pré-escolarização, rede pública e privada | 23% | 87% |
| Taxa de cobertura em ATL | 14% | 28% |
| Taxa de cobertura em Creche | 5% | 34% |
| Nº alunos/turma nos 2º e 3º ciclo | 24 | 22 |
| Taxa média de ocupação das EB2,3, rede pública | 142% | 83% |
| Taxa bruta de escolarização nos 2º e 3º ciclo, rede pública | 93% | 87% |
| Taxa média de retenção e desistência nos 2º e 3º ciclo | 20% | 21% |
| EB2,3 com ginásio/pavilhão desportivo | 38% | 89% |
| Nº alunos/turma no secundário | 26 | 21 |
| Taxa média de ocupação das escolas secundárias | 155% | 81% |
| Taxa bruta de escolarização no secundário, rede pública | 58% | 71% |
| Taxa de retenção e desistência no Secundário | 28% | 29,4% |
| ES com ginásio/pavilhão desportivo | 17% | 100% |

Nota: Taxas de retenção referem-se a 2012/13

Fonte: CMA, DEDS/DSE e DGEEC, Estatísticas da Educação, com tratamento DIG

O ciclo continuado de planeamento e gestão do sistema educativo sob coordenação partilhada do Ministério da Educação, Município e Agrupamentos do Concelho tem implementado o modelo de desenvolvimento orientador da política educativa. O alargamento do sistema educativo dos três aos dezoito anos, a promoção do sucesso escolar, as ofertas alternativas ao ensino regular nas modalidades de caráter vocacional, profissional ou tecnológico, a aprendizagem ao longo da vida, o papel central da Escola num quadro de autonomia são eixos que guiados pela estratégia de desenvolvimento do Município continuarão a constituir o quadro de referência da política educativa.

A oferta de salas de pré-escolar da rede pública quadruplicou. Em 2013/14, a rede pública proporciona o acesso ao pré-escolar a 34% da população entre os 3 e os 5 anos, elevando-se esta cobertura para 87% se contarmos com a frequência conhecida da rede particular. A integração desta valência nas escolas públicas aumentou progressivamente a taxa de ingresso no 1º ciclo.

O número médio de alunos por turma e por professor atualmente praticados permite boas condições de aprendizagem tanto no ensino básico, como no secundário. A taxa média de ocupação das escolas do ensino básico e secundário superior a 100% em 1994 foi-se aproximando do valor recomendado, existindo atualmente capacidade adicional na maioria dos estabelecimentos.

Todos os alunos têm acesso a serviço de refeitório nos estabelecimentos de ensino; praticamente a totalidade dos alunos do básico e secundário têm acesso à prática de educação física em instalações adequadas para o desempenho das diferentes atividades desportivas; todas as escolas dispõem de biblioteca e de equipamento informático.

A taxa de cobertura de creche, considerada como primeira etapa da educação ao ser integrada nos novos centros escolares, evoluiu favoravelmente no tempo mas é insuficiente para satisfazer a procura num Município onde 47,8% das mulheres exercem uma profissão fora de casa.

O reconhecimento do nível de rendimento e aproveitamento escolares do Município abaixo da média da região, para o qual contribuem fatores como nível de escolaridade das famílias, condicionalismos sociais e económicos da população residente e o défice de capital humano já descritos em capítulo anterior, está patente na constituição de TEIPs por parte do ME em cerca de 50% dos agrupamentos de escolas do Município.

O alargamento, o serviço prestado e a integração das redes permitem fechar o ciclo da cobertura e passar ao ciclo da eficiência. Comprova-o a vontade de melhorar o desempenho, uma vez que o Município apresentando taxas de retenção e desistência elevadas apostou na integração na rede Escxel, projeto de mobilização de recursos para promover processos escolares de maior qualidade e desempenhos educativos mais avançados.

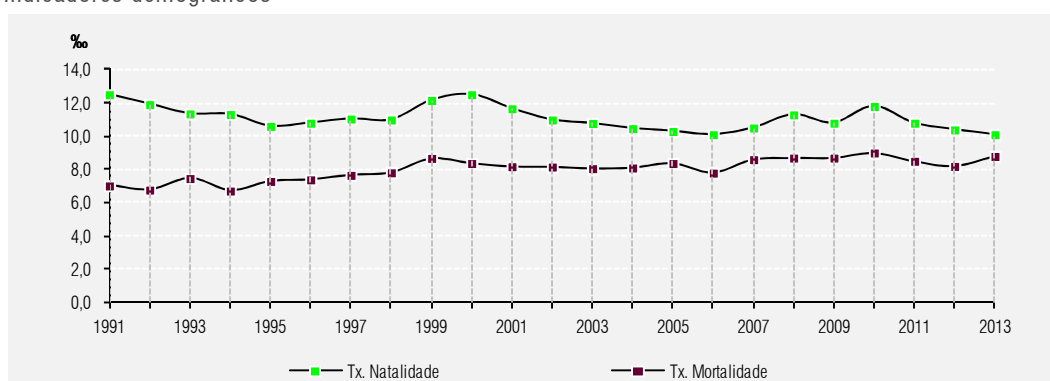
No âmbito do alargamento e diversificação de ofertas educativas, de que é exemplo o projeto de adesão ao Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional da Amadora (CQEP), pretende-se afirmar o Município como um território educativo profissionalizante com vista a implementar um programa de ensino profissional coerente, adequado à base de competência regional e tecnologias dominantes.

Em termos prospetivos, no que se refere ao número de alunos, as previsões, contando com o alargamento da escolaridade obrigatória, a quebra da natalidade e os fluxos migratórios apontam para um decréscimo de 20% alunos no 2º e 3º ciclos e de ensino secundário até 2018.

Segurança social e saúde

O envelhecimento da população constitui um dos aspetos mais marcantes da evolução demográfica recente do Concelho, pelo que a avaliação prospetiva da rede de equipamentos sociais se vai centrar nas respostas dirigidas à população idosa. Salvaguarda-se que a área da infância e juventude com as correspondentes coberturas em creche e atividades de tempos livres foram já tratadas no ponto dedicado à educação e ensino.

Figura 32
Indicadores demográficos



Fonte: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991, 2001 e 2011; Estimativas da População Residente e Estatísticas Demográficas.

A dimensão social associada às respostas dedicadas aos problemas da população idosa justifica conhecer a trajetória demográfica ocorrida nos últimos vinte anos:

- acentuou-se o peso dos idosos que mais que duplicou (de 15.841 para 32.742) e reduziu-se a importância dos jovens (-26%) no total da população devido à redução da mortalidade e à redução da fecundidade evolução comprovada pela aproximação progressiva entre as curvas descritas pelas taxas anuais da natalidade e da mortalidade. Contudo, a melhor constatação para esta mudança profunda é a evolução do índice de envelhecimento que passou de 45 em 1994 para 126 idosos por cem jovens até aos catorze anos em 2011;
- o grupo dos idosos mais velhos tem vindo a reforçar o seu peso estatístico, a população com 75 e mais anos representa 42% dos idosos em 2011. O aumento do grupo dos mais velhos repercute-se a curto prazo, estando dependente do grau de longevidade da população. A esperança média de vida à nascença na Grande Lisboa é de 79,6 anos, o Plano Local de Saúde estimou o mesmo indicador em 78,2 anos para o Município;
- o grupo dos indivíduos em idade ativa também está em envelhecer. As idades mais jovens entre os 15 e 24 anos tiveram uma quebra de 34% e os indivíduos entre os 25 e 64 anos diminuiram 4,5%;

- a estrutura familiar ainda predominante “casal com filhos” (54%) começa a perder importância relativa perante a relevância das famílias unipessoais (27,4%), sobretudo 11% destas que são constituídas por idosos vivem sós, (existem 7.703 alojamentos habitados por 1 pessoa com 65 e +anos);
- cerca de 58% das pessoas com mais de quinze anos que não possui nenhum nível de escolaridade tem 65 e mais anos. O nível de escolaridade mais representado neste grupo é o ensino básico com 33%;
- o valor médio mensal das pensões de segurança social é de 406 euros e o número de pensionistas (velhice e sobrevivência) é de 42.886 em 31/12/2012, o que significa que existem 411 pensionistas por mil habitantes em idade ativa. O risco de pobreza das pessoas que vivem sós é maior, uma vez que o limiar da pobreza estipulado para Portugal se situa nos 421 euros³².

Perspetivas Populacionais:

Estudos prospetivos apontam para o envelhecimento da população portuguesa, mesmo que os níveis de fecundidade aumentem e os saldos migratórios sejam positivos.

Considerando as projeções demográficas INE 2012-2060 para Portugal:

- a população residente tenderá a diminuir em qualquer dos cenários de projeção. No cenário denominado central (associa as hipóteses de evolução central para a fecundidade e para a mortalidade e a otimista para as migrações) a população diminui de 10,5 milhões de pessoas em 2012 para 8,6 milhões de pessoas, em 2060;
- no mesmo cenário, a região de Lisboa perde cerca de 176.000 (-6,2%) habitantes e perspectiva-se uma diminuição de 40% dos jovens e um aumento de 54% dos idosos. Pode considerar-se esta projeção para o Município da Amadora, uma vez que até agora tem acompanhado estatisticamente a região.

Considerando as perspetivas populacionais PROT-AML para 2021:

- de acordo com o cenário mais desejável para a AML (Hipótese 2 – Antecipação: crescimento moderado e reforço do equilíbrio demográfico interno) que se baseou numa tendência de estabilização da mortalidade e da fecundidade e na atenuação da taxa migratória negativa em 50% espera-se para a Amadora uma população de cerca de 168 000 habitantes (-4% face a 2011);
- a par do decréscimo populacional perspectiva-se para 2021 na Grande Lisboa uma estrutura demográfica com um peso médio de 21% para grupo dos 65 e mais anos e de 15% para o grupo dos jovens até aos 14 anos, proporções médias que se podem esperar para a Amadora uma vez que nas últimas décadas apresenta uma distribuição etária muito semelhante à Grande Lisboa.

Portanto, as transformações demográficas a par do impacto da emigração perspectivam o decréscimo da população e o agravamento do envelhecimento com consequências no surgimento de novos problemas sociais que exigem novas respostas.

³² Observatório das Desigualdades, 2010

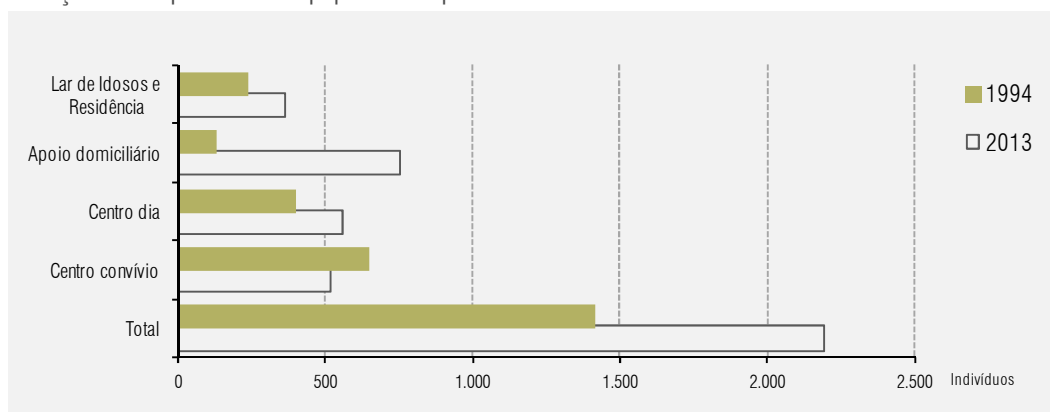
Respostas Sociais

A situação do envelhecimento leva-nos a equacionar no âmbito da proteção social dois aspetos: por um lado os idosos são grupos mais vulneráveis à pobreza pelos baixos valores das proteções sociais (em vinte anos o número de pensionistas por velhice, invalidez e sobrevivência aumentou 51%)³³ e por outro a sua qualidade de vida depende dos apoios formais e informais disponíveis na comunidade.

Importa referir que a oferta de equipamentos de idosos no Concelho é insuficiente para fazer face às necessidades conhecidas. Embora tenha havido uma evolução positiva do número de unidades, de 36 para 49, e da respetiva frequência (+55%) a taxa de cobertura efetiva diminuiu de 9% para 7%.

Figura 33

Evolução da frequência em equipamentos para idosos



Fonte: Carta Social consultada em 18-11-2014

Esta quebra é motivada pelo aumento da procura que corresponde à totalidade da população com idade superior a sessenta e cinco anos, determinando que apenas 7% dos idosos beneficiem das respostas sociais específicas dos equipamentos para 3ª idade.

A valência "Estrutura Residencial para Idosos" - lar e residência, embora genericamente se tenha qualificado e aumentado a sua frequência em 51% é aquela onde se verifica maior carência, traduzida num número elevado de inscritos em lista de espera. De referir que a crescente oferta de centros de dia (+40%) foi amplamente complementada com o serviço integrado de apoio domiciliário que sextuplicou a oferta, tendo contribuído para atenuar a insuficiência referida.

³³ Se consideramos apenas as pensões por velhice, a variação sobe para 89%, em linha com o ritmo do envelhecimento.

O Município, ao longo do período considerado preocupou-se em resolver o subequipamento ao nível da infância e juventude, nas valências respetivas e tem privilegiado nos últimos anos a reserva urbanística de terrenos e apoiado a programação de equipamentos de apoio à terceira idade, incentivando para tal iniciativas dos diversos agentes públicos e privados, sendo sido exemplos:

- o Centro Intergeracional da Quinta de S. Miguel, tipologia de respostas integradas que combina lar de crianças e jovens, creche, centro de dia e apoio domiciliário;
- a Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia com 30 camas;
- o Equipamento AFID, espaço intergeracional com uma estrutura residencial para pessoas idosas com capacidade para 60 pessoas, creche com capacidade para 33 crianças e Serviço de Apoio Domiciliário para 50 novos utentes;
- a Unidade Residencial Aristides Sousa Mendes com 42 alojamentos que incorpora um centro de dia para 52 utentes com todos os serviços inerentes incluindo apoio médico;
- o Serviço de Apoio ao Cuidador Informal com 9 quartos destinados a pessoas acamadas ou com grande dependência.

Os equipamentos construídos nos últimos anos enquadram-se maioritariamente no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (Portaria n.º426/2006, de 2 de maio) que assentava em dois pilares – o planeamento territorial, que privilegiava áreas com baixa cobertura e o estímulo ao investimento privado, relevando os projetos que recorriam a financiamento próprio concretizado através de parcerias entre as instituições e os seus parceiros locais.

O modelo de intervenção social no Município da Amadora

Tão importante como a rede de equipamentos existentes e a oferta de serviços é o modelo de intervenção social implementado no Município da Amadora, porque dele depende a eficiência das respostas.

Nos últimos vinte anos evoluiu-se de um trabalho social isolado, com resolução caso a caso e unilateralmente por cada instituição para um trabalho em rede, tendo em 2003 o Município da Amadora aderido à Rede Social fundada no reconhecimento na riqueza e a diversidade do trabalho das várias instituições e na experiência em parceria adquirida do desenvolvimento de vários programas e projetos.

Neste contexto de rede alicerça-se um trabalho de parceria alargada que permite o planeamento e realização de atividades concertadas e a rentabilização e otimização dos recursos disponíveis no território.

No período de tempo considerado o Município tem sido promotor de projetos diferenciados em parceria com o conjunto de instituições no sentido de melhorar a intervenção junto da população mais vulnerável, salientando-se os seguintes:

- o AMASENIOR – Apoio alimentar aos fins-de-semana, que permite que seniores integrados em resposta social de serviço de apoio domiciliário ou centro de dia, tenham asseguradas as refeições aos fins-de-semana e feriados - 7 dias por semana;
- o Sistema Telefónico de Assistência Permanente, que permite prevenir situações de risco social e combater o isolamento e a solidão; a Linha Municipal de Saúde, que é um complemento ao nível dos serviços de saúde, permitindo acesso a consultas médicas no domicílio em período noturno e aos fins-de-semana, para seniores portadores do Cartão Amadora 65+;
- a Oficina Multisserviços, que realiza pequenas obras/reparações em casa dos seniores e/ou pessoas com dependência;
- o Banco Municipal de Ajudas Técnicas, que pretende melhorar as condições de vida de população em situação de dependência através da disponibilização de ajudas técnicas adequadas às necessidades apresentadas.

Importa destacar no quadro da atual crise económica e financeira, a iniciativa municipal marcada por uma forte responsabilização na área da ação social que consistiu na criação de:

- o Fundo para a Coesão Social Municipal, em setembro de 2011, que se destina à concessão de apoios sociais a grupos desfavorecidos da população, nomeadamente em situações de emergência social, assumindo a Autarquia uma estratégia de subsidiariedade ao criar respostas que atenuam os efeitos da conjuntura económica adversa.

Da elaboração do Diagnóstico Social, 2004, transparece a duplicação da intervenção sobre os grupos mais vulneráveis da população, pelo que em 2006 foi implementada a metodologia de atendimento e acompanhamento social integrado em resultado de uma candidatura ao PROGRIDE.

Este atendimento integrado tem como parceiros o Instituto de Segurança Social (ISS, I.P.) – Centro Distrital e as Juntas de Freguesia, coloca no centro da intervenção o indivíduo/família que se encontra em situação de vulnerabilidade social, rentabiliza os recursos humanos e financeiros existentes no território ao evitar a duplicação de intervenção e melhora a articulação funcional entre as entidades com responsabilidades no atendimento.

Refere-se a título exemplificativo que em 2013 foram realizados 1.608 atendimentos de 1ª linha e 1.118 acompanhamentos sociais (2ª linha) ou seja 70% dos processos que entraram no atendimento ficam a ser acompanhados por um técnico gestor de caso.

Portugal é atualmente um dos países mais envelhecidos do espaço europeu e do mundo. Estas alterações profundas no perfil etário deram-se fundamentalmente nas décadas mais recentes. Atualmente no Concelho o grupo dos 65 e mais anos contém mais pessoas que o grupo dos jovens situação que aconteceu pela primeira vez no ano de 2001.

A evolução da oferta de equipamentos de idosos não acompanhou o aumento da procura tendo a taxa de cobertura diminuído de 9% para 7%.

Portugal é o país mais assimétrico da Europa em desigualdade social. Uma em cada cinco pessoas é considerada pobre e uma em cada três pessoas com mais de 65 anos vive só e é considerada pobre.

A saúde é apontada com um problema pela necessidade de cuidados e agravamento das despesas públicas. Com o envelhecimento, sobretudo com o aumento de indivíduos com 80 e mais anos ampliam-se as necessidades e a procura de cuidados de saúde, a par de uma perda progressiva de autonomia e maior dependência de apoio familiar ou social. A partir do perfil de saúde da Amadora, o Plano Local de Saúde definiu prioridades e estratégias para a morbilidade e mortalidade para todos os grupos alvo que será importante aprofundar para o grupo dos idosos.

A solidão e o isolamento social são situações críticas, uma vez que é já significativo o número de núcleos familiares constituídos unicamente por idosos ou por uma única pessoa de 65 e mais anos. À situação de viuvez, junta-se muitas vezes a distância física dos membros da mesma família e as dificuldades de ser idoso na cidade, facto que se prende com o estado de conservação e acessibilidade da habitação (cerca de 40% dos edifícios apresentam necessidades de reparação e só 23% são acessíveis através de cadeira de rodas até ao alojamento). Andar ou subir degraus e ver são as dificuldades mais sentidas (46%) pelas pessoas com idade superior a 65 anos.

A precaridade económica tenderá a aumentar quando se pensa numa sociedade futura constituída por idosos com características idênticas às dos idosos atuais: menos instruídos e mais vulneráveis financeiramente do que a população total. O risco de pobreza das pessoas que vivem sós é grande, uma vez que o valor médio das pensões de segurança social dos residentes é inferior ao limiar da pobreza estipulado para Portugal. A profunda crise económica que o nosso país hoje atravessa e as respostas que as autoridades económicas têm ensaiado para a ultrapassar podem acentuar o empobrecimento da população idosa e aumentar as desigualdades na generalidade dos grupos socioeconómicos.

Saúde

A interligação entre os domínios da Ação Social e Saúde é incontornável, tornando-se, em muitos casos, difícil de os dissociar pelo que o planeamento do sector de equipamentos de segurança social, nomeadamente para a terceira idade, e do sector da saúde deve ser equacionado em conjunto.

Entre 1994 e 2014:

- a rede de equipamentos foi completada com a construção do Hospital Fernando da Fonseca em 1995, com a construção da Extensão da Brandoa em 1996, do Centro de Saúde da Damaia em 2000, o Hospital da Luz/Centro Clínico da Amadora em 2009 e a Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia com uma oferta de trinta camas em 2013.
- em 2002 o Município elaborou a Carta de Equipamentos de Saúde a fim de conhecer a rede de equipamentos no domínio da saúde, participar no seu planeamento e na execução da política de saúde em conformidade com as competências definidas para as Autarquias Locais estabelecida no artigo 22.º na Lei n.º159/99, de 14 de setembro. Evidenciam-se as necessidades identificadas na Carta de Equipamentos de Saúde do Município da Amadora, que devido à implementação da Reforma dos Cuidados Primários de Saúde e adoção de medidas de contenção da despesa não foram concretizadas:
 - uma unidade de retaguarda hospitalar
 - uma unidade de apoio integrado com cuidados paliativos
 - substituição do Centro de Saúde da Reboleira, com localização proposta
 - substituição da Extensão de Saúde da Buraca, com localização proposta
 - criação do Centro de Saúde de São Brás. Foi construída em sua substituição a Unidade de Saúde Familiar Ribeiro Sanches, com instalações definitivas previstas a curto prazo.
- em 2008 é criado o Agrupamento de Centros de Saúde da Amadora, ACES VII, do Serviço Nacional de Saúde. Neste contexto os cuidados de saúde primários são o pilar central do sistema de saúde e o Centro de Saúde (CS) constitui a entidade enquadradora das Unidades de Saúde Familiar (USF), obedecendo aos princípios seguintes: (a) pequenas equipas multiprofissionais e auto-organizadas; (b) autonomia organizativa funcional e técnica; (c) contratualização de uma carteira básica de serviços; (d) meios de diagnóstico descentralizados; (e) sistema retributivo que premeie a produtividade, acessibilidade e qualidade.

Oferta e procura de serviços de saúde

O ACES Amadora é constituído pelos centros de Saúde da Amadora, Reboleira, Venda Nova e respetivas extensões, inclui 6 Unidades de Saúde Familiar, 3 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, 1 Centro de Diagnóstico Pneumológico, 1 Unidade de Cuidados na Comunidade, 1 Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados e 1 Unidade de Saúde Pública, num total de 202.834 utentes inscritos e 151.740 frequentadores (dados de 29/01/2013). Segundo o plano de desempenho do ACES da Amadora para 2013, 24% dos utentes inscritos não dispunham de médico de família atribuído, posicionando-se como o terceiro agrupamento de centros de saúde com maior número de utentes sem médico.

Esta insuficiência manifesta-se no número de médicos por mil habitantes, de 2,9, muito inferior à média verificada na região de Lisboa, de 5,7 e configura uma barreira de acesso aos cuidados primários de saúde.

O Hospital Professor Doutor Fernando da Fonseca (HFF) é o hospital de referência para o Concelho da Amadora, está inserido na Grande Lisboa e a sua área de influência abrange os concelhos de Sintra e Amadora, com uma população de 552.807 habitantes (INE, 2011). Anualmente contabiliza mais de 250 mil episódios de urgência e mais de 50 mil internamentos.

Existem outras instituições privadas de saúde como a Clínica de Santo António e a Clínica da Luz que pelo seu elevado número de convenções e pelo variado leque de serviços que oferecem ao nível dos cuidados primários e diferenciados colmatam o défice público, tanto no Concelho como na área de influência mais próxima. Em complemento existem outras instituições particulares de solidariedade social como o Vigilante e a Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável (AJPAS) que respetivamente no primeiro caso presta cuidados de medicina curativa, preventiva e de reabilitação e no segundo desenvolve a atividade nas áreas da saúde pública e social, intervindo junto da comunidade, quer em projetos de promoção da saúde e prevenção da doença.

Salienta-se que o padrão da morbilidade no país e no Município tem vindo a alterar-se, quer por consequência do envelhecimento da população residente o que reforça a incidência de doenças crónico-degenerativas, quer pela emergência de doenças infecto-contagiosas algumas das quais específicas da população imigrante.

Neste quadro sublinha-se a necessidade de reforço das respostas ao nível da continuidade de cuidados, as quais, em princípio, se dirigem a utentes que já não necessitam de cuidados hospitalares, mas continuam a precisar de vigilância médica e de cuidados de enfermagem. Também a componente de reabilitação será basilar na edificação da estrutura de cuidados permitindo atuar junto do doente, centrando todos os cuidados necessários à manutenção do seu bem-estar.

Refere-se igualmente que o processo de desenvolvimento municipal no domínio da Saúde assenta em eixos fundamentais como a promoção e educação para a saúde, a educação e a organização para a participação comunitária e é suportado pelo conjunto das infraestruturas que operam nesta área, direta ou indiretamente relacionadas.

Neste quadro, o Município integra desde 1993 a rede internacional do Projeto Cidades Saudáveis da Organização Mundial da Saúde, o que traduz o compromisso dos responsáveis locais com a melhoria da saúde dos cidadãos através da concretização de uma política pública saudável.

A programação de iniciativas que favorecem a saúde da população, através da adoção de estilos de vida saudáveis, da prevenção dos comportamentos de risco, do desenvolvimento dos determinantes sociais da saúde e dos fatores ambientais que em meio urbano afetam a população têm sido uma das prioridades do Município da Amadora.

Plano local de saúde

Num quadro de estabilização de recursos e assente na cooperação das entidades que integram o sistema local de saúde foi aprovado o Plano Local de Saúde (PLS) 2014-2016, cujas orientações têm em vista o fim último da melhoria do estado de saúde da população da Amadora, propondo intervenções mais adequadas e quantificando metas a alcançar. Para a definição deste plano contribuiu o Perfil de Saúde que descreveu qualitativa e quantitativamente a saúde dos cidadãos comparativamente à região e ao país, bem como os fatores que a determinam. Os indicadores de morbilidade e as taxas de mortalidade determinados para o Município levaram à identificação dos principais problemas de saúde tendo sido priorizados no âmbito do PLS: o VIH/SIDA, Tuberculose, Cancro e Diabetes Mellitus.

Destaca-se ainda a taxa de mortalidade infantil (quinquenal 2008-2012) de 7,2%o muito superior à verificada na região de Lisboa, de 3,7%o. Em termos de saúde materno-infantil a Amadora apresenta uma proporção de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos e de recém-nascidos com baixo peso superior à região, o que associado a baixas condições socio económicas determina maior mortalidade infantil à custa da componente pós-neonatal.

Perante os objetivos quantificados no PLS relativamente a cada problema foram definidas orientações transversais, destacando-se a criação de uma plataforma de cooperação entre os prestadores de cuidados de saúde (serviço nacional de saúde, prestadores privados, Município e organizações não governamentais) no sentido de tornar mais eficiente a estratégia de saúde global para a Amadora.

No âmbito da qualificação da rede de equipamentos, estão previstas a substituição do Centro de Saúde da Reboleira e da Extensão da Buraca, para os quais existe reserva de terrenos para a respetiva instalação bem como a realocação definitiva da USF Ribeiro Sanches.

Ao nível funcional, o agrupamento dos centros de saúde contribuiu para a organização de um sistema local de saúde, tendo criado condições para o reforço das articulações funcionais entre centros de saúde, hospital e outras instituições públicas e privadas com intervenção direta ou indireta no domínio da saúde.

Cumulativamente ao necessário reforço da rede de saúde local em cuidados continuados e de reabilitação como resposta ao envelhecimento demográfico, o Município aposta no trabalho de parcerias para a saúde, de que o Plano Local de Saúde é exemplo. O modelo de planeamento local seguido no Município tem conduzido ao ajustamento das estratégias de saúde nacionais e regionais ao contexto local, ao envolvimento da comunidade e dos utentes na priorização dos problemas e no desenho das soluções alterando por vezes as prioridades feitas só pelos profissionais de saúde.

O investimento municipal na prevenção da doença e na promoção e proteção da saúde está ainda presente na qualificação do território, na melhoria do ambiente urbano (dotação de espaços verdes, pistas de caminhada, etc.), na promoção de uma vida saudável através de programas de educação para a saúde nas escolas, de iniciativas municipais de exercício físico e sobre alimentação saudável e livre de dependências nocivas à saúde.

A colaboração do Município fortalece decisivamente o sistema local de saúde pela possibilidade de planear de forma integrada as respostas aos problemas nas suas várias dimensões, assegurando pelo seu âmbito territorial a participação das instituições e dos cidadãos nos objetivos de saúde da Amadora.

No âmbito da educação para a Saúde Escolar está em desenvolvimento o Programa Nacional de Saúde, que visa promover a adoção de estilos de vida saudáveis e a inclusão de crianças e jovens com necessidades de saúde especiais.

Desporto

Tendo em conta a situação de subequipamento estrutural do território que o Município herdou, as opções de política neste domínio recaíram sobre as necessidades de espaços de desporto e lazer de base local e a dinamização da política desportiva municipal em articulação com outras atividades.

As normas de planeamento constituíram apenas um quadro de referência do processo de planeamento, no âmbito do qual se programaram novas localizações ou se fez a afetação de terrenos às diferentes tipologias de forma a apoiar formal ou informalmente a prática de desporto. Sublinha-se que na Amadora a continuidade do tecido urbano permite otimizar a utilização dos equipamentos. Ou seja, tem sido possível assegurar localizações centrais face a áreas de influência potenciais que servem um maior número de residentes e garantem tempos de percurso habitação/equipamentos não muito elevados, que estimulam a procura.

Nos vinte anos de vigência do PDM, paralelamente à programação de equipamentos em novas urbanizações a Autarquia definiu medidas de política que pretendeu implementar neste domínio e que consistiram em:

- requalificação e renovação da rede de infraestruturas desportivas;
- novas funcionalidades desportivas em áreas de lazer;
- apoio à formação desportiva;
- educação física e desporto escolar.

Requalificação e renovação da rede de infraestruturas desportivas

O desenvolvimento do parque desportivo municipal ficou fortemente marcado por uma difusão de polidesportivos descobertos na malha urbana do Concelho, particularmente acentuada na segunda metade da década de 80. Se bem que a oferta desta tipologia de equipamentos se encontre atualmente desatualizada, por efeito da qualificação da procura, a sua existência acompanhou a viragem do século à semelhança do que aconteceu com outros equipamentos de proximidade, nomeadamente, os pequenos planos de água.

Nesta lógica e numa primeira fase procedeu-se à requalificação e renovação da rede de infraestruturas desportivas. A partir da análise da evolução da estrutura demográfica e urbana e da procura desportiva local, foram implementadas as seguintes opções:

- conclusão da rede de tanques de aprendizagem de natação, através da construção das piscinas da Venteira e da Buraca;

- manutenção integral de pequenos campos de jogos nomeadamente no que concerne aos requisitos de segurança de equipamentos desportivos, de acordo com o Decreto-Lei n.º100/2003, de 23 de maio, com as alterações do Decreto-Lei n.º82/2004, de 14 de abril;
- edificação de equipamentos desportivos de base em novos espaços residenciais – Polidesportivo dos Moinhos da Funcheira (Urbanização Pimenta e Rendeiro – Serra da Mira), Polidesportivo do Casal da Boba, Polidesportivo da Quinta Grande;
- demolição de instalações desportivas devolutas e de reduzida funcionalidade – Polidesportivo de A-da-Beja e Polidesportivo do Neudel;
- remodelação e recuperação de espaços desportivos descobertos – Polidesportivo da Parreirinha e Polidesportivo da Cova da Moura.

O desenvolvimento de projetos operacionais em territórios urbanos específicos do Concelho da Amadora, nomeadamente os programas URBAN I, II e PROQUAL, viabilizaram um investimento ao nível das infraestruturas desportivas, com o suporte de fundos comunitários, através da construção pavilhão José Torres na Damaia, da reconstrução do Polidesportivo da Cova da Moura e mais da tarde da sua cobertura em tela tensada, do polidesportivo do Parque do Zambujal, e do pavilhão polivalente no Fórum Luís de Camões na Brandoa. Ainda no âmbito do programa PROQUAL foi construído o pavilhão da EB1/JI Sacadura Cabral, na Brandoa, numa lógica seguida para as novas escolas do 1º ciclo do ensino básico que passaram a ficar apetrechadas com espaços desportivos cobertos de dimensão significativa. Enquadram-se neste caso, a EB 1/JI do Casal da Mira, a EB 1/JI Aprígio Gomes e a EB 1/JI da Mina.

Com vista a suprir a oferta de infraestruturas em áreas desfavorecidas do Concelho, a assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal da Amadora, o Instituto do Desporto de Portugal, a Federação Portuguesa de Futebol e a Associação de Futebol de Lisboa viabilizou a implantação de dois mini-campos multiusos, sítios no Casal da Mira e no Zambujal.

Mais recentemente, e no sentido de criar mais um fator de atratividade para o Concelho da Amadora foi construído o Sky Skate Amadora Parque dotado de uma rampa de neve e de uma rampa half-pipe para skate.

A entrada em funcionamento regular do Complexo Desportivo Municipal Monte da Galega abriu à população geral e ao movimento associativo desportivo o acesso a uma infraestrutura de base municipal e supra municipal, com funcionalidades ao nível da prática formal do futebol e do atletismo e simultaneamente, da corrida e da marcha nas vertentes recreativas. A polivalência das suas instalações, para além do apoio a dinâmicas de desporto adaptado, permite ainda a realização de eventos e iniciativas desportivas e recreativas municipais e nacionais, como os Jogos Juvenis Escolares da Amadora, AmadoraEduca, Torneio de Futebol Infantil e Torneio “Cidade da Amadora” em Atletismo.

Novas funcionalidades desportivas em áreas de lazer

A construção de parques urbanos no Concelho da Amadora, lúdicos e multifuncionais, favoreceu a criação de novas funcionalidades desportivas em áreas de lazer assumindo-se como um eixo estratégico na promoção de estilos de vida saudáveis através da prática da atividade física.

Foram construídos novos espaços de recreio e lazer com valências desportivas informais, nomeadamente as rampas de *half-pipe* e demais equipamentos para desportos radicais na Ilha Mágica do Lido. No Parque Aventura encontra-se também ao dispor da população um campo de minigolfe para treinos de perícia e atividades recreativas.

O apetrechamento destes parques e de outras zonas verdes com equipamentos de fitness numa lógica de ginásio de ar livre e a criação de uma extensa rede de circuitos pedonais permitiu alavancar os índices de prática desportiva informal e espontânea, nomeadamente, nos segmentos populacionais de adultos e seniores contribuindo simultaneamente para a qualificação social e urbanística da cidade (Anexos 28 e 29).

Apoio à formação desportiva

Numa lógica de reforço e colaboração com as dinâmicas associativas, o Município da Amadora tem focado a sua intervenção na área da formação desportiva disponibilizando um conjunto de medidas de apoio aos clubes, mantendo a realização e promovendo várias iniciativas destinadas a crianças e jovens.

Especificamente para apoio ao movimento associativo desportivo, e centrado no universo de 800 atletas federados, dos 10 aos 18 anos, nas modalidades com mais implantação local, a Câmara Municipal da Amadora assume os encargos com as inscrições, seguros e exames médico-desportivos, da mesma forma, que comparticipa nos custos derivados da utilização dos pavilhões desportivos escolares e do Complexo Desportivo Municipal do Monte da Galega.

No âmbito da realização de iniciativas para este público-alvo, destaca-se a realização do Torneio de Futebol Infantil José Torres, do Torneio Cidade da Amadora e das Jornadas Técnicas em Atletismo de pista.

Educação física e desporto escolar

No domínio da educação física e do desporto escolar o Município da Amadora tem vindo a realizar um programa de investimentos em recursos educativos e meios materiais para realização de atividades letivas, curriculares e extracurriculares, de expressão físico-motora, educação física e desporto escolar com o objetivo de dotar a comunidade escolar das melhores condições para o seu desenvolvimento físico-motor.

Neste âmbito, foram apetrechadas todas as escolas do 1.º ciclo do ensino básico com kits de psicomotricidade e material desportivo de base de modo a habilitar estes estabelecimentos de ensino para a implementação do plano curricular na área da expressão e educação físico-motora assim como na implementação das atividades desportivas integradas nas Atividades de Enriquecimento Curricular.

A requalificação do parque escolar, de acordo com as diretrizes da Carta Educativa do Município da Amadora, contribuiu para a melhoria das condições materiais de prática desportiva da comunidade escolar, através da renovação de infraestruturas desportivas escolares existentes e da construção de novas instalações, em todos os níveis do ensino básico e também no ensino secundário, em parceria com a DREL e a CCDRLVT.

Esta política integrada de instalações e equipamentos desportivos da Câmara Municipal da Amadora teve como objetivo dotar todas as escolas do 2º e 3º ciclo e escolas secundárias do Concelho de espaços adequados à educação física e desporto, nomeadamente instalações desportivas cobertas, como pavilhões e salas de desporto. Este objetivo encontra-se praticamente alcançado como se pode constatar pela leitura do quadro seguinte o qual identifica a tipologia dos equipamentos desportivos escolares em 2014.

Quadro 39

Tipologia dos pavilhões desportivos escolares

| ESCOLA | SALA GRANDE 44 X 24 m | SALA MÉDIA 40 X 18 m | PEQUENA SALA 22 X 15 m | PEQUENA SALA 30 X 16m | GINASIOS 16 X 14 m |
|--|--------------------------|-------------------------|---------------------------|--------------------------|-----------------------|
| EB1/JI Casal da Mira | | | 1 | | |
| EB1/JI Sacadura Cabral | | | 1 | | |
| EB1/JI Aprígio Gomes | | | 1 | | |
| EB1/JI da Mina | | | 1 | | |
| EB1/JI Aguas Livres (Pav. J. Torres) | | | | 1 | |
| EB2,3 Alfornelos | | 1 | | | |
| EB2,3 D. Francisco Manuel Melo | 1 (a) | | | | 2 (a) |
| EB2,3 José Cardoso Pires | | | | 1 | 1 |
| EB2,3 Miguel Torga | 1 | | | | 1 |
| EB2,3 Roque Gameiro | | 1 | | | |
| EB2,3 Pedro Orey da Cunha | | | | 1 | 1 |
| EB 2,3 Cardoso Lopes | 1 | | | | |
| Escola Secundária Amadora | 1 | | | | 2 |
| Escola Secundária D. João V | | | | 1 | 1 |
| Escola Secundária Fernando Namora | 1 | | | | |
| Escola Secundária Mães D'Água | 1 | | | | 1 |
| Escola Secundária Seomara da Costa Primo | 1 (a) | | | | 2 (a) |

(a)Pavilhão comum a 2 escolas ES S. C. Primo e EB2,3 F. M. Melo

FONTE: CMA, DEDES, 2014.

A racionalização da utilização dos espaços desportivos em escolas públicas do Concelho, sem prejuízo das prioridades para as atividades letivas, tornou premente a abertura destas instalações à comunidade em horário extraescolar de modo a criar condições para o desenvolvimento das atividades das associações desportivas locais, através da colaboração ativa entre os três polos estruturantes do sistema desportivo municipal; o Município, a escola e o movimento associativo. Para consolidar esta estratégia, e como referido anteriormente, encontra-se acordado entre a Câmara Municipal da Amadora e as escolas uma utilização preferencial e a custos controlados dos pavilhões escolares pelo movimento associativo desportivo do Município da Amadora.

Como reflexo da aposta no cruzamento das vertentes escolares e desportivas, o Município da Amadora implementa a realização dos Jogos Juvenis Escolares que consistem na realização de encontros desportivos de diferentes modalidades com a participação das escolas públicas e privadas.

Em síntese, o desenvolvimento do parque desportivo municipal traduz-se atualmente em 112 espaços ligados à prática do desporto. No seu conjunto, estes representam cerca de 238 infraestruturas desportivas. Neste universo estão contabilizados equipamentos desportivos de utilização livre, ginásios de gestão privada, associações e clubes e outros espaços com valências predominantemente desportivas, tais como os equipamentos de manutenção para pessoas idosas ou com dificuldades motoras colocados recentemente no Parque Central e na Reboleira.

Quadro 40

Oferta desportiva pós 1994

| | GESTÃO PÚBLICA | ESCOLAS | GESTÃO PRIVADA | TOTAL |
|------------------------|----------------|-----------|----------------|-----------|
| Grande campo de jogos | 1 | | | 1 |
| Pequeno campo de jogos | 12 | 8 | 11 | 31 |
| Sala de desporto | 6 | 24 | 11 | 41 |
| Espaço de atletismo | 1 | 4 | | 5 |
| Equipamento especial | 6 | | 1 | 7 |
| Piscina | 1 | | 1 | 2 |
| Total | 27 | 36 | 24 | 87 |

FONTE: CMA, DEES, 2014

Nos últimos vinte anos foram criadas 87 infraestruturas desportivas. A oferta posterior a 1994 representa um aumento de cerca de 52% do total de equipamentos desportivos. Embora cerca de um terço dessa oferta seja privada (refere-se principalmente à abertura nos últimos anos, de ginásios

privados e de salas de desporto e campos de jogos nos clubes e associações desportivas) é evidente a aposta municipal no desporto escolar.

Em 2014 no Município a área de superfície desportiva útil é de 1,7m² por habitante, inferior ao rácio de referência que atribuem uma quota global de 4m² por habitante. Todavia a rigidez deste diferencial é impossível de colmatar atendendo ao subequipamento estrutural de partida e à elevada densidade populacional. Contribui para a sua atenuação a oferta flexível de equipamentos de proximidade, integrados na estrutura verde, vocacionados para a movimentação espontânea em atividades não codificadas de jogo e recreio na linha do desporto para todos e ocupação dos tempos livres por todos os escalões da população.

De acordo com o padrão nacional, a nível local verifica-se uma crescente procura por parte da população para a prática desportiva seja na sua vertente formal, seja especialmente na sua vertente informal. Esta tendência vai continuar a exigir, por parte da Administração e por parte da sociedade civil, a diversificação da oferta consoante os interesses da população: a oferta de grandes espaços de lazer e manutenção infraestruturados com ofertas inovadoras e diferenciadas; requalificação dos equipamentos a nível do desporto formal. Neste sentido, há a considerar os novos padrões demográficos, principalmente o envelhecimento da população, que obrigará a que se repense a programação do equipamento desportivo, na ótica de uma utilização mais eficaz por parte da população a que se destina. O planeamento e uma gestão integrada da rede desportiva são assim essenciais na ótica da maximização do investimento e na correção de desequilíbrios territoriais ao nível municipal.

No sentido de atenuar o subequipamento estrutural que caracterizava o Município, verificou-se um aumento da oferta de equipamentos, tendo a Autarquia privilegiado a edificação de tipologias formativas de base local (polidesportivos, piscinas de aprendizagem) localizando-os na proximidade da habitação, de escolas ou integrando-os em áreas verdes de recreio e de lazer.

A superfície desportiva é de 1,7m² por habitante, inferior ao rácio desejável de 4m², contudo em termos de distribuição espacial a maioria da população dispõe de equipamento formativo ou recreativo dentro dos parâmetros de acessibilidade e distância recomendados pelas normas de planeamento.

O nível de cobertura de instalações desportivas serve as necessidades do movimento associativo local, nomeadamente, na componente formativa a qual merece ainda um especial investimento municipal através de diferentes medidas de apoio onde se destacam o pagamento anual das inscrições e seguros e a realização de exames médicos a cerca de 800 atletas federados em diferentes modalidades, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos.

A CMA procedeu à requalificação dos espaços desportivos das escolas e à construção de salas de desporto em centros escolares, possibilitando atividades de educação e expressão físico-motora aos alunos do 1º ciclo assim como o desenvolvimento de atividades desportivas em complemento de horário. Dotaram-se as escolas do 2 e 3º ciclos (89%) e secundárias (100%) de pavilhões desportivos, garantindo a prática de educação física em condições adequadas e permitindo a sua abertura à comunidade em horário extraescolar.

Reflexo das medidas atrás referidas, verifica-se uma participação ativa da comunidade escolar e do movimento associativo em parceria com a CMA na dinamização de iniciativas desportivas de que são exemplo os Jogos Juvenis Escolares e os Torneios Desportivos que se realizam anualmente.

A par deste forte investimento na qualificação das instalações desportivas escolares com utilização comunitária, o modelo de desenvolvimento desportivo tem apontado para a integração de tipologias e soluções informais em espaço público. A continuidade desta ação permitirá articular e promover as diversas tendências de prática desportiva e atividade física respondendo às necessidades da população, nomeadamente dos mais idosos.

O desporto alargou horizontes para domínios relacionados com a inclusão social, com a saúde e a condição física, o lazer e o recreio em espaços públicos e naturais, pelo que a programação de áreas desportivas, sem esquecer o enquadramento da prática das modalidades tradicionais deverá corrigir assimetrias de distribuição espacial e prever a existência de espaços flexíveis e polivalentes destinados à prática informal das atividades desportivas.

Cultura

A cultura tem vindo progressivamente a ser considerada um elemento estruturante no desenvolvimento das capacidades intelectuais dos cidadãos, enquanto fator identitário da cidade e de melhoria da qualidade de vida das populações, pelo que, à posteriori, a dimensão cultural se inclui na concretização do objetivo “ Melhorar o padrão de vida”.

O PROTAML identifica a região de Lisboa como um território fortemente atrativo em produtos culturais e em público espetador, definindo a cultura como um dos eixos que concorre ativamente para o desenvolvimento económico e social da região afirmando-a ao nível nacional e internacional.

A tipologia urbana especificada no plano regional – cidade das cidades- coloca a AML numa posição ímpar no país, uma vez que é multipolar na oferta e na produção cultural: equipamentos, serviços e indústrias criativas e na capacidade de atrair procuras elevadas.

Reconhecendo genericamente a função estratégica que as atividades artísticas e culturais assumem neste processo de afirmação, a aposta centra-se no investimento em inovação e criatividade e nas denominadas atividades criativas enquanto instrumentos-chave para a valorização territorial e para a dinamização e regeneração de espaços urbanos, a par das ações de salvaguarda e reutilização dos valores patrimoniais.

No Município, este referencial deverá enquadrar a adoção de novas linhas estratégicas e o reforço de políticas/ações de continuidade que privilegiem o protagonismo atribuído à cultura.

Nas últimas duas décadas, no domínio da intervenção cultural, releva-se o investimento centrado na oferta cultural designadamente na rede de equipamentos culturais e na dinamização, promoção de espetáculos, eventos e generalização do acesso à cultura, bem como na salvaguarda e valorização do património cultural.

Oferta Cultural

Na Amadora existem espaços de exposição e ou espetáculo que acolhem encontros e eventos que asseguram atividades de carácter pontual e permanente. Os principais equipamentos culturais que asseguram esta dupla vertente são os Recreios Desportivos da Amadora, a Galeria Municipal Artur Bual instalada desde 2013 na Casa Aprígio Gomes, a Casa Roque Gameiro e o Museu Municipal de Arqueologia. Este funcionou desde 1999 a 2007 nas instalações da Av. Eduardo Jorge e desde 2008 está sediado no Parque Aventura sendo constituído por dois núcleos: Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira e Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque.

A Casa Roque Gameiro, a Casa Aprígio Gomes e os Recreios Desportivos da Amadora representam os edifícios de maior valor patrimonial e cultural de referência no Município. A história deste último está ligada à própria história da Amadora, através do importante desempenho na sua evolução nas vertentes social, desportiva e cultural, atuando como polo difusor de cultura, nomeadamente nas áreas do cinema, ballet, música, teatro e na realização de exposições temporárias.

Na área da dança e do teatro, destacam-se:

- a Companhia de Bailado Quórum Ballet, companhia residente desde 2005 nos Recreios da Amadora reconhecida, publicamente, pelo seu enorme valor artístico. No quadro do trabalho desenvolvido entre a CMA e esta estrutura cultural, evidencia-se o impacto positivo do seu trabalho no território, nomeadamente, na consolidação de públicos e na componente de formação dos mais jovens, através da Quórum Academy e Projeto Quórum;
- o Teatro dos Aloés, sediado desde 2000 no Concelho, desenvolve uma atividade regular no âmbito da programação do auditório dos Recreios da Amadora contribuindo para a formação e fidelização de públicos.

Na linha estratégica da preservação e dignificação da memória local de um território, o Museu Municipal de Arqueologia, possui reservas do espólio arqueológico recolhido no Município e arquivo de jazidas arqueológicas. Organiza ações de formação e visitas no âmbito da divulgação do património cultural do Município.

No âmbito da generalização do acesso à cultura, concretamente na vertente educativa e de acesso à sociedade de informação, as bibliotecas conheceram um crescimento assinalável em termos de oferta de produtos e eventos nos últimos anos, impulso que foi acompanhado pela qualificação dos meios técnicos e humanos.

A rede de bibliotecas municipais entre 1994 e 2004 foi alargada com a abertura de um polo no Casal da Boba, entretanto encerrado em 2014, e com o Fundo Bibliográfico Piteira Santos especializado em literatura política e histórica que permitiu o acesso informatizado a documentos da biblioteca pessoal deste professor e jornalista. Este fundo bibliográfico foi integrado em 2009 na Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos cuja organização funcional contempla 354 lugares sentados para leitura, consulta e utilização das novas tecnologias e distribui-se por quatro pisos com uma área total de cerca de 2.400m², possui um vasto fundo documental, de 100 mil documentos e inclui áreas destinadas a exposições e um auditório, com capacidade para 81 lugares, equipado com sistema de som, vídeo e audioconferência, onde se realizam conferências, cursos e seminários temáticos ou apresentações de obras literárias.

Outro exemplo na vertente pedagógica é o protocolo estabelecido entre a CMA e a Escola de Música do Conservatório Nacional, que resultou na instalação de um polo, a funcionar atualmente na Escola Intercultural das Profissões e do Desporto com o objetivo proporcionar o ensino especializado de música, nomeadamente violoncelo, violino e piano a alunos do 1º ciclo do ensino básico do concelho.

Na oferta cultural sobressai o Amadora BD, Festival Internacional de Banda Desenhada, considerado um dos três festivais de referência em todo o mundo e que conta com 25 edições consecutivas. Atrai cerca de 30 mil visitantes por ano, sendo um espaço privilegiado na troca de experiências entre profissionais e autores da arte da banda desenhada, partilha ainda outras iniciativas e feiras relacionadas com a animação, o cinema e o livro.

Associada a esta atividade cultural surgiu em 2000 o Centro Nacional de Banda Desenhada e Imagem que foi integrado na Bedeteca, inaugurada em novembro de 2014, cujo objetivo é a promoção da banda desenhada e das artes que lhe estão associadas, tais como a ilustração e o cinema de animação. A Bedeteca acolhe mais de 40 mil publicações, entre álbuns, revistas e fanzines e realiza atividades de formação e animação para crianças e jovens (ateliers de B.D., escrita criativa, etc.) e visitas guiadas vocacionadas para as escolas.

Património cultural

No âmbito da salvaguarda e valorização do património municipal foi desenvolvido trabalho sobretudo a partir de 2001 no âmbito da classificação do património municipal, culminando em 2006 com a classificação de 5 imóveis como de Interesse Municipal, nomeadamente a Casa Aprígio Gomes e a fachada dos Recreios da Amadora. Entre 2008 e 2009, foram classificados mais quatro imóveis como de Interesse Municipal e em 2012 classificaram-se a Casa Roque Gameiro e a Villa Romana da Quinta da Bolacha como Imóveis de Interesse Público.

A presença do Aqueduto Geral das Aguas Livres e ramais subsidiários com uma extensão de cerca de 20,5km é um inegável fator de identidade do território. É um elemento suscetível de ser valorizado para além do seu valor patrimonial, abrindo-o ao público através de percursos escolhidos para visitas guiadas, enquadrando o Município na história do abastecimento de água à cidade de Lisboa.

Paralelamente foram desenvolvidos diversos trabalhos arqueológicos no Município que entre 1995 e 1999 estavam a cargo do Gabinete de Arqueologia Urbana, criado através do Protocolo estabelecido

então com a ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora e que a partir de junho de 1999 passaram a ser da responsabilidade do Museu Municipal de Arqueologia.

Estes incidiram particularmente em situações de emergência associados a diversas obras que ocorreram no território municipal, quer pela iniciativa de particulares, quer da própria autarquia, mas também de prevenção em áreas urbanizáveis, o que levou à descoberta de novos sítios com alguma importância, como a Necrópole Paleocristã do Casal de São Brás ou o sítio da Serra de Carnaxide – Via F, bem como ao conhecimento mais aprofundado de outros, de que se destaca a Villa romana da Quinta da Bolacha e o Sítio do Moinho do Castelinho.

Nos últimos vinte anos, de entre o conjunto dos equipamentos culturais, realça-se pela sua importância como novos polos difusores de cultura e dinamizadores da vida local:

- a construção e apetrechamento da Biblioteca Municipal Fernando Piteira Santos, inaugurada em 2009 que tem como referência o Programa tipo BM3 que, segundo o Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas se destina a servir uma população superior a 50.000 habitantes. Dotada de forte centralidade urbana e acessível a um mínimo elevado de estudantes a sua organização funcional contempla espaços para leitura, consulta e utilização das novas tecnologias, exposições, um auditório e uma Bedoteca;
- a construção do Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira, aberto ao público em dezembro de 1999. Tem a natureza de um museu municipal, dedicado à preservação, estudo e divulgação do património histórico e arqueológico do Município da Amadora e assegura desde então de forma permanente o acesso ao Núcleo Monográfico da Necrópole de Carenque;
- a reabilitação do Cineteatro D. João V cuja abertura se prevê para o primeiro semestre de 2015. Este equipamento apresenta características que permitem o desenvolvimento de todo o tipo de iniciativas de natureza artística, espetáculos e eventos.

Concluindo, a política cultural do Município tem-se centrado na construção, qualificação e apetrechamento de infraestruturas físicas e no apoio a projetos e ações imateriais (espetáculos, festivais, publicações, eventos, etc.). No entanto, as ações culturais necessitam de uma maior integração nas estratégias de desenvolvimento regional e local, com o objetivo de maximizar o seu impacto na criação de emprego e na promoção da inovação.

O setor da cultura³⁴ origina uma componente de empregabilidade importante pela diversidade de tarefas e profissões afetas à atividade cultural - da interpretação à administração, da comunicação ao desenho de luz, da cenografia à direção técnica e realização, da fotografia à tradução. Origina emprego de funções técnicas altamente especializadas e de funções artísticas asseguradas por criativos que enriquecem o tecido social da comunidade.

Pese embora a existência de condições singulares (geográficas, materiais e humanas), de entre as quais se destaca a presença da Escola Superior de Teatro e Cinema, para o desenvolvimento das atividades criativas, a Amadora apresenta no contexto metropolitano um posicionamento relativamente discreto, muito distante de outras centralidades de nível idêntico, como Sintra, Oeiras ou Cascais.

Em 2011, as atividades criativas na Amadora agregavam apenas 1.346 empregos, o que equivalia a cerca de 3% do total de emprego no Concelho. O sector da edição, impressão e reprodução, com grande tradição, constituía o principal empregador agregando cerca de 62% do emprego das indústrias criativas (Anexo 5).

Ao nível regional, a Amadora apresenta um baixo peso relativo do emprego (3,8%) e dos estabelecimentos (3,5%) nos subsectores criativos face à média dos municípios da AML.

Até agora a dinâmica verificada nesses ramos seja no sentido da fixação, diversificação ou especialização decorre dos fatores de mercado, não de uma política de incentivo por falta de enquadramento estratégico e pela inexistência de ofertas de espaços de instalação.

Em função deste panorama e no âmbito do processo de regeneração urbana da zona industrial da Venda Nova é possível apostar no desenvolvimento³⁵ de um cluster criativo que responda ao triplo desafio:

- atrair e desenvolver novos sectores de atividade, mais inovadores e com maior capacidade de gerar emprego em sectores avançados, criando novas oportunidades a um sector industrial em processo de transformação;
- potenciar e valorizar os recursos materiais, imateriais e humanos com apetência para serem dinamizadores de indústrias da criatividade;
- promover a regeneração progressiva da zona industrial, potenciando as vantagens locativas desta área na região, face aos sistemas rodoviário e de transportes públicos.

³⁴ PROTAML, Diagnóstico Sectorial da Cultura, 2010

³⁵ CEDRU, Estratégia de Desenvolvimento do Cluster das Industrias Criativas, Amadora: A conquista das novas fronteiras da cultura e criatividade. Notas para uns termos de referência, 2009

Nas últimas duas décadas, no domínio da intervenção cultural, salienta-se o investimento centrado na rede de equipamentos culturais de que é exemplo a Biblioteca Municipal pelos conteúdos que disponibiliza e de forma apelativa para vários públicos, possibilitando o acesso a múltiplas expressões artísticas e na continuidade e promoção de espetáculos e eventos, de que é expoente máximo o Festival Amadora BD.

Assistiu-se neste período a um movimento de integração de fundos documentais (FD Piteira Santos) e fundos especializados (Bedoteca) na Biblioteca Municipal, ampliando a sua oferta, o que, a par da localização central contribui para o reforço da atratividade.

No domínio da salvaguarda e valorização do património cultural, sublinha-se o trabalho desenvolvido no âmbito da classificação de imóveis, nove de interesse municipal e dois de interesse público, o que, do ponto de vista urbanístico possibilita acautelar usos compatíveis nos espaços próximos.

Reconhecendo o contributo da dimensão económica da cultura, a política cultural do Município para além da construção e qualificação de infraestruturas físicas e no apoio a projetos e ações imateriais (espetáculos, festivais, publicações, eventos, etc.) deverá integrar estratégias de desenvolvimento regional e local com o objetivo de maximizar o seu impacto na criação de emprego e na promoção da inovação.

Uma das opções estratégicas do PROTAML consiste em “transformar a AML num território de excelência para a fixação das atividades criativas, dinamizando espaços e equipamentos desativados, que potenciem o aparecimento de polos de criatividade, produção e consumo cultural, alguns dos quais sob a forma de centros/polos culturais inusitados”. Neste sentido, o sistema urbano metropolitano (cidade das cidades), assente em princípios de hierarquização e complementaridade constitui um espaço multipolar onde cada Município pode valorizar as atividades culturais e os valores patrimoniais, enquanto fatores de coesão e de aprofundamento de identidades, promovendo as indústrias culturais como atividades geradoras de emprego e de valor económico.

O Festival da Banda Desenhada é um evento singular e regular que tem indubitavelmente qualidade para se reforçar nas redes internacionais e encerra potencial de dinamização/produção de conteúdos criativos correlacionados.

No processo de criação de um ambiente urbano cosmopolita e inclusivo, evidencia-se a reabilitação do Cinema Dom João V, que constituirá um polo congregador dos eventos do Município no quadro de uma estratégia cultural construída em parceria e valorizadora do contexto multicultural da Amadora.

Matriz de análise de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

PONTOS FORTES

Execução da rede viária prevista em PDM garante acessibilidade intrarregional e a Lisboa.

Prolongamento do Metropolitano à Amadora reforça mobilidade.

Em vinte anos o tempo médio gasto nas deslocações casa-trabalho e casa-escola diminuiu 23% (8,5 min.)

Aumento da atratividade da Amadora por reforço do número de movimentos de entrada (+6,9pp) e atenuação dos movimentos de saída (-12,5pp).

Em vinte anos quintuplicou o número de deslocações de entrada na Amadora por motivos de estudo (de 745 para 3.689).

Alargamento, qualificação e integração da rede de equipamentos de educação e ensino.

Mais de metade (60%) dos jovens entre os 20 e 24 anos completou pelo menos o ensino secundário.

Integração da valência de Creche nos Centros Escolares.

Estrutura verde com grande diversidade de espaços verdes com funções ecológicas, de lazer e recreio.

Construção de pistas de caminhada e de ginásios ao ar livre integrados na estrutura verde.

Implementação da recolha seletiva de resíduos urbanos (cobertura de 98,5% dos alojamentos).

Reforço da coesão social através das respostas dos programas Urban I, Urban II, Proqual e Zambujal Melhora.

PONTOS FRACOS

Crescimento de edifícios e alojamentos é superior ao crescimento populacional e supera o n.º de famílias em 20%.

Edificado com necessidades de reparação (37,3%) maioritariamente construído entre as décadas de 60 e 80.

Cerca de 1/5 dos alojamentos estão vagos ou são de uso secundário.

Acentuaram-se os desequilíbrios da estrutura demográfica. Em vinte anos jovens diminuíram de 19% para 15% e idosos aumentaram de 9% para 19%.

Insucesso escolar com taxas superiores à média regional.

Existem 126 idosos por cem jovens até aos 14 anos. Esta relação era de 45 em 1991 e de 94 em 2001.

Insuficiência de equipamentos/respostas sociais adequadas ao perfil de idosos.

Saldo migratório negativo por efeito de saída de residentes anula saldo natural positivo.

OPORTUNIDADES

Prolongamento do Metropolitano à Reboleira reforça a mobilidade, promove a intermodalidade e potencia vantagens locais para revitalização ou criação de novas áreas empresariais.

Excedente de fogos poderá constituir reserva para resolução de carências habitacionais.

Estrangeiros rejuvenescem população em idade ativa e fértil atenuando o saldo migratório negativo, mais acentuado na década de 90 por efeito de saída de residentes.

Aposta nos modos suaves de circulação incentiva o incremento do modo pedonal com benefícios para adoção de estilos de vida saudáveis.

Reutilização de equipamentos subutilizados para desenvolvimento de novas respostas sociais.

Serviços de proximidade e teleassistência permitem manter idosos nos seus quotidianos em detrimento da sua institucionalização.

Integração na rede Escxel e implementação de programa de ensino profissional adequado à base de competência regional eleva a qualidade do capital humano, criando condições para a sustentabilidade económica do Município.

Alteração do paradigma energético obriga à adoção de soluções eficientes no domínio da iluminação pública, dos edifícios municipais e da rega de espaços verdes públicos.

Continuidade de programas de educação ambiental potenciam mudança de comportamentos.

AMEAÇAS

Prevalência de um modelo atual e previsto baseado no uso predominantemente habitacional.

Reserva urbanística identificada a par do esperado declínio populacional conduzem ao sobredimensionamento do parque mobiliário.

Estudos prospetivos apontam para diminuição e envelhecimento da população portuguesa, mesmo que os níveis de fecundidade aumentem e os saldos migratórios sejam positivos.

Envelhecimento demográfico amplia necessidades de acessibilidade à habitação (só 23% são acessíveis a cadeira de rodas) e de procura de cuidados de saúde.

Recrudescimento dos fluxos emigratórios e quebra nos fluxos imigratórios agravam desequilíbrio da estrutura etária.

Redução dos jovens tem consequências na diminuição de gerações ativas e no dinamismo do mercado de trabalho.

A opção dominante das deslocações diárias em transporte individual, a par do tráfego de atravessamento são fatores de insustentabilidade ambiental.



C – Atenuar as carências habitacionais

A estratégia de desenvolvimento delineada no Plano Diretor implicava a eliminação progressiva das áreas de habitação degradada.

Esta ação integrava o terceiro objetivo fundamental do modelo de ordenamento “Atenuar as carências habitacionais”, objeto deste subcapítulo, onde se procura avaliar sinteticamente a execução da política de habitação desenvolvida na vigência do plano.

Importa referir que a prossecução deste objetivo contribui decisivamente para a qualificação do território e para o reforço da competitividade do concelho face à AML-N, tendo sido determinante para o sucesso do plano

| OBJECTIVOS DE 1º NÍVEL | OBJECTIVOS DE 2º NÍVEL | OBJECTIVOS DE 3º NÍVEL | MODELO DE DESENVOLVIMENTO |
|---|--|--|---|
| <p>FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE PRODUTIVA</p> | <p>FORTALECER E DIVERSIFICAR A BASE PRODUTIVA DO CONCELHO</p> <p>FAVORECER A CRIAÇÃO DE EMPREGO</p> <p>REFORÇAR A COMPETITIVIDADE DO CONCELHO FACE À AML-NORTE CRIANDO CONDIÇÕES DE ATRAÇÃO DE EMPRESAS</p> <p>APOIAR A INSTALAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS COM PROJECTOS INOVADORES</p> | <p>DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO</p> <p>ORDENAR E REQUALIFICAR AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES</p> <p>GARANTIR A ACESSIBILIDADE INTRA-REGIONAL E A LISBOA</p> <p>CRIAR CONDIÇÕES FAVORÁVEIS À CONSTITUIÇÃO DE UMA ESTRUTURA DE SERVIÇOS PESSOAIS E ECONÓMICOS</p> <p>GARANTIR A ELEVAÇÃO GENERALIZADA DA QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO</p> | <p>ASSEGURAR UMA FUNÇÃO ESTRUTURANTE NO EIXO BENFICA-QUELUZ, POTENCIANDO A FUNÇÃO POLARIZADORA DA ÁREA DA FALAGUEIRA E DO CENTRO DA AMADORA.</p> <p>CRIAR NOVAS ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO DE INDÚSTRIA E SERVIÇOS – EIXO TERCIÁRIO VENDA NOVA / DAMAIA E ZONAS NA SERRA DE CARNAXIDE CONTÍGUAS À EN117.</p> <p>MANTER O USO DA ZONA INDUSTRIAL DA VENDA NOVA.</p> <p>ATRIBUIR À ÁREA DO CONCELHO QUE SE INTEGRA NA SERRA DE CARNAXIDE E VALE DE CARENQUE UM PAPEL NA ESTRUTURA VERDE DE RECREIO E LAZER DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, BEM COMO NA ESTRUTURA DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE ÂMBITO MUNICIPAL.</p> <p>CRIAR NOVAS ACESSIBILIDADES EXPANDINDO A REDE VÁRIA E GARANTINDO A ARTICULAÇÃO ENTRE OS EIXOS RODOVIÁRIOS REGIONAIS E A REDE VIÁRIA MUNICIPAL.</p> |
| <p>MELHORAR O PADRÃO DE VIDA</p> | <p>MELHORAR O PADRÃO DE VIDA NO CONCELHO</p> <p>QUALIFICAR URBANISTICAMENTE O TERRITÓRIO</p> <p>GARANTIR UM BOM NÍVEL DE EQUIPAMENTOS, DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À COMUNIDADE E INFRAESTRUTURAS URBANAS</p> | <p>ACESSIBILIDADE</p> <p>PROMOVER A ACESSIBILIDADE INTRA-REGIONAL E LISBOA</p> <p>PROMOVER A DIVERSIFICAÇÃO DE FLUXOS DE TRÁFEGO, POR FORMA A ATENUAR O CONGESTIONAMENTO VIÁRIO</p> <p>ASSEGURAR UMA BOA ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIVERSAS ÁREAS (BAIRROS) O CENTRO DA CIDADE E CENTROS SECUNDÁRIOS</p> <p>ASSEGURAR UMA BOA CONEXÃO ENTRE AS DIVERSAS ÁREAS (BAIRROS) E OS INTERFACES DE TRANSPORTE</p> <p>ESPAÇO URBANO</p> <p>CONTER O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO</p> <p>REQUALIFICAR O ESPAÇO URBANO CONSOLIDADO</p> <p>CONTROLAR A QUALIDADE DAS NOVAS OCUPAÇÕES E DA RENOVAÇÃO URBANA</p> <p>REVITALIZAR O CENTRO DA CIDADE COMO CENTRO ADMINISTRATIVO E DE COMÉRCIO</p> <p>AMBIENTE URBANO</p> <p>CRIAR UMA ESTRUTURA VERDE A INSERIR NA ESTRUTURA VERDE METROPOLITANA</p> <p>CRIAR UMA REDE CONCELHIA DE ESPAÇOS VERDES PARA RECREIO E LAZER</p> <p>PROMOVER A REABILITAÇÃO DE ZONAS COM USOS DEGRADANTES</p> <p>EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS</p> <p>RESERVAR E/OU PROMOVER A RECONVERSÃO/INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO À POPULAÇÃO</p> <p>COMPATIBILIZAR O RITMO DE CRESCIMENTO URBANO E AS NECESSIDADES EM EQUIPAMENTOS, SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS</p> | <p>LIBERTAR A FAIXA URBANA CENTRAL DO CONCELHO DE TRÁFEGO DE ATRAVESSAMENTO (ORIGEM E/OU DESTINO FORA DA AMADORA).</p> <p>PROMOVER A ARTICULAÇÃO FUNCIONAL DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONCELHO INTERVINDO NO SISTEMA DE TRANSPORTES.</p> <p>ANULAR O EFEITO-BARREIRA, QUE O CAMINHO DE FERRO E A RADIAL DA BURACA REPRESENTAM.</p> <p>PLANEAR E CONTROLAR A OCUPAÇÃO DAS ÁREAS NÃO EDIFICADAS ADEQUANDO O RITMO DE CONSTRUÇÃO À CAPACIDADE DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS.</p> <p>RESERVAR NAS ÁREAS URBANIZÁVEIS BOISAS VOCACIONADAS PARA A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO DE CUSTOS CONTROLADOS.</p> <p>ADOPTAR POLÍTICAS DE GESTÃO QUE POSSIBILITEM A OBTENÇÃO DE FOGOS DE CUSTOS CONTROLADOS EM NOVAS URBANIZAÇÕES.</p> <p>VALORIZAR ÁREAS-CHAVE DO CONCELHO VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM URBANA QUALIFICADA.</p> <p>FAVORECER A INSTALAÇÃO DE FUNÇÕES CENTRAIS E ADOPTAR MEDIDAS NAS ÁREAS DO ESTACIONAMENTO, E CIRCULAÇÃO PEDONAL QUE CONFIRA AO CENTRO DA AMADORA, O ESTATUTO DE CENTRO DA CIDADE.</p> <p>FAVORECER O DESENVOLVIMENTO DE FUNÇÕES CENTRAIS DE HIERARQUIA SUPERIOR FOMENTANDO NOMEADAMENTE A LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO E/OU SUPERIOR E DE SERVIÇOS PÚBLICOS.</p> <p>PROGRAMAR NAS ÁREAS DO NEUQUEL ENTRA, CASAL DE S. MAMEDE, UMA ESTRUTURA DE EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E DE SERVIÇOS DE APOIO DE NÍVEL MUNICIPAL, PARA O RECREIO E LAZER DOS RESIDENTES.</p> <p>FOMENTAR O TRATAMENTO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS E ADOPTAR MEDIDAS DE GESTÃO VIÁRIA (ORDENAMENTO DE RUAS, PRAÇAS, PASSEIOS, ESTACIONAMENTO) EM ÁREAS RESIDENCIAIS CONSOLIDADAS.</p> <p>CONTROLAR A CONCEPÇÃO E ARRANJO DE NOVOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM NOVAS ÁREAS URBANAS.</p> |
| <p>ATENUAR AS CARÊNCIAS HABITACIONAIS</p> | <p>ATENUAR AS CARÊNCIAS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO</p> | <p>HABITAÇÃO</p> <p>ELIMINAR PROGRESSIVAMENTE AS ÁREAS DE HABITAÇÃO DEGRADADA</p> | <p>CONTROLAR O DESENHO URBANO DAS ÁREAS URBANIZÁVEIS.</p> <p>POTENCIAR A OFERTA DO SOLO INDUSTRIAL DE PEQUENA E MÉDIA DIMENSÃO.</p> |

O Município da Amadora herdou um território marcado por zonas de habitação precária que tiveram a sua origem nos anos sessenta e se foram progressivamente ampliando e densificando nas décadas seguintes. Face à ausência de uma política habitacional capaz de responder às necessidades e ao escasso poder de compra dos sucessivos fluxos migratórios, muitos destes migrantes e mais tarde imigrantes, acabaram por se fixar no território com recurso a processos de ocupação e construção ilegal de habitações precárias - bairros de barracas, nomeadamente em terrenos livres e antigas zonas de utilização militar.

Pela importância que este fenómeno assumiu no Concelho, “Atenuar as carências habitacionais” constituiu uma das opções estratégicas de desenvolvimento do Município definidas no modelo de ordenamento do PDM, para o qual concorre o disposto no artigo 32.º, que estabelece “...nos espaços urbanizáveis e urbanizáveis mistos 10% da totalidade dos fogos previstos serão obrigatoriamente afectos a programas de habitação social”.

A realização do objectivo em questão passava por “eliminar progressivamente as áreas de habitação degradada” recorrendo a:

- implementação das soluções contidas no Programa Especial de Realojamento - acordo de adesão assinado a 11 de julho de 1995 - nomeadamente o realojamento em regime de arrendamento de renda apoiada;
- dinamização por iniciativa municipal de programas que respondam a carências habitacionais identificadas, não abrangidas pelo PER, como a venda de habitação a custos controlados ou a promoção cooperativa;
- programas habitacionais diversificados de iniciativa municipal, consistindo no financiamento não reembolsável para o regresso ao local de origem, para a aquisição e arrendamento de habitação (programas habitacionais: Retorno, PAAR, PAAR+);
- ações de promoção habitacional vocacionada para grupos da população com necessidades específicas (idosos, pessoas com deficiência, sem abrigo, entre outros);
- promover a dispersão na malha urbana de habitações destinadas ao realojamento, a fim de facilitar e alavancar a inclusão das famílias e reocupar e rejuvenescer os espaços despovoados na cidade.

C.1 - O PER na Amadora – antecedentes e situação atual

O Programa Especial de Realojamento (PER) foi lançado em 1993 tendo como objectivo principal a erradicação das barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. No Município da Amadora, em 1993, foram recenseadas 4.855 barracas em 35 núcleos degradados onde viviam perto de 21.362 habitantes que representavam 12% do total da população residente.

No conjunto dos concelhos da região metropolitana a Amadora ocupava o segundo lugar, depois de Lisboa, relativamente ao número de barracas existentes, situação que levou a Câmara Municipal a negociar um acordo de adesão PER mais prolongado, com termo previsto para 2009.

Este alargamento do prazo reivindicado pela Autarquia foi aceite pela Tutela devido às características específicas do Município e das famílias. Trata-se por um lado de um território limitado, de 24km², com elevada densidade populacional, com escassez de área disponível para implementar o programa de realojamento. Por outro lado, as famílias apresentam situações de pobreza e exclusão, que conduzem à segregação social e económica, bem como, à reprodução de ciclos de pobreza geracionais presentes na coexistência de famílias compostas por várias gerações no mesmo bairro.

Este contexto implicava por parte dos actores políticos e sociais um maior investimento económico e social que ultrapassava a estrita acção de “dar casa”.

Com este quadro de referência o acordo foi assinado em 1995, começando a sua execução a assumir maior expressão a partir de 1997, sendo entre 2001-2005 que se verificaram os resultados mais elevados na eliminação de barracas e na libertação progressiva de áreas de ocupação precária, por, neste período, se terem concluído os três grandes empreendimentos de habitação social do Município, bem como a sua ocupação pelas famílias recenseadas.

Retrospectivamente parece-nos útil acompanhar a evolução da execução do PER que reflete as respostas que foram sendo encontradas pela Câmara Municipal perante a volatilidade da procura, das necessidades e interesses manifestos pela população a quem se destinam.

Em 1993 a orientação central do programa passava exclusivamente pelo realojamento em fogos de habitação social, especificamente construídos para esse efeito.

Em 1996 a situação altera-se com a criação do PER Famílias, programa criado no âmbito do PER com o objetivo de oferecer outra forma de resolução dos problemas habitacionais. Este programa subsidia a aquisição de habitação própria, contribuindo para a diminuição da construção destinada a habitação social, ao mesmo tempo que proporciona às famílias ferramentas para o exercício da sua autonomia na escolha de uma opção.

Em 2000, baseado nesta sequência de eventos, foi criado o PAAR – Programa de Apoio ao Auto Realojamento, sustentado pelo Município, que remete para as famílias a procura de alternativas habitacionais com financiamento no valor dos fogos que a Câmara teria de disponibilizar na aquisição de habitação, caso as famílias optassem pelo modelo tradicional, isto é, pelo realojamento.

Em 2001 foi criado o PR – Programa Retorno, como resposta específica à realidade social do Concelho conferida pelo número significativo de imigrantes – em 1993, 50% das famílias recenseadas PER eram oriundas de Cabo Verde. Este programa financia o regresso da família ao país de origem ou outro, no valor do fogo a que esta teria direito em caso de realojamento. Tal como o PAAR, é inteiramente financiado pela Câmara Municipal.

Em 2012 foi criado o PAAR+, Programa de Apoio ao Auto Realojamento+, que remete para as famílias a procura de habitação para aquisição, financiada no dobro do valor da comparticipação dos fogos, caso as famílias optassem pelo modelo tradicional, isto é pelo realojamento. Tal como os programas anteriores, é inteiramente financiado pela Câmara Municipal.

A observação do quadro seguinte permite acompanhar a evolução do processo de realojamento e a adesão progressiva aos diversos tipos de programas.

Quadro 41

Execução do PER

| Ano | Realojamento | Per-Famílias | PAAR | PAAR+ | P. Retorno | Exclusões | Demolições |
|--------------|--------------|--------------|------------|-----------|------------|--------------|--------------|
| 1995 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1996 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1997 | 102 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1998 | 30 | 110 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1999 | 73 | 105 | 0 | 0 | 0 | 65 | 316 |
| 2000 | 25 | 39 | 1 | 0 | 0 | 199 | 222 |
| 2001 | 170 | 26 | 32 | 0 | 1 | 484 | 183 |
| 2002 | 306 | 18 | 61 | 0 | 16 | 498 | 362 |
| 2003 | 225 | 20 | 56 | 0 | 5 | 243 | 222 |
| 2004 | 655 | 21 | 65 | 0 | 6 | 142 | 463 |
| 2005 | 240 | 20 | 57 | 0 | 3 | 159 | 402 |
| 2006 | 83 | 11 | 43 | 0 | 3 | 92 | 287 |
| 2007 | 69 | 12 | 40 | 0 | 3 | 156 | 168 |
| 2008 | 27 | 11 | 26 | 0 | 5 | 82 | 119 |
| 2009 | 9 | 5 | 30 | 0 | 2 | 66 | 90 |
| 2010 | 41 | 18 | 34 | 0 | 2 | 53 | 94 |
| 2011 | 27 | 9 | 23 | 0 | 2 | 48 | 112 |
| 2012 | 73 | 0 | 30 | 4 | 0 | 40 | 148 |
| 2013 | 70 | 0 | 34 | 8 | 1 | 29 | 140 |
| 2014 | 71 | 0 | 41 | 24 | 0 | 34 | 153 |
| Total | 2.311 | 435 | 573 | 36 | 49 | 2.390 | 3.481 |

Fonte: CMA/DHRU, 2014

A totalidade de casos de famílias recenseadas no PER resolvidos é de 5.794. Destes, 3.404 através de respostas de programas habitacionais que correspondem efectivamente a alteração de habitat, que implica a saída da barraca, quer para o realojamento em bairros sociais, quer para outros espaços consolidados da cidade.

A partir de 2001, com a conclusão de alguns empreendimentos de habitação social, o realojamento aumenta consideravelmente, observando-se em 2004 a resolução de 655 casos. Os outros programas, PER Famílias, PAAR, PAAR+ e Programa Retorno, que pressupõem uma atitude de maior iniciativa por parte das famílias na resolução do problema habitacional, abrangem os restantes 16,3% dos casos. Embora não exista um padrão definido no processo de adesão aos programas ao longo do período analisado, é muito expressiva a adesão inicial aos mesmos e no momento em que se define a erradicação dos bairros.

O recurso a estes programas intensifica-se durante o processo de eliminação de núcleos degradados, na sequência de as famílias serem confrontadas com a possibilidade de ocupar fogos de habitação social ou enveredar por uma solução no parque habitacional privado que lhes permita conduzir o seu projeto de vida noutra direção.

Sempre que se procede a ações de atualização de recenseamento PER, as mesmas são necessariamente acompanhadas pela divulgação personalizada dos programas habitacionais alternativos, junto das famílias, dotando-as do conhecimento necessário para recorrer a outras hipóteses que lhes vão permitir alterar o seu percurso habitacional, possibilitando o movimento de saída do núcleo degradado, com o suporte da instituição.

A alteração da situação económica das famílias e a modificação da sua situação social impele-as também um movimento de saída dos bairros de forma independente, similar ao anterior, que se traduz no valor elevado dos casos resolvidos por exclusão (2.390).

Este movimento de saída, devidamente acompanhado pela conseqüente demolição das construções libertadas pelas famílias em mudança, inibe ocupações posteriores e impulsiona o cumprimento do objetivo de erradicação dos bairros e do uso desqualificado do território com habitação degradada.

As 3.481 demolições resultantes da execução do programa desde o seu princípio, correspondem, atualmente, à erradicação de 24 bairros dos 35 iniciais, que desocuparam uma área considerável de terreno, sendo que em dezembro de 2014 restavam 1.310 barracas. Estas áreas constituem uma reserva de área disponível que pode ser utilizada para programas de requalificação urbana, à semelhança da execução do Parque Urbano da Ribeira da Falagueira.

Quadro 42

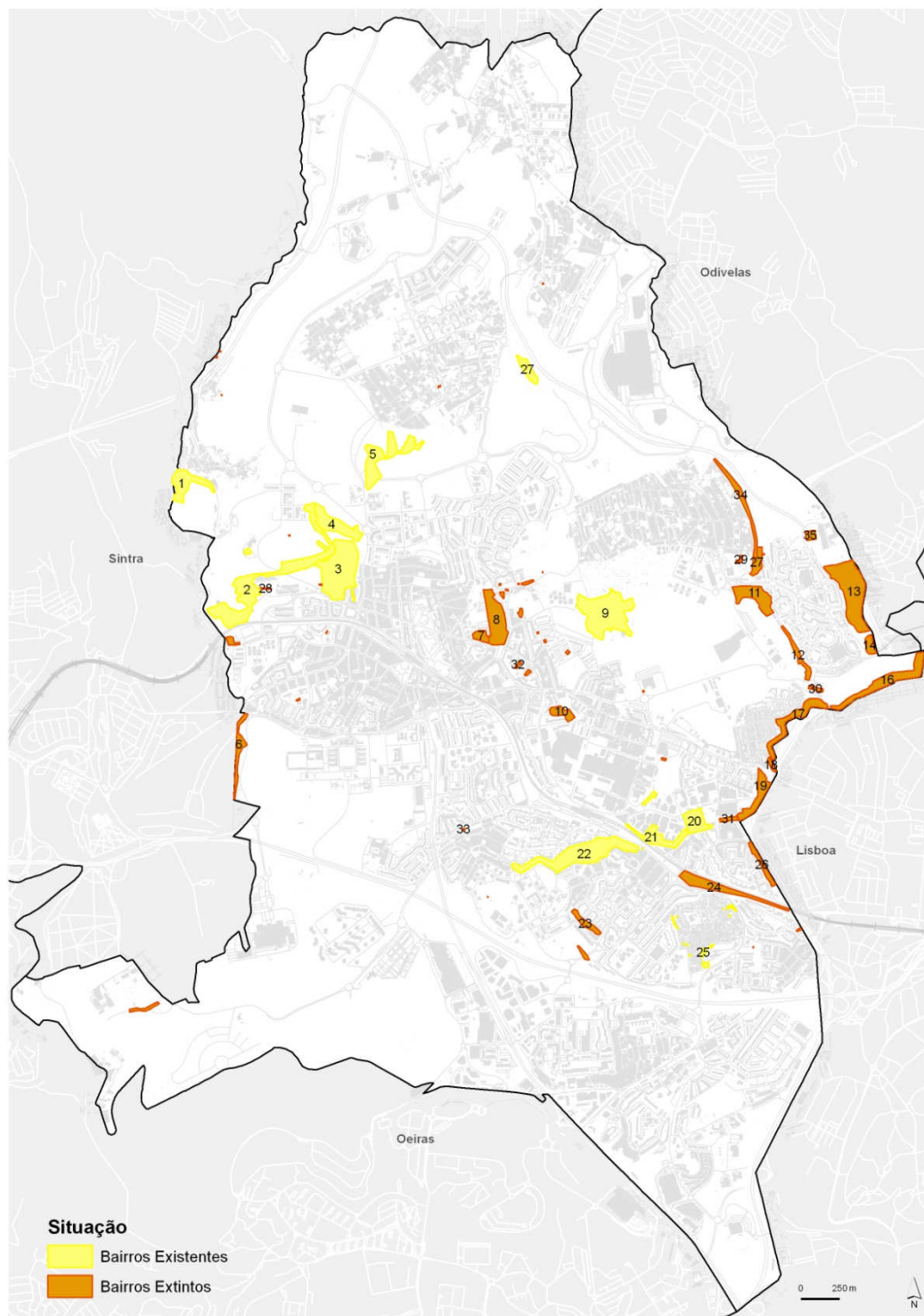
Bairros existentes e extintos

| NÚCLEO | Nº BARRACAS | DEMOLIÇÕES | Nº BARRACAS (situação actual) | |
|--------------------|----------------------------------|--------------|-------------------------------|-----|
| 1 | Quinta do Pomar | 85 | 50 | 35 |
| 2 | Estrada Militar da Mina | 338 | 186 | 152 |
| 3 | Santa Filomena | 442 | 344 | 98 |
| 4 | Encosta Nascente | 113 | 70 | 73 |
| 5 | Serra Pequena | 62 | 53 | 9 |
| 6 | Quinta do Conde Araújo* | 50 | 50 | 0 |
| 7 | Fonte dos Passarinhos* | 20 | 20 | 0 |
| 8 | Ribeira da Falagueira* | 167 | 167 | 0 |
| 9 | Quinta da Lage | 458 | 139 | 319 |
| 10 | Travessa da Reboleira* | 57 | 57 | 0 |
| 11 | Casal de Alfornelos* | 146 | 145 | 1 |
| 12 | Caminho de Alfornelos* | 91 | 91 | 0 |
| 13 | Azinhaga dos Besouros* | 596 | 594 | 2 |
| 14 | Bairro da Alegria* | 60 | 60 | 0 |
| 15 | Odivelas* | 5 | 5 | 0 |
| 16 | Bairro Novo* | 191 | 191 | 0 |
| 17 | Bairro Azul/Alto dos Trigueiros* | 292 | 292 | 0 |
| 18 | Portas de Benfica* | 17 | 17 | 0 |
| 19 | Fontainhas* | 262 | 262 | 0 |
| 20 | Bairro 6 de Maio | 267 | 51 | 216 |
| 21 | Estrela de África | 216 | 177 | 39 |
| 22 | Alto da Damaia | 445 | 103 | 342 |
| 23 | Neudel* | 78 | 78 | 0 |
| 24 | Aqueduto* | 14 | 14 | 0 |
| 25 | Cova da Moura | 39 | 15 | 24 |
| 26 | Estrada da Circunvalação* | 43 | 43 | 0 |
| 27 | Barracas dispersas* | 96 | 96 | 0 |
| 28 | Pré-fabricados da Mina* | 6 | 6 | 0 |
| 29 | Pré-fabricados da Brandoa* | 5 | 5 | 0 |
| 30 | Estrada dos Salgados* | 19 | 19 | 0 |
| 31 | Bairro Novo das Fontainhas* | 37 | 37 | 0 |
| 32 | Quinta da Conceição* | 14 | 14 | 0 |
| 33 | Rua D. José I, nº 65* | 7 | 7 | 0 |
| 34 | Rua da Paiã* | 37 | 37 | 0 |
| 35 | Quinta da Vinha/Inglesa* | 16 | 16 | 0 |
| Total | 4.791 | 3.481 | 1.310 | |
| * Bairros extintos | | | | |

Fonte: CMA/DHRU, 2014

O mapa seguinte retrata a dinâmica do realojamento, espacializando os bairros extintos e os existentes. É possível observar as manchas de habitação degradada que ainda persistem e perceber o número (24) bairros erradicados.

Figura 34
Bairros de barracas



Nota: o núcleo degradado n.º 27 (barracas dispersas) não foi representado por dificuldade na sua implantação cartográfica.
A numeração inscrita no mapa corresponde à constante no quadro.

Fonte: CMA/DHRU, com tratamento DIG, 2014

Em síntese, em dezembro de 2014, a taxa de execução do PER, era de 86,21%, o que corresponde a 5.794 situações resolvidas dos 6.721 agregados familiares recenseados.

As opções estratégicas do PROTAML dão especial relevo ao eixo “requalificação sócio urbanística de áreas degradadas” no qual integram prioritariamente o PER, considerando fundamental concluir o processo de realojamento para atingir uma maior coesão social e espacial do território metropolitano.

C.2 - O processo de intervenção social nos bairros

A intervenção técnica e social dos serviços municipais permitiu a perceção e identificação de ciclos de mobilidade das famílias que se têm vindo a traduzir na saída apoiada e autónoma dos bairros, embora, se verifique ao longo do tempo a fixação de novos agregados familiares que continuam a encontrar uma resposta neste território, por proximidade familiar e/ou social.

As condições das famílias que integram o universo PER foram-se alterando progressivamente por influência das mudanças de estratégia propostas pelos serviços da Câmara, quer por dinâmicas internas próprias, quer ainda pelo contexto associado à recessão económico-financeira.

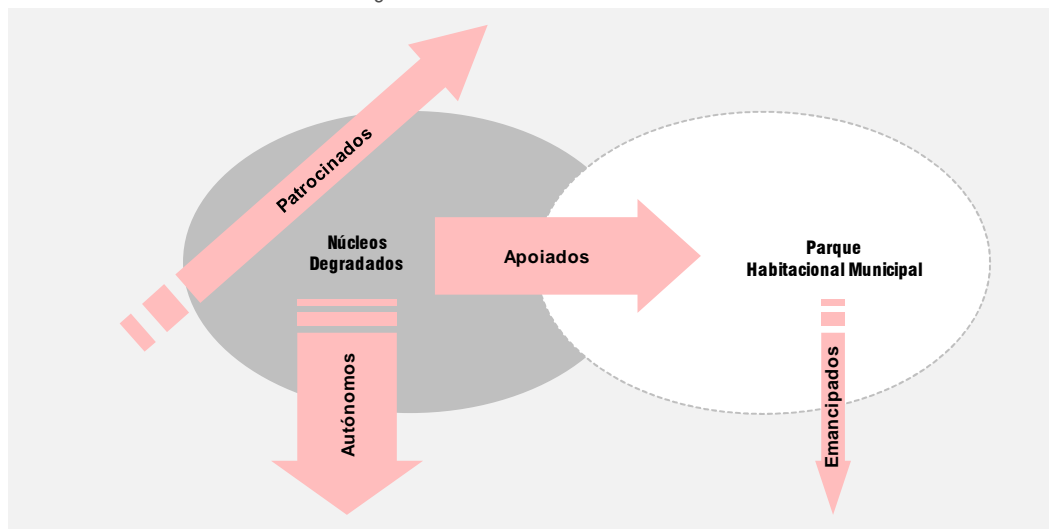
Em síntese, os bairros na Amadora são palco de vários percursos familiares:

- “Apoiados” – famílias que não conseguem romper ciclos de pobreza; famílias monoparentais, idosos, pessoas portadoras de deficiência e famílias pertencentes a famílias com falta de capacidade de estruturação e organização, que configuram o universo da população realojada.
- “Patrocinados” – famílias que se caracterizam por traçar a sua saída dos bairros, com apoio financeiro a fundo perdido das instituições, mediante recurso a programas habitacionais³⁶.
- “Autónomos” – famílias que, por contingências diversas, se fixam durante algum tempo num bairro degradado, onde o mercado de arrendamento é mais acessível e flexível e que saem logo que ultrapassam as condições que determinaram esta opção, sem recurso a quaisquer apoios institucionais.
- “Emancipados” - famílias que tendo sido realojadas, realizam um percurso de afastamento do bairro social, com recurso a meios próprios.

³⁶ Integram o quadro 50 “Execução cronológica do PER”

Figura 35

Percurso familiares nos bairros degradados



Fonte: CMA/DHRU, com tratamento DIG, 2014

Este processo de conhecimento/reconhecimento das dinâmicas dos bairros e das famílias aí residentes requer um trabalho de intervenção contínua e adaptável face às mudanças observadas, com repercussões na metodologia de intervenção e nos tipos de respostas ao mesmo tempo que refletem o reconhecimento da realidade. Este contexto social obriga à criação de soluções inovadoras que carecem de divulgação e promoção, para que possam ser encaradas como parte de um leque de ferramentas que permitam às famílias, de forma diferenciada e personalizada, suprir as suas necessidades de gestão quotidiana.

No processo de realojamento, a atitude metodológica mudou significativamente, passando a encarar-se a família como um todo cujas necessidades não se restringem ao abrigo. A ação de realojar integra o espaço público como objeto de intervenção e de trabalho para melhorar a qualidade de vida das populações residentes, disponibilizando equipamentos de proximidade entre os quais se destacam: jardins, escolas, creches, centros de saúde, associações, farmácias, unidades comerciais de bens de consumo diário e outros, contrariando a monofuncionalidade que caracterizava os bairros.

O modo como o indivíduo se relaciona com o seu bairro, originará uma maior ligação quanto mais este responder às suas necessidades, pelo que os recursos despendidos na infraestruturização do espaço público são compensados quando a apropriação do mesmo promove a inclusão e não a exclusão e intensifica as relações de sociabilidade com os seus pares.

A ocupação dos bairros de habitação social por uma maioria de famílias sem competências académicas e profissionais para se integrar no mercado de trabalho é uma realidade com que as instituições se deparam e requerem respostas que ultrapassem a estrita concessão de habitação.

Este cenário verifica-se quando o quadro da estrutura familiar não possibilita o recurso a outras saídas e o realojamento se torna a única opção. No entanto, a experiência deste processo tem demonstrado que esta ação por si só não produz o impacto necessário para inverter a dependência de outros recursos sociais, nomeadamente o rendimento social de inserção, banco alimentar e outros apoios comunitários.

Perante este fenómeno, as instituições assumiram uma nova forma de interagir, em rede, que obriga em cada momento e perante cada situação concreta, à análise e tomada de decisão conjunta e integrada. Cada entidade assume a função para a qual se encontra vocacionada, canalizando-se para cada família os benefícios adequados às suas necessidades e à sua realidade socioeconómica, no sentido de as apoiar eficazmente, distribuindo recursos escassos de forma eficiente, contribuindo assim para a construção de uma verdadeira justiça social.

C.3 - Outras situações de carência habitacional

Existem ainda diversos programas quer da própria autarquia, quer de outras instituições dirigidas a outros segmentos da população carenciada, de que são exemplo:

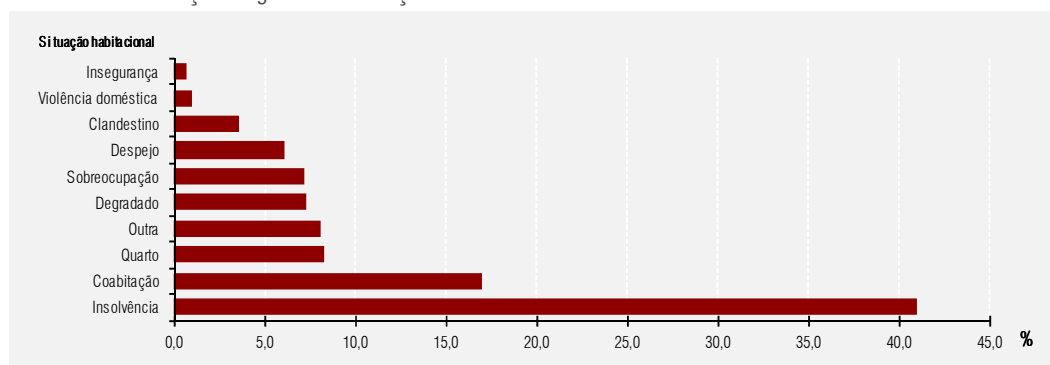
- a) O Programa Porta 65 – Jovem é um sistema de apoio financeiro ao arrendamento por jovens com Jovens com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30 anos, gerido e financiado pelo IHRU;
- b) Programas de venda de habitação a custos controlados (HCC), de promoção municipal, mediante regulamentação própria, que promovem a aquisição de habitação a preços acessíveis a residentes e trabalhadores no Município. Após 1994, este programa contabilizou 188 fogos no Casal da Boba e 96 no Alto da Mira e teve como objetivo principal a fixação de população mais jovem.

Segundo Vilaça (2001) o balanço a nível nacional até 2000 da HCC é negativo porque os destinatários beneficiaram indevidamente da ajuda do Estado para limitar o preço de venda. Para o mesmo autor o programa fracassou porque, por vezes, as pessoas não constituíam famílias necessitadas utilizando a aquisição para fins especulativos.

O último empreendimento em Alfoanelos, 39 fogos, posto a concurso em 2014 não teve o sucesso dos anteriores pelo facto de as condições não serem suficientemente atrativas para competir com o mercado de venda livre, o qual sofreu um abaixamento de preços devido à crise do mercado imobiliário, e pela dificuldade em obter financiamento bancário para aquisição.

A disponibilização no mercado de fogos a custos controlados preenche as ações previstas no modelo de desenvolvimento do PDM: “Reservar nas áreas urbanizáveis bolsas vocacionadas para a construção de habitação de custo controlado” e “Adotar políticas de gestão que possibilitem a obtenção de fogos de custos controlados em novas urbanizações”.

Figura 36
Pedidos de habitação segundo a situação de carência



Fonte: CMA/DHRU, 2014

Verifica-se ainda um fenómeno de pedidos de habitação manifestados por munícipes que se encontram em situação de carência. Estas necessidades são monitorizadas e contabilizadas a partir de um ficheiro de procura que comporta, neste momento um total de 1.573 pedidos.

A situação mais frequente é a da insolvência (645 casos) que culmina, muitas vezes, com ações de despejo. Esta realidade reflete naturalmente problemáticas que não se centraram, na sua génese, na falta de alojamento, mas decorrem de situações de desemprego, doença, alteração de rendimentos, entre outras. A ausência de respostas entre as entidades amplifica as problemáticas, passando estas também a incluir a carência habitacional, que não existindo numa primeira abordagem, se transforma no problema nuclear quando as famílias deixam de conseguir manter a sua residência habitual.

A incapacidade de aceder a habitação particular conduz à coabitación de vários núcleos familiares no mesmo espaço residencial e a consequente sobreocupação de fogos, que passam a comportar um número de pessoas que excede a sua tipologia; o arrendamento de quarto ou partes de casa (32,4% dos casos), expondo ainda mais a insolvência económica e os baixos rendimentos das famílias e indivíduos.

O mercado de arrendamento, muito embora tenha vindo a conhecer uma melhoria significativa na colocação de fogos devolutos no mercado, impulsionada pela crise económica por um lado, e pela

liberalização da legislação aplicável por outro, ainda apresenta algumas fragilidades e resistências personificadas nos senhorios, quando duvidam da capacidade de recuperação dos fogos arrendados nos casos de incumprimento da obrigação de pagamento da renda.

Os pedidos decorrentes de habitação privada, clandestina e degradada, representam cerca de 26,6% do total de pedidos existentes, resultando o remanescente de causas diversas que se prendem com alterações nas estruturas familiares. A distribuição geográfica dos pedidos é a seguinte:

Quadro 43

Distribuição dos pedidos não abrangidos pelo PER, 1994-2014

| | Alfragide | Brandoa | Buraca | Damaia | Falagueira | Mina | Reboleira | Venteira | Alfornelos | São Brás | Venda Nova |
|--|-----------|---------|--------|--------|------------|------|-----------|----------|------------|----------|------------|
| | 22 | 289 | 198 | 134 | 109 | 176 | 187 | 135 | 35 | 228 | 60 |

Nota: optou-se por manter as freguesias antigas para garantir coerência na distribuição.

Fonte: CMA/DHRU, 2014

Independentemente da origem do problema, verifica-se uma predominância de pedidos na Brandoa, São Brás, Buraca e Reboleira.

A existência do maior número de casos no território correspondente à antiga freguesia da Brandoa deve-se, fundamentalmente, às características do edificado de génese maioritariamente ilegal, cuja ausência de manutenção, provoca défice de habitabilidade agravado por vezes com a ocupação de espaços inadequados para fins habitacionais, nomeadamente sótãos, caves e anexos.

No território correspondente à antiga freguesia de São Brás, a natureza dos pedidos de habitação difere consoante a sua localização espacial. Na zona central os pedidos devem-se a despejos por dívida; nos núcleos de génese ilegal da zona norte deve-se à falta de pagamento das rendas (Moinhos da Funcheira) e à falta de condições de habitabilidade (Casal da Mira).

Os pedidos relativos à área da antiga freguesia da Buraca situam-se essencialmente em dois bairros: Cova da Moura, pelos índices graves de violência, degradação das construções e rendas elevadas; e o Plano Integrado do Zambujal, um dos primeiros bairros de realojamento do Município, onde a procura surge associada às situações de coabitação e sobreocupação do parque habitacional.

Os pedidos observados na zona da antiga freguesia da Reboleira, entre outros motivos, devem-se à insatisfação decorrente das pequenas tipologias do alojamento – cerca de 41% dos fogos tem 1 e 2 assoalhadas.

No contínuo urbano mais antigo do Concelho, Mina, Venteira, Falagueira e Damaia observa-se uma procura relativamente homogénea que se justifica pela inadequação da tipologia dos fogos, pela idade do parque habitacional, pelas patologias do edificado, etc. Nas outras freguesias o valor é praticamente residual.

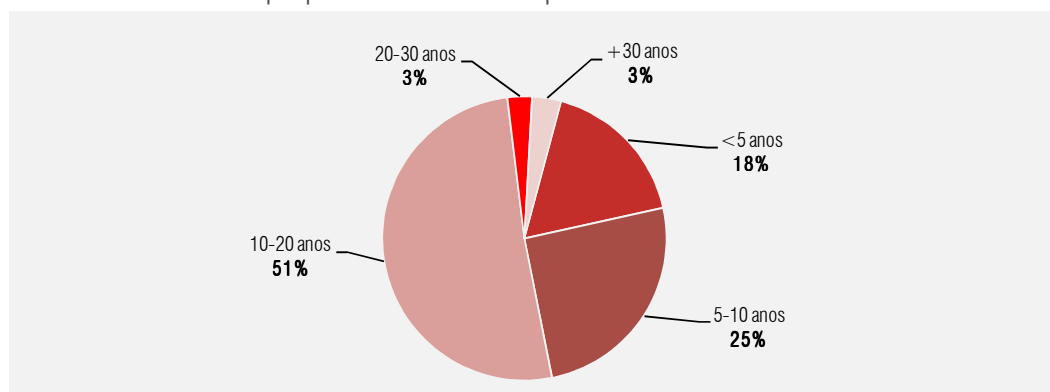
C.4 - A oferta de habitação social

O Município possui atualmente 2.098 fogos, que se distribuem por 213 edifícios, 155 de propriedade plena do Município, 58 de propriedade mista, na sua maioria de construção recente (94% nos últimos vinte anos), situação que se explica pelo facto de a construção e aquisição de fogos se ter iniciado com a adesão ao PER, ao abrigo do qual se construiu o parque de habitação social para alojar os residentes nos núcleos degradados.

No Município, o peso da habitação social³⁷ no conjunto dos alojamentos familiares é de 3,6%, percentagem superior à média apurada para Portugal, de 3,3%.

Figura 37

Vetustez do edificado do parque habitacional municipal



Fonte: CMA/DHRU, 2014

Apesar da edificação recente, o rápido crescimento, a adaptação às novas normas construtivas acompanhados de mecanismos ineficazes de manutenção do parque habitacional municipal conduzem à identificação de conjuntos de habitação social com necessidades de reabilitação urbana no curto prazo, nomeadamente o empreendimento do Casal da Boba.

Está em curso uma estratégia de gestão mais eficaz do parque público, monitorizando formas de ocupação e a adequação dos alojamentos às especificidades dos agregados, assegurando uma cobrança efetiva das rendas, responsabilizando os inquilinos em matéria de conservação do alojamento e dos espaços comuns dos edifícios.

³⁷ (2098 fogosCMA+981 fogosIHRU+45 fogos EP) / 87939 alojamentos familiares

Quadro 44
Distribuição do Parque Habitacional Municipal (PHM)

| FREGUESIA | LOCALIZAÇÃO | TOTAL FOGOS | TOTAL DE FOGOS POR FREGUESIA |
|-----------------------|------------------------------------|--------------|------------------------------|
| Encosta do Sol | | | 928 |
| | Rua Doutor Abel Varzim | 24 | |
| | Rua Cândido de Oliveira | 24 | |
| | Rua de Alformelos | 42 | |
| | Rua do Município | 3 | |
| | Rua do Município | 2 | |
| | Lotes Dispersos | 73 | |
| | Casal da Mira | 760 | |
| Alfragide | | | 223 |
| | Rua Cerrado do Zambujeiro | 46 | |
| | Rua das Minas | 46 | |
| | Rua de São José | 30 | |
| | Quinta do Paraíso - Z2 | 54 | |
| | Z3 | 47 | |
| Falagueira/Venda Nova | | | 330 |
| | Avenida Eduardo Jorge | 7 | |
| | Rua Joaquim Luís Martelo | 8 | |
| | Rua Elias Garcia | 5 | |
| | Rua António dos Santos Coelho | 24 | |
| | Rua António Apolinário da Silva, 1 | 1 | |
| | Praceta João Villaret | 1 | |
| | Casal do Silva | 284 | |
| Águas Livres | | | 16 |
| | Avenida Dom José I, 51 | 8 | |
| | Avenida Dom José I, 65 | 8 | |
| Mina de Água | | | 521 |
| | Praceta Rogério Paulo | 16 | |
| | Rua Luís Gomes, 37 | 1 | |
| | Rua 9 de Abril, 33 | 1 | |
| | Avenida Lourenço Marques | 1 | |
| | Alto da Mira | 1 | |
| | Casal da Boba | 501 | |
| Venteira | | | 11 |
| | Rua 1º de Dezembro | 6 | |
| | Av. Dr. José Pontes, 37 | 1 | |
| | Avenida Pangim | 1 | |
| | Dispersos | 3 | |
| Algueirão | Coopalme | 40 | 40 |
| Amadora | Dispersos | 8 | 8 |
| A M lisboa | Dispersos | 21 | 21 |
| Total | | 2.098 | 2.098 |

Fonte: CMA/DHRU, 2014

A oferta municipal concentra-se maioritariamente nas freguesias onde estão localizados os três grandes empreendimentos municipais de habitação social: Encosta do Sol (Casal da Mira – 44,2%), Mina de Água (Casal da Boba – 24,8%) e Falagueira/Venda Nova (Casal do Silva – 15,7%). A restante oferta representa 15,2% (319 fogos) do total de fogos municipais. A freguesia de Alfragide detém 10,6% do total de fogos, localizando-se aqui também o Plano Integrado do Zambujal que integra cerca de 1.000 fogos, propriedade do Estado (IHRU).

Concluindo, a gestão do PHM tem vindo a evidenciar as dificuldades despertadas pelo realojamento concentrado quer no que se refere às famílias, quer no que se refere ao edificado. Assim, uma das soluções adotadas tem sido a dispersão do realojamento no território, mediante a aquisição de habitação na malha urbana consolidada para fins sociais.

Esta solução, para além de tornar a gestão mais eficiente, permite um processo de inclusão das famílias dependente da sua própria ação, que não as identifica nem as estigmatiza como oriundas de núcleos degradados. Este processo propicia também uma apropriação dos fogos, que se reflete no seu cuidado pelas próprias famílias que os ocupam e, conseqüentemente, sem recorrer de forma sistemática e permanente aos serviços municipais.

Verifica-se, ainda, nesta forma de realojamento, que os níveis de incumprimento das obrigações dos arrendatários são menores e a ocupação do edificado, não sendo tão massiva como nos grandes empreendimentos municipais, não obriga a um esforço de manutenção tão intenso e permanente em virtude da perda de condições de habitabilidade e salubridade dos fogos e dos edifícios.

Contudo, a política habitacional não se reduz à oferta de casa, alicerça-se na integração social de grupos económica e socialmente desfavorecidos. A importância da política da habitação advém do seu carácter transversal, podendo ser acelerador ou retardador do desenvolvimento económico, social, político e territorial de uma sociedade. Esta intervenção exige grande determinação, continuidade e sobretudo partilha de responsabilidades e esforço entre a administração pública e os atores sociais no sentido de inibir a persistência dos efeitos negativos sobre o território.

Depois de nas últimas décadas em que as políticas de habitação passaram pelo investimento na construção de novos bairros de habitação social, no realojamento e no reforço dos apoios de acesso à habitação, de que é exemplo o PER, a experiência demonstrou que é possível percorrer outros caminhos mais orientados para colmatar as necessidades da população enquanto elementos ativos e protagonistas do seu próprio percurso de vida e não como meros recetáculos de políticas sociais e habitacionais.

A aposta da Câmara Municipal em matéria de política de habitação e de ordenamento do território, está patente na resolução das carências habitacionais e na eliminação progressiva das manchas de habitação precária, traduzindo-se numa taxa de execução do PER de 86,2% e no investimento num parque habitacional municipal com 2.098 fogos.

A política habitacional entre o período 1995-2005, caracteriza-se pela expansão dos recursos habitacionais (PER) induzido pela promoção pública direta e maior apoio às autarquias. O período posterior correspondeu a um abrandamento da construção, seguido de novas orientações de política de habitação em que se incentiva a utilização de programas habitacionais alternativos, de cariz e financiamento estritamente municipais e se valoriza o realojamento disperso na malha urbana consolidada como fator de inclusão social.

A intervenção direta com a população, demonstrou que é possível percorrer caminhos mais orientados para colmatar as suas necessidades, enquanto elementos ativos e protagonistas do seu próprio percurso de vida e não como meros recetores passivos de políticas sociais e habitacionais.

O processo de realojamento bem sucedido não se limita a esse ato estrito, cria condições para integrar grupos económica e socialmente desfavorecidos, numa lógica de clarificação das responsabilidades públicas e privadas e de articulação com outras políticas (social, educação, saúde, urbanismo, etc.). O espaço público foi encarado como elemento estruturador dos processos de inserção social, tendo a Autarquia construído equipamentos de proximidade entre os quais se destacam: jardins, escolas, creches, espaços desportivos, associações, farmácias, unidades comerciais de bens de consumo diário e outros, contrariando a monofuncionalidade que caracterizava os bairros.

Apostou-se na diversificação das ofertas habitacionais em relação a necessidades específicas, tais como, unidades residenciais, disponibilização de fogos a custos controlados e realojamento disperso como forma de minimizar problemáticas, tanto no que se refere à integração das famílias como na sua relação com a habitação.

A gestão do parque habitacional orienta-se por critérios de eficiência - nomeadamente utilizando mecanismos de mobilidade para ajustamento de tipologias das famílias, e a rotatividade dos fogos provocada por abandono ou situações de incumprimento - gerando uma bolsa de devolutos que são reafectos aos processos de realojamento.

A forma como o programa especial de realojamento foi concebido (numa ótica metropolitana mas de concretização à escala municipal) aliada ao volume de situações a resolver e exiguidade de solos edificáveis disponíveis obrigou e obriga a um esforço permanente de adaptação e à procura de soluções criativas que permitam a resolução de problemas habitacionais de base e respondam às necessidades das famílias. A erradicação das bolsas de exclusão social e territorial que os bairros degradados representam absorveram a totalidade dos recursos materiais e financeiros municipais, perspetivando-se que este esforço se mantenha no médio prazo.

C.5 - Da reabilitação de edifícios à Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana

A importância da reabilitação urbana para a coesão e competitividade das cidades é hoje consensualmente reconhecida, comprovando-se pelo papel central que detém no contexto das políticas públicas europeias. Apesar de se tratar de um conceito relativamente recente, sofreu uma excepcional evolução no que respeita aos seus objetivos, metodologias e âmbitos de atuação, esperando-se atualmente que os processos de reabilitação urbana permitam responder a um leque crescente de desafios: preservar e aproveitar os recursos disponibilizados pelo património construído, conseguir dotá-lo de capacidade de resposta às exigências da vida coletiva contemporânea, integrar princípios e objetivos sociais, culturais, de sustentabilidade e promover novos modelos de governança urbana.

Por outro lado, a reabilitação urbana também é vista como uma alternativa para inverter os efeitos negativos que a quebra da procura de novas construções provocou no ramo da construção civil (decréscimo de empresas e postos de trabalho) constituindo assim, um segmento de mercado a ser explorado pelas empresas. Com efeito, já se defende que a reabilitação urbana, para além de constituir um instrumento de desenvolvimento urbano e territorial, deve ser assumida como um desígnio para relançar a economia nacional, pois permite: aumentar o valor de toda a fileira da construção e do imobiliário, potenciar a criação de novos empregos com maior qualificação, associar inovação através do reforço das parcerias entre empresas e universidades, aproveitar o enorme potencial de melhoria da eficiência energética do parque edificado, preparar as empresas para competir em mercados cada vez mais exigentes e globalizados através da aposta em tecnologias e processos de manutenção/reabilitação inovadores, etc.

Contudo, em primeiro lugar, torna-se necessário enquadrar a reabilitação urbana do ponto de vista conceptual, fazendo uma breve retrospectiva sobre a evolução do conceito e o modo como, partindo das tendências dominantes em particular das europeias, foi consagrada como instrumento de política urbana. Embora, do ponto de vista teórico, se reconheça algum “atraso” na transposição do conceito para o âmbito nacional, é possível realçar quatro períodos:

Anos 60/70

O conceito de reabilitação surge circunscrito a conservação do património histórico da cidade, visando essencialmente a salvaguarda e recuperação de áreas histórico-monumentais.

Anos 80

As novas concepções que se baseiam no alargamento do próprio conceito de património valorizam a intervenção urbana numa perspetiva mais ampla; embora predomine a intervenção física nos edifícios,

existem experiências de realizações no domínio do espaço público e dos equipamentos coletivos. A reabilitação adquiriu a sua dimensão urbana e assume-se como um instrumento da política urbana.

Anos 90

A reabilitação urbana ganha novo e diferente sentido, assistindo-se no âmbito das intervenções urbanísticas, à banalização e até uma certa imprecisão no recurso aos prefixos “re” (reabilitação, requalificação, revitalização, renovação, regeneração). Sugerem a noção de “retorno” e refletem uma vontade de intervir na cidade existente, devolvendo-lhe marcas que se foram esbatendo ou dotando-a de novos atributos. A reabilitação deixa de ser um instrumento exclusivo das áreas urbanas antigas, passando a ser reconhecida como uma forma de intervenção integrada em territórios urbanos desfavorecidos; as novas abordagens pretendem melhorar as condições físicas das áreas intervencionadas (edifício, espaços, públicos, infraestruturas, equipamentos, etc.) mas centram-se sobretudo no seu tecido económico e social.

O novo quadro conceptual repercute-se na criação de instrumentos de apoio comunitário que se destinam por exemplo, a periferias desqualificadas, bairros de habitação social, outras áreas com problemas semelhantes (nalguns casos abrangendo também áreas históricas).

Séc. XXI

Enquanto as décadas anteriores se caracterizam por um razoável grau de coerência, nos últimos anos assistiu-se à coexistência de uma série de tendências: os problemas com que se deparavam as áreas urbanas na década de noventa não foi resolvido, pelo contrário, os problemas ambientais, sociais e económicos identificados agudizaram-se; surge um novo paradigma de desenvolvimento - o desenvolvimento sustentável - que após uma fase entusiasta ficou fragilizado em detrimento das prioridades dadas ao crescimento e ao emprego, colocando o enfoque na competitividade dos territórios; surge a discussão em torno da definição do conceito de coesão territorial, reconhecido como o terceiro pilar do desenvolvimento, conjugado com a coesão económica e social; a reabilitação urbana foi progressivamente integrada no conceito mais amplo de desenvolvimento urbano sustentável.

A reabilitação urbana é hoje essencialmente uma política pública, direcionada a áreas urbanas específicas que, pelas suas características e problemas particulares, necessitam de uma concentração excepcional de meios e recursos para se integrarem no processo global de desenvolvimento urbano. A escala e a natureza dos problemas a que tem de dar resposta, possibilitam e justificam a adoção de abordagens altamente participadas, que não só melhoram a qualidade do processo como promovem os próprios objetivos da reabilitação urbana. Para o seu sucesso é necessário um conjunto de instrumentos operacionais e um enquadramento legal e regulamentar favorável.

Contexto Nacional

As atividades de reabilitação encontram um contexto favorável para o seu desenvolvimento, decorrente da evolução do estado da habitação e da construção em Portugal: i) a grande disparidade entre a evolução demográfica e o volume de alojamentos; ii) uma continuada expansão da oferta habitacional que resulta em larga medida de novas construções muitas delas fora do tecido consolidado; iii) um grande incremento dos alojamentos vagos e de uso sazonal; iv) uma opção “forçada” pela aquisição da habitação própria nova, devido a disfunções do mercado; v) um peso significativo do parque imobiliário em elevado estado de degradação, também devido a um mercado de arrendamento desajustado; vi) um abrandamento dos apoios e comparticipações do Estado nos programas de recuperação dos edifícios.

Esta realidade tem intensificado e alargado a amplitude dos problemas com os quais se confrontam os espaços urbanos incidindo de forma sustentável, na sua fragmentação funcional, na degradação dos centros e na ampliação dos movimentos pendulares. A reabilitação urbana surge assim, numa perspetiva mais ampla, na procura de mudança destas condições, como um processo de requalificação territorial que extravasa os limites dos centros e das periferias das cidades, integrando todos os níveis da hierarquia urbana do território nacional.

Em resumo, a reabilitação emerge hoje como a resposta para um novo paradigma do urbanismo: transição de um período expansivo (caracterizado pelo alargamento de perímetros urbanos e sucessiva expansão de infraestruturas no território) para um modelo de contenção, assente na compactação/colmatação de perímetros urbanos e na reabilitação urbana.

Conforme já foi referido os anos 90, a adesão à UE veio consolidar a consciência generalizada para proteção dos centros urbanos. Esta consciencialização suscitou a criação de um quadro legal, administrativo e financeiro que foi evoluindo, adaptando-se aos modelos teóricos de abordagem e às especificidades do território nacional. Surgiu assim um leque de programas de incentivo à realização de obras no parque habitacional como RECRIPH, RECRIA e SOLARH. Embora de iniciativa da administração central, a operacionalização dos programas dependia e depende, da administração local por força das suas atribuições e competências, exigindo uma colaboração e articulação entre as partes intervenientes.

O passado recente ficou marcado por alterações substanciais no ordenamento jurídico, refletindo uma vontade política de dinamizar as políticas de habitação e de reabilitação urbana. Estas alterações repercutiram-se por sua vez, na regulação das relações entre o poder público e os privados e na prática diária dos serviços municipais: novos modelos de abordagem, criação de instrumentos,

alteração de procedimentos, gestão de recursos, etc. Não obstante o vasto leque de diplomas, principais e relacionados, destacamos três que nos parecem mais pertinentes:

Novo Regime do Arrendamento Urbano (2006) - Lei n.º6/2006, de 27 de fevereiro com a redação atual dada pela Lei n.º79/2014, de 19 de dezembro e legislação relacionada

Tem como âmbito os contratos de arrendamento posteriores a 1990. Apesar das partes intervenientes argumentarem que subsistiam limitações no diploma, aquele introduziu algumas singularidades no processo: vem repor a necessária regulação nas relações entre proprietários e arrendatários; devolve aos contratos de arrendamento a sua natureza privada; lança as bases para articular a política fiscal com a natureza do direito da propriedade.

Por sua vez, a legislação relacionada introduziu um mecanismo que estabeleceu a uniformidade de critérios para apurar o nível de conservação dos edifícios.

Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (2009) – Decreto-Lei n.º307/2009, de 23 de outubro com a redação atual da Lei n.º32/2012, de 14 de agosto.

O regime jurídico da reabilitação urbana surgiu da necessidade de encontrar soluções para cinco grandes desafios que se colocam à reabilitação urbana: i) articular o dever de reabilitação dos edifícios que incumbe aos privados com a responsabilidade pública de qualificar e modernizar o espaço, os equipamentos e as infra-estruturas das áreas urbanas a reabilitar; ii) garantir a complementaridade e coordenação entre os diversos atores, concentrando recursos em operações integradas de reabilitação nas «áreas de reabilitação urbana», cuja delimitação incumbe aos municípios e nas quais se intensificam os apoios fiscais e financeiros; iii) diversificar os modelos de gestão das intervenções de reabilitação urbana, abrindo novas possibilidades de intervenção dos proprietários e outros parceiros privados; iv) criar mecanismos que permitam agilizar os procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas de reabilitação; v) desenvolver novos instrumentos que permitam equilibrar os direitos dos proprietários com a necessidade de remover os obstáculos à reabilitação associados à estrutura de propriedade nestas áreas.

O diploma apresenta os seguintes elementos inovadores:

- distingue o conceito de “reabilitação de edifícios” do conceito de “reabilitação urbana”;
- estrutura as intervenções de reabilitação com base em dois conceitos fundamentais: o conceito de «área de reabilitação urbana», e o conceito de «operação de reabilitação urbana»;

- a delimitação de área de reabilitação urbana, pelos municípios, pode ser feita através de instrumento próprio ou por via da aprovação de um plano de pormenor de reabilitação urbana;
- à delimitação é associada a exigência da determinação dos objetivos e da estratégia da intervenção, a definição do tipo de operação de reabilitação urbana a realizar e a escolha da entidade gestora;
- tipifica a operação de reabilitação urbana “simples” e “sistemática”;
- regula os planos de pormenor de reabilitação urbana permitir uma melhor integração entre as políticas de planeamento urbanístico municipal e as políticas de reabilitação;
- enquadra o papel dos diversos atores públicos e privados no processos da reabilitação urbana e os modelos de gestão;
- reforça a garantia da participação pública.

Novo Regime de Arrendamento Urbano (2012) -Lei n.º31/2012, de 14de agosto na sua atual redação

Publicado na sequência do período de assistência financeira a que Portugal esteve sujeito e traduz as orientações específicas sobre a Lei do Arrendamento Urbano constantes do Memorando de Entendimento. Na mesma data foi publicado o regime que regula o arrendamento apoiado.

Promoveu a atualização do valor das rendas de todos os contratos em vigor, consagrou a liberalização do mercado de arrendamento, definiu como fator de ponderação das rendas o valor patrimonial do imóvel agregado aos rendimentos do arrendatário (promovendo o carácter negocial entre as partes envolvidas) e agilizou o processo de despejo por incumprimento do arrendatário.

Contexto Municipal

Embora desenvolvido em capítulo próprio neste relatório, sublinha-se que relativamente ao parque edificado, o Censo de 2011 apurou o seguinte:

- cerca de 20% do total de alojamentos estavam vagos ou tinham uma forma de ocupação secundária;
- 65% dos alojamentos de residência habitual estavam ocupados pelo proprietário e 30% estavam arrendados;
- 37% dos edifícios apresentam necessidades de reparação, e destes, 27% foram construídos nas décadas de 60, 70 e 80;

Estes valores constituem alguns dos elementos de referência para a reabilitação no Município, que por sua vez se caracteriza por: forte vocação residencial, com sucessivos surtos de construção, de que resultaram edifícios com uso predominantemente habitacional e em que prevalece o proprietário/condomínio. O território municipal compreende ainda outras características, como a ausência de um verdadeiro “centro histórico” com elevado valor patrimonial, o que existe é uma estrutura espacial composta por vários “centros” cuja imagem tende a degradar-se à medida que se vão degradando os edifícios.

Ao longo de duas décadas assistiu-se a um baixo nível de execução os programas destinados a financiar as obras de conservação do edificado e que resultou de vários fatores. Desde logo aquele que é identificado como um problema nacional e que concorreu para a densificação dos problemas dos centros das cidades: a ausência de investimento dos proprietários na conservação da propriedade (deveres de preservação associados ao direito de prioridade), a inalterabilidade das rendas, ou como é vulgarmente conhecido o “congelamento das rendas” (contratos anteriores a 1990) e por pouca ou nenhuma disponibilidade dos inquilinos em participarem no esforço de recuperação dos imóveis, por alegada falta de condições económicas dos residentes (população envelhecida e normalmente com parcos rendimentos). Os outros dois fatores relacionam-se com as especificidades do território e que o colocaram numa situação de desvantagem no esforço da reabilitação: a inadequabilidade dos programas de financiamento, por excluírem uma parte substancial do parque habitacional que surgiu nos períodos de maior crescimento demográfico e a prioridade atribuída à erradicação da habitação degradada, indo ao encontro do eixo “Atenuar as carências habitacionais” definido no modelo de desenvolvimento do Plano.

A forma de observar a reabilitação também operou mudanças na estrutura organizacional do Município, destacando-se desde logo dois momentos:

- o ano de 2006, em que o serviço designado por Divisão de Reabilitação do Parque Habitacional Privado (DRPHP), a funcionar no Departamento de Administração Urbanística, assinala uma forte aposta nos programas de participação (RECRIA, RECRIPH, SOLARH), na articulação com os mecanismos da política fiscal (EBF, ARUs) e na criação de uma “marca”, apostando na comunicação como fator dinamizador da reabilitação;
- a transferência da DRPHP para o Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana no ano de 2011, com a publicação da nova orgânica dos serviços. Este momento constitui uma inflexão no entendimento sobre o conceito de reabilitação urbana, vista numa perspetiva integrada e envolvendo todo o parque edificado, independentemente da natureza da propriedade.

Neste contexto, é nos anos mais recentes que se assinala um reforço da divulgação dos instrumentos financeiros e fiscais, na criação de instrumentos municipais, na prestação de apoio técnico e na celebração de protocolos de colaboração.

De seguida aprofundam-se os principais instrumentos e apoios que o Município tem promovido, de acordo com a sua natureza:

Instrumentos Financeiros

RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados Decreto-Lei n.º329-C/2000, de 22 de dezembro; Lei n.º46/85, de 20 de setembro.

RECRIPH - Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal, Decreto-Lei n.º106/96, de 31 de julho

SOLARH - Programa de Apoio Financeiro Especial para a Reabilitação de Habitações, Decreto-Lei n.º39/2001, de 9 de fevereiro

A decisão de suspender as participações em 2012 por parte do IHRU, veio comprometer o processo de reabilitação física dos edifícios e fragilizou o dinamismo registado nos últimos anos.

Instrumentos Fiscais

Estatuto dos Benefícios Fiscais (2010) ao abrigo do Decreto-Lei n.º215/89, de 1 de julho na sua atual redação.

O EBF possui um capítulo dedicado aos bens imóveis, prevendo o artigo 45.º a isenção de IMI pelo período de 2 anos a contar do ano da emissão da respetiva licença camarária, para os prédios urbanos que tenham sido objeto de reabilitação urbanística.

Áreas de Reabilitação Urbana (2009) – Ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado

A existência de um conjunto de critérios – situações de degradação e obsolescência do edificado, das infraestruturas urbanísticas, do equipamento social, a existência de áreas livres e espaço público, bem como a antiguidade e relevância do edificado – suportou a definição de seis áreas de intervenção no Município, por sua vez coincidentes com as áreas objeto Majorações/Minorações de IMI: Venteira Centro; Mina Sudeste; Parque Aventura/Bairro do Bosque; Av. D. José I; Av. D. João V; Buraca Velha.

Nestas áreas foi realizado um levantamento do estado de conservação do edificado, de forma a proceder à sua classificação, servindo como base para a aplicação das majorações/minorações de IMI. O estado de conservação é periodicamente alvo de atualização, possibilitando assim ajustar o valor do imposto cobrado aos proprietários nos imóveis que beneficiaram de empreitadas de reabilitação urbana significativas.

Para além da isenção de IMI pelo período de 5 anos (artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais) a realização de obras de melhoria confere aos seus proprietários benefícios/isenções fiscais extraordinárias no que concerne ao IRS, ao IVA e à tributação das mais-valias. Prevê-se que o regime vigorará até ao ano de 2020.

Instrumentos Municipais

Ao mesmo tempo que promove os programas de apoio à reabilitação física do edificado, em parceria com os organismos da tutela, o Município desenvolveu um conjunto de instrumentos visando complementar os programas de âmbito nacional, alargando a sua abrangência a domínios ou públicos-alvo que não reúnem os critérios exigidos nos regimes de incentivo. Neste contexto, procuraram-se alternativas para corrigir irregularidades do edificado, com grande expressão no Concelho, simplificar e agilizar procedimentos, rentabilizar recursos técnicos e financeiros, promover protocolos de colaboração com entidades que operam no mercado da reabilitação. Referem-se os seguintes instrumentos:

- Prazo e Preço Mínimo Garantido – Marquises OK, criado em 2011 destina-se a facilitar o processo de regularização de marquises construídas ilegalmente ou de licenciamento de novas, tornando o processo mais simples, rápido e mais acessível do ponto de vista económico;
- Programa Municipal de Apoio à Realização de Obras - PH +, surge em 2010 e prevê a comparticipação na realização de obras de conservação em partes comuns dos edifícios em regime de propriedade horizontal;
- Bolsa de Empreiteiros e Projetistas, criado em 2010, reúne um conjunto de profissionais habilitados e credenciados para executarem obras de reabilitação; a CMA é apenas um agente facilitador, limitando-se a ir ao encontro das necessidades dos Municípios, não tendo qualquer responsabilidade sobre os profissionais contratados;
- Medida Janelas Eficientes, pretende sensibilizar para a inclusão de soluções que respondam aos atuais padrões de exigência em matéria de sustentabilidade ambiental no momento das obras de conservação;
- REABILITA + (2013) resultou da suspensão do RECRIA e substituiu o PH +; prevê a possibilidade de comparticipação de realização de obras a fundo perdido em edifícios quer se encontrem com propriedade horizontal constituída ou não.

Estratégia Municipal da Reabilitação Urbana-Amadora 2025 (2013)

A EMRUA tem como missão prosseguir um conjunto de objetivos e de ações conducentes à promoção da Reabilitação Urbana do Município, dinamizando a recuperação do edificado em mau estado e assegurando uma regular conservação do parque habitacional e do património construído, público e privado, aumentando a qualidade de vida da população e a atratividade do território.

Apresenta um modelo de intervenção assente em três eixos estratégicos, I. Intervir, II. Dinamizar, III. Gerir, que por sua vez se desenvolvem em medidas concretas. O eixo *Intervir*, incide sobre a atuação da CMA no domínio da dinamização da reabilitação urbana e da conservação e valorização do edificado, contribuindo para a melhoria da imagem urbana da Cidade; o segundo eixo, *Dinamizar*, destinado a incentivar a criação de uma cultura de manutenção regular do edificado através da disponibilização de instrumentos e soluções que apoiem os particulares a reabilitar/conservar os imóveis; direcionado para a gestão eficaz do parque habitacional público-municipal, surge o eixo *Gerir*.

Define um modelo de desenvolvimento urbano que tem subjacente uma categorização de espaços (espaços urbanos centrais, espaços urbanos a consolidar, espaços urbanos a estruturar, áreas de habitação social, núcleos degradados, grandes polaridades económicas, estrutura verde municipal), que pela sua homogeneidade, potencialidades/debilidades etc., podem ser objeto de medidas específicas no domínio da reabilitação urbana, articulando-se com os eixos identificados na abordagem estratégica.

A EMRU é um instrumento de carácter estratégico e orientador da atuação do Município com um horizonte temporal até 2025, garante a articulação das suas ações com o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, mas para além disso reconhecem-se duas mais-valias obtidas com a sua elaboração: materializa o novo modelo conceptual da reabilitação urbana numa perspetiva ampla e integradora e contribui para dar coerência interna aos programas e iniciativas já desenvolvidas no respetivo serviço.

De acordo com o previsto no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana a existência deste documento constituiu uma condicionante para os municípios procederem à delimitação de áreas de reabilitação urbana.

Área de Reabilitação Urbana (2014) – nos termos do artigo 7.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana Decreto-Lei n.º307/2009, de 23 de outubro com a redação dada pela Lei n.º32/2012.

A legislação define ARU como sendo a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma

intervenção integrada, através de uma Operação de Reabilitação Urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.

A delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana determina a assunção pelo Município da necessidade de congregar nessa área, um conjunto de intervenções e investimentos integrados, em consequência de uma estratégia previamente definida - Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana.

O Município procedeu à delimitação da ARU, coincidente em larga medida com o território consolidado, que foi aprovada no final de 2014, aguardando apreciação em Assembleia Municipal.

Cronologia de intervenção no Centro da Cidade

O caso particular centro da Cidade merece destaque nesta análise porque para além da relevância que lhe é atribuída no modelo de ordenamento do PDM (área estratégica – zona *h*) existem três momentos que marcaram a atuação pública nesta parcela do território:

— Projeto URBCOM (2002) - constituiu uma viragem na atenção dada ao parque habitacional pela intenção de fazer coincidir a realização de projetos complementares na área de intervenção, designadamente na reabilitação do edificado. Contudo a inexistência de interligação, em termos de programação temporal entre as intervenções nos estabelecimentos comerciais (localizados no piso térreo dos edifícios) e a parte restante dos edifícios, ou a total ausência de iniciativa dos privados, fragilizou a lógica integradora e retirou escala à intervenção.

Reconhecendo a importância do edificado dos eixos de intervenção do URBCOM e a necessidade de enquadrar as pressões de transformação urbanística a que o território do Centro estava sujeito, (problemas já identificados num estudo elaborado em 1984³⁸) foi elaborado um levantamento destinado a caracterizar as componentes visíveis dos edifícios (época de construção, materiais aplicados, elementos dissonantes, etc.) culminando com a tentativa de definir um índice de conservação. Embora de natureza académica e experimental, o trabalho acabou por fornecer elementos de base que sustentaram a realização de outro estudo dedicado ao Centro encomendado pelo Município em 2007 a um gabinete da especialidade.

— Estudo “Revitalizar o Centro da Amadora”³⁹ (2008) - Composto por uma Diagnóstico e um Plano de Ação, apresentava a seguinte visão orientadora “(...)Centro da Amadora como uma centralidade que reflita a dinâmica social e económica do Concelho num quadro de valorização da qualidade de

³⁸ CIPRO, *Projeto Zona Centro da Amadora*, 1984

³⁹ Espaço & Desenvolvimento, *Revitalizar o Centro da Amadora*, 2008

vida dos residentes, trabalhadores e demais frequentadores daquele espaço, promovendo a tolerância, a tecnologia e o talento, reforçando-se como referência urbana e identitária". A intervenção global preconizava a atuação em três planos: edificado e espaço público, socioeconómico e institucional. O Programa integrado de ações, resultante destes objetivos, desenvolvia-se em três grandes linhas de desenvolvimento: i) qualificação e inovação no ambiente urbano; ii) animação económica e fomento do empreendedorismo; iii) aprendizagem para a diversidade e solidariedade.

O Estudo apresentou várias potencialidades: recentrou o debate da necessidade de intervenção no centro; apresentava soluções próximo da escala de projeto; traçava alguns cenários de "rutura" afim de criar a reflexão sobre a carência de elementos simbólicos e identitários contrariando os atributos do território associados ao subúrbio (ausência de qualidade de espaço urbano nomeadamente pela falta de coerência e articulação bem como a escassez de elementos simbólicos fortes); associava uma forte componente de animação, valorização da multiculturalidade e da arte como veículo de dinamização urbana.

- Requalificação da Av. Santos Mattos⁴⁰ (2011) - Resultado da tradução espacial do estudo estratégico "Revitalizar o Centro da Cidade da Amadora" a intervenção surgiu com o objetivo de constituir uma experiência-piloto, testando novas soluções de reabilitação urbana simples, integradas, sustentáveis e demonstrativas. A posição central deste eixo no Concelho e a sua extensão, considerada relativamente pequena, constituíram os critérios de opção por este eixo. A presença de edifícios de diferentes épocas, contemplando estilos arquitetónicos heterogéneos permitiu a exemplificação de mecanismos de reabilitação diversos. Trata-se de uma intervenção integrada, que atua ao nível da habitação, recuperando as fachadas, promovendo uma melhoria do conforto térmico e uma valorização do património, mas também do comércio, introduzindo uma nova vivência estética, uma revitalização da dinâmica comercial, com a finalidade de promover na Avenida um "centro comercial a céu aberto".

A abordagem apresentou vários aspetos inovadores mas sublinha-se a aplicação de um processo que garantiu a participação pública, com o objetivo de proporcionar uma verdadeira apropriação individual da intervenção e o envolvimento dos atores locais.

Recentemente, destaca-se a intervenção nas empenas e muros do eixo Gonçalves Ramos/Avenida D. Filipa de Lencastre/Estrada de Queluz (Alto Maduro) que foram alvo de ilustrações alusivas ao Festival Internacional da Banda Desenhada, imprimindo na imagem urbana a conjugação entre o mais emblemático evento cultural da Cidade e a reabilitação.

⁴⁰ Espaço & Desenvolvimento/Atelier Falanstério

Reabilitação urbana e reabilitação de edifícios têm âmbitos e objetivos diferentes, ao mesmo tempo que a reabilitação de edifícios não deve ser confundida com obras de conservação.

O decréscimo da construção nova para fins habitacionais que acompanha a quebra da emissão de licenças de construção, indicia a saturação/crise neste segmento de mercado, contudo o recurso à reconstrução/ampliação ainda não se traduz no aumento deste tipo de licenças.

O Município é o grande impulsionador da reabilitação, não existindo outros atores de dimensão relevante neste domínio, obrigando a um esforço acrescido na mobilização de recursos.

O trabalho desenvolvido com vista a alargar o leque de instrumentos e mecanismos de assistência, numa lógica de simplificação e capitalização das intervenções, tem revelado insuficiências nos seus resultados.

A intenção de combinar a arte urbana e a reabilitação manifestou-se nas recentes intervenções municipais, contudo estas não devem consubstanciar-se em ações isoladas, mas sim enquadradas numa estratégia municipal que identifique a cultura e a criatividade como eixo potenciador de criação de valor, de inovação e de diferenciação territorial, em convergência com a estratégia de *crescimento inteligente* da Região de Lisboa.

A reabilitação urbana é um instrumento da política de desenvolvimento urbano e territorial do Município e é no referencial da gestão territorial que deve ser interpretada.

As dinâmicas económicas e sociais registadas em cada parcela da Cidade afetam o território no seu conjunto, pelo que só uma abordagem global e multi-escalar poderá garantir a qualidade individual e sistémica do conjunto das intervenções.

Não basta reabilitar a dimensão física da cidade, é preciso regenerar a cidade intervindo simultaneamente sobre as dimensões imateriais: na economia/geração de empregos, na redução das vulnerabilidades sociais e de coesão territorial, atratividade económica e cultural.

A reabilitação urbana pressupõe a emergência de novos modelos de governança urbana, apoiadas em parcerias territoriais de base local.

Matriz de análise de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças

PONTOS FORTES

Eliminação progressiva das manchas de habitação precária por extinção dos núcleos degradados com resolução PER de 86% dos casos.

Diversificação de ofertas habitacionais: unidades residenciais, disponibilização de habitação a custos controlados e realojamento disperso na malha urbana consolidada.

Gestão do parque habitacional baseada em critérios de eficiência: ajustamento de tipologias por alteração da dimensão das famílias e rotatividade de fogos por abandono ou incumprimento, gerando bolsa de devolutos a reintegrar no processo de realojamento.

Integração social das famílias nos bairros municipais suportada em redes que combinam a iniciativa pública e solidária.

O espaço público e os equipamentos de proximidade constituem elementos estruturadores dos processos de inserção social e de apropriação do bairro.

Reforço da coesão territorial pela libertação de áreas de habitação degradada e requalificação desses mesmos espaços, de que é exemplo o Parque Urbano da Ribeira da Falagueira.

Criação de Áreas de Reabilitação Urbana com os benefícios e isenções fiscais correspondentes, a par de outros instrumentos municipais visam incentivar a reabilitação física do edificado.

Intervenção na Av. Santos Mattos é exemplo de nova solução de requalificação urbana.

Elaboração da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana – Amadora 2025.

PONTOS FRACOS

Realojamento massivo tem consequências negativas, quer ao nível do ambiente social, quer ao nível da conservação do edificado.

Homogeneidade sócio económica dos moradores, a par da recessão económica perpetua ciclos de pobreza nos bairros.

Desemprego e empobrecimento generalizado das famílias geram novas necessidades de habitação.

Fogos vagos e de uso secundário potenciam degradação do parque habitacional privado.

Recurso à reconstrução ainda não se traduz num aumento deste tipo de licença.

Presença de AUGIs com reserva de áreas passíveis de colmatação e qualificação urbanas.

Desajustamento dos programas de financiamento de obras de conservação (Recria e Recriph) que excluíam edifícios construídos nas décadas de maior pressão construtiva.

OPORTUNIDADES

Abordagem multidimensional da habitação como instrumento das políticas de desenvolvimento.

Realojamento disperso introduz aspetos positivos quanto à utilização e conservação dos alojamentos e emancipação das famílias.

Novas orientações das políticas públicas de habitação- valorização crescente da reabilitação e do arrendamento.

Divergência entre dinâmicas de crescimento populacional e crescimento habitacional favorece reabilitação urbana.

O novo paradigma de contenção assenta na colmatação do espaço urbano e em processos de regeneração, revitalização e reabilitação urbanas.

Pintura de empenas e muros de um eixo de entrada na cidade com ilustrações alusivas ao festival Amadora BD potencia a arte urbana como elemento simbólico da cidade.

A Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana-Amadora 2025 define objetivos, princípios de atuação e um modelo de abordagem que orientam projetos e ações num horizonte temporal alargado.

Tendo como referência os objetivos de crescimento sustentável fixados para 2020, o PAR Lisboa 2014-2020 prevê a mobilização de recursos financeiros para promover as prioridades estratégicas contidas no eixo estratégico “Qualificação Urbana”.

AMEAÇAS

Erradicação total dos bairros de habitação precária requer esforço financeiro elevado da Autarquia no médio prazo.

Estado passa de interventor a regulador responsabilizando o indivíduo como elemento central e recetor de políticas públicas.

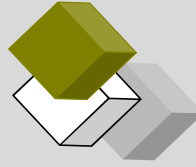
Suspensão de apoios e participações do Estado nos programas de recuperação do parque habitacional privado.

Desconhecimento da dinâmica do mercado de arrendamento face à alteração dos instrumentos legais criados recentemente.

O mercado habitacional de proprietários não é acompanhado por uma cultura de conservação e manutenção regular do edificado privado.

Dificuldade de acesso a crédito para aquisição de habitação própria.

Incapacidade de investimento na reabilitação urbana no atual contexto económico e dificuldades de associação entre investimento público e privado.



3

Identificação das alterações da estrutura do território

A conjuntura do início dos anos noventa indiciava uma expectativa de crescimento, no âmbito da qual se formularam estratégias e objetivos, que em parte foram operacionalizados e implementados nas duas décadas de vigência do Plano Diretor. Todavia, nestas duas décadas de vigência do PDM ocorreram alterações estruturais que comprometeram parcialmente as condições de operacionalização do plano, e porventura, puseram em causa alguns dos seus objetivos. De facto, a primeira década foi marcada por um conjunto de fatores que estimularam o crescimento; porém, a partir da segunda metade da primeira década do novo século, a conjuntura económico financeira conduziu a uma recessão que culminou no programa de Assistência Financeira (2011-14).

Esta circunstância afetou quer as dinâmicas territoriais, quer a intervenção pública por força das fortes restrições financeiras.

Identificação dos fatores de mudança:

- Condições de contexto, marcadas numa primeira fase pelo forte crescimento a que se seguiu a recessão económico-financeira, com repercussões na base económica e degradação das condições de vida.
- Políticas nacionais setoriais, por exemplo, a execução dos Planos Nacionais Rodoviários PNR 1985 e 2000 que alargaram o nível de cobertura viária com a criação dos itinerários complementares que atravessam o Município da Amadora.
- Fundos comunitários disponíveis para dotação de equipamentos, qualificação do espaço público e programas de coesão socio territorial (Urban I, Urban II, PROQUAL e Zambujal Melhora).
- Políticas municipais fundadas na implementação de políticas setoriais como aconteceu na habitação social (Programa Especial de Realojamento), na educação (o aumento da escolaridade obrigatória e reordenamento e integração da rede escolar), na saúde (agrupamento dos centros de saúde), na ação social (pela dotação de equipamentos e respostas para infância e idosos) e no ambiente com obrigação de cumprir metas em vários domínios.
- Política de ordenamento do território com o desenvolvimento de planos municipais de ordenamento de território a várias escalas.
- Degradação das áreas urbanas consolidadas, a par da contínua expansão tendencialmente fragmentada.
- Estrutura etária da população residente marcada pelo acentuado envelhecimento demográfico.

À luz destes fatores podemos reconhecer um conjunto de alterações na estrutura do território da Amadora.

Reconfigurações Territoriais

A estratégia de atuação defendida no Plano Diretor Municipal apostava na correção das situações urbanísticas deficientes projetando, a partir das possibilidades identificadas no modelo de ordenamento um espaço urbano mais equilibrado e qualificado. Este cenário, muito ambicioso face aos problemas existentes no território, requeria uma intervenção ativa do município no sentido de dinamizar processos no domínio socio urbanístico e de competitividade territorial essenciais às mudanças pretendidas. De facto, a reconversão urbanística e funcional de um subúrbio já muito enraizado exige um espaço temporal alargado que supera o horizonte temporal do plano.

O PDM delimitou consideráveis áreas a transformar: “áreas urbanizáveis”, “urbanizáveis mistas” e “industriais” que se apresentam hoje, na sua maioria, com soluções urbanísticas definidas, seja por via de planos de nível inferior, entretanto executados, seja por via de operações de loteamento, excetuando a área estratégica da Falagueira/Venda Nova, âncora para a reconfiguração funcional do Município, ainda não concretizada.

A evolução ocorrida está sintetizada nas matrizes de análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, elaboradas no final cada objetivo de desenvolvimento preconizado no plano e na ficha de indicadores gerais.

As formas e processos dessas transformações decorrem de:

Alteração estrutural das infraestruturas de mobilidade

Alteração das condições de acessibilidade externa pela construção ou beneficiação de cinco vias A16/IC16, A36/IC 17, A9/IC18, A3/IC19 e EN 177 e respetivos nós de acesso, que asseguram ligações do Município ao sistema viário regional/nacional e possibilitaram a diversificação de fluxos de tráfego.

Alteração das condições de acessibilidade intramunicipal pela execução dos eixos longitudinais e transversais previstos em PDM, o que permitiu a reestruturação e hierarquização da rede viária principal, promovendo a transferência entre níveis e uma boa articulação entre os bairros e o centro da cidade. O ritmo da execução foi por vezes acelerado pela promoção privada, como aconteceu em áreas de localização de estruturas como o Dolce Vita Tejo, Decathlon e Ikea, uma vez que o sucesso dos projetos dependia da acessibilidade.

Alteração da rede de transportes coletivos através do prolongamento do Metropolitano a Alfovelos e Falagueira, da remodelação/criação de novas estações de caminho-de-ferro, bem como a reformulação de itinerários da maioria das carreiras no sentido de favorecer a oferta de serviços de rebatimento nas áreas de atração dos interfaces (Amadora, Reboleira, Damaia, Falagueira e Alfovelos).

Alteração das condições de mobilidade suave priorizando o modo pedonal, com a construção de 21km de pistas de caminhada distribuídas pelo território.

Alteração da estrutura e ocupação do solo

Redução das manchas de habitação precária pela eliminação de 24 bairros degradados com resolução de 86% dos casos PER e uma oferta de 2.094 fogos de habitação social.

Conversão de zonas com usos degradantes e reabilitação de áreas naturais como é o caso das margens de ribeiras. Estes dois objetivos de ação concretizaram-se no caso da construção do Parque Aventura, Ilha Mágica do Lido, Parque da Ribeira e Parque do Zambujal

Alargamento da mancha urbana, que representava 50% da área total do Município em 1994 para 61% em 2012. Os compromissos decorrentes de áreas licenciadas, em execução até 2012, projetam o contínuo urbanizado para 65% do território. Esta evolução reflete dois processos já descritos: i) a densificação, da classe de “urbano” (10,2%) sobretudo por edifícios com fins principalmente residenciais; ii) expansão urbana por efeito do preenchimento das classes de espaço “urbanizável” e “urbanizável misto” cuja execução e compromissos assumidos preenchem 52% da área de expansão prevista em PDM.

Cobertura de cerca de 22% do território por 1 plano de urbanização e 17 planos de pormenor com um nível de concretização de 46,5%, a que acresce 15% da área dos planos concretizada através de loteamentos.

Existência de 10,6% de fogos vagos em 2011. O aumento foi de 69% face a 1994.

Reserva urbanística gerada até 2012, traduzida pelo número de fogos licenciados e não construídos em planos e em loteamentos com alvará posterior a 1994 é de 5.265, (6% face ao parque habitacional existente). Acrescem a esta reserva 403 fogos integrados em loteamentos anteriores a 1994.

Alteração das redes de infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva

O Município da Amadora supriu os défices fundamentais identificados em 1994 ao nível da infraestruturização do território, nomeadamente no domínio dos serviços urbanos, dos espaços verdes e dos equipamentos, o que projetou um espaço urbano mais equilibrado e qualificado. Findo o ciclo da cobertura, a aposta agora centra-se na eficiência, nomeadamente na implementação de novas políticas ambientais fundadas em soluções economizadoras de energia e amigas do ambiente.

Concretização de uma estrutura verde urbana, contínua e transversal (154 hectares) a toda a cidade conectada através de corredores arbóreos (99km), de que resultou um forte aumento da captação área verde/habitante (de 2,3 para 9m²) e que integrou novos usos como os circuitos de manutenção e estações de cardiofitness, potenciadores de vida saudável.

Implementação de um sistema de recolha seletiva de resíduos sólidos (acessível a 98% dos alojamentos), a selagem definitiva e posterior recuperação ambiental da Lixeira da Boba, a renovação da rede saneamento básico para toda a cidade e a intensificação da cobertura territorial de redes de transporte e distribuição de gás natural, energia elétrica e de telecomunicações.

Realização de intervenções de qualificação do espaço público, quer estruturantes (ex: Parque Aventura, Parque Central, Av. Conde Castro Guimarães, Jardim Luís Vaz de Camões, Av. Santos Mattos, etc.), quer pontuais.

Implementação de um sistema educativo municipal ajustado à procura de alunos que assentou na construção/requalificação de equipamentos de educação e ensino, na universalização do acesso ao pré-escolar traduzido na triplicação da oferta na rede pública, na elevação diversificada da oferta de atividades extra curriculares e na operacionalização de um modelo de autonomia dos seus órgãos de gestão;

Requalificação dos espaços desportivos das escolas e construção de salas de desporto em centros escolares, possibilitando atividades de educação e expressão físico-motora aos alunos do 1º ciclo e dotação das escolas do 2 e 3º ciclos (89%) e secundárias (100%) de pavilhões desportivos, abertos à comunidade em horário extraescolar.

Alargamento da rede de equipamentos sociais para infância, traduzida na melhoria da cobertura em creche e atividades de tempos livres, e para idosos através do reforço da capacidade instalada em lar e camas de cuidados continuados, insuficientes face à procura.

Completamento da rede de equipamentos de saúde com a construção do Hospital Doutor Fernando Fonseca e intervenções ao nível do planeamento e execução da política de saúde local.

Alteração da base económica e emprego

A experiência mostra-nos que os territórios são cada vez mais permeáveis às dinâmicas verificadas no domínio económico e, no contexto da globalização, é a escala local/regional que se reconhece como a mais adequada para potenciar a diferenciação territorial.

O poder público tem uma intervenção muito limitada no domínio económico e a lógica reguladora que o PDM assumiu revelou-se não ser a mais adequada para planear o desenvolvimento local.

As tendências de evolução do tecido económico articulam a importância decrescente da indústria e da construção civil e o papel crescente do comércio/serviços.

Reforço da capacidade empregadora, comprovado pelo aumento do número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço.

A atomização da base económica da Amadora manteve-se, entre 1995 e 2011. Neste ano, 85% dos estabelecimentos tinham menos de dez pessoas ao serviço que garantiam, em 1995, 30% do emprego e, em 2011, 22%.

O peso das grandes empresas com mais de 500 pessoas ao serviço manteve-se neste período, mas a sua capacidade empregadora reforçou-se (representavam, respetivamente, 12 e 30% do emprego total no concelho).

Registou-se uma progressiva regressão do peso da indústria transformadora. No período 1995-2011, a diferença entre a criação e dissolução saldou-se numa redução de 92 estabelecimentos industriais e de 5.500 postos de trabalho, acompanhada de uma retração da dimensão média dos estabelecimentos industriais.

O sector terciário afirmou-se como grande empregador: em 1995 garantia emprego a cerca de 54% das pessoas ao serviço e em 2011 cerca de 83%.

Em 2011, mais de 50% dos empregados na Amadora possuía apenas o ensino básico, 24% possuía o 12º ano de escolaridade e apenas 21% detinha o ensino superior.

Relativamente ao nível de qualificação da mão-de obra ao serviço nos estabelecimentos, cerca de 20% dos empregados são quadros médios e superiores, 51% profissionais qualificados e semiquualificados e 12% são profissionais indiferenciados.

A crise económica e as restrições impostas pelo programa de assistência financeira sentem-se no Município, refletindo-se no desempenho desfavorável dos indicadores recolhidos nos anos mais recentes (2008-2013), contrariando a tendência de evolução positiva verificada no período anterior 1991/2001. Estes efeitos são visíveis por exemplo na quebra do dinamismo da base económica com o sucessivo decréscimo do número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios respetivos, bem como dos estabelecimentos e do emprego declarado nos mesmos.

Agravamento da taxa de desemprego, 6,8% em 1991 e 15% em 2011, com um desemprego jovem (15-24 anos) de 32%.

O contexto desfavorável repercutiu-se no aumento do número de desempregados, demonstrado pela subida dos valores do desemprego médio mensal no intervalo entre 2008 e 2013, atingindo níveis idênticos a 1997.

Alterações nas deslocações pendulares

Aumento do número de movimentos intraconcelhios (+39%), o que significa que o município em 2011 suporta no seu interior mais de 1/3 do total de deslocações por motivos de estudo e trabalho.

Reforçou-se em termos absolutos e relativos a importância das entradas no concelho, o que traduz um aumento da capacidade atrativa da Amadora.

Embora em 2011 as “saídas” para trabalho ou estudo sejam o padrão de deslocações dominante, atenuou-se em 12,5pp a dependência funcional face a 1991.

Alterações nas relações de dependência da Amadora com os concelhos da Grande Lisboa: a perda de importância de Lisboa como destino de trabalho e estudo, embora ainda preponderante; a emergência de Oeiras enquanto destino de trabalho, ocupando agora a segunda posição no ranking das saídas e o reforço da posição dominante de Sintra enquanto concelho emissor de empregados e estudantes para a Amadora.

A par das mudanças territoriais verificou-se uma acentuada alteração da estrutura demográfica e dos níveis de qualificação da população residente.

Na década de noventa, a Amadora perde 5.902 (3,2%) habitantes por efeito de um movimento migratório muito significativo que anulou o crescimento natural. Na década de 2000 a população praticamente estabiliza registando-se uma ligeira perda de 736 habitantes, devido a saldos migratórios negativos e abrandamento do saldo natural. Nos três últimos anos, começa a desenhar-se um novo panorama migratório devido à conjuntura económica adversa: recrudescimento dos fluxos emigratórios e quebra nos fluxos imigratórios.

Acentuou-se o peso dos idosos que mais que duplicou (de 15.841 para 32.742) e reduziu-se a importância dos jovens (-26%) no total da população. A melhor constatação para esta mudança profunda é a evolução do índice de envelhecimento, que passou de 45 em 1994 para 126 idosos por cem jovens até aos catorze anos em 2014.

Alteração da população por entrada de imigrantes com nacionalidade estrangeira que mais que triplicaram (de 5.356 para 17.853) nos últimos vinte anos. Em 2011 representam 10,2% da população residente. A multiculturalidade está centrada em cinco nacionalidades: Cabo Verde, Brasil, Guiné Bissau, Angola e São Tomé e Príncipe que representam 82% da população estrangeira.

Aumento do número de famílias em 18,4% e decréscimo da sua dimensão média de 2,9 em 1991 para 2,4 em 2011. Esta redução na estrutura familiar é devida ao já citado envelhecimento populacional e à diminuição das taxas de natalidade, a par do surgimento de novos modelos de família.

Alterações no nível de qualificação da população residente: 16,3% possui ensino superior completo, o que significa que em duas décadas a proporção de licenciados quase triplicou uma vez que a mesma representava 10,75% em 2001 e 6,37% em 1991. Em 2011 30% da população entre 30 e 34 anos possuía uma licenciatura, indicador aquém do objetivo recomendado (40%) pela Estratégia Europa 2020.

Concluindo, conhecidas as dinâmicas do território, os fatores que lhe deram origem e a atual organização territorial, identificaram-se os avanços conseguidos, as ações não concretizadas e a emergência de novos problemas. Neste quadro, os princípios orientadores para a revisão do PDM devem ser balizados pela articulação da estratégia municipal com a estratégia de ordenamento territorial da Área Metropolitana de Lisboa e em particular da Grande Lisboa. Apesar do PROTAML 2002, apresentar alguma desatualização, os princípios aí preconizados ao nível do desenvolvimento urbano – aposta na reabilitação e regeneração, em oposição à expansão urbana estão em conformidade com as orientações defendidas nos documentos de referência do Acordo de Parceria 2014-2020.

Indicadores Gerais

GRANDES NÚMEROS

| | 1991 | 2011 |
|---|---------|---------|
| População residente | 181.774 | 175.136 |
| Famílias | 62.039 | 73.433 |
| Edifícios | 12.120 | 13.696 |
| Alojamentos | 71.717 | 88.002 |
| Habitantes/ha | 76,4 | 73,6 |
| Edifícios/ha | 5,1 | 5,7 |
| Alojamentos/ha | 30,1 | 33,9 |
| Idade média da população residente (anos) | 34,9 | 41,5 |

DINÂMICA DEMOGRÁFICA

| | 1991 | 2011 |
|---|------|------|
| Taxa de natalidade (‰) | 12,5 | 10,8 |
| Taxa de mortalidade (‰) | 7 | 8,5 |
| Taxa de mortalidade infantil (‰) | 11,4 | 8,4 |
| Percentagem de jovens | 19,3 | 14,8 |
| Percentagem de idosos | 8,7 | 18,7 |
| População em idade ativa (%) | 71,7 | 66,5 |
| Dimensão média da família | 2,9 | 2,4 |
| Taxa de analfabetismo (só fornecida pelo INE ao Concelho - ind. c/10+ anos) | 5,1 | 3,7 |
| População residente com 1º ciclo do ensino básico (%) | 35,1 | 55,8 |
| População residente com ensino secundário (%) | 18,2 | 36,4 |
| População residente com ensino superior (%) | 6,3 | 16,3 |

DINÂMICA ECONÓMICA E PRODUTIVA

| | 2004 | 2011 |
|--------------------------------|--------|--------|
| Total de Empresas Sedeadas | 16.761 | 16.278 |
| Indústria transformadora | 759 | 565 |
| Construção | 2.052 | 1.367 |
| Comércio grosso | 1.444 | 1.165 |
| Comércio retalho | 2.417 | 1.932 |
| Alojamento e Restauração | 1.128 | 1.022 |
| Transporte e Armazenagem | 447 | 419 |
| Serviços prestados às empresas | 3.969 | 5.477 |
| Serviços prestados às famílias | 3.786 | 3.572 |

Situação da População Residente perante a Atividade Económica

| | 1991 | 2011 |
|---|--------|--------|
| Indivíduos residentes empregados no sector II | 24.137 | 11.405 |
| Indivíduos residentes empregados no sector III | 61.952 | 62.160 |
| Indivíduos residentes desempregados à procura do 1º emprego | 1.261 | 2.457 |
| Indivíduos residentes desempregados à procura de novo emprego | 5.012 | 10.506 |
| Indivíduos residentes pensionistas ou reformados | 24.131 | 40.272 |
| Taxa de desemprego (%) | 6,8 | 15 |
| Taxa de atividade (%) | 50,9 | 49,5 |

Indicadores Gerais

| Número de Empresas segundo os escalões de pessoal | 2004 | 2011 |
|--|-------------|-------------|
| < 10 | 16.154 | 15.782 |
| 10-49 | 506 | 406 |
| 50-249 | 79 | 69 |
| 250 ou + | 22 | 21 |

DINÂMICA TERRITORIAL E URBANA

| Parque Habitacional | 1991 | 2011 |
|--|-------------|-------------|
| N.º de pisos/edifício | 4,8 | 3,5 |
| N.º Alojamentos familiares clássicos/edifício | 5,8 | 6,4 |
| Proporção alojamentos vagos (%) | 7,9 | 10,6 |
| Idade média do edificado (n.º de anos) | 21,8 | 36,9 |
| Índice de envelhecimento dos edifícios (%) | | 305 |
| Média de encargos com alojamentos ocupados pelo proprietário (euros) | | 365 |
| Proporção alojamentos ocupados pelo proprietário (%) | 60,3 | 64,4 |
| Proporção alojamentos sobrelotados (%) | 28 | 18 |
| Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%) | | 37 |

| | 1993 | 2014 |
|---|-------------|-------------|
| N.º barracas | 4.855 | 1.310 |
| N.º fogos municipais (PER e outros programas) | 99 | 2.098 |

| Edifícios licenciados segundo o tipo de obra | 1995-2012 |
|--|------------------|
| Total de edifícios licenciados (obras de edificação) | 1.288 |
| Alterações | 9 |
| Ampliação | 2 |
| Construção Nova | 1.269 |
| Reconstrução/Restauração | 8 |

| Edifícios e fogos licenciados em construções novas | 1995-2012 |
|---|------------------|
| N.º de edifícios licenciados destinados à habitação | 1.203 |
| N.º de fogos licenciados em construção nova (total) | 12.150 |
| N.º de fogos T0 ou T1 por edifício de construção nova | 1.239 |
| N.º de fogos T2 por edifício de construção nova | 5.501 |
| N.º de fogos T3 por edifício de construção nova | 4.620 |
| N.º de fogos T4 ou mais por edifício de construção nova | 790 |

Indicadores Gerais

QUALIDADE DE VIDA

| | 1994 | 2013/14 |
|---|-------|---------|
| Espaços verdes <i>per capita</i> (m ² /Habitante) | 2,7 | 8,8 |
| Extensão da rede viária construída e beneficiada (km) | 255 | 370,2 |
| N.º de carreiras de transporte público rodoviário | 41 | 59 |
| Taxa de cobertura de Creche (%) | 5 | 34 |
| Taxa de cobertura de J. Infância, rede pública (%) | 5 | 34 |
| Taxa de cobertura total de J. Infância (%) | 23 | 87 |
| Taxa de cobertura de ATL (6-9 anos) (%) | 14 | 41 |
| N.º EB1 construídas e requalificadas entre 1994 e 2014 | | 6+20 |
| Taxa de escolarização no 1º ciclo do ensino básico, rede pública (%) | 86 | 87 |
| Média de alunos matriculados por computador no 1º Ciclo | s/inf | 2,9* |
| EB1, rede pública, com prática desportiva em instalações cobertas no edifício (%) | 50 | 97 |
| EB2,3, rede pública, com ginásio/pavilhão desportivo (%) | 38 | 89 |
| E. Secundárias, rede pública, com ginásio / pavilhão desportivo (%) | 17 | 100 |
| Taxa de cobertura de centros para Idosos (%) | 9 | 7,4 |
| N.º espaços desportivos /1.000 habitante | 0,9 | 1,5 |
| Médicos /1.000 habitante | 3,3 | 2,9 |
| Camas hospitalares /1.000 habitante | 4,3 | 4,2 |
| N.º Farmácias | 35 | 41 |
| N.º visitantes do Festival da Banda Desenhada | - | 30.340 |
| N.º Caixas Multibanco | 56 | 201 |

*2011/2012

| | 1993 | 2014 |
|--|-------|------|
| N.º de agregados familiares residentes em barracas | 6.585 | 927 |

Movimentos Pendulares (movimentos de entrada+saída+intraconcelhios)

| | 1991 | 2011 |
|--|-------|-------|
| Duração média do percurso casa escola ou casa trabalho (minutos) | 33,76 | 25,83 |
| Modo de deslocação – a pé (%) | 18 | 15 |
| Modo de deslocação – autocarro (%) | 40 | 17 |
| Modo de deslocação – comboio (%) | 19 | 11 |
| Modo de deslocação – transporte individual (%) | 23 | 51 |
| Modo de deslocação – metropolitano (%) | ---- | 6 |

AMBIENTE

| | 1994 | 2014 |
|--|------|-------|
| Superfície total de espaços verdes (ha) | 42,1 | 227,5 |
| Área de espaços verdes de recreio e lazer (ha) | 15,7 | 62,9 |
| Parques Urbanos (ha) | 11,3 | 61,0 |
| Nº de Parques Infantis | 63 | 80 |
| Árvores / 1.000 habitante | 50 | 152 |

| | 1994 | 2013 |
|--|------|------|
| N.º de habitantes / ecoponto | 0 | 413 |
| RU recolhidos seletivamente / RU total (%) | 0,5 | 11 |
| RU recolhidos por habitante (kg/hab) | 380 | 385 |
| RU recolhidos seletivamente por habitante (kg/hab) | 1,9 | 42,4 |
| Abastecimento de água (%) | 98,5 | 100 |
| Drenagem e tratamento de águas residuais (%) | 98,5 | 100 |

| Indicadores Gerais | Fonte |
|---|---|
| GRANDES NÚMEROS | |
| População Residente | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Famílias | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Edifícios | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Alojamentos | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Habitantes/ha | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Edifícios/ha | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Alojamentos/ha | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Idade média da população residente (anos) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| DINÂMICA DEMOGRÁFICA | |
| Taxa de natalidade (‰) | INE, Estatísticas Demográficas, 1991 e 2011 |
| Taxa de mortalidade (‰) | INE, Estatísticas Demográficas, 1991 e 2011 |
| Taxa de mortalidade infantil (‰) | INE, Estatísticas Demográficas, 1991 e 2011 |
| Percentagem de jovens | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Percentagem de idosos | INE, Censos 1991 e 2011 |
| População em idade ativa (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Dimensão média da família | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Taxa de analfabetismo (só fornecida pelo INE ao Concelho - ind. c/10+ anos) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| População residente com Ensino Básico (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| População residente com Ensino Secundário (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| População residente com Ensino Superior (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| DINÂMICA ECONÓMICA E PRODUTIVA | |
| N.º de Empresas Sedeadas | INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, 2004 e 2011 |
| N.º de Empresas sedeadas segundo os Escalões de Pessoal | INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, 2004 e 2011 |
| Situação da População Residente perante a Ativ. Económica | |
| Indivíduos residentes empregados no sector II | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Indivíduos residentes empregados no sector III | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Indivíduos residentes desempregados à procura do 1º emprego | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Indivíduos residentes desempregados à procura de novo emprego | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Indivíduos residentes pensionistas ou reformados | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Taxa de desemprego (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Taxa de atividade (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |

| Indicadores Gerais | Fonte |
|--|---|
| DINÂMICA TERRITORIAL E URBANA | |
| Parque Habitacional | |
| N.º de pisos / edifício | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Alojamentos familiares clássicos/edifício | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Proporção alojamentos vagos (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Idade média do edificado (n.º de anos) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Índice de envelhecimento dos edifícios | INE, Censos 2011 |
| Média de encargos com alojamentos ocupados pelo proprietário (euros) | INE, Censos 2011 |
| Proporção alojamentos ocupados pelo proprietário (%) | INE, Censos 1991 e 2001 |
| Proporção de alojamentos sobrelotados (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Proporção de alojamentos com necessidade de reparação (%) | INE, Censos 2011 |
| N.º Barracas | CMA/DHRU, 2014 |
| N.º Fogos Municipais (PER e outros programas) | CMA/DHRU, 2014 |
| Edifícios licenciados segundo o tipo de obra | |
| Alterações | INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995-2012 |
| Ampliação | INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995-2012 |
| Construção Nova | INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995-2012 |
| Reconstrução/Restauração | INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995-2012 |
| Edifícios e fogos licenciados em construções novas | |
| N.º de edifícios licenciados destinados à habitação | INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995-2012 |
| N.º de fogos licenciados em construção nova (total) | INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995-2012 |
| N.º de fogos T0 ou T1 por edifício de construção nova | INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995-2012 |
| N.º de fogos T2 por edifício de construção nova | INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995-2012 |
| N.º de fogos T3 por edifício de construção nova | INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995-2012 |
| N.º de fogos T4 ou + por edifício de construção nova | INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, 1995-2012 |

| Indicadores Gerais | Fonte |
|---|---|
| QUALIDADE DE VIDA | |
| Espaços Verdes (m ² /1000hab.) | CMA, DAIPEV, 2012 |
| Extensão da rede viária construída e beneficiada (km) | CMA, DOM/DTMU, 2014 |
| N.º de carreiras de transporte público rodoviário | CMA, DOM/DTMU, 2014 |
| Taxa de cobertura de Creche (%) | CMA, DEDS, 2013/14 |
| Taxa de cobertura de J. Infância, rede pública (%) | CMA, DEDS, 2013/14 |
| Taxa de cobertura total de J. Infância (%) | CMA, DEDS, 2013/14 |
| Taxa de cobertura de ATL (%) | CMA, DEDS, 2013/14 |
| N.º EB1 construídas e requalificadas entre 1994 e 2004 | CMA, DEDS, 2014 |
| Taxa de escolarização no 1º ciclo do ensino básico, rede pública (%) | CMA, DEDS, 2013/14 |
| Média de alunos matriculados por computador no 1º Ciclo | INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa 2012 |
| EB1, rede pública, com prática desportiva em instalações cobertas no edifício (%) | CMA, DEDS, 2013/14 |
| EB2,3, rede pública, com ginásio/pavilhão desportivo (%) | CMA, DEDS, 2014 |
| E. Secundárias, rede pública com ginásio/pavilhão desportivo (%) | CMA, DEDS, 2014 |
| Taxa de cobertura de centros para Idosos (%) | CMA, DIG, 2014 |
| N.º espaços desportivos /1000 hab. | CMA, DIG, 2014 |
| Médicos / 1 000 hab. | INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 e 2013 |
| Camas hospitalares /1000 hab. | INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 e 2013 |
| N.º Farmácias | INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 e 2013 |
| N.º de visitantes no Festival da Banda Desenhada | CMA, DEDS, 2014 |
| N.º Caixas Multibanco | INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa, 1994 e 2013 |
| N.º de agregados familiares residentes em barracas | CMA/DHRU, 2014 |
| Movimentos Pendulares | |
| Duração média do percurso casa escola ou casa trabalho (min.) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Modo de deslocação – a pé (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Modo de deslocação – autocarro (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Modo de deslocação – comboio (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Modo de deslocação – transporte individual (%) | INE, Censos 1991 e 2011 |
| Modo de deslocação – metropolitano (%) | INE, Censos 2011 |
| AMBIENTE | |
| Superfície total de espaços verdes (ha) | CMA, DAIPEV e DIG, 2012 |
| Área de espaços verdes de recreio e lazer (ha) | CMA, DAIPEV e DIG, 2012 |
| Parques Urbanos (ha) | CMA, DAIPEV e DIG, 2012 |
| Nº de Parques Infantis | CMA, DAIPEV e DIG, 2012 |
| Árvores / 1.000 hab. | CMA, DAIPEV e DIG, 2012 |
| N.º de habitantes / ecoporto | CMA, DASU, 2014 |
| RU recolhidos seletivamente / RU total (%) | CMA, DASU, 2014 |
| RU recolhidos por habitante (kg/hab) | CMA, DASU, 2014 |

Bibliografia

BARROSO, Sérgio (2014) “Desenvolvimento urbano das políticas europeias à Região de Lisboa e Vale do Tejo”, *Ciclo de Conferências Urbanismo, Ambiente e Desenvolvimento Regional*, CCDRLVT, Lisboa, 7 de novembro

CAMPOS, Vítor; PINHO, Ana (2012) “A dimensão urbana nas políticas europeias - uma abordagem na perspetiva da I&DT”, *Jornadas Cidades e Desenvolvimento*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 18 a 20 de junho

CARVALHO, Jorge (2014) “Planeamento Municipal”, *Seminário O 25 de Abril e o Poder Local Democrático*, Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, Évora, 10 de outubro

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano (2009) *Estratégia de desenvolvimento do cluster das indústrias criativas. Amadora: à conquista das novas fronteiras da cultura e da criatividade – notas para uns termos de referência*, Câmara Municipal da Amadora, Amadora

CET-ISCTE; IRIC-UPorto; A. Mateus Associados (2007) “Estratégia e Modelo de Intervenção - Relatório 3” in *Contributos para o Plano Estratégico da Habitação 2008-2013*, IHRU, 183p.

GALVÃO, Sofia (2008) “Repensar o planeamento local: que soluções para a rigidez das normas dos planos diretores municipais?”, *Encontro Os Dez Anos da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo - Génesis e Evolução do sistema de Gestão Territorial 1998-2008*, Ad Urbem, Lisboa, 12 de dezembro

GONÇALVES, Jorge (coord.) et al (2006) *Reabilitação urbana: oportunidades económicas, emprego e competências*, Espaço e desenvolvimento, Lisboa, 136 p.

PEREIRA, Margarida (2007) “Os próximos desafios do planeamento municipal”, *GEOINNOVA*, Departamento de Geografia e Planeamento Regional-FCSH/UNL, Lisboa, Nº7, 179-199 pp.

PEREIRA, Margarida (2009) “Desafios contemporâneos do ordenamento do território: para uma governabilidade inteligente do(s) território(s)”, *Prospetiva e Planeamento – Economia e Território*, Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais, vol. 16, 77-102 pp.

PORTAS, Nuno et al (2003)- *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, FCG, Lisboa, 295 p

PORTAS, Nuno et al (2011)- *Políticas Urbanas II – Transformações, Regulação e Projectos*, FCG, Lisboa, 395 p

RAMOS, Luis (2007) “Instrumentos de gestão territorial de nível nacional e regional e a próxima geração dos planos diretores municipais”, *XXVII Colóquio Nacional da ATAM*, Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, Albufeira, 24 a 27 de outubro

SOARES, Luis Jorge Bruno (2004) “Paradoxos e equívocos de 20 anos de planeamento do território”, *Sociedade e Território nº 37/38 - Revista de Estudos Urbanos e Regionais*, Edições Afrontamento, Porto, 96-102 pp

VILAÇA, Eduardo (2001) “O Estado da Habitação”, *Cidade, Comunidades e Território*, Centro de Estudos Territoriais-Instituto de Ciências Sociais e Humanas, nº 3, 83-92 pp

Índice de quadros

| | | |
|------------------|--|-----|
| Quadro 1 | Modelo de ordenamento | 21 |
| Quadro 2 | Número de estabelecimentos e número de pessoas ao serviço nos municípios da Grande Lisboa | 25 |
| Quadro 3 | Número de estabelecimentos e número de pessoas ao serviço na indústria transformadora nos municípios da Grande Lisboa | 27 |
| Quadro 4 | Evolução dos estabelecimentos e de pessoas ao serviço por classes de dimensão | 28 |
| Quadro 5 | Indicadores de empresas no Município | 29 |
| Quadro 6 | Demografia das empresas | 30 |
| Quadro 7 | Classificação da indústria segundo a intensidade tecnológica de acordo com os grupos/classes da CAE (Rev.3) | 32 |
| Quadro 8 | Classificação dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (SIAT), de acordo com as divisões da CAE Rev.3 (OCDE) | 33 |
| Quadro 9 | Classificação das atividades de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), de acordo com os grupos/classes da CAE Rev.3 (OCDE) | 33 |
| Quadro 10 | Relação entre residentes e não residentes ao nível do emprego | 38 |
| Quadro 11 | Desemprego registado segundo as habilitações literárias na Amadora | 45 |
| Quadro 12 | Desemprego registado na Amadora segundo a duração | 46 |
| Quadro 13 | Desemprego registado na Amadora segundo a situação face à procura | 46 |
| Quadro 14 | Área, densidade populacional, população residente e variação intercensitária | 55 |
| Quadro 15 | Edifícios, alojamentos e população residente, 2011 e variação 1991-2011 | 57 |
| Quadro 16 | Média de alojamentos por edifício e densidade habitacional | 57 |
| Quadro 17 | Edifícios segundo a época de construção, por estado de conservação, 2011 | 57 |
| Quadro 18 | Alojamentos clássicos, segundo a forma de ocupação, por época de construção do edifício, 2011 | 58 |
| Quadro 19 | Média de escalões de encargos e de rendas, nos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual, em euros | 59 |
| Quadro 20 | Saldo natural e saldo migratório por local de residência | 65 |
| Quadro 21 | População Residente, por nacionalidade e naturalidade | 66 |
| Quadro 22 | Evolução das variáveis principais 1991 e 2011 | 69 |
| Quadro 23 | Número de Alvarás emitidos e projetos com expressão territorial entre 1995 – 2013 | 83 |
| Quadro 24 | Estimativas de execução nas áreas de expansão | 85 |
| Quadro 25 | Estimativas de execução do espaço Urbano, Industrial/Serviços (existente) e Industrial Proposto | 86 |
| Quadro 26 | Espaços verdes e equipamentos cedidos nos alvarás emitidos 1995-2013 | 87 |
| Quadro 27 | Situação das AUGI | 88 |
| Quadro 28 | Ocupação urbana em AUGI | 90 |
| Quadro 29 | Estrutura viária principal proposta em 1994 | 109 |
| Quadro 30 | Execução da estrutura viária municipal principal proposta em 1994 | 111 |
| Quadro 31 | Execução Movimento de passageiros transportados por metropolitano e comboio | 117 |
| Quadro 32 | Movimentos pendulares da população empregada ou estudante entre 1991 e 2011 | 120 |
| Quadro 33 | Novos parques de estacionamento municipais criados após 1994 com capacidade superior a 100 lugares de estacionamento | 127 |
| Quadro 34 | Organização tipológica dos espaços verdes municipais | 132 |
| Quadro 35 | Evolução da área e captação de espaços verdes e de recreio – 1995-2014 | 134 |
| Quadro 36 | Equipamento para deposição de resíduos urbanos | 140 |
| Quadro 37 | Resíduos urbanos recolhidos por tipo de recolha e tipo de destino | 143 |
| Quadro 38 | Evolução dos indicadores do sistema educativo | 156 |
| Quadro 39 | Tipologia dos pavilhões desportivos escolares | 171 |
| Quadro 40 | Oferta desportiva pós 1994 | 172 |
| Quadro 41 | Execução do PER | 187 |
| Quadro 42 | Bairros existentes e extintos | 189 |
| Quadro 43 | Distribuição dos pedidos não abrangidos pelo PER, 1994-2014 | 195 |
| Quadro 44 | Distribuição do Parque Habitacional Municipal (PHM) | 197 |

Índice de figuras

| | | |
|------------------|--|-----|
| Figura 1 | Planta de Ordenamento do PDM | 20 |
| Figura 2 | Evolução do desemprego no Município da Amadora, 1997-2013 (média mensal) | 44 |
| Figura 3 | Estrutura Etária 2011 e 1991 | 62 |
| Figura 4 | Taxa de crescimento decenal | 64 |
| Figura 5 | Áreas estratégicas | 72 |
| Figura 6 | Instrumentos de gestão territorial aprovados e em elaboração | 77 |
| Figura 7 | Alvarás emitidos e projetos com expressão territorial entre 1995 – 2013 | 84 |
| Figura 8 | Áreas urbanas de génese ilegal AUGI | 89 |
| Figura 9 | Estudos urbanísticos | 93 |
| Figura 10 | Direitos de preferência | 96 |
| Figura 11 | Ocupação urbana 1994-2003-2012 | 97 |
| Figura 12 | Cronograma dos Programas | 100 |
| Figura 13 | Projetos de iniciativa pública e comunitária | 107 |
| Figura 14 | Proposta do PDM da estrutura viária principal da Amadora | 110 |
| Figura 15 | Mapa execução da estrutura viária principal proposta em PDM | 113 |
| Figura 16 | Mapa rede viária 2014 | 115 |
| Figura 17 | Rede de transportes | 119 |
| Figura 18 | Principais movimentos de saída | 121 |
| Figura 19 | Principais movimentos de entrada | 122 |
| Figura 20 | Modos de transporte utilizados nos movimentos de entrada e saída (Grande Lisboa) | 123 |
| Figura 21 | Modos de transporte utilizados nos movimentos intraconcelhios | 124 |
| Figura 22 | Duração média das deslocações 1991, 2011 | 125 |
| Figura 23 | Proposta da estrutura verde, PDM | 129 |
| Figura 24 | Rede ecológica metropolitana | 131 |
| Figura 25 | Evolução da rede de espaços verdes 1995-2014 | 135 |
| Figura 26 | Modelo estratégico de arborização – Horizonte 2020 | 136 |
| Figura 27 | Pontos de deposição de resíduos indiferenciados e seletivos | 142 |
| Figura 28 | Composição física dos resíduos produzidos na Amadora em 1994 e 2013 | 144 |
| Figura 29 | População segundo os grandes grupos etários | 147 |
| Figura 30 | Agrupamentos de escolas | 153 |
| Figura 31 | Cobertura de equipamentos, rede pública e particular | 154 |
| Figura 32 | Indicadores demográficos | 158 |
| Figura 33 | Evolução da frequência em equipamentos para idosos | 160 |
| Figura 34 | Bairros de barraca | 190 |
| Figura 35 | Percurso familiares nos bairros degradados | 192 |
| Figura 36 | Pedidos de habitação segundo a situação de carência | 194 |
| Figura 37 | Vetustez do edificado do parque habitacional municipal | 196 |

Índice de anexos

| | |
|--|-----|
| Anexo 1 Estrutura dos estabelecimentos e emprego por setores de atividade, 2011 | 232 |
| Anexo 2 Estrutura dos estabelecimentos e emprego por setores de atividade, 1995 | 233 |
| Anexo 3 Investigação & Desenvolvimento | 234 |
| Anexo 4 Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores, 2011 | 235 |
| Anexo 5 Distribuição dos estabelecimentos e pessoas ao serviço nos ramos das industriais culturais na Amadora e AML, 2011 | 235 |
| Anexo 6 População com 15 e mais anos segundo o principal meio de vida, 2011 | 236 |
| Anexo 7 População Residente empregada segundo a situação na profissão, 2001 e 2011 | 236 |
| Anexo 8 Estrutura etária da população residente e da população ativa na Amadora em 2011 | 237 |
| Anexo 9 Estrutura etária da população residente e da população ativa na Amadora em 2001 | 237 |
| Anexo 10 População Residente empregada segundo os grupos profissionais, 2011 | 238 |
| Anexo 11 Pessoas ao serviço nos estabelecimentos segundo as habilitações literárias na Amadora, 2011 | 238 |
| Anexo 12 Pessoas ao serviço nos estabelecimentos segundo o nível de qualificação na Amadora, 2011 | 239 |
| Anexo 13 Desemprego registado na Amadora segundo os grupos profissionais 2001 e 2013 | 239 |
| Anexo 14 Índice de Lotação dos Alojamentos Familiares Clássicos, Ocupados como Residência Habitual | 240 |
| Anexo 15 Alojamentos Clássicos de Residência Habitual segundo o Número de Divisões 2011, 2001 e 1991 | 240 |
| Anexo 16 Edifícios licenciados por localização geográfica e tipo de obra | 241 |
| Anexo 17 Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar e tipologia do fogo | 242 |
| Anexo 18 Edifícios concluídos por localização geográfica e tipo de obra | 243 |
| Anexo 19 Núcleos familiares segundo o número e idade dos filhos, em 2011 | 244 |
| Anexo 20 Número de Instrumentos de gestão territorial aprovados | 245 |
| Anexo 21 Número de Instrumentos de gestão territorial em curso | 246 |
| Anexo 22 Execução da estrutura viária proposta no PDM, por eixo | 247 |
| Anexo 23 Entradas a partir dos municípios da Grande Lisboa em 2011 | 249 |
| Anexo 24 Saídas para os municípios da Grande Lisboa em 2011 | 249 |
| Anexo 25 Variação das deslocações de entrada para trabalho e estudo | 250 |
| Anexo 26 Variação das deslocações de saída para trabalho e estudo | 250 |
| Anexo 27 Parques de estacionamento por freguesia | 251 |
| Anexo 28 Circuitos de manutenção/cardiofitness existentes no Município | 251 |
| Anexo 29 Pistas de caminhada | 252 |

ANEXOS

Anexo 1**Estrutura dos estabelecimentos e emprego por setores de atividade, 2011**

| CAE | 2011 | | | |
|---|------------------|-------------|---------------|-------------|
| | Estabelecimentos | | Pessoas | |
| A - AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA | 4 | 0,1% | 8 | 0,0% |
| C - INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS | 294 | 7,6% | 4.071 | 8,9% |
| D - ELECTRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO | 3 | 0,1% | 22 | 0,0% |
| E - CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIB. DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO | 6 | 0,2% | 70 | 0,2% |
| F - CONSTRUÇÃO | 420 | 10,9% | 3.453 | 7,5% |
| G - COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS | 1.332 | 34,4% | 11.219 | 24,5% |
| H - TRANSPORTES E ARMAZENAGEM | 207 | 5,4% | 691 | 1,5% |
| I - ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES | 435 | 11,2% | 8.563 | 18,7% |
| J - ACTIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO | 102 | 2,6% | 2.139 | 4,7% |
| K - ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS | 120 | 3,1% | 940 | 2,1% |
| L - ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS | 81 | 2,1% | 208 | 0,5% |
| M - ACTIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES | 273 | 7,1% | 1.591 | 3,5% |
| N - ACTIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO | 111 | 2,9% | 6.194 | 13,5% |
| O - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA; SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA | 1 | 0,0% | 92 | 0,2% |
| P - EDUCAÇÃO | 56 | 1,4% | 611 | 1,3% |
| Q - ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL | 183 | 4,7% | 4.769 | 10,4% |
| R - ACTIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPECTÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS | 26 | 0,7% | 212 | 0,5% |
| S - OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS | 215 | 5,6% | 934 | 2,0% |
| TOTAL | 3.869 | 100% | 45.787 | 100% |

Fonte: ME "Quadros de Pessoal", 2011; com tratamento DIG

Anexo 2

Estrutura dos estabelecimentos e emprego por setores de atividade, 1995

| CAE | 1995 | | | |
|---|------------------|-------------|---------------|-------------|
| | Estabelecimentos | | Pessoas | |
| A- AGRIC.,PROD.ANIMAL,CACA,SILV. | 3 | 0,1% | 32 | 0,1% |
| B- PESCA | 0 | 0,0% | 0 | 0,0% |
| C- INDUSTRIAS EXTRACTIVAS | 1 | 0,0% | 6 | 0,0% |
| D- INDUSTRIAS TRANSFORMADORAS | 386 | 11,3% | 9.649 | 30,5% |
| E- PROD.,DISTRIB.,ELECT.GAS,AGUA | 9 | 0,3% | 363 | 1,1% |
| F- CONSTRUCAO | 429 | 12,6% | 4.579 | 14,5% |
| G- COMERCIO GROSSO E RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS | 1.487 | 43,6% | 9.890 | 31,2% |
| H- ALOJ.,RESTAURACAO (REST.SIMIL) | 389 | 11,4% | 1.731 | 5,5% |
| I- TRANSP., ARMAZ., COMUNICACOES | 80 | 2,3% | 766 | 2,4% |
| J- ACTIVIDADES FINANCEIRAS | 59 | 1,7% | 528 | 1,7% |
| K- ACT.IMOB.,ALUG.SERV.PREST.EMP | 256 | 7,5% | 2.268 | 7,2% |
| L- ADM.PUB.,DEF.SEG.SOCIAL OBRIG | 1 | 0,0% | 58 | 0,2% |
| M- EDUCACAO | 53 | 1,6% | 454 | 1,4% |
| N- SAUDE E ACCAO SOCIAL | 91 | 2,7% | 654 | 2,1% |
| O- OUT.ACT.SERV.COLECT.SOC.PESS. | 166 | 4,9% | 683 | 2,2% |
| TOTAL | 3.410 | 100% | 31.661 | 100% |

Fonte: ME "Quadros de Pessoal", 1995; com tratamento DIG

Anexo 3

Investigação & Desenvolvimento

| Unidade territorial | | | Região Lisboa | Amadora |
|------------------------------------|-------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| Unidades de investigação | | | 1.128 | 34 |
| Pessoal em I&D (N.º) | | | | |
| | Total | | 47.869 | 1.468 |
| | Setor de execução | Empresas | 12.194 | 1.347 |
| | | Estado | 4.249 | 121 |
| | | Ensino Superior | 27.251 | 0 |
| | | IPSFL (1) | 4.175 | 0 |
| Despesa em I&D (Milhares de euros) | | | | |
| | Total | | 1.330.375,1 | 64.681,6 |
| | Setor de execução | Empresas | 683.622,9 | 59.233,3 |
| | | Estado | 124.664,0 | 5.448,3 |
| | | Ensino Superior | 410.474,3 | 0,0 |
| | | IPSFL (1) | 111.614,0 | 0,0 |
| Pessoal em I&D (ETI) (2) | | | | |
| | Total | | 22.536,8 | 1.030,9 |
| | Setor de execução | Empresas | 5.698,7 | 940,3 |
| | | Estado | 1.866,9 | 90,6 |
| | | Ensino Superior | 12.074,1 | 0,0 |
| | | IPSFL (1) | 2.897,1 | 0,0 |

(1). IPSFL – Instituições privadas sem fins lucrativos
(2). (ETI) – Equivalente a tempo integral

Fonte: Ministério da Educação/DGEE "Inquérito ao potencial científico e tecnológico, 2011"; com tratamento DIG

Anexo 4

Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores, 2011

Unidade: milhares de euros

| Unidade Territorial | Exportações | | | Importações | | |
|---------------------|-------------|---------------------------|---------------------------|-------------|---------------------------|---------------------------|
| | Total | Comércio intracomunitário | Comércio extracomunitário | Total | Comércio intracomunitário | Comércio extracomunitário |
| Região de Lisboa | 14.171.920 | 9.132.996 | 5.038.924 | 33.928.692 | 22.309.725 | 11.618.967 |
| Grande Lisboa | 9.229.378 | 5.022.757 | 4.206.620 | 30.207.527 | 19.246.530 | 10.960.997 |
| Lisboa | 5.375.819 | 2.648.759 | 2.727.060 | 17.535.969 | 8.574.195 | 8.961.774 |
| Amadora | 182.333 | 92.348 | 89.985 | 1.076.560 | 977.896 | 98.664 |

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2011; com tratamento DIG

Anexo 5

Distribuição dos estabelecimentos e pessoas ao serviço nos ramos das industriais culturais na Amadora e AML, 2011

| CAE | Estabelecimentos | | | Pessoas ao serviço | | |
|---|------------------|--------------|-------------|--------------------|---------------|-------------|
| | Amadora | AML | Amadora/AML | Amadora | AML | Amadora/AML |
| | N.º | N.º | % | N.º | N.º | % |
| 22 - Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados | 57 | 948 | 6,0% | 833 | 11.560 | 7,2% |
| 74 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas | 41 | 1.264 | 3,2% | 221 | 7.414 | 3,0% |
| 91 - Atividades Associativas diversas n. e. | 17 | 773 | 2,2% | 204 | 7.715 | 2,6% |
| 92 - Atividades Recreativas Culturais e Desportivas | 19 | 820 | 2,3% | 88 | 8.711 | 1,0% |
| Total | 134 | 3.805 | 3,5% | 1.346 | 35.400 | 3,8% |

Fonte: ME "Quadros de Pessoal" 2011; PROTAML 2010 versão para consulta pública com tratamento DIG

Anexo 6

População com 15 e mais anos segundo o principal meio de vida, 2011

| | Amadora N.º | Grande Lisboa N.º | Grande Lisboa excl Lisboa N.º |
|---|-----------------------|-----------------------------|---|
| Trabalho | 74.077 | 898.399 | 671.189 |
| Rendimentos da propriedade e da empresa | 412 | 9.258 | 5.545 |
| Subsídio de desemprego | 5.155 | 50.157 | 39.443 |
| Rendimento social de inserção | 2.451 | 17.373 | 10.491 |
| Pensão / Reforma | 40.272 | 440.636 | 294.342 |
| Subsídios e Apoio social | 1.660 | 17.166 | 12.897 |
| A cargo da família | 21.150 | 244.937 | 181.005 |
| Outra situação | 4.056 | 50.460 | 36.235 |
| Total | 149.233 | 1.728.386 | 1.251.147 |

Fonte: INE, Censo 2011; com tratamento DIG

Anexo 7

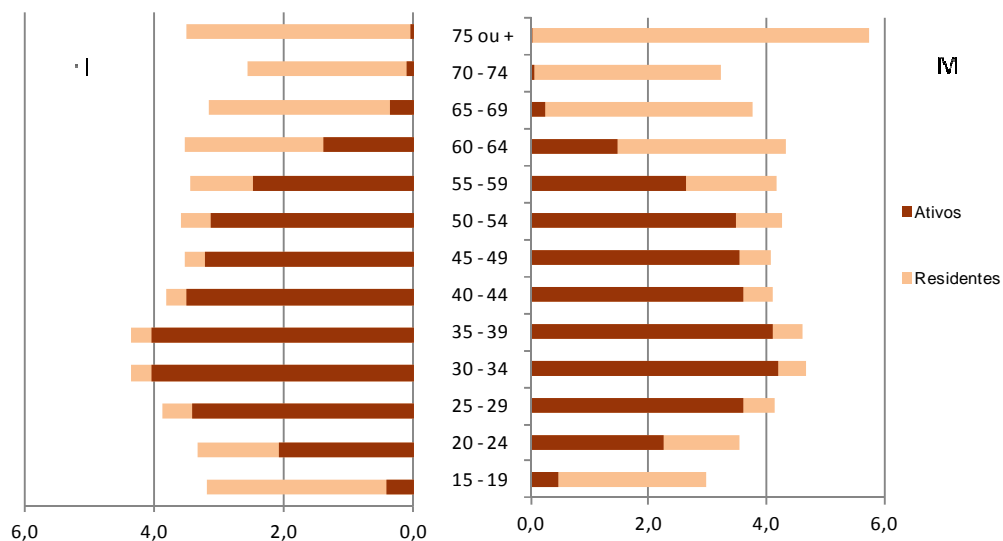
População Residente empregada segundo a situação na profissão, 2001 e 2011

| | 2011 Nº | 2001 Nº |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Empregador | 6.551 | 7.431 |
| Trabalho por conta própria | 3.542 | 3.470 |
| Trabalho Familiar não renumerado | 162 | 197 |
| Trabalho por conta outrem | 62.474 | 74.456 |
| Membro ativo de cooperativa | 44 | 262 |
| Outra situação | 895 | 848 |
| Total | 73.668 | 86.664 |

Fonte: INE, Censo 2001 e 2011; com tratamento DIG

Anexo 8

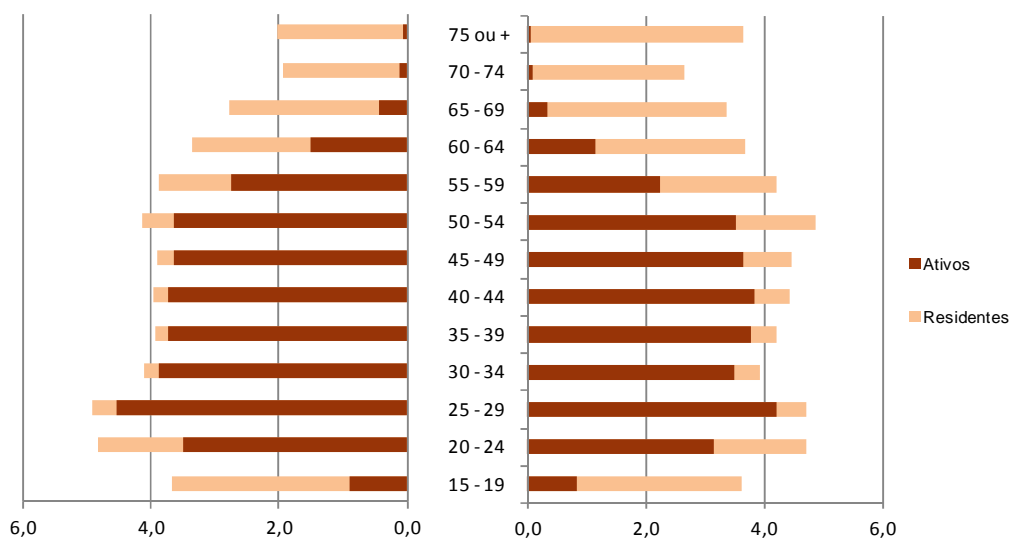
Estrutura etária da população residente e da população ativa na Amadora em 2011



Fonte: ME "Quadros de Pessoal" 2011

Anexo 9

Estrutura etária da população residente e da população ativa na Amadora em 2001



Fonte: ME "Quadros de Pessoal" 2001

Anexo 10

População Residente empregada segundo os grupos profissionais, 2011

| | Amadora | Lisboa | Grande Lisboa |
|--|----------------|----------------|----------------------|
| G1-Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos | 4.516 | 23.616 | 76.156 |
| G2-Especialistas das atividades intelectuais e científicas | 10.814 | 73.858 | 183.365 |
| G3-Técnicos e profissões de nível intermédio | 10.918 | 32.574 | 131.071 |
| G4-Pessoal administrativo | 8.687 | 20.666 | 98.217 |
| G5-Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores | 17.126 | 39.430 | 181.288 |
| G6-Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta | 252 | 713 | 5.223 |
| G7-Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices | 7.604 | 11.592 | 80.552 |
| G8-Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem | 2.564 | 4.734 | 30.459 |
| G9-Trabalhadores não qualificados | 10.498 | 21.040 | 104.201 |
| G0-Profissões das Forças Armadas | 689 | 1.343 | 7.509 |
| Total | 73.668 | 229.566 | 898.041 |

Fonte: INE, Censo 2011; com tratamento DIG

Anexo 11

Pessoas ao serviço nos estabelecimentos segundo as habilitações literárias na Amadora, 2011

| Habilitações literárias | % |
|--|--------------|
| Nenhum nível de ensino | 0,8 |
| Ensino Básico | 53,3 |
| Ensino Secundário | 23,7 |
| Ensino pós-Secundário. não Superior Nível IV | 0,5 |
| Ensino Superior | 21,4 |
| Ignorado | 0,3 |
| Total | 100,0 |

Fonte: ME "Quadros de Pessoal" 2011; com tratamento DIG

Anexo 12

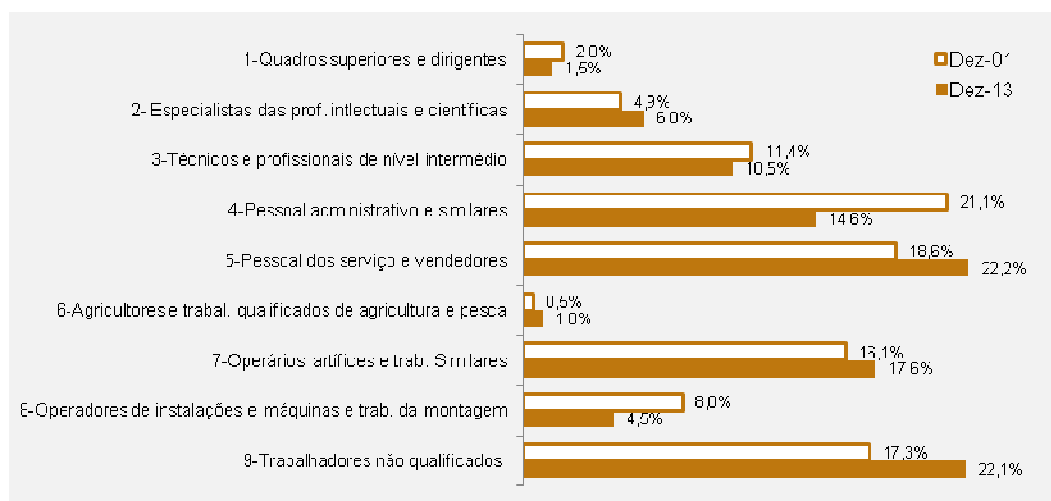
Pessoas ao serviço nos estabelecimentos segundo o nível de qualificação na Amadora, 2011

| Nível de qualificação | % |
|---|--------------|
| Estagiários, praticantes e aprendizes | 2,5 |
| Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa | 6,0 |
| Profissionais não qualificados (indiferenciados) | 12,1 |
| Profissionais semi-qualificados (especializados) | 23,0 |
| Profissionais qualificados | 28,1 |
| Profissionais altamente qualificados | 7,6 |
| Quadros médios | 7,7 |
| Quadros superiores | 13,0 |
| Total | 100,0 |

Fonte: ME "Quadros de Pessoal" 2011; com tratamento DIG

Anexo 13

Desemprego registado na Amadora segundo os grupos profissionais 2001 e 2013



FONTE: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991 e 2001; com tratamento DIG

Anexo 14

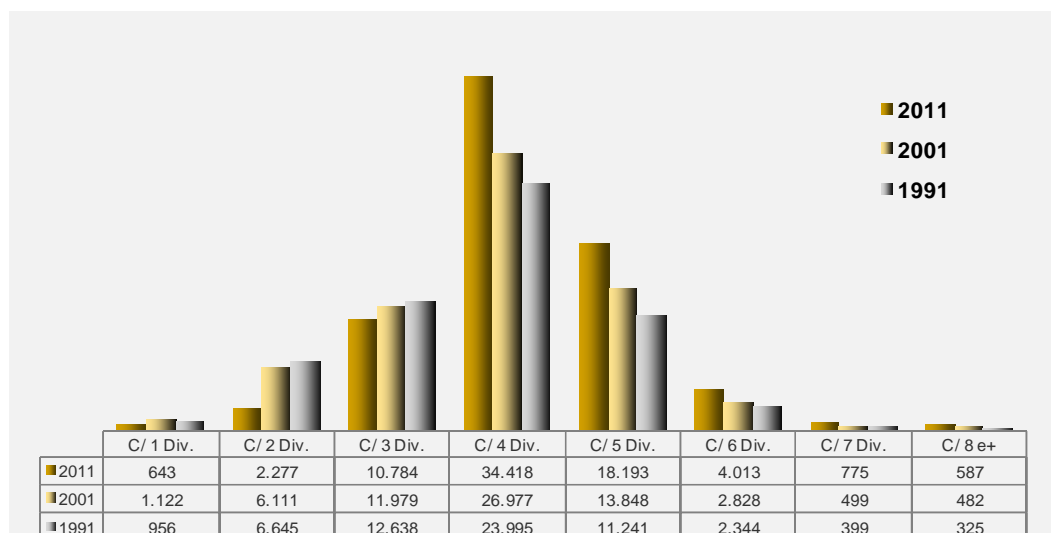
Índice de Lotação dos Alojamentos Familiares Clássicos, Ocupados como Residência Habitual

| | | Índice de lotação | | | | | | | |
|------|---------------------|-------------------|---|--------------|---------------|---------------|---|--------------|-------------|
| | | Total | Alojamentos sublotados Nº de divisões excedentes | | | Normal | Alojamentos sobrelotados Nº de divisões em falta | | |
| | | | 3 Div. Ou + | 2 Div. | 1 Div. | | 1 Div. | 2 Div. | 3 Div. Ou + |
| 2011 | Grande Lisboa | 821.036 | 73.972 | 128.771 | 272.762 | 234.957 | 84.067 | 19.975 | 6.352 |
| | Amadora | 71.690 | 2.336 | 8.451 | 24.986 | 23.259 | 9.345 | 2.366 | 947 |
| | Cascais | 81.338 | 10.708 | 13.977 | 25.327 | 21.553 | 7.542 | 1.758 | 473 |
| | Lisboa | 237.247 | 28.924 | 41.504 | 76.040 | 62.044 | 21.775 | 5.211 | 1.749 |
| | Loures | 79.310 | 5.349 | 12.445 | 26.753 | 23.093 | 8.528 | 2.282 | 860 |
| | Mafra | 28.564 | 3.652 | 5.144 | 9.776 | 7.169 | 2.309 | 433 | 81 |
| | Odivelas | 56.600 | 2.776 | 8.957 | 20.294 | 16.603 | 5.969 | 1.509 | 492 |
| | Oeiras | 70.930 | 6.886 | 12.224 | 24.128 | 19.590 | 6.302 | 1.357 | 443 |
| | Sintra | 142.628 | 10.713 | 18.352 | 45.655 | 45.468 | 17.112 | 4.089 | 1.239 |
| | Vila Franca de Xira | 52.729 | 2.628 | 7.717 | 19.803 | 16.178 | 5.185 | 970 | 248 |

FONTE: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Anexo 15

Alojamentos Clássicos de Residência Habitual segundo o Número de Divisões 2011, 2001 e 1991



FONTE: I.N.E., com tratamento DIG

Anexo 16

Edifícios licenciados por localização geográfica e tipo de obra

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | TIPO DE OBRA | TOTAL | PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS | | | |
|------------------------|------------------|--------|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| | | | 2010-2012 | 2005-2009 | 2000-2003 | 1995-1998 |
| Grande Lisboa | Obras edificação | 58.078 | 6.214 | 17.460 | 18.121 | 16.283 |
| | Construção nova | 45.444 | 3.599 | 11.799 | 15.528 | 14.518 |
| | Ampliação | 7.674 | 1.553 | 3.826 | 1.576 | 719 |
| | Alteração | 4.212 | 1.044 | 1.814 | 763 | 591 |
| | Reconstrução | 748 | 18 | 21 | 254 | 455 |
| | Obras demolição | 3.380 | 643 | 1.812 | 450 | 475 |
| Amadora | Obras edificação | 1.288 | 19 | 306 | 525 | 438 |
| | Construção nova | 1.269 | 19 | 306 | 520 | 424 |
| | Ampliação | 2 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| | Alteração | 9 | 0 | 0 | 3 | 6 |
| | Reconstrução | 8 | 0 | 0 | 2 | 6 |
| | Obras demolição | 5 | 0 | 0 | 1 | 4 |
| Cascais | Obras edificação | 11.014 | 1.613 | 4.792 | 3.316 | 1.293 |
| | Construção nova | 6.018 | 532 | 1.906 | 2.323 | 1.257 |
| | Ampliação | 4.955 | 1.070 | 2.884 | 976 | 25 |
| | Alteração | 21 | 6 | 0 | 10 | 5 |
| | Reconstrução | 20 | 5 | 2 | 7 | 6 |
| | Obras demolição | 22 | 16 | 3 | 3 | 0 |
| Lisboa | Obras edificação | 5.769 | 1.383 | 2.050 | 647 | 1.689 |
| | Construção nova | 1.355 | 97 | 237 | 289 | 732 |
| | Ampliação | 1.046 | 321 | 499 | 56 | 170 |
| | Alteração | 2.840 | 954 | 1.314 | 146 | 426 |
| | Reconstrução | 528 | 11 | 0 | 156 | 361 |
| | Obras demolição | 2.270 | 496 | 1.261 | 62 | 451 |
| Loures | Obras edificação | 5.036 | 633 | 1.671 | 1.299 | 1.433 |
| | Obras demolição | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Mafra | Obras edificação | 13.038 | 676 | 2.791 | 5.317 | 4.254 |
| | Obras demolição | 832 | 89 | 381 | 355 | 7 |
| Odivelas | Obras edificação | 3.725 | 1.036 | 1.832 | 843 | 14 |
| | Obras demolição | 26 | 9 | 8 | 9 | 0 |
| Oeiras | Obras edificação | 3.353 | 131 | 779 | 1.062 | 1.381 |
| | Obras demolição | 14 | 0 | 9 | 5 | 0 |
| Sintra | Obras edificação | 1.060 | 610 | 2.561 | 3.628 | 4.261 |
| | Obras demolição | 155 | 18 | 126 | 11 | 0 |
| Vila Franca de Xira | Obras edificação | 3.795 | 113 | 678 | 1.484 | 1.520 |
| | Obras demolição | 55 | 15 | 23 | 4 | 13 |

FONTE: Anual - INE, Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios / Quadro extraído em 12 de junho de 2014 (17:00:36) / <http://www.ine.pt>

Anexo 17

Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar e tipologia do fogo

| PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS | TOTAL | TIPOLOGIA DO FOGO | | | |
|---------------------------------|---------------|-------------------|--------------|--------------|-------------|
| | | T0 ou T1 | T2 | T3 | T4 ou mais |
| Total | 12.150 | 1.239 | 5.501 | 4.620 | 790 |
| 2010-2012 | 279 | 21 | 130 | 123 | 5 |
| 2005-2009 | 3.328 | 334 | 1.649 | 1.245 | 100 |
| 2000-2004 | 5.220 | 668 | 2.327 | 1.860 | 365 |
| 1995-1999 | 3.323 | 216 | 1.395 | 1.392 | 320 |
| Proporção | 1 | 10,2% | 45,3% | 38,0% | 6,5% |

FONTE: Anual - INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios / Quadro extraído em 12 de junho de 2014 / <http://www.ine.pt>

Anexo 18

Edifícios concluídos por localização geográfica e tipo de obra

| LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | TIPO DE OBRA | TOTAL | PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS | | | |
|----------------------------|------------------|--------|---------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| | | | 2010-2012 | 2005-2009 | 2000-2003 | 1995-1998 |
| Grande Lisboa | Obras edificação | 54.427 | 6.366 | 17.190 | 16.619 | 14.252 |
| | Construção nova | 43.182 | 4.129 | 11.976 | 14.611 | 12.466 |
| | Ampliação | 7.103 | 1.452 | 3.769 | 1.078 | 804 |
| | Alteração | 3.482 | 770 | 1.429 | 647 | 636 |
| | Reconstrução | 660 | 15 | 16 | 283 | 346 |
| | Obras demolição | 2.556 | 487 | 1.308 | 266 | 495 |
| Amadora | Obras edificação | 1.287 | 54 | 393 | 377 | 463 |
| | Construção nova | 1.267 | 54 | 393 | 370 | 450 |
| | Ampliação | 4 | 0 | 0 | 1 | 3 |
| | Alteração | 9 | 0 | 0 | 4 | 5 |
| | Reconstrução | 7 | 0 | 0 | 2 | 5 |
| | Obras demolição | 8 | 0 | 0 | 1 | 7 |
| Cascais | Obras edificação | 9.516 | 1.616 | 4.883 | 1.883 | 1.134 |
| | Construção nova | 4.949 | 539 | 1.881 | 1.442 | 1.087 |
| | Ampliação | 4.534 | 1.072 | 3.002 | 432 | 28 |
| | Alteração | 17 | 2 | 0 | 6 | 9 |
| | Reconstrução | 16 | 3 | 0 | 3 | 10 |
| | Obras demolição | 11 | 8 | 0 | 3 | 0 |
| Lisboa | Obras edificação | 4.993 | 1.066 | 1.270 | 1.023 | 1.634 |
| | Construção nova | 1.539 | 143 | 92 | 566 | 738 |
| | Ampliação | 805 | 251 | 272 | 93 | 189 |
| | Alteração | 2.228 | 665 | 906 | 182 | 475 |
| | Reconstrução | 421 | 7 | 0 | 182 | 232 |
| | Obras demolição | 1.716 | 352 | 827 | 67 | 470 |
| Loures | Obras edificação | 4.518 | 535 | 1.509 | 1.314 | 1.160 |
| | Obras demolição | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Mafra | Obras edificação | 1.3237 | 920 | 3.348 | 5.226 | 3.743 |
| | Obras demolição | 651 | 94 | 373 | 182 | 2 |
| Odivelas | Obras edificação | 2.867 | 947 | 1.560 | 357 | 3 |
| | Obras demolição | 13 | 3 | 6 | 4 | 0 |
| Oeiras | Obras edificação | 3.522 | 244 | 777 | 1.331 | 1.170 |
| | Obras demolição | 12 | 3 | 5 | 4 | 0 |
| Sintra | Obras edificação | 10.544 | 789 | 2.573 | 3.554 | 3.628 |
| | Obras demolição | 99 | 16 | 81 | 1 | 1 |
| Vila Franca de Xira | Obras edificação | 3.943 | 195 | 877 | 1.554 | 1.317 |
| | Obras demolição | 45 | 11 | 15 | 4 | 15 |

FONTE: Anual - INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios / Quadro extraído em 12 de junho de 2014 / <http://www.ine.pt>

Anexo 19

Núcleos familiares segundo o número e idade dos filhos, em 2011

| | TOTAL | TODOS COM MENOS DE 15 ANOS DE IDADE | PELO MENOS UM COM MENOS DE 15 ANOS E PELO MENOS UM COM 15 OU MAIS ANOS DE IDADE | TODOS COM 15 OU MAIS ANOS DE IDADE |
|-----------------------------|---------------|--|--|---|
| Casal de direito sem filhos | 15.612 | | | |
| Casal de facto sem filhos | 3.779 | | | |
| Casal de direito com filhos | 17.238 | 6.458 | 1.996 | 8.784 |
| Casal de facto com filhos | 5.224 | 3.477 | 775 | 972 |
| Pai com filhos | 1.487 | 447 | 78 | 962 |
| Mãe com filhos | 9.722 | 3.577 | 955 | 5.190 |
| Total | 53.062 | 13.959 | 3.804 | 15.908 |

FONTE: I.N.E., Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Anexo 20

Número de Instrumentos de gestão territorial aprovados

| | DESIGNAÇÃO | PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO DA REPUBLICA | UOP |
|----|--|--|------------|
| 1 | Plano de Pormenor da Rua Elias Garcia Zona Poente | Declaração, DR - II Série, N.º 13 de 16/01/96 Declaração n.º 208/2005, DR - II Série, N.º 186 de 27/09/2005 Aviso n.º 8244/2009, DR - II Série, N.º 74 de 16/04/2009 | 02 |
| 2 | Plano de Pormenor de ligação de Casal S. Brás – R. Comandante Ferreira do Amaral | Declaração, DR - II Série, N.º 73 de 26/03/1996 | 02 |
| 3 | Plano de Pormenor da Rua Gonçalves Ramos – Rua Filipa de Lencastre | Declaração, DR - II Série, N.º 113 de 15/05/1996 | 02 |
| 4 | Plano de Pormenor da Encosta Norte da Serra de Carnaxide (PPSC) | Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/98, DR – I Série-B, N.º 192, de 21/08/1998 | 05 |
| 5 | Planos de Pormenor da Brandoa - Quarteirão 10 | Declaração n.º 377/98, DR – II Série, N.º 300 de 30/12/1998 | 03 |
| 6 | Plano de Pormenor da Brandoa - Quarteirão 17 | Declaração n.º 379/98, DR – II Série, N.º 300, de 30/12/1998 Declaração n.º 229/2001, DR – II Série, N.º 174, de 28/07/2001 | 03 |
| 7 | Plano de Pormenor da Brandoa - Quarteirão 51 | Declaração n.º 129/99, DR – II Série, N.º 110 de 12/05/1999 Declaração n.º 232/2001, DR – II Série, N.º 174 de 28/07/2001 | 03 |
| 8 | Plano de Pormenor da Brandoa - Quarteirão 2 | Declaração n.º 130/99, DR – II Série, N.º 110 de 12/05/1999 Declaração n.º 228/2001, DR – II Série, N.º 174 de 28/07/2001 | 03 |
| 9 | Plano de Pormenor da Brandoa - Quarteirão 32 | Declaração n.º 204/99, DR – II Série, N.º 161 de 13/07/1999 Declaração n.º 231/2001, DR – II Série, N.º 174 de 28/07/2001 | 03 |
| 10 | Plano de Pormenor da Brandoa - Quarteirão 21 | Declaração n.º 256/99, DR – II Série, N.º 191 de 17/08/1999 Declaração n.º 230/2001, DR – II Série, N.º 174 de 28/07/2001 | 03 |
| 11 | Plano de Pormenor da Brandoa - Quarteirão 16 e 15 (parte) | Declaração n.º 294/99, DR – II Série, N.º 215 de 14/09/1999 Dec. n.º 227/2001, DR – II Série, N.º 174 de 28/07/2001 | 03 |
| 12 | Plano de Pormenor da Brandoa - Quarteirão 52 | Declaração n.º 339/01, DR – II Série, N.º 269 de 20/11/2001 | 03 |
| 13 | Plano de Urbanização da Amadora – Zona Nascente (PUAZN) | Declaração n.º 256/2001, DR – II Série, N.º 196 de 24/08/2001 Aviso n.º 16764/2012, DR - II Série, N.º 242 de 14/12/2012 | 01; 02; 03 |
| 14 | Plano de Pormenor da Brandoa - Quarteirão 50 e 54 | Aviso n.º 6001/2008, DR – II Série, N.º 44 de 03/03/2008 | 03 |
| 15 | Plano de Pormenor da Brandoa - Quarteirão 1 | Aviso n.º 6002/2008, DR – II Série, N.º 44 de 03/03/2008 | 03 |
| 16 | Plano de Pormenor da Ribeira da Falagueira | Declaração n.º 113/2005, DR – II Série, N.º 83 de 29/04/2005 | 02 |
| 17 | Plano de Pormenor do Parque Urbano do Neudel | Aviso n.º 901/2008, DR – II Série, N.º 7 de 10/01/2008 | 04 |
| 18 | Plano de Pormenor - Terrenos da Rede Eléctrica Nacional - Alto da Mira - S. Brás | Aviso n.º 2833/2009, DR - II Série, N.º 22 de 02/02/2009 Edital 1/2010, DR - II Série, N.º 1 de 04/01/2010 | 01 |

FONTE: CMA/DAU, 2014

Anexo 21

Número de Instrumentos de gestão territorial em curso

| | DESIGNAÇÃO | PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA | UOP |
|----|--|--|---------|
| 1 | Plano de Pormenor do Espaço Estratégico de São Mamede | Aviso n.º 879/2001, Diário da República, Apêndice N.º 14 – II Série, N.º 30, de 05/02/2001 | 01 |
| 2 | Plano de Pormenor da Falagueira / Venda-Nova/ Damaia | Aviso nº1862/2001, Apêndice Nº29 II Série, nº54 de 5/03/2001 | 02 e 03 |
| 3 | Plano de Pormenor Casal de São Mamede/Fonte Santa | Aviso n.º 2128/2001, Diário da República, Apêndice N.º 33 – II Série, N.º 62 de 14/03/2001 | 01 |
| 4 | Plano de Pormenor Casal de S. Vicente (AUGI) | Aviso n.º 3764/2001, Diário da República, Apêndice N.º 54 – II Série nº103 de 04/05/2001 | 01 |
| 5 | Plano de Pormenor da Serra das Brancas 1 | Aviso n.º 1711/2003, Diário da República, Apêndice N.º 39 – II Série, N.º 58 de 10/03/2003 | 02 |
| 6 | Plano de Pormenor da Serra das Brancas 2 | Aviso n.º 1712/2003, Diário da República, Apêndice N.º 39 – II Série, N.º 58 de 10/03/2003 | 01 |
| 7 | Plano de Pormenor de Vila Chã 1 | Aviso n.º 1713/2003, Diário da República, Apêndice N.º 39 – II Série, N.º 58 de 10/03/2003 | 01 e 02 |
| 8 | Plano de Pormenor de Vila Chã 2 | Aviso n.º 1714/2003, Diário da República, Apêndice N.º 39 – II Série, N.º 58 de 10/03/2003 | 02 |
| 9 | Plano de Pormenor do Parque da Boba | Aviso n.º 1715/2003, Diário da República, Apêndice N.º 39 – II Série, N.º 58 de 10/03/2003 | 01 |
| 10 | Plano de Pormenor da Zona Nascente 1 | Aviso n.º 6196/2003, Diário da República, Apêndice N.º 121 – II Série, N.º 185 de 12/08/2003 | 01 e 03 |
| 11 | Plano de Pormenor da Serramira 1 | Aviso n.º 6934/2003, Diário da República, Apêndice N.º 136 – II Série, N.º 205 de 05/09/2003 | 01 |
| 12 | Plano de Pormenor da Serramira 2 | Aviso n.º 6935/2003, Diário da República, Apêndice N.º 136 – II Série, N.º 205 de 05/09/2003 | 01 |
| 13 | Plano de Pormenor da Venteira – entrada poente | Aviso nº6019//2004, Diário da República, Apêndice N.º 103 – II Série, N.º 190 de 13/08/2004 | 02 |
| 14 | Plano de Pormenor do Rebentão (AUGI) | Aviso n.º 6741/2004 Diário da República, Apêndice N.º 113 – II Série, N.º 212 de 08/09/2004 | 01 |
| 15 | Plano de Pormenor do Casal da Mira AUGI | Aviso nº22420/2008, Diário da República II Série Nº163 de 25/08/2008 | 01 |
| 16 | Plano de Urbanização da Ligação da CRIL à EN 117 e Área Envolvente | Aviso nº26834/2008, Diário da República, II Série Nº218 de 10/11/2008 | 06 |
| 17 | Plano de Pormenor dos Quarteirões 18 e 19 – Brandoa | Aviso nº1427/2010, Diário da República, II Série nº 14 de 21/01/2010 | 03 |
| 18 | Plano de Pormenor da Cova da Moura | Aviso nº 5683/2010, Diário da República, II Série nº 54 de 18/03/2010 | 04 |

FONTE: CMA/DAU, 2014

Anexo 22

Execução da estrutura viária proposta no PDM, por eixo

| DESIGNAÇÃO | TROÇO | EXISTENTE NÃO INTERVENCIÓNADO | CONSTRUÍDO | EXISTENTE REQUALIFICADO | EM CONSTRUÇÃO | POR CONSTRUIR | EXTENSÃO (M) |
|---|--|-------------------------------|--------------|-------------------------|---------------|---------------|--------------|
| L1 Eixo parcial norte-sul, poente | A-da-Beja - Carenque | 3.892 | | | | | 3.892 |
| | Carenque-Rua Elias Garcia | | | 895 | | | 895 |
| | Rua Elias Garcia-Lido | 119 | | | | 261 | 380 |
| | Lido-Hospital | | 1.296 | | | | 1.296 |
| | Comprimento total da via | 4.011 | 1.296 | 895 | | 261 | 6.463 |
| L2 Eixo norte-sul, poente | A-da-Beja-Casal do Marco | | | | | 1.003 | 1.003 |
| | Casal do Marco - São Mamede | | 780 | | | | 780 |
| | São Mamede - Moinhos da Funcheira | | | | 1.055 | | 1.055 |
| | Moinhos Funcheira - Vila Chã | | 639 | | 676 | | 1.315 |
| | Vila Chã - Rua Elias Garcia | | | 786 | | | 786 |
| | Rua Elias Garcia - Rua Gonçalves Ramos | 511 | | | | | 511 |
| | Av. Conde Castro Guimarães-EN117 Alfragide/Lisboa | | | 4 511 | | | 4.511 |
| Comprimento total da via | 511 | 1.419 | 5.298 | 1.731 | 1.003 | 9.961 | |
| L3 Eixo norte-sul, central | A-da-Beja-M. Funcheira-São Brás- B. Bosque | | | 4.628 | | | 4.628 |
| | Bairro do Bosque- Estação Reboleira | 1.337 | | | | | 1.337 |
| | Acesso Av. Brasil- Av.D. Carlos I | | 255 | | | | 255 |
| | Av. D. Carlos I-Av. Republica/5 de Outubro | | | 516 | | | 516 |
| | Av. da Republica-EMFA | | | 628 | | | 628 |
| | Troço alt. Rua 5 de Outubro | 199 | | | | | 199 |
| | Ligação Rua 5 de Outubro - Est. Alfragide | | | | | 228 | 228 |
| | EMFA-Estrada Zambujal | | 157 | | | | 157 |
| Estrada Zambujal-Alto da Cabreira- Almarjão | | | 1 802 | | | 1.802 | |
| Comprimento total da via | 1.536 | 412 | 7.574 | | 228 | 9.750 | |
| L4 Eixo norte-sul, nascente | Santo Elói - Boba | | 1.623 | | | | 1.623 |
| | Boba-Monte da Galega | | 446 | | | | 446 |
| | Monte da Galega- Metro da Falagueira | | | | | 1.503 | 1.503 |
| | Metro da Falagueira- Rua Elias Garcia | | | 188 | | | 188 |
| | Rua Elias Garcia/Pingo Doce - Rua das Fontainhas | | | | | 529 | 529 |
| | Rua das Fontainhas- Praça Marquês das Minas | 1.125 | | | | | 1.125 |
| | Praça Marquês das Minas - IC19 | | 341 | | | | 341 |
| Av. Quinta Grande -EN117 | | | 658 | | | 658 | |
| Comprimento total da via | 1.125 | 2.410 | 846 | | 2.032 | 6.413 | |
| L5 Arco longitudinal nascente | Paia- Alfoanelos Nascente | | | 281 | | 611 | 892 |
| | Alfoanelos-Rua R.L. Gomes- Estrada dos Salgados | | | 612 | | | 612 |
| | Estrada dos Salgados- Rua das Fontainhas | | | | | 735 | 735 |
| | Estrada Militar - IC17 | | | 334 | | | 334 |
| Comprimento total da via | | | 1.227 | | 1.346 | 2.573 | |
| T1 Eixo este-oeste, norte | Serra das Brancas - Praça Maria Dulce | | | | 628 | | 628 |
| | Praça Maria Dulce-Av. Palmeiras - Monte da Galega | | 948 | | | | 948 |
| | Monte da Galega- Rotunda Fórum Luis de Camões | | | | | 530 | 530 |
| | Rotunda Fórum Luis de Camões até cruzamento c/ Av. Jorge Sampaio | | 89 | | | | 89 |
| | Rua R. Luís Gomes-Praceta Sá de Miranda | | 143 | 778 | | | 778 |
| | Praceta Sá de Miranda-Pontinha | | | | | | 143 |
| Comprimento total da via | | 1.180 | 778 | | 628 | 3.116 | |

| | | | | | | | |
|---|--|--------------|---------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
| T2 Eixo central de TP | Ponte de Carenque - Rua Elias Garcia-Estrada de Benfica | | | 3.393 | | | 3.393 |
| | Estrada Nova da Correia - Av. Mário Soares-Av. Lusitana | | 1.060 | | | | 1.060 |
| | Humberto Delgado e António Feijó (volta) | 974 | | | | | 974 |
| | Comprimento total da via | 974 | 1.060 | 3.393 | | | 5.427 |
| T3 Eixo este-oeste, central | Lido-Rua Elias Garcia-Bairro do Bosque | 634 | | 1.311 | | | 1.944 |
| | Bairro do Bosque-Av. do Brasil-Rua das Industrias- nó IC17 | 1.554 | | | | | 1.554 |
| | Comprimento total da via | 2.187 | | 1.311 | | | 3.498 |
| T4 Eixo transversal intermédio | Borel - Rua Francisco Sá Carneiro | 303 | 92 | | | | 395 |
| | Av. D. José I - Praça das Águas Livres- Av. 25 de Abril- Buraca- Lisboa | | | 2.762 | | | 2.762 |
| | Comprimento total da via | 303 | 92 | 2.762 | | | 3.157 |
| T5 Eixo oeste, oeste sul | Alfragide Casal do Canas - Estrada de Alfragide- EMFA | 1.629 | | 985 | | | 2.615 |
| | EMFA-Estrada Alfragide -Praça de São José | | | 308 | | | 308 |
| | Praça de São José- Rua Luís de Camões | | | | | 300 | 300 |
| | Estrada de Alfragide-Estrada Nova da Circunvalação | 343 | | | | | 343 |
| | Comprimento total da via | 1.973 | | 1.294 | | 300 | 3.566 |
| TOTAL | 12.621 | 7.870 | 25.376 | 2.359 | 5.700 | 53.925 | |

Fonte: CMA / DOM / DTMU, com tratamento DIG, 2014

Anexo 23

Entradas a partir dos municípios da Grande Lisboa em 2011

| | TOTAL | TRABALHO | ESTUDO |
|---------------------|--------------|-----------------|---------------|
| Cascais | 1.378 | 1.320 | 58 |
| Lisboa | 4.944 | 4.617 | 327 |
| Loures | 1.484 | 1.383 | 101 |
| Mafra | 501 | 466 | 35 |
| Oeiras | 2.996 | 2.658 | 338 |
| Sintra | 11.192 | 8.640 | 2.552 |
| Vila Franca de Xira | 652 | 634 | 18 |
| Odivelas | 2.454 | 2.194 | 260 |

Fonte: INE/MOPHT, 2003 e Censos 2011, com tratamento DIG

Anexo 24

Saídas para os municípios da Grande Lisboa em 2011

| | TOTAL | TRABALHO | ESTUDO |
|---------------------|--------------|-----------------|---------------|
| Cascais | 1.127 | 1.014 | 113 |
| Lisboa | 38.104 | 31.234 | 6.870 |
| Loures | 1.591 | 1.535 | 56 |
| Mafra | 162 | 153 | 9 |
| Oeiras | 5.185 | 4.675 | 510 |
| Sintra | 4.576 | 4.108 | 468 |
| Vila Franca de Xira | 381 | 368 | 13 |
| Odivelas | 1.513 | 1.183 | 330 |

Fonte: INE/MOPHT, 2003 e Censos 2011, com tratamento DIG

Anexo 25

Variação das deslocações de entrada para trabalho e estudo

| | 1991 | 2001 | 2011 | Varição 91-2011 |
|---------------------|-------|-------|--------|--------------------|
| Cascais | 566 | 914 | 1.378 | 143% |
| Lisboa | 4.277 | 4.246 | 4.944 | 16% |
| Loures* | 2.415 | 1.263 | 1.484 | -39% |
| Maíra | 65 | 212 | 501 | 671% |
| Oeiras | 1.857 | 2.331 | 2.996 | 61% |
| Sintra | 6.989 | 9.257 | 11.192 | 60% |
| Vila Franca de Xira | 225 | 573 | 652 | 190% |
| Odivelas | | 1.520 | 2.454 | |

* Em 1991 Loures integrava o território de Odivelas

Fonte: INE/MOPHT, 2003 e Censos 2011, com tratamento DIG

Anexo 26

Variação das deslocações de saída para trabalho e estudo

| | 1991 | 2001 | 2011 | Varição 91-2011 |
|---------------------|--------|--------|--------|--------------------|
| Cascais | 907 | 1.157 | 1.127 | 24% |
| Lisboa | 48.715 | 40.858 | 38.104 | -22% |
| Loures* | 2.955 | 1.783 | 1.591 | -46% |
| Maíra | 74 | 161 | 162 | 119% |
| Oeiras | 2.950 | 4.061 | 5.185 | 76% |
| Sintra | 4.737 | 5.192 | 4.576 | -3% |
| Vila Franca de Xira | 327 | 396 | 381 | 17% |
| Odivelas | | 1.125 | 1.513 | |

* Em 1991 Loures integrava o território de Odivelas

Fonte: INE/MOPHT, 2003 e Censos 2011, com tratamento DIG

Anexo 27

Parques de estacionamento por freguesia

| Freguesias | N.º LUGARES DE ESTACIONAMENTO – TOPO, ESPINHA E LONGITUDINAL | | | | Total |
|--------------|--|--------------------------|--------------------------------|----------------|---------------|
| | Até 2005 | De 2006 e meados de 2007 | De meados de 2007 a junho 2009 | De 2010 a 2014 | |
| Alfornelos | 948 | 856 | 0 | 206 | 2.010 |
| Alfragide | 1.223 | 1.233 | 0 | 267 | 2.723 |
| Brandoa | 684 | 797 | 2.742 | 126 | 4.349 |
| Buraca | 2.048 | 1.499 | 0 | 184 | 3.731 |
| Damaia | 3.410 | 3.019 | 188 | 317 | 6.934 |
| Falagueira | 3.345 | 1.099 | 203 | 90 | 4.737 |
| Mina | 3.476 | 900 | 58 | 35 | 4.469 |
| Reboleira | 3.401 | 1.005 | 82 | 155 | 4.643 |
| São Brás | 2.983 | 2.584 | 0 | 173 | 5.740 |
| Venda Nova | 1.573 | 587 | 0 | 279 | 2.439 |
| Venteira | 5.151 | 1.724 | 406 | 85 | 7.366 |
| Total | 28.242 | 15.303 | 3.679 | 1.917 | 49.141 |

Nota: Em conformidade com a informação enviada pelos serviços mantiveram-se as onze freguesias.

Fonte: DOM / DTMU, 2014

Anexo 28

Circuitos de manutenção/cardiofitness existentes no Município

| LOCALIZAÇÃO | N.º de APARELHOS |
|---|------------------|
| Pista de Caminhada da Buraca | 6 |
| Pista do Parque do Zambujal | 8 |
| Pista de Alfornelos | 8 |
| Parque Luís de Camões | 7 |
| Pista do Parque do Rio Costa | 8 |
| Pista do Parque Aventura | 7 |
| Pista da Praceta Ferreira da Silva | 4 |
| Pista do Monte da Galega | 8 |
| Pista do Parque "Amadora Este" | 12 |
| Pista do Praça Central da Vila Chã | 4 |
| Pista do Parque Central | 19 |
| Jardim da Mina | 3 |
| Pista do Parque da Boba | 8 |
| Circuito de Manutenção do Bairro de Janeiro | 7 |
| Circuito de Cardiofitness do Parque da Fantasia | 7 |
| Circuito da Av. Conde Castro Guimarães | 5 |
| Pista na Rua José Maria Pedroto | 3 |
| Pista da Av. D. José I | 8 |
| Total | 132 |

Fonte: CMA / DOM / DAPEV

Anexo 29

Pistas de caminhada

| DESIGNAÇÃO | CIRCUITO DE MANUTENÇÃO | CIRCUITO DE MANUTENÇÃO, MARCHA/CORRIDA | CIRCUITO PEDONAL | MARCHA /CORRIDA | TOTAL GERAL |
|--|------------------------|--|------------------|-----------------|------------------|
| Academia Militar | 1.147,27 | | | | 1.147,27 |
| Alfornelos | 852,87 | | | | 852,87 |
| Bairro do Zambujal | | | 2.536,90 | | 2.536,90 |
| Bairro Janeiro | 572,57 | | | | 572,57 |
| Borel | 858,90 | | | | 858,90 |
| Caminhos do Zambujal | | | 221,45 | | 221,45 |
| Complexo Desportivo Municipal do Monte da Galega | | | | 1.639,28 | 1.639,28 |
| Estrada da Falagueira | | | 477,80 | | 477,80 |
| Estrada dos Salgados | | | 1.618,24 | | 1.618,24 |
| Lido | | | 1.170,28 | | 1.170,28 |
| Parque Aventura | | | 707,55 | | 707,55 |
| Parque Central da Amadora | 1.010,07 | | | | 1.010,07 |
| Parque da Boba | 1.006,87 | 2.352,78 | | | 3.359,65 |
| Parque Urbano do Rio da Costa | 780,32 | | | | 780,32 |
| Pista do Parque do Zambujal | 463,30 | | | | 463,30 |
| Pista do Parque Metro da Falagueira | 199,99 | | | | 199,99 |
| Quinta Grande | | | 318,18 | | 318,18 |
| Rua Elias Garcia | | | 807,83 | | 807,83 |
| Urbanização do Alto da Mira | 729,69 | | | | 729,69 |
| Vila Chã | | | 1.370,58 | | 1.370,58 |
| Total Geral | 7.621,86 | 2.352,78 | 9.228,81 | 1.639,28 | 20.842,73 |

Fonte: CMA / DOM / DAPEV

FICHA TÉCNICA

Documento elaborado por:

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA
Divisão Informação Geográfica / DIG

Coordenação de :

Maria Deolinda Costa

Equipa técnica:

Fernando Ferreira
João Carlos Silva
Manuel António Gonçalves
Maria Godinho Batista
Susana Pereira Basílio

Com a colaboração de:

Departamento de Administração Urbanística
Divisão de Serviços Urbanos – Cristina Pereira
Departamento de Habitação e Requalificação Urbana – Manuela Esteves e Ana Paulino
Divisão de Intervenção Social – Ana Moreno
Divisão de Intervenção Educativa – Marisa Durão
Gabinete de Desporto e Juventude – Nuno Trancoso
Divisão de Intervenção Cultural – Gisela Encarnação
Divisão de Transito e Mobiliário Urbano – Cecília Reis e Raimundo Dantas
Divisão de Arruamento e Iluminação Pública e Espaços Verdes – Celeste Baptista e Ana Margarida Silva (Estagiária)
Gabinete de Projetos Especiais – Ana Paula Tomás

abril 2015
